

José Luis Toledano

NA SOMBRA DO CAJUEIRO

Espanhois em Moçambique
Moçambicanos em Espanha



Aos meus pais, que nos deram tudo

“A razão pela que escrevo tanto sobre a África é porque me indigna como é vista pelo resto do mundo. Quando a literatura sul-americana chegou a Europa mudou por completo a nossa perspectiva sobre os seres humanos. Cedo há de acontecer a mesma coisa com a literatura africana: então vamos ver o que eles têm a dizer sobre a humanidade.”

Henning Mankell

Ao Pablo e o Fabián



Esta publicação foi possível graças à Cooperação Espanhola através da Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). O seu conteúdo não reflete necessariamente a posição da AECID.

Expressamos o nosso agradecimento ao Embaixador Álvaro Alabart Fernández-Cavada, a Natibel Peña Bonilla e ao pessoal da Embaixada de Espanha em Maputo.

- © Texto e fotografias José Luis Toledano Llorente.
- © Da tradução Rosa Martínez-Alfaro.
- © Da foto do autor Reiner Bauer.
- © Edição AECID, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

publicaciones@aecid.es
<https://publicacionesoficiales.boe.es>

NIPO: 502-15-123-7.
Depósito Legal: M-37265-2015.

Coordenação editorial: Carlos Pérez Sanabria e Héctor Cuesta Romero.
Distribuição: Ainhoa/Pilar.

Este livro foi impresso em maio de 2016 em Madrid.
Link2, Comunicación Empresarial.

PREFÁCIO

Nós, espanhóis, temos tendência a esquecer o muito (e o bom) que fizemos fora das nossas fronteiras. Ocupados demais com as nossas desavenças, embebedos nas notícias da atualidade e marcados pelo rigor com que julgamos a nós próprios, precisamos de equanimidade e um ponto de distância para perceber o que semeamos em campos alheios.

Numa das suculentas anedotas deste livro, um dos entrevistados, Pascoal Mocumbi, figura muito importante da independência de Moçambique, nos diz que um grupo de companheiros, incluindo aquele que se tornaria, mais tarde, em presidente da nova república, Joaquim Chissano, atravessaram a Espanha a fugir de Portugal. A polícia deteve-os em San Sebastián e levou-os para a cadeia. Eram os anos sessenta e os futuros fundadores de Moçambique sabiam que não estavam num país onde a luta contra a ditadura de Salazar encontraria ouvidos recetivos. No entanto, após um certo tempo, um comissário abriu-lhes as portas e autorizou-os a irem embora sem mais formalidades. Ele os despediu calorosamente e disse: «Não se esqueçam da Espanha».

Esta é a finalidade que persegue este livro: que os moçambicanos não se esqueçam da Espanha nem os espanhóis de Moçambique. Porque recordar é um acto de justiça. Não se trata de reivindicar façanhas nem de gabar-se dos sucessos do passado, senão de fazer uma pequena crônica do muito (e do bom) que fizeram os espanhóis num lugar tão distante como Moçambique para ajudar os outros, para compartilhar conhecimento ou para tentar que a vida da sua população fosse mais digna e mais humana.

Os missionários espanhóis chegaram a essas terras seguindo a esteira de São Francisco Xavier, o jesuíta que se estabeleceu durante uns meses na Ilha de Moçambique na sua rota para a Índia. Eles viveram a guerra da independência e a guerra civil e sempre colocaram-se ao lado dos moçambicanos que sofriam; apoiaram à população e, em alguns casos, até participaram na criação do Estado que nasceu em meados dos anos setenta.

Depois vieram os engenheiros, os cooperantes, os agentes da Guarda Civil, os médicos, os especialistas da RENFE, os catedráticos, os representantes da Fábrica Nacional de Moneda y Timbre, os arquitetos, os juízes... Todo o mundo se sentiu fascinado pelo país, muitos sonham com voltar, alguns tem ficado a viver lá para sempre.

Abriu-se a Embaixada da Espanha e a cooperação espanhola chegou muito cedo e, desde então, manteve uma presença estável e comprometida num país que ainda é considerado como prioritário.

José Luís Toledano relata alguns dos episódios desta epopeia; foi seguindo e entrevistando esses espanhóis que também tem sido uma parte da História de Moçambique, do mesmo modo que tem falado com moçambicanos que viveram no nosso país ou que se sentiram ligados à Espanha. José Luís Toledano, que foi representante da Agência EFE em Moçambique, é um jornalista experiente em conflitos, um repórter da velha escola à procura de uma conversa calma com os seus entrevistados para extrair deles a sua parte mais humana: revelações e reflexões por vezes surpreendentes, às vezes incríveis, sempre deleitantes e entranháveis.

Nesta vasta galeria de retratos, a diversidade é organizada em torno de um elemento central: o amor por Moçambique. Porque Moçambique tem sido sempre uma terra hospitaleira que soube devolver com um sorriso os esforços daqueles que quiseram oferecer-lhe o seu trabalho.

6

Agora que Moçambique está a mudar rapidamente graças o impulso dos investimentos ligados ao gás e à extração mineral, agora que tem a possibilidade de atingir o fim da pobreza, chegou o momento de fazer um balanço desta primeira fase, destas décadas de colaboração. Trata-se de não esquecer os seus protagonistas, de relembrar a história comum que poderia ficar sepultada pelas novas estradas e aeroportos que, felizmente, estão a completar a bela paisagem de Moçambique.

O autor, porém, adverte-nos de que não estão todos os que são: como em qualquer seleção, estarão ausentes neste compêndio os testemunhos de muitas outras pessoas e atividades que, por razões óbvias de espaço, foram deixados de fora do projeto. As nossas desculpas e o nosso agradecimento a todas aquelas pessoas que, mencionadas ou não no livro, tem feito tanto pela amizade entre ambos os nossos dois povos. Que o seu trabalho e a sua paixão sirvam como modelo para os novos atores da nossa cooperação, que continuam a chegar ao nosso amado Moçambique para aportar os seus conhecimentos e o seu trabalho, e para os empresários ou os turistas de um ou outro país que hoje protagonizam o novo ciclo de prosperidade das nossas relações.

*J.M. García-Margallo y Marfil,
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação*

Não se esqueçam da Espanha

S

exta-feira 4 de novembro de 1960 Joaquim Chissano, de vinte e um anos, subiu pela primeira vez num avião, um moderno Super Constellation das linhas aéreas portuguesas, rumo a Lisboa. Os *Connie's*, como eram conhecidos na gíria da aviação aqueles novos aviões, substituíram os velhos DC-3 Dakota, reduzindo o tempo de voo entre Lourenço Marques — a bela capital colonial de Moçambique, hoje Maputo — e Lisboa de trinta e uma a vinte e duas horas. De certeza, enquanto o jovem se instalava no seu assento junto da janela do lado esquerdo do avião, a sua família e amigos, que foram despedi-lo depois de ter passado uns dias a celebrar a sua partida, ainda permaneciam na sala de espera do aeroporto, inquietos, até ver decolar o avião.

Joaquim Chissano, que era filho de assimilados, iniciava um projeto fora do comum para um nativo moçambicano: inscrever-se na Faculdade de Medicina de Lisboa graças a uma bolsa de estudos. Ele nasceu em Malehice, na província de Gaza, no mesmo ano em que começou a Segunda Guerra Mundial. O seu avô materno deu-lhe o nome de Dambuza, «combatente de guerras», e o seu pai, professor na missão da aldeia, inculcou-lhe durante a infância a importância da educação. Assim, em 1951, prestes a completar os treze anos, viajou à capital para fazer os exames de admissão no Liceu Salazar, uma instituição de ensino reservada aos brancos, indianos e mulatos. Joaquim Chissano fez um exame brilhante e tornou-se o primeiro negro em juntar-se aos alunos da escola. A sua adaptação foi boa desde o início, mas ao longo dos anos sofreu humilhações e discriminações por parte de professores e alunos.

Portugal esteve presente em Moçambique desde que em 1498 Vasco da Gama, ao comando do navio São Gabriel, dobrou o Cabo da Boa Esperança em direção nordeste para abrir a rota das especiarias da Índia. Nestas costas do Índico estabeleceram-se os primeiros entrepostos comerciais, que no século XVIII e XIX serviram a lusos e árabes como porta de saída para o lucrativo comércio de

escravos em direção à Arábia, à Índia e o Brasil. A escravidão foi abolida em Portugal e nas suas colônias em meados do século XIX; no entanto, um século mais tarde, o racismo e a segregação ainda dominavam as relações sociais em Moçambique, apesar de ser um país predominantemente negro. Em Maputo, os portugueses brancos, os indianos e os mulatos moravam na «cidade de cimento» em bairros diferentes segundo a sua posição social. Os negros ocupavam «a cidade de caniço» em subúrbios periféricos como a Mafalala, onde levantavam pequenas casas de madeira e telhados de chapa de zinco. Raramente traspasavam a fronteira e entravam nos bairros de cimento, exceto com uma autorização na mão, que era concedida estritamente por razões de trabalho.

Durante os quatro séculos que se passaram desde a chegada do navegador Vasco da Gama até o final do século XIX, Moçambique apenas foi para Portugal uma série de entrepostos no litoral onde se abastecia na sua rota para a Índia. Muito raramente os portugueses penetraram no interior. A verdadeira colonização não começou até pouco antes do início do século XX, foi estimulada pela concorrência com outras potências europeias e esteve formada por pequenos comerciantes, enquanto as grandes empresas britânicas e belgas controlavam o cultivo extensivo da cana-de-açúcar e do algodão. Em meados do século XX a ditadura de Salazar incrementou o envio de colonos pobres e analfabetos portugueses para Moçambique com concessões de terra para cultivar, terras das que Portugal carecia. Muitos deles enriqueceram e formaram uma classe burguesa na colônia que se concentrou na capital e nas principais cidades das províncias.

O avião onde viajava Joaquim Chissano ascendeu entre cúmulos dispersos até atingir a altitude de cruzeiro. No nível do chão, grande parte do continente espreguiçava-se da letargia colonial. A viagem não cumpriu com as expectativas de duração. Às duas escalas previstas no diário de bordo do piloto — Luanda (Angola) e Brazzaville (Congo) — adicionou-se uma terceira parada inesperada. Em pleno voo, o motor esquerdo pegou fogo depois de uma impressionante labareda, que o jovem Joaquim observou fascinado. Depois de ter voado mais de uma hora apenas com um motor, o avião aterrou em Kano (Nigéria), onde pernотaram. Finalmente, no domingo 6 de novembro Joaquim chegou a Lisboa e se reuniu com o seu inseparável amigo Pascoal Mocumbi, que dias antes tinha vindo de Maputo com o idêntico propósito de estudar medicina.

Os dois jovens se conheceram na Mafalala, junto da pequena casa de paredes e telhado de chapa de zinco situada no cruzamento de várias ruas empoeiradas onde Joaquim vivia com a sua avó e a sua tia. Um padeiro ambulante colocava-se diariamente naquela estratégica esquina. «Por aquele caminho apareceu um rapaz de onze anos, alto, magro e bem vestido a comprar pão na varanda da minha casa», escreveu Chissano sessenta anos depois no seu livro de memórias *Vidas, lugares e tempos*. «Observei-o demoradamente enquanto ele esperava pela sua oportunidade de escolher o pão. Tive a sensação de estar perante um estudante. Acabei por interpelá-lo para saber quem ele era, ao que ele respondeu alegremente. Parecia que já éramos amigos antes de conhecermos».

Pascoal Mocumbi, embora ele tivesse nascido em Lourenço Marques, em 1941, passou a infância em Inharrime, província de Inhambane, onde frequentou a escola primária de uma missão. Depois voltou à capital com o seu pai, Manuel, que trabalhava na livraria *Progresso*, para continuar os seus estudos. Depois da morte do pai, ele foi morar com a sua mãe e o seu padrasto. «Éramos agora vizinhos e íamos juntos à escola. Ele acabava de matricular-se no Liceu Salazar como estudante do primeiro ano depois de ter passado o exame de admissão (...) Eu já não era o negro solitário da Escola Grande de Moçambique» escreveu Chissano. Eles tornaram-se companheiros de alma. Passavam as férias grandes da escola juntos com as suas famílias e compartilhavam amigos, diversões e atividades culturais. Decidiram unir-se ao Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), uma associação fundada por iniciativa de Eduardo Mondlane — um funcionário moçambicano das Nações Unidas que morava em Nova Iorque. Em 1962, ele foi o primeiro presidente da recém-formada Frente de Libertação de Moçambique, Frelimo — para que os estudantes negros tornaram-se conscientes e combateram a discriminação e a inferioridade. Depois de um tempo, eles foram eleitos para posições de liderança dessa organização estudantil. Careciam de consciência política, desconheciam o que estava a acontecer no mundo e não tinham uma posição clara sobre a descolonização e os movimentos libertação; mas já despontava neles uma firmeza reivindicativa e de liderança, e a vontade de defender a identidade e cultura moçambicanas.

Lisboa era a capital do Estado Novo, o regime nacionalista que desde os anos trinta, como um sucedâneo do franquismo espanhol ou do fascismo de Mussolini, tinha imposto o ditador António de Oliveira Salazar em Portugal. Os dois jovens estavam agora no coração do império para matricular-se na Faculdade de Medicina. Nunca poderiam ter imaginado, nem juntando os seus sonhos mais presunçosos, que os futuros acontecimentos históricos iriam arrastá-los até transformar-se em duas figuras-chave na história de Moçambique. Uns anos antes, nas visitas ao avô Pascoal durante as férias da escola, o mais velho costumava pedir a Deus que os dois jovens tivessem sucesso nos seus estudos e foram grandes homens. «As suas orações devem ter sido ouvidas lá nos céus», escreveu Chissano nas suas memórias.

Levavam pouco tempo em Lisboa quando a ONU aprovou a Resolução 1514: uma chamada para a independência e o direito de autodeterminação de todos os povos, que reclamava às metrópoles medidas para transferir o poder às colónias sem condições nem repressão. O pavio tinha pegado fogo. Portugal sabia que sem as suas possessões africanas perdia prosperidade econômica e destaque no cenário internacional. Por isso, Salazar deu uma reviravolta e declarou Angola, São Tomé, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique províncias ultramarinas deixando, então, de ser colónias. Com esta medida, a resolução da ONU não tinha efeito sobre Portugal e não havia nenhum território que descolonizar.

Nos meses seguintes, os dois jovens habituaram-se às aulas, às anotações e às visitas à biblioteca. «Era o primeiro ano na faculdade e tínhamos muitos

livros para estudar para os exames», me diz Pascoal Mocumbi quando o entrevisto na cidade de Manhíça. «Não queríamos brincar com outras coisas.» Eles compartilharam quarto numa residência de estudantes propriedade da *Mocidade Portuguesa*. A organização, do tipo do *Frente de Juventudes* espanhol, considerava-os «bons portugueses negros». Na residência também coincidiram com estudantes de outros territórios luso-africanos. Alguns olhavam para eles com receio a suspeitar que poderiam ser espões do serviço secreto português. Temia-se que eles estiveram por toda parte. O clima político em Portugal era agitado e falar da situação nas colônias era quase um tabu.

Pascoal e Joaquim começaram a reunir-se em segredo com um punhado de compatriotas, também estudantes, para avaliar a situação de Moçambique. O seu conhecimento do cenário político nacional e internacional era escasso. Com o passar das semanas, os acontecimentos nas colônias precipitaram-se. Quatro meses antes, o exército português, por ordem do administrador de Mueda, um distrito no norte de Moçambique, abriram fogo contra um grupo de vizinhos que se concentraram diante da sede do secretário municipal para perguntar qual era a data da sua independência, uma conquista que já tinha conseguido a vizinha Tanzânia. Morreu um número ainda indeterminado de pessoas. Os fatos foram escondidos por muito tempo.

Por outro lado, em Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) atacou, o 4 de fevereiro de 1961, várias prisões e libertou muitos presos políticos. Assim começou a insurreição armada naquele país. A partir de esse momento, a PIDE, a polícia secreta do salazarismo, começou a seguir de perto e questionar os estudantes africanos a viver na metrópole. A PIDE era uma arma eficaz do regime de repressão política contra qualquer oposição interna. Os seus agentes e colaboradores se infiltraram em todos os sectores da sociedade portuguesa e nos movimentos de independência das colônias, aos quais submeteu com extrema violência.

Chissano e Mocumbi decidiram inscrever-se na *Casa dos Estudantes do Imperio* de Lisboa, uma instituição financiada pelo governo português para apoiar os estudantes africanos na capital. A organização tornou-se, paradoxalmente, no germe dos movimentos nacionalistas do ultramar. «Estava claro que todos estávamos certos do que queríamos. Lutar pela independência no nosso país», escreveu Chissano. «De Portugal as coisas eram vistas mais claramente; havia mais informação. Mesmo assim, ainda não conhecíamos os movimentos de libertação que se desenhavam em Moçambique». A pressão da polícia estava nos calcanhares deles. Os dois foram interrogados pelo comissário nacional da *Mocidade Portuguesa*. Não era um jogo inocente. As coisas estavam a ficar sérias. Deixar o país era a ação mais segura. Eduardo Mondlane, desde Nova Iorque, estava por trás da organização que se criou para tirar os estudantes africanos de Portugal.

Era o mês de maio e os exames estavam acima. Os dois estudantes disseram aos seus conhecidos que iam passar uns dias no Algarve para preparar os testes de junho convidados pelo seu ex-professor de matemática do Liceu Salazar de

Lourenço Marques. Era apenas uma manobra para desviar a atenção. Seguindo as instruções dos coordenadores da fuga, primeiro Pascoal e dois dias depois Joaquim, viajaram de comboio e de carro em direção à fronteira norte com a Espanha. Num lugar isolado perto do rio Minho, todos os estudantes africanos que participavam na aventura se reagruparam. Muitos daqueles jovens eram o fermento das lutas de libertação e seriam os futuros presidentes e os quadros políticos de destaque dos seus países uma vez que atingiram a independência de Portugal.

A vigilância no posto fronteiriço relaxava durante a noite. Com a ajuda de um passador, eles atravessaram clandestinamente num bote de remos à beira espanhola e esconderam-se num curral de cabras até o amanhecer. O grupo estava formado por cinquenta estudantes africanos e vários guias de operação franceses e americanos membros das organizações religiosas estrangeiras encarregadas da operação. Eles tinham viajado como turistas em vários carros para evitar ir em caravana e não levantar as suspeitas da polícia espanhola. Os seus guias distribuíram-lhes passaportes autênticos emitidos pelo Senegal e o Congo Brazzaville, mas com identidades falsas.

O percurso levou-os através da Galiza, Astúrias e Cantábria até que chegaram sem contratempo a San Sebastián, onde voltou a reunir-se toda a expedição. Durante a viagem, hospedavam-se nas casas dos colaboradores espanhóis da rede, onde comiam e descansavam. «O camponês espanhol, cujo nome não me recordo (mesmo que me recordasse estou certo de que seria seu pseudónimo porque não é hábito utilizar os verdadeiros nomes neste tipo e atividade), era um homem de meia-idade, aparentando quarenta e cinco anos», diz Chissano em seu livro. Era vivo, alegre. Ele passava a maior parte do tempo a vigiar a estrada para ver se havia sinais de busca pela polícia. É de supor que ele estava em ligação com outras pessoas em várias cidades. (...) Uma das conversas dele que o levaram a perguntar-nos: “Vocês sabem quem é o primeiro comunista do mundo?” A resposta veio dele próprio para satisfazer a nossa curiosidade. “Jesus Cristo foio primeiro comunista do mundo. Ele tinha o seu partido com um Comité Central de doze membros. O seu programa era salvar os pobres, os escravos, da tirania dos grandes senhores”. Creio que foi, em parte, para explicar a razão da sua participação apaixonada na nossa operação de retirada de Portugal em direção à nossa salvação e a dos nossos países.

Quando chegaram a San Sebastián, todos subiram num machimbombo «de luxo» em direção da fronteira de Hendaye, na França. Tudo parecia correr como planejado, mas o plano não deu certo. Nunca souberam o quê que deu errado. Talvez o polícia cúmplice que deveria ter facilitado o trânsito através da fronteira. «Os agentes viram que os nossos passaportes não tinham o carimbo de saída de Portugal», me explica Mocumbi. O enredo que lhes tinha permitido fugir, ficou facilmente exposto. Os seus nomes e as suas nacionalidades eram falsos.

O grupo foi levado ao destacamento da Guarda Civil, onde foram algemados e interrogados um por um. «Nós confessamos que estávamos a viajar para a França, um país onde poder estudar, ler e falar em liberdade. Não queríamos

nada de Portugal, só a liberdade», me diz Mocumbi que disseram aos agentes espanhóis. A lista fornecida pela PIDE com os nomes dos fugitivos já estava em poder do oficial. A polícia levou-os para a prisão de San Sebastian, onde distribuíram-lhes cobertores e colchões «malcheirosos», e deram-lhes para jantar «pão comprido de tipo baguete e consomé de carne, sem carne». O grupo ficou desanimado a pensar que a sua extradição para Portugal era uma questão de horas. Alguns rezaram em silêncio, outros cantavam canções dos seus países.

Os guias franceses e americanos, também detidos, começaram a mexer os fios da diplomacia. Eles escreveram ao representante consular dos Estados Unidos. Explicaram o perigo que os estudantes das colônias africanas corriam em Portugal e informaram-lhe que se dirigiam para a França, onde esperavam receber asilo político para continuar com os seus estudos. Muitos anos depois, eles descobriram que a carta entregue à polícia espanhola nunca saiu da prisão. No entanto, «setenta e tantas horas depois» apareceu um comissário que lhes disse: «Nós sabemos quem são vocês, sabemos que são portugueses. Agora, quando tiremos vocês da cadeia, não se esqueçam da Espanha». Mocumbi repete-o com um sorriso: «Sempre vou lembrar-me do que eles nos disseram: Não se esqueçam da Espanha.»

Três décadas mais tarde, Pascoal Mocumbi fez uma visita oficial à Espanha como ministro dos Assuntos Estrangeiros. O seu homólogo espanhol, Francisco Fernández Ordoñez, perguntou se ele tinha estado lá antes. «Sim, conheço o seu país. Uma vez estive na prisão», disse Mocumbi. «Depois ele me disse que também tinha estado na mesma prisão na época de Franco». Fernández Ordoñez foi ministro dos Assuntos Estrangeiros do governo socialista de Felipe González até dois meses antes da sua morte em agosto de 1992. «Encontramo-nos em momentos diferentes ao longo dos anos e estabelecemos uma amizade pessoal. Fora de protocolo me levou jantar na sua casa e também a beber vinho e comer *tapas*».

A polícia levou os estudantes africanos de volta para o machimbombo. «Ainda não tínhamos certeza do que iria acontecer, mas as caras descontraídas e amigáveis de todos os guardas nos animavam», disse Chissano. «O machimbombo levou-nos à sede do município onde o presidente da câmara municipal se despediu de nós a dizer: “Vocês, angolanos, são muito bons, é preciso libertá-los”. Todos éramos tomados por angolanos». Após a cerimônia protocolaria, se dirigiram à fronteira, que finalmente atravessaram sem problemas. Mal pisaram chão francês, brindaram com champanhe. «António Alves Tomás de Medeiros, estudante de medicina de São Tomé e Príncipe, fez um discurso cheio de emoção exacerbada pelos tragos de vinho que tomara. Soaram bem alto as palavras que tinham de ficar na minha memória até hoje: “Camaradas, esta ainda não é a verdadeira Liberdade. A verdadeira Liberdade será a liberdade dos nossos povos...” e chorou».

Muitos anos depois, Pascoal Mocumbi e a sua mulher, Adelina, fizeram uma viagem a alguns dos lugares que ele percorreu durante a fuga pela Espanha. «Nós já estávamos casados e com filhos. Fizemos juntos a viagem. A minha esposa estava interessada em fazer aquela viagem e visitar San Sebastian».

O grupo chegou a Sevres, um bairro periférico de Paris, nos primeiros dias de julho de 1961. Foram hospedados em casas da CIMADE, uma organização ecumênica protestante francesa que formava parte da rede responsável para tirar de Portugal estudantes africanos das colônias. Joaquim e Pascoal não sabiam como iriam viver nem como iriam continuar com os seus estudos de medicina. «Os Estados Unidos estava longe demais, nós preferíamos ficar na França para assim poder estar em contato com os nossos compatriotas», recorda Mocumbi. O seu amigo Chissano estava sem um tostão desde que tinha saído um ano antes de Moçambique, sempre à espera do importe da bolsa que nunca chegava. «Era o meu amigo Pascoal quem me prestava o dinheiro para os transportes e outros gastos pessoais», escreveu.

Desde lá tentaram estabelecer contato com o Movimento de Libertação de Moçambique. Aproveitaram a visita a Paris de dois destacados compatriotas, Marcelino dos Santos, líder da luta anticolonial que residia em Rabat, e Eduardo Mondlane, que desde o seu escritório em Nova Iorque já tinha começado a idear o processo de emancipação de Moçambique. Mondlane deixou pouco tempo depois as Nações Unidas para deslocar-se a Dar es Salaam, na Tanzânia, onde se estabeleceu a sede da organização, e começar a planificação da luta da independência de Portugal.

Finalmente, o dinheiro da bolsa chegou e Mocumbi e Chissano decidiram ir a Poitiers, onde se matricularam na faculdade de medicina. Lá fundaram a UNEMO (União Nacional de Estudantes Moçambicanos), uma organização nacionalista para atrair aos estudantes moçambicanos espalhados pelo mundo e unir-se aos movimentos de libertação já existentes. Joaquim Chissano foi o presidente e Pascoal Mocumbi o vice-presidente. A organização desempenhou um papel fundamental naqueles anos convulsos até a criação em Dar es Salaam, o 25 de junho de 1962, da Frelimo, à que UNEMO decidiu juntar-se. As suas atividades políticas fizeram com que começaram a viajar pelo mundo. Chissano foi aos Estados Unidos, onde se encontrou com Eduardo Mondlane, para ganhar adeptos à causa, e Mocumbi viajou à Tanzânia ao primeiro congresso da Frelimo em representação da UNEMO. O compromisso político era de cada vez mais exigente e começou a tirar-lhes horas de estudo. Em 1963, Chissano decidiu interrompe-los e foi chamado por Eduardo Mondlane para integrar-se no Comité Central da Organização em Dar es Salaam. Ali viveu até 1974 e assumiu a tarefa de implementar a transferência de poderes entre o governo português e a Frelimo uma vez finalizaram os quatro séculos de dominação colonial, e preparar a declaração de independência de Samora Machel.

Pascoal Mocumbi também deixou naquele ano os estudos para deslocar-se a Tanzânia. Igual que o seu companheiro Chissano foi incluído no Comité Central, onde se encarregou do Departamento de Informação e Propaganda. Entre 1965 e 1967, Mocumbi foi o representante da Frelimo na Argélia. Lá, os membros da Frelimo recebiam formação militar. Aquele ano, mal acabou a sua missão, retomou os seus estudos de medicina na universidade suíça de Lausanne até graduar-se em 1973. Especializou-se em cirurgia, obstetrícia e pediatria.

Regressou a Moçambique em 1975, após a saída dos portugueses, que deixaram o país devastado e sem especialistas nem médicos nem quadros técnicos. Pascoal Mocumbi foi um dos primeiros doutores negros moçambicanos e exerceu a medicina até que se incorporou ao governo independente de Moçambique em 1980.

A política foi parte da vida dos dois jovens desde os anos de juventude. Ambos os dois continuaram ligados desde aquele distante dia que se conheceram na varanda da casa de chapa da Mafalala. Quando a guerra colonial acabou, em 1974, Joaquim Chissano voltou de Tanzânia a Moçambique como primeiro ministro do governo de transição. Depois da proclamação da independência, o 25 de junho de 1975, ocupou a pasta dos Assuntos Estrangeiros. Após a morte de Samora Machel, em 1986, foi designado presidente de Moçambique, cargo que ocupou até 2005. Aliás, foi presidente da Comunidade de Desenvolvimento de África Austral (SADC), vice-presidente da Internacional Socialista e presidente da União Africana. Depois de ter deixado a presidência de Moçambique, tem participado em diversas missões de paz para as Nações Unidas. Em 2006, o ex-secretário geral da ONU, Kofi Annan, o nomeou o seu enviado especial para a Uganda e o Sudão do Sul com o propósito de mediar no conflito com o Exército de Resistência do Senhor (LRA). Chissano goza de um grande prestígio internacional. Recentemente foi nomeado enviado da União Africana para o conflito do Saara Ocidental.

Pela sua parte, Pascoal Mocumbi foi ministro de Saúde entre 1980 e 1987. Depois, Chissano lhe ofereceu a pasta dos Assuntos Estrangeiros, que desempenhou durante sete anos. Entre 1994 e 2004 foi o primeiro-ministro de Moçambique. Após de ter deixado a política, formou parte de inúmeros projetos de diferentes organismos nacionais e internacionais no setor da saúde. «Foi uma vida difícil, mas nunca perdemos a esperança», me confessa um dia de chuva torrencial de dezembro de 2014 no seu escritório do Centro de Investigação de Saúde de Manhica. O CISM é uma instituição financiada por várias entidades espanholas e internacionais. Há anos que é uma das intervenções de destaque da Agência Espanhola de Coperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) em Moçambique. Mocumbi preside a Fundação Manhica, encarregada da gestão científica do centro.

Pascoal Mocumbi é um homem alto e forte de setenta e três anos. O dia que nos encontramos veste uma camisa de quadros e calças de ganga, e acima da mesa há um boné de farmeiro americano que coloca quando sai fora. Os seus movimentos são suaves e harmoniosos. Tem um aspeto elegante e distinto. A sua cabeça é majestosa, a face suave e os olhos vidrosos. Tem a voz pausada e cadente. Enquanto fala agita umas mãos grandes, que às vezes se tocam na ponta dos dedos e outras se entrelaçam. Resulta ser uma pessoa querida, educada e amável. Pergunto-lhe se chegou a imaginar a vida que esperava por ele quando foi estudar a Lisboa. «Talvez poderia ter imaginado ser médico alguma vez, mas o resto...», faz uma longa pausa. Fita um ponto indeterminado do quarto como se debruçasse no vazio das lembranças, desafiando a

penumbra da memória para arranhar alguns dados longínquos de uma vida intensa, turbulenta e apaixonante. Depois continua a falar: «Nem por acaso. Eu queria estudar medicina, mas também queria ter liberdade. Tudo o que vi e vivi, tudo o que conheci naqueles anos, tantas pessoas importantes que encontrei ao longo do caminho, aqueles que apostaram por nós para poder estudar mesmo sendo pretos... Fizemos tudo isso para atingir a liberdade. Descobrimos o direito a sermos livres, mas foi preciso dotar de valor e defender esse direito».

Uns dias antes, Pascoal Mocumbi tinha sido condecorado pelo rei da Espanha com a Ordem de Isabel a Católica. Assisti a cerimónia que se celebrou na residência do embaixador da Espanha em Moçambique, Santiago Miralles, quem lhe investiu com a distinção. A concessão distinguiu Mocumbi pela sua contribuição às relações entre ambos os países enquanto foi ministro de saúde, ministro dos assuntos estrangeiros e primeiro ministro de Moçambique e pelo trabalho que exerceu na Fundação Manhiça. «Senti-me muito orgulhoso», confessa. «Recebi a medalha na frente de dirigentes, ministros e jornalistas; mas, especialmente, da minha família. Os meus filhos todos –ele tem seis– estiveram presentes».

Penso que talvez Deus escutou as plegárias do avô de Pascoal Mocumbi, Alson Nkuxlhe, e lhe concedeu o desejo que tanto tinha repetido para que o seu neto e o seu inseparável amigo, Joaquim Chissano, chegaram a ser «grandes homens».

História, movimento e câmbio

F

átima Valcarcel manifestou desde criança uma atração inconsciente pela África. Na adolescência se perguntava porquê todo o mundo mostrava interesse por Madagáscar e ninguém olhava para o outro lado do canal, onde estava Moçambique. Muitos anos mais tarde, e depois de ter passado um tempo a trabalhar no Mali, descobriu que aquela paixão inconsciente da infância pela África não era fruto de um sonho ou da imaginação literária. E Fátima continuou a pensar em Moçambique.

Fátima Valcárcel viajou a Moçambique em agosto de 2006. No seu programa de viagem incluiu a Ilha de Moçambique, uma cidade insular na província de Nampula que deu nome ao país e que foi a sua primeira capital. Fátima desconhecia a sua existência até que foi declarada património da humanidade pela UNESCO em 1991. Foi uma surpresa para ela que depois de ter sido redescoberta para o mundo e colocada no mapa pelo organismo das Nações Unidas, apenas continuasse a ser um local desconhecido pelo turismo internacional, até pelo espanhol. Mal chegou à Ilha de Moçambique, Fátima sentiu-se enfeitada pelo abundante património arquitetónico, histórico e cultural encerrado num espaço tão pequeno.

Chamou-lhe a atenção a não existência de nenhuma escrita, nem romance nem ensaio nem história sobre a Ilha de Moçambique, coisa que não se passava, por exemplo, com uma outra ilha não distante, Zanzibar. «Há escassos documentos escritos sobre a Ilha de Moçambique, apesar de ter sido a primeira capital da colônia portuguesa no país. Chocou-me muito que não existisse nada e falei para mim: se ninguém tem feito, tenho de fazer eu». Como achou o tema cativante, tencionou escrever um romance histórico. Começou à procura de informação *online* e nos arquivos históricos de Lisboa e Maputo, mas encontrou muito pouco.

Na sua visita à Ilha, ficou seduzida pelo cemitério católico que está numa esquina da ínsula. Percorreu lápides, olhou para elas, uma a uma, a pergun-

tar-se quem estaria ali sepultado. Imaginou as suas histórias. «Fiquei com alguns nomes e datas. Foi assim que decidi que o romance ia passar-se entre aquelas datas».

No início de 2013, Fátima Valcárcel decidiu estabelecer-se em Lisboa porque a aproximava da África, que tanto a atraía, e também da América Latina. Tinha a vontade de deixar atrás o jornalismo, por desencantamento, e dedicar-se ao setor turístico. Pensou que poderia desenvolver um projeto que rondava nos seus pensamentos, com o estímulo pessoal de ter acesso a uma informação fundamental para escrever o romance histórico sobre a Ilha de Moçambique que já começava a ganhar forma.

Quando Fátima visitou pela primeira vez o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, descobriu a existência de documentos desde 1605. Ficou fascinada. «Encontrei documentos originais escritos em português por Filipe II de seu próprio punho, documentos que eu tinha nas minhas mãos. Não fui capaz de reprimir-me, apetecia-me escrever tudo desde o início». Também encontrou cartografia.

Fátima ficou deslumbrada com a história do reino de Monomotapa, um vasto território que atingiu o seu apogeu em meados do século XV graças ao comércio de prata, ouro e marfim. Esses produtos eram transportados ao porto de Sofala, que foi fortificado, e a outros pontos da costa do Índico, onde os comerciantes árabes os trocavam por tecidos, vidros e missangas. Os comerciantes portugueses tinham muito interesse no estabelecimento de relações com o rei de Monomotapa para explorar as minas de ouro e conseguir marfim. Lutaram contra os árabes pelo comércio da costa e foram adentrando-se aos poucos, com grande dificuldade, desde o litoral para o interior do rio Zambeze, tentando submeter ao monarca. Desde Lisboa, as autoridades, desconfiadas, enviaram um emissário para comprovar realmente a existência das minas e avaliar se o investimento valia a pena.

Achou a história muito atraente e planejou escrevê-la. Porém, desistiu cedo. Fátima me explica que «era contrária à maneira como a história da África tinha sido contada durante os séculos da colonização, onde exploradores e jornalistas da época ofereceram a imagem de que os africanos não evoluíam; olhava-se para eles como pertencentes a sociedades estáticas». Explicou-me também que ela tinha muito respeito pelos africanos depois de ter estudado o império do Mali e comprovar que o fato de que as sociedades africanas não evoluíam era mentira, sobretudo porque quem afirmava isso, às vezes conscientes e outras por desconhecimento, tinham sido os colonizadores. Isto é, quando se explica a história da África, o que se lê na maioria dos textos é que os seus habitantes nunca participaram na colonização. «Tudo fica no que os colonizadores fizeram, e a visão do africano não se tem refletido nos últimos dois séculos. Simplesmente não quiseram dar protagonismo aos africanos ao narrar a história».

Fátima Valcárcel apercebeu-se do seu grande desconhecimento sobre o reino de Monomotapa e sobre Portugal para escrever um romance histórico. «Achei muito difícil perceber a mentalidade portuguesa e africana da altura e

tentar ser o mais objetiva possível com todos os atores». Tinha preconceitos para compensar as deficiências de tantos séculos de escrita de autores ocidentais sobre os africanos, mas ao mesmo tempo, deu-se conta de que também não conhecia o povo português, e começou a sentir muito respeito pela sua história em tanto que povo navegante e explorador.

A ideia de escrever um romance histórico sobre a Ilha de Moçambique tornou-se uma grande pressão. O escritor António Sarabia recomendou-lhe escrever um ensaio, porque considerava que Fátima tinha uma atitude racional demais. Ela não queria escrever um ensaio, tinha vontade de chegar até o grande público. «Sarabia me disse que não podia pretender ser tão fiel à realidade. “Sempre haverá lacunas e sempre haverá ficção. Não te podes sentir tão comprometida com a causa e se te sentes tão comprometida, nalgum momento haverá de aflorar o romance, e os documentos também não vão dar-te a realidade». Por fim, depois de tantas dúvidas, não se sentiu preparada para escrever o romance e decidiu fazer um parêntese.

Enquanto se afastava do romance, Fátima lançou o projeto turístico chamado *Siete Lisboa* — pelo número de colinas da capital portuguesa. *Siete Lisboa* é uma página web em espanhol multitemática sobre a cidade da luz. Fátima chegou a Lisboa depois de ter trabalhado no Mali em projetos de cooperação. É uma mulher alta, de pele branca e cabelo comprido e escuro. Tem uma conversa ágil e extensa. Confessa que encontrou o seu lugar em Lisboa. Nasceu em Valencia em 1972. Estudou administração de empresas e jornalismo em Valencia e um mestrado de relações internacionais e estudos africanos em Madrid. Viveu cinco anos em Londres enquanto trabalhava para o canal de televisão em espanhol Bloomberg Television. Em 2009 voltou a Espanha e trabalhou como redatora chefe na secção de economia da revista *Política Exterior*.

Durante o tempo em que estava a aprimorar o seu projeto, decidiu estudar em profundidade a história de Portugal para conhecer e compreender melhor os portugueses: «um povo muito aberto e sempre a olhar para o mar. Aberto às outras culturas além dos mares. Um povo de navegantes e exploradores que saem para conhecer e não para descobrir e conquistar. Nós, os espanhóis, olhamos para os nossos navegantes mais como conquistadores, eles fazem-no mais como navegantes».

Finalmente, há uns meses, Fátima retomou a ideia de escrever o romance. As lacunas históricas sobre o reino de Monomotapa com que deparou eram grandes demais para enchê-las com ficção. Decidiu emoldurar o enredo do livro num período histórico posterior, desde finais do século XVIII até o início do século XIX, incluindo como decorado os edifícios da Ilha e a sua história em base a um mapa de 1802 que descobriu no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), e que agora está pendurado na parede do seu apartamento em Lisboa.

Viajo a Lisboa para ter com Fátima Valcárcel sobre a Ilha de Moçambique e o seu romance até onde ela me possa desvendar, mesmo sabendo que é um grande favor, porque há poucos escritores que tratem com estranhos o enredo da sua obra enquanto escrevem-na.

No AHU, Fátima queimou as pestanas durante meses à procura de documentos da época e se impregnou da história de Portugal e de Moçambique para poder documentar o seu romance. Os arquivos estão a um centenar de metros do Tejo, já perto da sua desembocadura no Atlântico, no bairro da Ajuda. É um prédio retangular do início do século XX com três andares de altura e uma fachada branca de varandas gradeadas. A porta principal é de ferro, rematada por um arco elevado e ladeada por quatro colunas e dois vitrais. O jardim da frente está desleixado. Havia algumas árvores espalhadas e muito mato seco.

As escadas que levam aos andares superiores estão cobertas de azulejos portugueses com desenhos azuis. Numa das paredes há uma pintura grande com o escudo heráldico de Francisco Xavier, o missionário espanhol, cofundador a Companhia de Jesus, que chegou a Moçambique em 1541 a caminho da Índia. Na Ilha de Moçambique há uma linda capela branca no local onde, segundo a tradição, o religioso sentava-se a rezar e a olhar para o mar enquanto esperava o barco que ia levá-lo a Oriente.

O AHU fez recentemente um grande trabalho de digitalização dos catálogos com os conteúdos dos arquivos por anos, para facilitar a tarefa dos investigadores e diminuir o tempo de busca. Numa das salas cumprimentamos Isabel, documentalista do centro, a quem solicitamos uma série de documentos da época histórica que interessam a Fátima. A sala é comprida, com paredes amarelas e prateleiras cheias de livros. Há várias mesas alinhadas no centro, ocupadas por um punhado de pessoas concentradas na leitura de livros e documentos. Isabel tira para nós uma caixa de documentos do século XVIII, todos originais e em bom estado de conservação. Desprendem um maravilhoso cheiro a velho e têm uma cor amarelada e manchas de humidade pelos séculos transcorridos. Os documentos estão escritos a mão, com bico de pena e tinta preta. Versam sobre assuntos díspares referidos a Moçambique. Nem todos têm uma leitura fácil devido ao ornamento da caligrafia. Os folheamos durante longo tempo até que, às sete em ponto, o zelador da porta principal faz soar um sino de aço que anuncia o fechamento do arquivo.

Enquanto nos afastamos do arquivo a pé, Fátima Valcárcel conta-me que nas suas investigações descobriu que o sismo de Lisboa de 1755, e os maremotos sucessivos, causaram quase cem mil mortos, destruíram centenas de prédios e fez com que se perderam muitíssimos documentos. Esta foi uma das razões pelas quais ela decidiu adiar o começo do seu romance. O ano de 1752 é uma data simbólica porque Moçambique não tinha ainda o estatuto de colônia e tinha permanecido sob o domínio de seus governantes orientais que, na altura, ainda tinham o título de Capitães Gerais. A Ilha de Moçambique foi a primeira Capitania Geral — capital — de Moçambique em tanto que colônia. Fátima achou essa data perfeita para principiar o seu livro, além de mais, os edifícios históricos principais que se construíram na ilha já existiam.

Esses edifícios eram parte da infraestruturas que Portugal construiu ao longo do tempo para oferecer serviço à população que ali se estabeleceu. Os mais relevantes são a Fortaleza de São Sebastião e o Palácio de São Paulo, que se

tornou a residência oficial dos capitães gerais, os quais em 1833 começaram a ser designados como governadores-gerais, e a sede do governo. O palácio é hoje em dia um museu muito evocador, fruto da adaptação do Colégio da Companhia de Jesus que se erigiu no início do século XVII, quando a Espanha e Portugal partilhavam um mesmo rei. O fortim de São Lourenço está do lado oposto da ilha.

Surpreende a grande quantidade de igrejas que na altura existiam na ilha devido às muitas rivalidades entre as diferentes agrupações religiosas, principalmente entre os dominicanos e os jesuítas. Destacam-se a igreja de Nossa Senhora da Saúde, a igreja da Misericórdia, a igreja de Santo Domingos e a ermida de Santo António. Um outro prédio importante foi a alfândega e a casa da fazenda. Havia um lavadouro público e uma canteira para as construções. Também destaca o hospital e a sua relação com a Santa Casa da Misericórdia. Naquela época histórica, essa instituição gozou de bastante poder em Portugal sobre a gestão da ilha. Na atualidade, a Santa Casa da Misericórdia administra a maior parte das instituições sociais do país. É religiosa e privada. A lotaria portuguesa, por exemplo, lhe pertence: uma maneira muito curiosa de financiar-se. Na Ilha de Moçambique, um espaço tão reduzido, era muito difícil dispor de água doce e cultivar. Os portugueses, porém, conseguiram amansar campos de café e de algodão na zona continental.

A Espanha, igual que está a fazer com o outro núcleo histórico do país, a ilha de Ibo, quis participar também na recuperação e restauração do conjunto monumental. Entre 2010 e 2014 a UNESCO usou a dotação espanhola do Fundo para os Objetivos do Milénio na reabilitação de edifícios e na instalação de um centro de atenção turística. Muito antes, em 1995, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID) facilitou que o Archivo General de Simancas entregara ao governo moçambicano os documentos microfilmados sobre Moçambique e, especialmente, à Ilha, que estão no seu poder.

Foi no século XVIII quando as autoridades portuguesas permitiram a todos os seus cidadãos o comércio com Moçambique, que até então tinha estado sob o controlo exclusivo dos governadores e do exército. Estes só mantiveram o privilégio do comércio da pólvora e da missanga grossa e da missanga.

É desta época que data a construção do Forte de Mossuril, que serviu para proteger a Ilha de Moçambique dos ataques que recebiam dos «naturais». «Este é um facto histórico importante, porque é considerado que eles eram os cidadãos autóctones, com o que isso significa», assinala Fátima. Até 1759, Monomotapa tinha sido um reino grande, poderoso e estável, mas começou a desmembrar-se devido as lutas internas e o ouro que brotava dos rios foi sumindo aos poucos. O seu comércio foi substituído pelo tráfico de escravos que no início serviu para alimentar as plantações dos franceses em Madagascar, porém, depois, este dirigiu-se às plantações do Brasil.

Vasco da Gama chegou à Ilha de Moçambique a dois de março de 1498, embora os portugueses já tivessem conhecimento da existência da ilha e de outros portos no Índico. Além de Vasco da Gama, os navegantes e os explora-

dores João de Castro, Fernando de Magalhães e Pedro Alvarez de Cabral, e o poeta e escritor Luís de Camões, viveram ou passaram pela ilha a caminho das Índias Orientais. A Ilha de Moçambique nunca chegou a ter a relevância de outros entrepostos da costa oriental africana. Durante muito tempo foi um lugar de passagem e abastecimento para os navegantes portugueses, depois tornou-se fortaleza e feitoria.

O marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, decidiu apostar pelo território de Moçambique. Para isso, aprovou o decreto de separação da Índia. O marquês de Pombal foi o responsável pela expulsão dos jesuítas de Lisboa em 1759 e dos domínios de ultramar, expropriando-lhes todas as suas posses. Em 1761 outorgou-se à Ilha de Moçambique à categoria de vila para revigorar e reparar o declínio que estava a sofrer. Também por carta régia, em 1818 elevou-se a ilha à categoria de cidade com a função de capital colonial até 1898. Na Ilha de Moçambique criou-se uma colônia «suailizada», formada por africanos do interior do continente e árabes e indianos dedicados ao comércio. «Imagina a quantidade de estórias que pode ter uma ilha de três quilômetros de longo e quatrocentos metros de largo situada a três quilômetros do continente — hoje ligada por uma ponte — e as diferentes personagens que participaram nesse encontro entre culturas», diz Fátima. «Se hoje é difícil aceitar uma relação entre duas culturas, imagina o que aquela significou. Todas essas histórias acontecem num território muito pequeno que, ainda por cima, é uma ilha».

Para Fátima há três tipos humanos que representam a colonização em África: o militar, o missionário e o comerciante. Entre eles surgiram brigas, principalmente entre o missionário e o militar. É a partir de essas figuras principais que Fátima desenvolve o enredo da sua história. «É o desencontro entre culturas com um componente dramático de amor.»

No início, em Moçambique não havia mulheres portuguesas e estas começaram a chegar aos poucos. «Há documentos que revelam que um capitão geral, ao comando da Ilha de Moçambique, se suicidou cravando-se uma espada na barriga num momento de alienação mental. Outros dizem que foi porque não podia manter à sua família, presente com ele na ilha, não sei se pela supressão de provisões imposta pela metrópole o porque os ataques dos nativos do continente impossibilitava a sua chegada».

O livro de Fátima terá em conta outro tema fundamental da história europeia: as Guerras Napoleónicas. Quando os soldados de Napoleão chegaram a Portugal, os reis lusos fugiram a América e acrescentaram neles o título de emperadores do Brasil. Eles abandonaram o povo português até que a situação acalmara. Antes da fuga, estabeleceram uma regência com um governo britânico para lutar contra Napoleão. Os ingleses ajudaram a Portugal a banir as tropas francesas do seu território. Esta circunstância impulsou as relações entre a Inglaterra e Portugal. Naquela altura, a Inglaterra decidiu proibir a escravidão e, em 1815, foi assinado o tratado luso-inglês que aboliu a escravidão em Portugal e em Moçambique. No tráfico de escravos não tinham participado os

navegantes que comerciavam com especiarias e licor, senão outro tipo de comerciantes especializados nesse lucrativo negócio.

Fátima decide não desvendar-me mais nada da sua obra. Caminhamos por uma senda à beira do Tejo. Aprecio o entardecer da cidade de Lisboa enquanto imagino a luz e as cores das casas meio derruídas da Ilha de Moçambique, esse lugar mágico repleto de história que deu nome a um país inteiro. Antes de dizer adeus, Fátima me fala do professor Ferran Iniesta e me diz que concorda completamente com a exposição que ele faz no seu livro *Bajo la cruz del sur. Religión, comercio y guerra en el Canal de Mozambique*, quando escreve que «para ir contra o lugar-comum das sociedades imóveis, estáticas, verdadeiros símbolos do eterno retorno, há tempo que me tenho decidido pela história». Porque decidir-se pela história é aceitar a existência do movimento nessas culturas.

O médico caçador e os padres burgueses de Burgos

J

oaquim Chissano marca um encontro comigo um dia de calor e humidade extrema no verão austral, perto do Natal, na sua majestosa casa da avenida Armando Tivane na Sommerschield, um dos bairros mais seletos de Maputo. A moradia, vizinha da casa de Graça Machel e Nelson Mandela, é de um só andar, com planta de cruz, muros brancos e telhado de telha vermelha. Frondosas árvores lindam a vasta propriedade, atapetada com uma relva mimada e deslumbrante. Mesmo que a piscina não se vê, desde algum lugar do jardim chega o cheiro a cloro e o borbotar do motor que renova a água. Um estacionamento espaçoso antecede à entrada principal.

Ao encontro me acompanha Lucía Chicote, a segunda chefia da Embaixada da Espanha que, prestes a concluir a sua missão diplomática no país, deseja conhecer pessoalmente uma das personagens mais carismáticas e destacadas da história de Moçambique. Vários membros do serviço do ex-presidente aguardam pela nossa chegada à sombra do alpendre. Um deles nos conduz por uma luminosa galeria com chão de mármore branco, no qual jaz uma pele estendida de guepardo com a cabeça em relevo. Acomodam-nos numa sala de espera com o ar-condicionado a pleno rendimento. Uma televisão de plasma sem volume emite notícias em inglês.

Meia hora depois, um jovem de fato escuro corre as cortinas de um lateral da estância e convida-nos a entrar num amplo salão ovalado de grandes janelas com vistas ao jardim traseiro. Trás os muros da propriedade distingue-se o recentemente inaugurado Palácio Presidencial, construído num tempo recorde por operários chineses. O centro do salão está ocupado por um conjunto de cómodas poltronas e sofás à volta de uma mesa de chá de madeira. O resto da sala está decorado com uma escultura maconde imponente, pinturas africanas, tapetes persas, vasos com flores e luminárias de mesa.

Joaquim Chissano aparece pelo extremo oposto da sala e cumprimenta-nos cortesmente com um sorriso. Mais bojudado do que eu imaginava, ele tem os

olhos luminosos e lanceolados, cabelo só nos parietais e o seu inconfundível cavanhaque, já grisalho. Veste uma camisa de seda africana estampada, colorida e com desenhos geométricos. Ele senta-se, com o aspeto de estar um bocado cansado, numa poltrona de cabedal da mesma cor que a avelã. Mais tarde confessa-nos que a noite anterior teve convidados até muito tarde. Relembra com voz pausada, cálida e juvenil, algumas das suas visitas a Espanha durante o desempenho das suas funções no governo e nas instituições às quais pertenceu. Pergunto-lhe se alguma vez voltou a San Sebastián, como Pascoal Mocumbi. «Não, nunca», responde a sorrir. «Não guarda uma boa lembrança?», insisto. «Não, não é isso. Foram muito simpáticos», assegura. «Eles poderiam ter-nos devolvido a Portugal e não têm feito».

Joaquim Chissano fala-nos da sua viagem oficial à Espanha em 1998. «Hospedaram-me no Palácio Real e fui condecorado pelo rei João Carlos. Estabelecemos uma relação de amizade com o Rei e a Rainha, e aproveitei para agradecer o que a família real estava a fazer por Moçambique na área social».

Ao longo dos anos encontrou Felipe González em diversas ocasiões no marco das reuniões da Internacional Socialista, organização a qual pertence a Frelimo e da que Chissano foi o vice-presidente. Com José Maria Aznar manteve uma relação mais profunda e contínua. Porém, como ele já não era presidente de Moçambique, com José Luís Rodríguez Zapatero só coincidiu em foros internacionais.

Joaquim Chissano visitou a Expo de Sevilha em 1992. «Tive tempo de visitar a catedral, uma maravilha arquitetónica». Também passou várias vezes por Espanha para assistir às reuniões do Fundo Monetário Internacional e do Clube de Madrid, uma organização independente formada por mais de cem ex-chefes de estado e de governo democráticos de sessenta e sete países diferentes da que ele é membro desde a sua constituição em 2002. O Clube de Madrid assessora no fortalecimento das instituições democráticas e na resolução de conflitos.

Joaquim Chissano explica o que aconteceu com ele e o diretor o FMI, o francês Michael Camdessus. Na altura, Chissano devotava-se na busca de fundos para a construção de uma ponte no rio Zambeze. Os assistentes à reunião perguntaram-lhe se a construção da ponte era uma prioridade económica. Chissano respondeu que como é que eles tinham a coragem de fazer essa pergunta quando na Europa constroem-se nas cidades pontes maiores só para diminuir o tempo de um trajeto de vinte em dez minutos. «A ponte que nós queremos construir lá, é para reduzir o tempo de espera da travessia de três meses em um dia», disse, «porque há carros que esperam de um a dois meses para levar a mercadoria de um ponto a outro do país». Um tempo depois, Joaquim Chissano encontrou Michael Camdessus na França. Quando eles se cumprimentaram, Camdessus «lembrou-se daquele meu comentário sobre que na Europa constroem-se pontes onde não há rios».

Falamos do passado. Pergunto-lhe se é verdade, como me disseram, que no desfecho da guerra da independência de Moçambique houve um caçador espanhol como protagonista involuntário. «Sim», responde a rir, «a guerra

entre Portugal e Moçambique acabou com a intervenção fortuita do médico de Franco».

A guerra colonial entre Portugal e a Frelimo começou em setembro de 1964. O movimento, que tinha a sua sede em Dar es Salaam, tinha-se constituído dois anos antes com a união de várias tendências independentistas. Sob o patrocínio do primeiro presidente da Tanzânia, Julyus Nyerere — pai do socialismo em África — e dirigido por Eduardo Mondlane, um moçambicano negro, antropólogo e funcionário das Nações Unidas, a Frelimo duvidava quê caminho escolher para atingir a independência: o político ou o bélico. Com estas dúvidas nos escritórios do quartel-general, o conflito começou pela via das armas quando um grupo de guerrilheiros atacou uma base militar portuguesa no norte do país. O primeiro tiro foi disparado pelo general Alberto Chipande contra o posto administrativo de Meluco, em 1964. Chipande foi, depois da independência de Portugal, o primeiro ministro de Defesa de Moçambique.

Nos primórdios das atividades guerrilheiras, a organização apenas contava com trezentos combatentes, contudo, eles fizeram-se fortes em pequenas áreas graças ao apoio da população maconde. A dolorosa lembrança do massacre de Mueda, quatro anos antes (a infantaria portuguesa matou um número indeterminado de camponeses desarmados enquanto estavam a manifestar-se), e a toma de consciência dos trabalhadores imigrantes que tinham voltado dos países vizinhos onde já se tinham desencadeado movimentos de independência, alimentou à Frelimo com os seus primeiros militantes.

Moçambique é um dos maiores países de África. Tem uma extensão de 800.000 km², mais de 2.500 km de uma ponta à outra onde convivem inúmeros grupos étnicos. Era, por tanto, um território difícil de vertebrar e de dar coesão. Eduardo Mondlane tentou misturar socialismo e guerra de guerrilhas para atingir os objetivos que tinha marcado. Durante o tempo em que Mondlane esteve à frente da organização contou, apesar da sua liderança, com inimigos dentro e fora do partido. Ele acabou por ser assassinado com um livro bomba em 1969. O atentado nunca foi esclarecido, mas parece muito provável que nele participaram dissidentes e agentes da PIDE portuguesa.

A sucessão da direção da Frelimo degenerou numa luta intestina que acabou quando, em maio de 1970, o comandante Samora Machel assumiu a liderança e imprimiu uma virada marxista à organização. Samora, um enfermeiro que tinha-se ligado ao movimento em Dar es Salaam em 1962 e recebido adestramento na Argélia, possuía um grande carisma e indubitáveis dotes para o comando. Ainda que a Frelimo controlava diversas áreas — zonas liberadas — das províncias nortistas de Cabo Delgado e do Niassa, a organização não parecia pôr em risco a supremacia portuguesa no resto do país. De fato, a sua presença se reduzia a pequenos acampamentos escondidos e a unidades móveis de insurgentes. O conflito não era senão uma guerra de guerrilhas, com emboscadas a comboios, colocação de minas nas zonas de passagem e ataques por surpresa às bases militares inimigas, onde os soldados lusos viviam entrenchados. Grande parte da população nativa da região, que se encontrava entre

ambos os dois fogos, foi confinada em «aldeamentos», comunidades sob o controlo das autoridades portuguesas com o objetivo de manter à população longe da influência guerrilheira.

Enquanto o conflito em Moçambique ganhava em intensidade, em Lisboa o ditador Salazar ficava impedido para governar depois de um acidente doméstico. Ele foi substituído por Marcelo Caetano, que tentou modernizar as estruturas do país, mas as suas tímidas iniciativas foram travadas pelo setor mais tradicional do exército. O general Kaulza de Arriaga, um defensor da linha dura das políticas em África, foi nomeado comandante em chefe das tropas portuguesas em Moçambique. Arriaga decidiu dar um golpe de mão definitivo e acabar com o conflito colonial. Em maio de 1970 desenhou a operação *Nó Górdio*, uma ofensiva militar para eliminar as bases guerrilheiras e aniquilar à Frelimo evitando desta maneira a sua expansão às outras províncias.

O general desdobrou um contingente de trinta e cinco mil soldados, toneladas de armamento e dezenas de aviões e helicópteros, quantidades desproporcionadas para o tamanho da província de Cabo Delgado. Perto de setenta mil acampamentos foram destruídos e um grande número de insurgentes morreu. Quatro meses depois do começo da operação, o *Nó Górdio* parecia ter atingido o seu objetivo e o norte voltava a estar sob o controlo das forças armadas. No entanto, as coisas não eram como aparentavam.

Joaquim Chissano assegura que a história do médico de Franco é verdadeira; pelo menos, na altura foi dada como certa. «Franco gostava de caçar. Vinha cá acompanhado do seu médico, ainda que naquele momento Franco não estava.» É muito provável que Chissano refira-se ao doutor Vicente Gil, médico pessoal de Franco, que o historiador americano Stanley Payne descreveu na sua biografia sobre o caudilho como «um homem brusco e um devoto falangista da velha guarda (...) que em 1954 manifestava: “S. E. trabalha demais nessas caçadas, que não lhe dão descanso nenhum, pois dorme pouco. Ontem (...) disparou seis mil balas, e isso é terrível para um homem de sessenta e dois anos. Mais cedo do que pensamos, lhe arrebentará a aorta”». Segundo Joaquim Chissano, o avião que levava o doutor de Franco teria saído de Morrumeu, uma reserva de caça no centro do país próxima da reserva de Gorongosa, onde abundavam diferentes espécies africanas e onde os administradores da Companhia de Moçambique, o governo colonial e os seus ilustres visitantes deliciavam-se a caçar.

Talvez o aparato decidira voar baixo para seguir as pegadas de uma manada de elefantes; os guerrilheiros da Frelimo assustaram-se e acharam que tinham sido descobertos, então, abriram fogo contra o aparato antes de serem atacados por eles. O avião saiu indene e nenhum dos seus ocupantes resultou ferido. Quando deram parte do incidente, o exército português descobriu surpreendido a presença de insurgentes fora de Cabo Delgado. «Nós tínhamos forças na província de Sofala, mas os portugueses não tinham conhecimento», sustenta Chissano. A Frelimo tinha preparado um destacamento para atravessar em

segredo a província de Tete — sem entrar em combate — até Manica e Sofala, e desde lá, atacar o inimigo pela retaguarda.

O fracasso da operação do general Kaulza de Arriaga provocou uma crise moral nos militares portugueses. «Acredito que foi nesse momento que começou o grande desânimo das Forças Armadas», diz Chissano. «Sobretudo dos jovens, que já tinham descoberto havia um tempo que estavam a lutar por uma causa que não era a sua.» A partir de 1972, com a reabertura da frente de Tete e Manica, a estrutura colonial começou a desmoronar-se e o conflito ganhou uma outra dimensão.

Não há provas de que o episódio do avião do médico de Franco tivesse um peso determinante no fim da guerra colonial portuguesa. Os massacres de Mucumbura e Wiriamo sim foram, de fato, um catalisador inesperado que acabou com os delírios coloniais de Portugal em Moçambique. Os responsáveis pela divulgação daqueles fatos foram um grupo de missionários espanhóis, «os padres de Burgos», do IEME (Instituto de Missões Estrangeiras), uma instituição progressista de caráter diocesano com sede nessa cidade espanhola que enviava missionários para a América Latina e África.

Durante os últimos meses de 1971, membros das forças especiais portuguesas entraram a sangue e fogo em várias comunidades da província de Tete e bombardearam aldeias, arrasaram colheitas e apressaram homens, mulheres e crianças que queimavam vivas dentro das suas palhotas. O seu objetivo era eliminar o apoio que a população civil oferecia à guerrilha. Uma sobrevivente da aldeia de Mukumbura, onde morreram dezasseis pessoas, relatou estas atrocidades aos missionários espanhóis Alfonso Valverde e Martín Hernández. Valverde e Hernández eram membros do IEME e tinham chegado a Moçambique anos atrás. Graças a um acordo firmado entre Salazar e o Vaticano em 1940, as portas de Moçambique abriram-se às missões estrangeiras. Os Padres Brancos — expulsos do seu país a meados dos anos 60 —, os missionários combonianos e os religiosos do IEME, entre outros, chegaram ao país, construíram escolas e hospitais, e educaram à população negra durante aqueles anos. Este grupo de religiosos católicos viveu o conflito desde as tripas. Na maioria dos casos, ficaram ao lado da guerrilha e impulsaram a independência do povo moçambicano.

Depois dos ataques a Mucumbura, Valverde e Hernández enterraram os mortos e recolheram as provas da agressão. Com elas escreveram o informe *Mucumbura 1971*, onde relataram pormenorizadamente datas, nomes das vítimas e responsáveis pelos massacres. As suas denúncias encontraram pouco eco entre a hierarquia eclesiástica moçambicana, que era portuguesa e não se afastava da sombra da política que o Estado Novo impunha nas colónias.

No final de dezembro, os dois padres decidiram viajar com as provas à vizinha Rodésia, governada na altura pelo regime racista de Ian Smith, para que outros companheiros missionários naquele país os deram a conhecer fora de África. A PIDE, que conhecia os seus movimentos, advertiu à polícia rodesiana. Quando estavam a passar a fronteira, foram detidos e entregues às autoridades

coloniais portuguesas. Estas encerraram-nos na prisão de Lourenço Marques. Durante um tempo, fora de Moçambique pouco ou nada se soube sobre a sorte dos missionários Valverde e Hernández. Segundo uma nota de imprensa que anos depois distribuiu o Escritório de informação Missionária, «sobre os missionários pesava a acusação de ter-se manifestado publicamente em favor da autodeterminação do povo de Moçambique e a de ter denunciado de palavra e por escrito as mortes de homens, mulheres e crianças acontecidas na região de Mucumbura durante as ações das forças governamentais contra os guerrilheiros da Frelimo».

Valverde e Hernández passaram dois anos encarcerados e grande parte de esse tempo todo incomunicados e em condições deploráveis. O eco dos massacres tinha traspassado as fronteiras de Moçambique. O primeiro-ministro português, Marcelo Caetano, envergonhado pela dimensão internacional que ganharam os acontecimentos, e antes da celebração do juízo e a possibilidade de danos maiores, decidiu amnistiar os dois missionários, que voltaram a Espanha em novembro de 1973 «sem passaporte e sem um tostão». De certo modo, o governo de Lisboa reconhecia os massacres e dava a razão aos padres de Burgos.

Em dezembro de 1972, um ano depois dos acontecimentos de Mucumbura, um novo episódio na província de Tete agravou dramaticamente a situação da guerra em Moçambique. O exército português atacou a aldeia de Wiriamo e assassinou a quatrocentos homens, mulheres e crianças. De novo, missionários espanhóis do IEME de Burgos, companheiros de Valverde e Hernández, foram testemunhos chave desta nova atrocidade. «Eu não tinha carro. Viajava de machimbombo de Changara até Tete. Quando a gente passou por lá, subiram pessoas a gritar: “estão a matar-nos, estão a massacrar-nos”, e começaram o relato do que estava a acontecer», recorda Vicente Berenguer, missionário do IEME. As chamuscas chegavam até a estrada. Mal chegaram a Tete, os seus companheiros já estavam ao corrente do ataque e tinham começado a preparar uma lista com os nomes das vítimas.

Tanto Vicente Berenguer, quanto o resto dos «padres de Burgos», foram obrigados a sair de Moçambique na primavera de 1973 devido às pressões e às ameaças da PIDE, que os acusava de serem membros da Frelimo. Com eles viajaram até a Espanha os documentos sistematizados que tinham reunido sobre os massacres. O responsável de tirar os documentos do país foi o ex-padre Miguel Buendía. «A nossa pretensão era fazer uma denúncia internacional, mas não queríamos que fosse um escândalo jornalístico, senão que chegara à ONU e ao Vaticano», me conta Buendía quando o entrevisto. «Atingimos os objetivos, ainda que não como nós queríamos». Era muito difícil chamar a atenção da Europa sobre uma guerra da qual não se sabia nada, ainda menos dos massacres. Desde diferentes sectores sociais foram animados a fazer barulho nos meios de comunicação para poderem chegar a instâncias internacionais, «mas, como fazê-lo?». Naqueles dias chegou-lhes a notícia de que na Rodésia, um padre católico britânico, Adrian Hastings, especialista em questões africanas,

estava interessado pelo caso. «O padre Hastings foi ter connosco a Madrid e comprometeu-se a apresentar toda a nossa documentação na Câmara dos Comuns em Londres, mas dois semanas depois chamou-nos a dizer que a seguridade britânica soube dos seus planos e cancelaram a sua intervenção na Câmara».

O dia 10 de julho de 1973, uns dias antes da visita oficial do primeiro ministro português Marcelo Caetano à Inglaterra para celebrar o seiscentos aniversário da aliança anglo-portuguesa, apareceu na primeira página do jornal *The Times* a informação do padre Hastings sobre os massacres em Moçambique. Durante mais de uma semana, a notícia percorreu a imprensa mundial. O impacto foi extraordinário e olhou-se para Portugal com receio. Não há dúvida de que estas informações acabaram por encurralar o Estado Novo e provocaram o golpe de Estado dos capitães de abril de 1974. Na véspera da Revolução dos Cravos, Miguel Buendía estava na Holanda informando sobre a situação de Moçambique em diversas instâncias europeias. «Alguém trouxe o *Sunday Times* do 22 de abril, onde se denunciavam os massacres de Wiriamo. No entanto, os massacres já não eram denunciados só pelos missionários espanhóis, mas pelos próprios militares portugueses, que eram mais extensos em explicações e pormenores».

A queda do salazarismo abriu as portas à democracia em Portugal e facilitou o processo de independência, que ocorreu de forma rápida e pacífica. Salazar e Caetano tinham escolhido a guerra quando as suas colónias desejavam a independência, mas depois do golpe militar, o sistema colonial foi difícil de justificar. Muitos soldados portugueses rejeitaram lutar em África e os guerrilheiros insurgentes apenas encontraram resistência no terreno. A guerra de Moçambique acabou com a assinatura dos Acordos de Lusaka entre o governo português e a Frelimo o dia 7 de setembro de 1974. O poder foi transferido ao movimento e criou-se um governo de transição dirigido por Joaquim Chissano. O 25 de julho do ano seguinte, Moçambique proclamou a sua independência e Samora Machel ficou ao comando do primeiro governo soberano. «Acho que ajudamos a acelerar o fim da guerra colonial», assegura Buendía. Muitos anos depois, Marcelino dos Santos, líder histórico da Frelimo, disse ao Vicente Berenguer: «Vocês conseguiram numa semana o que nós não conseguimos em dois anos».

Marco um encontro com Miguel Buendía numa cafeteria da avenida Julyus Nyerere de Maputo. Buendía nasceu em Múrcia em 1944, mas parece mais novo. O seu cabelo é grisalho e deslustrado, a barba rala. Dir-se-ia que é um guerrilheiro sandinista. Veste uma camisa indiana branca de colo bordado, calças largas listradas e sandálias cruzadas. Quando Miguel Buendía chegou a Moçambique, a 3 de dezembro de 1970, pouco conhecia da guerra colonial na qual o país estava imerso. «Eu inclinava-me a viajar para América Latina, mas alguns amigos me convenceram para vir cá.» Depois de sair do IEME de Burgos, onde coincidiu com Vicente Berenguer, passou por Portugal para aprender a língua. A PIDE começou a vigiar os seus passos e tive que assumir a visão portuguesa sobre as colónias africanas. «Não queriam que entrássemos na política.

Queriam missionários, não padres operários que educaram e formaram a população negra.» Foi destinado a Chimoio, na província de Tete, onde já havia uma certa presença guerrilheira.

Quando conheceu de perto as injustiças que sofriam os camponeses, começou a revelar as suas inclinações. Depois de dois ou três meses de estar lá, um companheiro português advertiu-lhe que, se pensava dessa maneira, era melhor ir embora. «A nossa posição era uma posição ambígua. A nossa tarefa era permanecer do lado do povo moçambicano, que lutava pela independência e a justiça perante um regime ditatorial discriminatório», declara Miguel. «Tínhamos a certeza que eles tinham direito à sua libertação, e isso coincidia com a filosofia da Igreja.»

Apercebeu-se de que tinha que trabalhar na clandestinidade. Os seus companheiros do IEME tinham tomado uma decisão arriscada: dar apoio humanitário à guerrilha, conscientizar à população da situação e ajudar os jovens a integrar-se na Frelimo. «Tínhamos uma rede para mandar jovens à Tanzânia para juntarem-se ao movimento e formar-se. Uma vez prenderam um grupo de cinco jovens e torturaram-nos. Eles confessaram quem lhes tinha ajudado e fornecido os endereços, cartas, etc.» Desde esse momento, a PIDE teve toda a informação para expulsar os padres de Burgos e não cessou de assediá-los até que decidiram abandonar o país.

Regressaram a Espanha e viajaram pela Europa durante um ano e meio dando a conhecer a situação de Moçambique enquanto o regime ditatorial português desfalecia. Em novembro de 1974, dois meses depois da firma dos Acordos de Lusaka, Miguel Buendía voltou a Moçambique, comprou juntamente com um companheiro um Land Rover em Maputo e voltaram à paróquia de Chimoio.

O êxodo de portugueses de Moçambique depois da independência deixou o país sem técnicos, professores nem médicos. As poucas infraestruturas anteriores à guerra quedaram destruídas. Tudo estava por fazer. Buendía permaneceu em Chimoio mais dois anos no desempenho do seu trabalho pastoral, atividades de alfabetização e formação de adultos. Deu aulas de história, biologia e educação política (história da Frelimo). Também trabalhou nas aldeias comunitárias, um projeto frustrado da Frelimo para facilitar a saúde, a educação e outros serviços à população rural e promover a produção coletiva.

Buendía tentou que a escola viesse a ter um papel de liderança para levar o conhecimento à comunidade, promover o câmbio e adotar os logros do processo revolucionário sem perder a perspectiva da fé. «Havia fregueses que tinham problemas para perceber que era possível ser cristiano e marxista ao mesmo tempo», diz. Pergunto-lhe se nunca teve problemas de consciência por ter ajudado uma guerrilha marxista. «Não, a minha formação religiosa não me assustava. Não existia incompatibilidade entre ser cristiano e marxista. Os mais pobres são irmãos. O marxismo me dava ferramentas para compreender a situação que não me dava o evangelho. É por isso que o marxismo é compatível com o cristianismo.» Estas teses tão reformistas e revolucionárias chamaram a

atenção da Frelimo. Mesmo que o movimento adquiriu uma virada estalinista, apercebeu-se de que o Cristo do qual falavam os missionários espanhóis estava ligado aos pobres. «Os novos dirigentes conheciam a nossa posição e estávamos bem considerados», assegura. Numa alocução radiofónica, um locutor falou de nós como sendo «os padres burgueses». Samora Machel, que estava a ouvir, chateou-se muito. «Ele disse que o locutor era um ignorante. “Como pode dizer que os padres de Burgos são burgueses?” perguntou, sarcástico, às pessoas que estavam com ele».

Miguel Buendía abandonou o sacerdócio depois de um processo de distanciamento da Igreja, e em 1988 casou com uma moçambicana. Pergunto-lhe se foi difícil deixar o sacerdócio. «Cortei com a Igreja como instituição, mas não em termos de fé. Continuo a ser crente.» Esse processo de distanciamento agravou-se anos mais tarde, «depois de ter experimentado a vivência de enfrentar a doença do meu único filho, que na altura tinha doze anos». Ele me contou que nos anos a seguir à guerra de independência sentia-se cheio de contradições e não gostava da maneira em que os bispos dirigiam a Igreja. Além disso, também não queria que as pessoas pensassem que ele abandonava porque agora os bispos eram negros. «Foi difícil de explicar aos nossos cristãos, e não podia comunicar a notícia assim. A Igreja colonial foi horrível, mas depois da independência chamou-nos muito a atenção que os bispos posicionaram-se contra o movimento de libertação e falaram da Igreja perseguida».

Samora Machel implantou o leninismo em Moçambique como orientação política quando tomou posse do novo estado. Nacionalizou a saúde, a educação, a justiça e outros serviços que pertenciam à Igreja católica. Esta ficou reduzida como instituição social à mínima expressão, até que anos depois voltou a participar em algumas atividades e recuperou antigas propriedades. Miguel Buendía me confessa que ainda foi mais difícil deixar a Igreja na Espanha. No entanto, os seus pais apoiaram-no quando quis ser padre, quando foi às missões e, também, quando deixou a Igreja. O seu pai, monárquico e falangista, sempre o respeitou. «Ele sofreu muito porque também fracassou no que ele acreditava. Uma vez me disse: “No mundo onde estás há muitas pessoas que não são como tu”».

Em 1977, Buendía deslocou-se à capital, que já não se chamava Lourenço Marques, mas Maputo, para continuar a dar aulas. Colaborou na elaboração de um texto de história para os cursos de educação básica e, mais tarde, foi nomeado responsável pedagógico da província de Maputo para a disciplina de História de África. Pouco tempo depois, passou a trabalhar no gabinete da ministra de educação, Graça Machel, mulher do presidente Samora e muitos anos depois do sul-africano Nelson Mandela. Graça Machel tem sido a única esposa de dois presidentes de dois países diferentes.

Entre 1980 e 1987 trabalhou no Instituto de Desenvolvimento da Educação com a chancela de Graça Machel. No ano seguinte viajou ao Brasil para completar o seu doutoramento sobre a história da educação moçambicana. A experiência brasileira foi reveladora para ele em muitos sentidos. «Provavel-

mente, se tivesse estado na América Latina não teria deixado a Igreja», reconhece. Quando voltou a Moçambique não se sentia à vontade no ambiente institucional. Trabalhou um tempo para a UNICEF, mas o reitor da Universidade Eduardo Mondlane chamou-o para montar um projeto pedagógico sobre investigação em ciências sociais. Hoje continua a dar algumas aulas sobre filosofia e história da educação em Moçambique nos mestrados que organiza a Faculdade de Educação da UEM.

«Se faço balanço da minha vida em Moçambique, posso assegurar que tenho aprendido e recebido muito mais do que eu dei. Tenho tido a oportunidade de participar na revolução». Lhe pergunto o quê é que resta daquela revolução. «Este não era o nosso sonho. Mesmo que Moçambique não seja uma ilha no mundo, há grandes desafios para aqueles que acreditamos que outro mundo é possível. Aquela utopia concreta foi-se para o caralho, mas temos que lutar para que continuem a existirem outras».

As armas do missionário

U

ma vez, o padre Vicente Berenguer recebeu em Maputo a visita de dois missionários espanhóis do hospital da ordem de São João de Deus na Libéria. Depois de ter percorrido as instalações da paróquia, perguntaram-lhe que tipo de armas empregava para se proteger dos ladrões. O padre Vicente, perplexo, respondeu: «Armas aqui? Nenhuma. Vocês usam armas?». «Sim, é claro», disseram com naturalidade. «Espingardas e dois cães grandes, mas nós não disparamos a acertar, apenas ao ar, senão já teríamos ficado sem remédios.» Perante a reação de surpresa do padre Berenguer, os visitantes acrescentaram: «Acontece que Moçambique não é África».

«Sempre teve a certeza de que eu nunca pegaria numa arma», disse Vicente Berenguer, «mas compreendo que os guerrilheiros da Frelimo o fizeram». «Posso dizer que não houve uma outra via que a das armas para libertar este país.» Eu digo que ele não teria sido o primeiro padre a pegar numa espingarda. «Não (risos). Camilo Torres (padre católico colombiano, precursor da Teologia da Libertação e membro do grupo guerrilheiro do ELN, que morreu em combate em 1966) fez. Porém, ele não seguiu muito bem a Jesus de Nazaré». «Percebo», assegura. «Tenho lido o seu livro com muito interesse, mas não concordo.»

«Agora, Moçambique sim que é África», brinca o padre Vicente sentado sob a vasta sombra de um ntoma, uma árvore frondosa que ele chama «a árvore dos segredos», o seu lugar preferido para conversar e ler, sob a qual sopra uma brisa fresca que vai do vale às colinas. A árvore está no meio de um jardim parcelado em terraços, plantas espalhadas e uma pequena machamba. Dois gansos grasnam ruidosamente e um galo, com a plumagem estendida, corteja uma galinha que bica indiferente pelo chão. O jardim é parte da modesta casa paroquial do município de Ressano Garcia, onde Vicente Berenguer mora desde há mais de dez anos juntamente com outros religiosos. A propriedade está situada no alto de uma colina a menos de cem metros da barreira fronteira com a África do Sul. Desde este promontório vêem-se os limites do Parque

Nacional Kruger, uma das reservas de fauna selvagem mais importantes do continente. Ao rio Incomati, que percorre barulhento pela parte baixa da vila, costumam descer a beber elefantes, búfalos e outros animais que excedem os limites do parque. «Se cruzam, os habitantes da vila caçam-nos e todo o mundo tem carne para comer», explica Berenguer com uma gargalhada.

A vila deve o seu nome ao engenheiro e ministro de ultramar português Federico Ressano Garcia, responsável pela construção da linha dos caminhos-de-ferro entre Lourenço Marques e Pretoria em 1887. No início do século XX, além da estação dos comboios, apenas havia alguma cantina e os barracões de um destacamento militar que foram construídos durante a guerra dos bôeres. Hoje em dia é o ponto fronteiro da estrada mais importante entre ambos países. É atravessado por mercadorias, trabalhadores a caminho das minas e as plantações da África do Sul, e os turistas. Uma mínima parte dos seus dez mil habitantes vive na zona antiga da vila. O resto está espalhado pelas colinas que rodeiam a cidade. O bairro original está conformado por diversas ruas em declive, dispostas em tabuleiro de xadrez, sem pavimento e sulcadas por profundos buracos que causam as intensas chuvas. Quando chove, a água arrasta com força ladeira abaixo pedras e lama até encontrar o leito do rio e o transborda. Fora destas ruas não há água canalizada, nem rede de esgoto, nem eletricidade. As casas desbotadas do centro, antigamente pintadas com vivas cores, são de estilo colonial, de tetos e varandas de zinco enferrujado, que têm vindo desmoronar-se com o passar do tempo. Existe um salão, ainda, que conserva o ambiente das velhas barbearias portuguesas, um antigo forno padeiro, um cinema que foi ocupado por uma igreja evangélica e um hotel enegrecido que pegou fogo no ano passado. «Ninguém faz nada pela sua recuperação», lamenta o padre Vicente. «O governo deveria declarar esta vila património nacional pela sua beleza e a sua história. É maravilhosa. Estou a pedir a restauração há anos, mas já me cansei.»

O município, a noventa quilómetros de Maputo, multiplicou a sua população nos últimos anos com a chegada de milhares de pessoas atraídas pelos negócios que brotam ao redor da fronteira, alguns legais e muitos outros ilegais. Do lado moçambicano existe uma grande atividade comercial e tráfico de mercadorias. Nas barracas situadas à beira da estrada se concentram cambistas de divisas, transportadores de mercadorias e vendedores de diverso gênero. Diariamente atravessam a fronteira contrabandistas de droga, tabaco e álcool. Porém, também é a via de saída do tráfico de trabalhadores, de menores e de prostitutas que sonham com uma vida melhor na África do Sul. Todas essas atividades produzem lucros importantes e são uma chamada para que continuem a chegar pessoas desesperadas à procura de uma maneira para ganhar a vida.

Quando Vicente Berenguer chegou em setembro de 1967, Moçambique era uma província de ultramar que o Estado Novo de Salazar queria conservar a tudo custo. Berenguer conhecia o colonialismo a nível intelectual pelos seus estudos de teologia em Burgos, «mas, na verdade, eu não sabia nada até que não aterrei aqui e vi que os negros não eram nada no seu próprio país».

Vicente Berenguer nasceu em Teulada, na província de Alicante, em 1937, no seio de uma família católica e conservadora. Estudou filosofia no seminário de Valencia e teologia em Burgos. Abandonou o seminário no quarto ano de teologia porque estava cansado de reitores, do próprio seminário e de tudo. Foi para o circo da *Ciudad de los Muchachos* do padre Silva. Ali libertou-se de muitas coisas, coisa que lhe permitiu regressar ao seminário e retomar os seus estudos. Através das visitas de missionários que passavam pelo seminário e das cartas de Luís Garcia Castro, assassinado pelos soldados rodesianos em 1976, Vicente Berenguer começou a interessar-se pela realidade das missões.

Mal aterrou em Africa, mergulhou num «mundo desconhecido» onde foi apercebendo-se do colonialismo real com todas as suas arestas. O seu primeiro destino foi a missão de Moatize, um enclave mineiro na província carbonífera de Tete e explorado por companhias portuguesas e belgas. A comunidade estava constituída pelo pessoal branco das minas, os seus diretivos, os trabalhadores e as suas famílias, e os empregados negros. O salazarismo sempre defendeu sem pudor que Portugal e os seus territórios de ultramar eram um estado indivisível e inter-racial no qual «o racismo não existia, em qualquer caso diferenças de educação e, por tanto, diferenças económicas».

Vicente Berenguer é uma torrente de vitalidade, humanismo e bom humor: uma combinação muito comum na maioria dos missionários que têm vivido durante anos nos esgotos do mundo a dar sentido a uma vida dedicada a ajudar aos esquecidos e aos sem voz da terra, graças a uma vontade de aço e a uma fé inquebrantável. O padre Berenguer me conta, enquanto aguardamos à hora do almoço, como viveu aqueles contrastes mal tinha chegado a Moatize. Desde o início não foi capaz de manter-se indiferente perante as injustiças que se produziam a sua volta. Um dia perguntou um jovem que passava cada manhã pela missão se ele não estudava. O rapaz respondeu que os pretos só estudavam ensino primário. O padre Berenguer quis saber a razão. «Não há lugar para nós», respondeu-lhe o rapaz. Se vocês querem estudar, disse, venham cá os jovens de dezasseis e dezassete anos que estão sem fazer nada. No dia seguinte, ele apareceu com vinte e dois amigos. Compraram todos os livros do primeiro ano de ensino secundário, limparam a sala e Vicente Berenguer reuniu professores improvisados: a mulher do gerente das minas, a mulher do médico, o adjunto à administração... e deram-lhes aulas de todas as matérias. «Aquele rapaz é hoje um cirurgião rural», explica orgulhoso o padre Berenguer.

Uma vez convidaram o padre à casa do gerente das minas, uma família portuguesa tradicional com dois filhos, um rapaz de quinze e uma rapariga de doze anos que assistia aos cursos de cristandade. Durante o jantar a campainha tocou. O empregado, que teria uns cinquenta ou sessenta anos, saiu da sala para abrir a porta. O filho começou a insultá-lo. «Dei uma pancada na mesa e disse para ele se não se sentia envergonhado por insultar uma pessoa que, pela idade, poderia ser o seu pai», relembra Berenguer. «Perguntei-lhe se essa era a educação que tinha recebido. Houve um silêncio absoluto. No dia seguinte, os pais dele foram à missão a reprovar que eu tivesse humilhado os seus filhos

perante um negro. Para mim foi uma coisa incompreensível. Anos depois, esse rapaz, que foi médico no hospital militar me disse: “Padre, quanta razão tinha quando me repreendeu assim”. A sua irmã, Ana Mafalda Pereira Leite, é hoje uma grande escritora e poeta. Depois, toda a família foi para Portugal. Eles não eram culpados. Esse era o ambiente que reinava na época.»

Numa outra ocasião, um jovem aluno beijou a filha da diretora da escola oficial, que era branca. Foi um escândalo. O padre Berenguer disse: «Vocês sabem o que fazem estes rapazes? O que eles estão a ver fazer aos soldados portugueses com as suas irmãs.» Mas ao padre Vicente, as censuras lhe chegavam de ambos os lados: uma vez, enquanto ia à festa de aniversário dos filhos do maquinista português dos caminhos-de-ferro, encontrou pelo caminho um rapaz de uns doce anos que lhe perguntou onde é que ele ia. O padre Vicente lhe respondeu e lhe perguntou se queria acompanhá-lo. O rapaz queria saber se haveria crianças como ele. «Disse-lhe que sim», recorda. «Eu me referia a idade, ele à cor. Quando o menino viu que eram todos brancos, chateou-se comigo e disse: “Se você entra ali, não volte mais comigo”.»

Vicente Berenguer foi feliz durante os oito meses que passou em Moatize. Porém, solicitou ser transferido para Changara. Queria compreender melhor o mundo rural africano. A missão de Changara estava no meio do mato, a catorze quilómetros da sede administrativa. «Aquilo me encantou.» Percorreu comunidades longínquas das planícies e das montanhas, aprendeu a arranhar a língua local e continuou a formar jovens desde o ensino primário até o seminário e a escola de professores. Então, manteve os primeiros contatos com guerrilheiros da Frelimo. Era o ano 1970. Os insurgentes desciam da zona de Mucumbura. Mal chegavam a novas zonas, seus exploradores indagavam quem estava a viver lá e sondavam o apoio que podiam encontrar entre a população. «Foi assim que entraram em contato comigo e como começou a nossa cooperação.» Pergunto-lhe se sabia quem eles eram. «Sim, é claro», responde risonho. «Vinham a nossa casa e pediam remédios, mantas; as vezes chegavam feridos, precisavam de álcool, mercurocromo... um bocado de dinheiro, dólares rodesianos para comprar coisas do outro lado da fronteira. Eu era consciente do que estava a fazer.» E você achava que era bom? «Naturalmente», responde, «não havia outra maneira senão através da luta armada».

A PIDE convocou o padre Vicente Berenguer até em seis ocasiões, porque em diferentes ataques o exército português tinha confiscado os remédios aos rebeldes. «Me perguntaram se eu apoiava os terroristas. Disse-lhes que nunca tinha visto ninguém a levar escrito “Frelimo” (assinala a testa). Eu dou os remédios à população. Essa foi a minha defesa».

Os acordos firmados entre o Vaticano e o estado português eram uma credencial que permitia os missionários caminhar pela fina linha que separava os interesses dos colonos dos direitos inalienáveis dos africanos. Para alguns bispos e militares, essa credencial da Igreja em mãos dos missionários estrangeiros era um desafio à autoridade colonial. Numa ocasião, o padre Vicente foi interceptado por uma patrulha portuguesa quando ia entregar à guerrilha uma

mala cheia de remédios e dinheiro rodesiano. Os soldados quiseram saber o quê ele tinha lá dentro. O missionário pôs a mão sobre a mala e respondeu que era apenas uma manta. Eles tentaram levar o padre com eles, mas Berenguer disse que só iria se for preso. Finalmente, cada um seguiu pelo seu lado. No dia seguinte, o padre deu com os guerrilheiros, que apontaram ele com as metralhadoras. «Alguém gritou. “É o padre, é o padre!” Levavam um tempo a seguir as nossas pegadas. Disseram que tinha-lhes dado um grande susto porque eu comi laranjas pelo caminho e os únicos que podiam comer laranjas eram os do exército». Conversaram durante um tempo, entregou-lhes o dinheiro e os remédios e voltou à missão.

O bispo da diocese de Tete programou uma visita em helicóptero a várias comunidades e pediu ao padre Vicente Berenguer acompanhá-lo. «Quando estávamos no ar, ele dizia ao piloto: “Mais alto, mais alto”, para evitar que eu visse os guerrilheiros. “Parece que tem medo dos turras”, me disse o bispo. Eu respondi que um bocadinho tinha, sim, para dissimular.» Visitaram escolas em aldeias distantes. O bispo pôde observar com os seus próprios olhos as duras condições de vida da população indígena. A viagem incluiu uma paragem num quartel-general. O tenente-coronel disse ao bispo: “Resta muito pouco (Vicente junta os dedos até quase tocá-los) para prender ao seu padre. Eles são os que colocam as minas e ajudam os terroristas”. Aquilo não lhe caiu nada bem ao bispo». A jerarquia eclesiástica era toda portuguesa. Em geral, mostravam-se contrários à independência e, ainda mais, a oferecer ajuda aos insurgentes. Com o passar do tempo, alguns prelados foram abrindo os olhos à realidade.

Um domingo, Vicente Berenguer estava a officiar missa na igreja da missão. Os soldados trouxeram muitos indígenas desde os aldeamentos de comunidades distantes e os amontoaram numa dependência da administração. Estavam exaustos. «Antes de começar o Pai-nosso, eu disse para eles que essa oração significava que todos nós éramos irmãos. Porém, também disse que não sabia se aqueles que estavam lá amontoados eram também os nossos irmãos. “Para mim, eles são”, acrescentei com solenidade, “e não posso ver uns irmãos viverem assim. Por isso, quem quiser rezar o Pai-nosso comigo que reze, mas que saiba que eles também são os nossos irmãos.” Então, comecei a rezar e fiquei só.» Quando terminou a missa, o tenente-coronel aproximou-se dele e advertiu-lhe: «Padre, fique de olho com o que está a falar». «Eu respondi-lhe que não podia falsificar a mensagem do Evangelho.»

Desde a porta da moradia que comunica com o jardim, a cozinheira interrompe-nos e convida-nos a passar ao interior. No modesto refeitório, debilmente iluminado, o almoço está servido sobre uma mesa coberta com um encerado. O menu é uma combinação da cozinha espanhola e moçambicana: omelete de batatas, matapa, xima e carapau. O padre Vicente declama uma curiosa bênção antes de sentar: «Uns querem e não podem, outros podem e não querem. Nós queremos e podemos, bendize-nos Senhor». Durante o almoço eu quero saber se, igual que o seu companheiro Miguel Buendía, o padre Vicente usa a mesma argumentação sobre a compatibilidade entre as

ideias marxistas e as teses da Igreja católica. Responde que para ele não há contradição nenhuma. À medida que se aprofunda mais no evangelho, vê-se a necessidade de liberdade deste povo. Isso também se percebe desde a parte marxista. «Eu acredito muito em Jesus de Nazaré. Agora estou a ler o livro de Hans Künt, *Jesus*. O próprio autor diz ao início: “Se queres saber sobre o Jesus teológico lê Joseph Ratzinger, se queres saber sobre o Jesus homem, vem a mim”».

Qual era a opinião dos seus superiores naqueles anos sobre as suas atividades? «Os meus superiores conheciam o meu carácter, as minhas inclinações e desejos; por isso, sempre me deixaram muita liberdade. Eramos «os *rojillos*», mas em Madrid sempre nos respeitaram.» Considera-se um padre «vermelho»? «Considero-me um crente», responde e ri-se.

Depois do almoço voltamos para o jardim. A sombra da ntoma é mais espessa e alongada, e a brisa balança os galhos e produz uma música de chocalhos que desce de cima. Os gansos desapareceram, mas o galo, incansável, continua a fazer a corte à galinha. A ponto de reiniciar a conversa, alguém chama o padre Vicente desde a porta. Ele sai uns minutos. Quando volta, pede desculpas: o marido de uma vizinha tinha falecido e a viúva não tinha dinheiro para o enterro. «Disse para ela voltar mais tarde», diz com gesto de impotência.

Os guerrilheiros da Frelimo foram espalhando a sua influência pelo norte do país à medida que eles se consolidavam entre a população rural. O conflito apanhou muitos camponeses entre a espada e a parede. Pergunto-lhe se para a tropa portuguesa os alunos e os internos não eram suspeitos de ajudar à insurgência. «No início eles passavam despercebidos», responde. «Uma noite chegou um grupo de guerrilheiros. Vinham armados e com roupas de campanha. Um par deles entrou em casa, o resto ficou de fora a vigiar. Conversávamos calmamente quando de repente entrou um deles e disse que a tropa portuguesa estava a vir. Escapuliram-se logo. Estávamos muito assustados, quase paralisados». Antes de raiar a manhã, o padre Vicente foi ter com Filipe, o mais velho dos internos, e disse-lhe que juntasse todos os seus companheiros para ir apagar as pegadas dos guerrilheiros. «Se vocês encontram os soldados, digam que saíram à procura de lenha e apaguem as pegadas». Uma hora mais tarde o exército apareceu: «A Frelimo tem estado cá — acusaram-nos —. “Temos visto pegadas que chegam até a casa, mas não as pegadas que saem”. Felizmente só encontraram as pegadas dos mais novos», acrescenta satisfeito.

Pergunto-lhe se os guerrilheiros recrutavam à força aos jovens para alistá-los nas filas da Frelimo. «Não, não», responde. «Os moços iam encantados. Não só os que estavam no internato, mas também os que viviam nas suas próprias casas.» As provas de que a população civil das zonas rurais dava cobertura à insurgência provocaram que as forças armadas adotaram a tática da terra queimada, isto é, o acosso das aldeias e comunidades com extrema violência e crueldade. O padre Berenguer conta que uma vez, os soldados apanharam um jovem e perguntaram-lhe pelo local onde o padre Vicente se encontrava com a Frelimo. Enfiaram o canhão da espingarda na boca dele, urinou encima mas

não disse nada. Dias mais tarde prenderam o cozinheiro da missão. O padre Vicente foi ao quartel na sua mota, apresentou-se perante o comandante das tropas portuguesas e disse-lhe que ele era o único responsável dos problemas ocasionados. Ele conseguiu a libertação do cozinheiro.

Vicente Berenguer olhava com preocupação para a pressão que o exército português estava a exercer no seu entorno. Reuniu os professores e deu-lhes liberdade para escolher: quem não aguentasse a situação podia ir embora. «Dois ficaram comigo, o resto foi-se embora.»

Em dezembro de 1972, o exército deu-lhe vinte e quatro horas para sair da missão. Chegou o camião da tropa. Como não podiam prendê-lo, deixaram-no escolher entre ir a Tete ou ao posto administrativo onde estavam aquartelados os militares. Escolheu a segunda opção. Carregou com uns quantos petrechos pessoais e, à meia dúzia de rapazes que restavam no internato, mandou-os para uma aldeia com os professores que tinham decidido ficar. Os soldados levaram-no a uma pequena barraca prefabricada dos peões da estrada. Após um tempo, os próprios soldados deram-lhe uma casinha com dois quartos. À noite, visitavam-no alferes e capitães para escutar música de cantores lusos. Um deles afastou o padre Vicente e lhe disse: «Padre, continue a trabalhar assim como está a fazer». «Pensei que eles queriam engambelar-me, mas o 25 de abril (de 1974), soube que aqueles capitães tinham sido os responsáveis pela Revolução dos Cravos.»

A situação nos territórios de ultramar era insustentável. Perante o desejo dos movimentos independentistas, a resposta do salazarismo foi a guerra colonial. Em Moçambique, as denúncias dos missionários, em especial as dos «padres de Burgos», descobriram os abusos sistemáticos do exército e da polícia política. Durante o júízo militar a dois padres portugueses por terem denunciado nas suas homilias os massacres de Mucumbura, os quais foram assistidos por Miguel Buendía, os advogados defensores recomendaram sair de Moçambique. «Como nós já estávamos entre a espada e a parede e não podíamos fazer nada, em abril de 1973 viajamos para Espanha.»

O regime português continuava a desmoronar-se; a guerra não dava os resultados esperados e os massacres impactavam na opinião pública mundial. No seminário de Madrid, Vicente Berenguer entrou em contacto com estudantes angolanos residentes na Espanha e os ajudou a conseguir salvo-condutos para viajar a Argel, onde iriam reunir-se com o Movimento Popular de Libertação de Angola, o MPLA. «Não sei como dei jeito para consegui-los», lembra-se. «Imagina, em tempos de Franco.» Meses mais tarde, ele também se deslocou até Argel convidado pelo MPLA. Ali voltou a coincidir com membros da Frelimo, que realizavam formação militar nos campos de treinamento do país magrebino.

Corria o ano de 1974. Ainda não se tinha produzido o golpe de estado em Portugal; porém, alguns missionários espanhóis, entre eles o padre Vicente Berenguer, decidiram partir até a fronteira da Zâmbia com Moçambique «para continuar a trabalhar pela independência». Desde o quartel-general da Frelimo

na capital tanzaniana, o presidente Samora Machel escreveu uma carta aos «padres de Burgos» a solicitar dois representantes para irem a Dar es Salaam desenhar as linhas do sistema de educação da Frelimo. Machel queria que a alfabetização e a educação foram uma prioridade para a população moçambicana, dominada culturalmente pelos colonizadores. «Escolheram ao José Maria Lerchundi e a mim».

Ali encontravam-se todos os grandes quadros da organização: Montero, Chissano, Banze, Mocumbi, Vieira, Revelo, dos Santos... Visitaram a escola de ensino secundário que a Frelimo tinha em Bagamoyo. Também foram a Mtwara e Tunduru para conhecer o internato, e o padre Vicente encontrou alguns dos seus antigos alunos. Hospedaram-se na casa do Samora Machel e Samito, o primeiro filho de Samora e Josina Muthemba. Durante o tempo que estiveram na Tanzânia aconteceu o golpe de estado em Portugal do 25 de abril de 1974. «Vivemos o golpe de estado com o olhar posto em Moçambique. Ficamos contentes por Portugal, mas nós olhávamos para Moçambique. Sabíamos que com aquela revolução ia chegar a independência.»

Enquanto Berenguer e Lerchundi estavam em Dar es Salaam, chegou a primeira delegação desde Moçambique com o escritor Rui Noga, o poeta José Craveirinha e o pintor Malangatana, entre outros, para reunir-se com a cúpula do movimento. Discutiram-se as responsabilidades futuras dos «padres de Burgos» e acordou-se «que voltaríamos a Espanha para preparar o caminho de uma próxima viagem a Moçambique». Os missionários espanhóis solicitaram desde Madrid, ao recentemente inaugurado governo de transição dirigido por Joaquim Chissano, os permisos necessários para voltar a Moçambique. Em novembro de 1974, um ano e sete meses depois de sair do país, o padre Vicente regressou à província de Tete. Ele foi a Changara, mas em pouco tempo o exército rodesiano bombardeou com aviões a zona, onde havia acampamentos do ZANU, e o bispo transferiu ele para Tete. Ali abriu uma paróquia e se dedicou ao ensino.

Entretanto, Portugal e os líderes da Frelimo negociaram o fim da guerra, o reconhecimento de Moçambique como país independente e a gestão transitória até a independência total, que foi proclamada a 25 de junho de 1975. Foi um tempo de euforia, solidariedade e unidade popular. A Frelimo era muito querida e os moçambicanos estavam prontos para trabalhar e sacrificar-se e para reparar o vazio que os colonos portugueses tinham deixado. «Nós oferecemo-nos como professores de qualquer disciplina: biologia, geografia, historia...»

Vicente Berenguer admirava muito Samora Machel. «Se hoje ele levantasse a cabeça, metralharia muitas pessoas», diz a rir, «e pensaria: “Isto não é aquilo pelo que nós lutamos»». Um mês depois de declarar a independência, Samora quis percorrer por terra o país de norte a sul desde o Rovuma e passando por todas as províncias até chegar à capital. «Eu estava na minha casa num subúrbio de Tete com o meu amigo (Luís Garcia) Castro. Estávamos a conversar e tínhamos esquecido que o presidente estava por lá. Mal ouvimos uma buzina,

debruçamos na porta. Nesse momento o seu carro estava a passar pela frente da nossa casa. Quando ele me viu mandou parar, desceu, deu-me um abraço e exclamou: “Independentes!”» Samora entrou, enquanto a tropa contornava a casa, e conversaram durante uns minutos. Ele pediu para jantarem juntos aquela noite na sede do governo local, onde dedicou umas palavras de agradecimento a tarefa que estava a exercer o padre. «Era uma pessoa muito simples», suspira o padre Vicente. «Foi capaz de descer do carro para me dar um abraço.»

As escolas e os hospitais que estavam dentro das missões dirigidas pela Igreja católica ficaram sob o controlo do Estado. Uma das primeiras medidas do governo independente foi a nacionalização da saúde, a educação e a justiça. Na área da educação nomearam-se os novos diretores de todas as escolas e o pessoal dos centros privados passou a ser contratado pelo estado. Um quarto de milhão de colonos portugueses fugiu ou foi expulso pelas novas autoridades. O país ficou com uma economia muito frágil, principalmente a relativa aos serviços, sem quadros técnicos nem especialistas, afundado na dependência externa. Inúmeros religiosos também abandonaram Moçambique. Os que decidiram ficar, tiveram que adaptar-se à nova situação.

Em 1976, Vicente Berenguer assistiu ao primeiro curso nacional de diretores de escola em Maputo. Depois foi nomeado diretor da Escola Industrial e Comercial de Tete. «Eu não sabia nada de indústria nem de comércio. Me disseram: “Você tem que dirigir, dirigir você sabe, então dirija”.» Foram tempos difíceis. Faltava de tudo. Nem sequer havia papel. Ele encontrou oposição em alguns antigos professores portugueses que ainda permaneciam lá, mas também nos novos responsáveis moçambicanos. Um dia, subitamente, chegou a polícia, ele foi detido e levado a uma cadeia em Maputo para proceder a sua deportação. Na prisão foi instalado numa pequena cela com doce beliches, mas tive que dormir no chão porque não havia lugar para todos. «Propuseram-me pagar um pouco de dinheiro para não limpar as latrinas nem fazer outros trabalhos.» Entrou em contato com Miguel Buendía e José Maria Lerchundi para informar-lhes de que estava preso. «O telefone do Miguel tem sido o único número de telefone que eu decorei na minha vida.» Eles falaram com Sérgio Vieira, que era ministro do Interior. «Não queremos nenhum favor», disseram a Vieira, «só saber o que tem feito o padre Vicente para estar na cadeia». Passou três ou quatro noites encerrado até que foi liberado. «Pediram-me perdão em nome do governo. Eu disse que não aceitava desculpas, mas saber porquê é que tinha sido preso. Me disseram que porque eu punha aos alunos em contra do governo.» Pelo que parece, a sua nomeação tinha levantado invejas e desejos de vingança em alguns novos funcionários. Eles urdiram um enredo que provocou a desconfiança dos dirigentes da província.

Em Maputo pensaram que era mais conveniente não voltar a Tete e ofereceram o padre trabalhar com Graça Machel, que tinha sido nomeada ministra da Educação. Vicente e Graça tiveram uma relação muito próxima e cordial. O seu novo posto estava dentro da área de produção escolar. Visitou escolas do norte e do centro do país e organizou seminários a nível nacional sobre o assunto.

No ministério também trabalhavam os seus companheiros do IEME, José Maria Lerchundi, Júlio Moure e Miguel Buendía. Em 1981 e 1982, o ministério o enviou com uma delegação a Cuba, parceiro fundamental de Moçambique naqueles anos, para estudar como eles administravam a educação. No passaporte de Vicente Berenguer estava escrito que a sua profissão era «padre católico». O funcionário cubano que foi recebe-los no aeroporto de La Havana perguntou ao padre Vicente como era possível que um católico que dava missa fosse a um país marxista em representação de um outro país marxista. «Isso zangava-me muito. Eu disse: “Desde a sua ideologia você quer o quê: comida para todos, saúde para todos, educação para todos, habitação para todos? É exatamente a mesma coisa que eu quero. Você desde a sua ideologia e eu desde a minha fé. O dia em que a minha fé seja um obstáculo para atingir isso, você poderá criticar quanto quiser. O dia em que a sua ideologia seja um obstáculo, hei de ser eu a criticar você.” Ele disse que nunca tinha ouvido um padre falar assim. Lhe perguntei se considerava que poderíamos trabalhar juntos. Respondeu-me que sim.»

Pouco tempo depois, o mesmo funcionário lhe perguntou o quê é que achava de Cuba. O padre Berenguer disse que adorava Cuba, mas que havia uma coisa da que ele não gostava. «Vou explicar você com uma piada para que não me leve à cadeia: Todos os anos na Praça da Revolução de La Havana concedem a emulação socialista à colheita (uma espécie de prémio por cumprir os planos de produção, neste caso a colheita de cana de açúcar). Um ano, o prémio foi concedido a um velhote. Fidel Castro pediu para ele gritar bem alto o que sentia naquele momento. “E os ianques vão me ouvir?”, lhe perguntou o velhote. “Sim, grita bem alto”, assegurou Fidel. “Tirem-me daqui! É a única coisa do que eu não gosto de Cuba», disse o padre Vicente ao funcionário. «Não poder entrar e sair quando se quer.»

Anos mais tarde foi-lhe assignada uma paróquia e seguiu a combinar as atividades pastorais com o trabalho no ministério até a saída de Graça Machel em 1989. A partir desse momento dedicou-se ao ensino. Com fundos de doadores estrangeiros levantou «pedra a pedra» (como se canta no hino nacional de Moçambique) centros infantis, escolas de ensino secundário, pré-universitárias, asilo e até necrotérios. Há mais de uma década, o arcebispo destinou-o a Ressano Garcia, onde tem construído uma escola de ensino secundário e um internato. «Já disse ao bispo que não queria estar mais de dez anos no mesmo lugar. É a vez dos moçambicanos jovens tomar o revezamento.»

Vicente Berenguer tem setenta e sete anos. É rechonchudo, tem o cabelo grisalho e o nariz redondo e proeminente. Usa óculos e veste roupas largas e confortáveis, e ele coloca um boné com viseira quando sai fora para proteger-se do sol. Lhe pergunto se está a pensar em reformar-se e voltar a Espanha. «Ainda não sei», responde. «Estou num momento de dúvida. Tenho falado com (António) Cañizares — o arcebispo de Valencia —. Não quero uma paróquia na Espanha. Nós já não entramos por aí. Temos uma outra visão de muitas coisas da igreja e queremos algo diferente, mas também não queremos incomodar.»

O intenso calor abrandar-se quando o sol se estende sobre as colinas da África do Sul. Decidimos sair da casa paroquial e visitar a escola de ensino secundário e o internato, a cinco quilómetros do município, que Vicente Berenguer construiu e equipou com as doações internacionais. A escola tem capacidade para mais de mil estudantes de segundo grau, é propriedade da Igreja, mas está subvencionada pelo Estado. O internato acolhe noventa alunos procedentes das escolas de ensino primário do distrito, que são escolhidos pelos diretores, com preferência para as raparigas. Os internos pagam mil e quinhentos meticais por ano (uns trinta e cinco euros), e o Governo sustenta o resto das despesas. «Os três primeiros anos fomos nós, com a ajuda de amigos, os que assumimos os custos», confessa Berenguer.

Depois de percorrer as instalações, tomamos uma trilha para contemplar a região de cima da montanha Assunção, desde onde observamos toda a fronteira e o resto do município. As colinas circundantes estão sarapintadas com modestas casinhas construídas com blocos de cimento, caniço e telhados de chapa de zinco. Estão espalhadas pela paisagem e ligadas por estreitos caminhos, empoleirados na estação seca e enlameados na estação das chuvas. O vale e as colinas estão desflorestados. Os habitantes abateram as árvores grandes e a vegetação lenhosa para obter madeira para cozinhar. Desde a distância, observa-se nitidamente a linha que separa o mato frondoso da África do Sul da planície capinada do lado moçambicano.

Deixamos a carrinha na beira do caminho. Vicente Berenguer está em forma. Sobe os terraplenos com a agilidade de uma cabra-montesa até galgar ao ponto mais alto, onde se ergue uma grande cruz branca. Um pouco mais afastada está a ermida de Nossa Senhora da Assunção. Vamos cruzando com os vizinhos das casas que foram colonizando as colinas. Cumprimentam o padre Vicente com afeto e trocam algumas frases. Ele me diz que a maioria da população deste território é seropositiva. Muitas mulheres jovens dedicam-se à prostituição para ganhar uns meticais. Outras atravessam a fronteira e acabam nos prostíbulos da África do Sul, enganadas pelas passadoras com promessas irrealizáveis.

Vicente Berenguer é uma espécie de guerreiro solitário e incansável da Igreja. É uma alma livre que conserva o espírito da rebeldia dos anos de juventude. «Podem levar-me para a cadeia, que eu não calo a boca. Estamos na miséria. Digo isso nas homilias.» Assegura que o que ele tem feito na África durante mais de quarenta décadas não tem mérito nenhum. «Houve outros padres e irmãos espanholas ao lado dos quais eu não sou nada.» Existiu «uma Igreja forte e lutadora que tem feito muito pela libertação deste país.» «Tem sido uma luta constante, lado a lado com outras pessoas para construir um mundo melhor, e acredito que esse objetivo ainda seja factível. Quando olho para uma escolinha para os miúdos e que já não estão na areia e têm matabicho, acredito que seja possível.»

O cinegrafista de Samora Machel

Quando Carlos Jambo foi consciente do que acabava de acontecer, o mundo jogou em cima dele. Eram as 9:21h da noite do domingo 16 de outubro de 1986. Jambo estava desconcertado e atordoado após o brutal impacto e apenas conseguia distinguir a sua volta, no escuro, os pedaços espalhados do velho Tupolev 134. Tentou liberar-se do cinto de segurança, mas a sua mão esquerda não respondeu. Apanhou um pedaço de metal do avião e ajudou-se com a outra mão e os dentes para acionar o fecho e escapar do assento. Ficou de pé a aguentar a intensa dor do braço quebrado e olhou à sua volta. Nesse momento apercebeu-se da dimensão da tragédia: ali, deitado entre os restos da nave e de muitos outros cadáveres, estava o corpo sem vida do presidente Samora Machel.

«Senti uma enorme tristeza e um grande vazio. Comecei a pensar qual seria o meu futuro, o que ia ser de mim. Ainda não sei como me salvei. Continuo a arrepende-me de estar vivo. Gostava de não ter sofrido tanto», confessa Carlos Jambo mergulhado ainda na infelicidade, vinte e oito anos depois do acidente.

O Tupolev 134, um bimotor de fabrico soviético com capacidade máxima para setenta e dois passageiros, que tinha saído de Mbala, no norte da Zâmbia, com destinação a Maputo, despenhou-se, por motivos ainda hoje não esclarecidos, na ladeira de uma colina de Mbuzini, na África do Sul, perto da fronteira com Moçambique, a sessenta e cinco quilómetros da sua destinação. Na aeronave viajavam, além do presidente Samora, trinta e oito membros da sua comitiva entre assessores e vários ministros, além dos dois pilotos russos que trabalhavam para o presidente havia três anos. Apenas sobreviveram oito passageiros, sentados na parte traseira do avião, e um dos pilotos. Samora Machel regressava de uma reunião em Mbala com os presidentes Kenneth Kaunda, da Zâmbia, José Eduardo dos Santos, de Angola, e Mobuto Sesse Seko, do Zaire: uma missão de paz à procura de encontrar uma saída às guerras civis de Angola e Moçambique.

«Eu ia meio dormido e não percebi nada até que já estávamos no chão, mas não perdi a consciência. Como estávamos em guerra, pensei que tínhamos sido

abatidos pela Renamo», o grupo financiado e criado pelos serviços secretos da antiga Rodésia e apoiado pela África do Sul que desde 1977 enfrentava o governo da Frelimo. A cruenta guerra civil durou dezasseis anos e causou, pelo menos, um milhão de mortos.

Decorridas umas horas chegou ao local do desastre o exército sul-africano. «Um soldado me perguntou se reconhecia o corpo de Samora e amostrei-lho.» Os militares procuraram as caixas negras entre os restos, recolheram provas e documentos, evacuaram os feridos e aguardaram a que uma delegação oficial de Maputo se encarregara do corpo do presidente e do resto dos falecidos. Samora Machel permaneceu na câmara municipal de Maputo numa cerimónia de corpo presente entre o 24 e o 27 de outubro. Ele foi enterrado a dia 28 junto da sua primeira esposa, Josina Muthemba, que tinha morrido em 1971, com vinte e cinco anos, e de Eduardo Mondlane na Praça dos Heróis de Maputo. Mais de cem delegações estrangeiras assistiram ao funeral. Nelson Mandela, desde a sua cela na prisão de Robben Island, pediu aos seus captores assistir às exéquias fúnebres, mas denegaram-lhe o permissão.

A morte de Samora Machel foi um balde de água fria dentro e fora de Moçambique. O país vivia tempos difíceis. A guerra civil tinha-se estancado e o modelo de economia planificada que pretendia impulsar os planos de desenvolvimento para tirar o país da pobreza não tinha dado os resultados esperados.

Baralharam-se todas as hipóteses possíveis como causa do acidente: sabotagem dos serviços secretos sul-africanos, um erro nos sistemas de navegação do avião, até o estado etílico dos dois pilotos soviéticos. Durante anos têm-se feito diferentes investigações internacionais com a participação de expertos civis e militares em aviação que não têm convencido nenhuma das partes implicadas no desastre. Hoje em dia ainda são desconhecidas as verdadeiras razões pelas quais o avião presidencial despenhou, acabando com a vida de Samora Machel e trinta e dois dos seus acompanhantes. José Milhazes, jornalista e historiador português especialista em Rússia, rastreia, no seu livro sobre a morte do presidente moçambicano, as pistas que o ajudem a determinar se o desastre foi um acidente ou um atentado. Embora não se tenham descoberto provas concludentes que demostrem uma ou outra possibilidade, Milhazes assegura que no momento da morte de Samora, as relações entre a União Soviética e Moçambique tinham-se «esfriado». Moscou pensava que Samora Machel era um político pouco culto e rudo. E mesmo achasse em Joaquim Chissano um presidente mais previsível, desconfiava dos dois porque eles podiam desviar-se da «via socialista».

Aproveito que o padre Vicente Berenguer tem vindo a Maputo ter uma reunião no arcebispado para que me apresente o Carlos Jambo. Paolo, o motorista que durante mais de um ano me deu serviço pela cidade, chega na hora convenida para recolher-me na cafetaria Cristal. Passamos pela paróquia de Malhangalene recolher o padre Vicente e vamos à casa de Carlos Jambo, na vila dos pescadores, um bairro a seis quilómetros do centro de Maputo. Durante o trajeto, o padre Vicente conta-me que Carlos foi seu aluno no internato da

missão de Changara e que, por ser um bom estudante, ele o mandou fazer o ensino secundário na missão de Moatize. Um dia, o pai do Carlos, que era o régulo de uma pequena aldeia chamada Malembe da zona das montanhas de Tete, foi falar com o missionário. Ele contou-lhe inquieto que os guerrilheiros da Frelimo tinham estado na sua casa com a intenção de recrutá-lo. Por outro lado, a tropa portuguesa também estava a pedir-lhe que colaborara com eles uma vez que era o homem mais notável da comunidade. O padre Vicente falou sem subterfúgios. Disse-lhe com firmeza que se ele queria a independência do seu povo e deixar de ser escravos para o resto das suas vidas, devia unir-se à Frelimo, mesmo que a decisão acarretara-lhe sofrimento e, talvez, a morte. Porém, também lhe disse que se ele queria viver bem, sem complicações, era melhor ficar num aldeamento qualquer do governo português. O homem respondeu sem pensar: «Cuide dos meus filhos». Partiu para o mato com a guerrilha e deixou encarregue ao padre Vicente dos seus três filhos mais novos: o Carlos, que estudava em Moatize, e os seus dois irmãos caçulas.

Durante umas férias em 1970, o jovem Carlos foi visitar à família e só então descobriu que o pai se tinha juntado à Frelimo. De volta falou com o padre Vicente e comunicou-lhe a intenção de ir visitar a sua irmã, que vivia perto da fronteira com a Rodésia, junto à base da Frelimo de Peteasse, nas montanhas de Nhansolo, onde se encontrava o seu pai. «Se vais lá, já não voltas», advertiu-lhe o missionário. Carlos, que ainda era adolescente, assegurou que não tencionava unir-se à guerrilha, mas continuar a estudar. Como ele tinha vaticinado, o Carlos «partiu e já não voltou», diz o padre Vicente Berenguer. Carlos Jambo seguiu os passos do pai e uniu-se à insurgência. Depois de um tempo, o padre Vicente, que se tinha ausentado da missão e não pôde regressar durante um mês a causa das chuvas, soube que o jovem tinha voltado com outros guerrilheiros e levado com ele os seus irmãos mais novos, que ainda estavam ao cuidado do missionário para que o pai pudesse vê-los. Um dos padres da missão disse ao padre Vicente que, logo que o Carlos e os seus irmãos saíram da missão, se ouviu nas redondezas um intenso tiroteio e algumas explosões. Vicente Berenguer ficou preocupado e partiu em direção à base da Frelimo. Mais tarde, o religioso soube que foram o Carlos e os seus companheiros quem armaram uma emboscada a uma patrulha portuguesa e que semearam o caminho de minas para impedir serem perseguidos até a base guerrilheira.

O padre Vicente viajou até a casa da irmã do Carlos. O marido dela acompanhou-o ao pé da montanha, onde havia uma comunidade com palhotas habitadas por aldeanos civis que servia de proteção à base no caso de um ataque repentino ou uma fuga precipitada. Uma velhota à porta da sua palhota, mal viu o missionário, desconfiou dele e negou-se a amostrar o caminho até o acampamento. O cunhado do Carlos tentou convencer à mulher de que aquele branco lá na sua frente era um padre católico que cuidava dos filhos do régulo Jambo. Um miliciano que montava vigilância atrás da palhota escutou a conversa, saiu da espessura e gritou o nome do padre Vicente. Resultou ser um antigo aluno dele na missão de Mucumbura. Depois dos cumprimentos, o

missionário comunicou o seu desejo de ter com o chefe do destacamento guerrilheiro. A velhota, ao ver as mostras de carinho e confiança do miliciano, desculpou-se e ofereceu ao padre Vicente um punhado de amendoim. O guerrilheiro adentrou-se no mato e sumiu. Depois de um tempo, ele regressou acompanhado pelo comandante da base, Carlos Jambo e o pai dele. O comandante, intrigado, perguntou o quê queria. O padre Vicente foi direto ao assunto: ele disse que era o pároco de Changara e, que na sua ausência e sem o seu consentimento, levaram dois estudantes do seu internato, e que ele tinha vindo recuperá-los por bem ou por mal. O comandante, que não esperava uma resposta tão contundente de um padre, gaguejou desconcertado. Ao Carlos e ao seu pai tremiam-lhe as pernas. O padre Vicente pediu uma arma. Como o comandante não sabia o que fazer, acabou por largar uma gargalhada e confessar que estava a brincar com eles. Todos riram-se e o comandante, aliviado, convidou-o a ficar na base. O padre Vicente passou lá três noites. Dormiu em palhotas dissimuladas entre os galhos das árvores e o destacamento feminino encarregou-se de ajeitar para ele água quente para tomar um banho. O dia que Vicente Berenguer voltou à missão com os dois rapazes, Carlos quis partir com eles. Discutiram a situação e acharam mais seguro para ele ficar com a guerrilha: se o exército português atacava a base, as suspeitas de os ter delatado apenas recairiam sobre o missionário. Todos concordaram. Dois insurgentes acompanharam-nos até a saída da montanha. Vicente Berenguer e Carlos Jambo não voltaram a encontrar-se até anos mais tarde.

A vila dos pescadores está no extremo norte da baía de Maputo. Paolo conduz devagar pela estrada da costa cheia de buracos da Avenida Marginal, onde as covas são tão profundas que é melhor evitá-las. Atravessamos o bairro periférico da Costa do Sol. Na última década, nesta antiga área de machambas e manguezais tem-se construído condomínios suntuosos que desabafam a demanda de alojamento de qualidade para homens de negócios, trabalhadores de organismos internacionais e da ajuda humanitária. O céu está cinzento e ameaça chuva. Sopra uma brisa forte do leste. A maré alta cobriu grande parte da areia. O mar está agitado e turvo e as ondas batem com força nos novos espigões do litoral. As obras de melhora da estrada e a construção dos diques são parte do projeto da futura marginal, que tenciona dar mais protagonismo a esta parte da costa. Penso que é uma pena que Maputo tenha vivido tantos anos de costas ao imponente oceano Índico. Estas praias, sujas e desleixadas, onde são deitados grande parte dos resíduos da cidade, lotam-se nos finais de semana de famílias e jovens.

O alcatrão acaba subitamente depois de deixar atrás o lendário Hotel Costa do Sol. O caminho é só matope por causa das intensas chuvas caídas dos últimos dias. A aldeia dos pescadores é um antigo assentamento de pescadores, de águas calmas e pouco profundas, na frente da ilha-prisão de Xefina. Cada tarde barcaças tradicionais descarregam as capturas do dia. Duas dúzias de mulheres descem até a areia, distribuem o peixe e sobem com as caixas na cabeça em direção aos mercados locais. A vila foi ganhando espaço aos

manguezais e as terras baixas para poder acolher a pressão demográfica da imigração rural. Palhotas de caniço e blocos de betão coabitam com as moradias mais acomodadas da classe média moçambicana. Dezenas de camiões descobertos e chapas lotadas de passageiros vão e vêm da cidade à patinhar pela lama. A entrada a vila dos pescadores é o ponto neurálgico da aldeia. É ao mesmo tempo paragem do serviço de transporte, mercado onde as mulheres vestidas de capulana vendem no chão pequenos montões de hortaliças, frutas e peixinhos, e localização de barracas de madeira que cozinham frango em grelhas enegrecidas.

Temos que ligar um par de vezes ao Carlos Jambo para localizar o local onde temos combinado. Na vila dos pescadores as ruas não têm nome nem as casas número e só se tem acesso através de indicações orientadoras: «Depois de deixar a igreja anglicana, vocês têm que atravessar uma lagoa ao ponto de transbordar onde caíram vários postes da eletricidade. Vocês continuam até chegar a um quiosque pintado de amarelo no lado direito. Apanhem essa rua até passar por uma casa que tem uma porta metálica negra e, a seguir, a primeira rua à esquerda até o fim do caminho.» Ali, com um sorriso enorme e os braços levantados em sinal de boas-vindas, um homem grosso, de cabelo grisalho e movimentos nervosos espera por nós entusiasmado. Carlos Jambo funde-se num abraço com o padre Vicente Berenguer.

«Achava que o padre Vicente tinha voltado a Espanha de vez. Há tempo que não sabia nada dele», exclama exultante. «Então, quando me ligou o outro dia e vi o seu nome no telefone para me dizer que vinham, fiquei muito feliz.» Jambo mostra-nos a sua barraquinha onde vende cervejas e frango grelhado, situada num clarão do mato entre palhotas de caniço num extremo da aldeia. Na palhota onde se cozinha há pendurado um cartaz com a lista de preços escrita com giz branco. Sentamo-nos ao redor de uma mesa de plástico e uma rapariga serve-nos umas cervejas e um bocado de amendoim torrado.

«Sou pessoa graças ao padre Vicente», declara Jambo. «Aprendi a ler e escrever e a falar português no internato da missão graças a ele. Graças a ele também teve os meus primeiros sapatos. Ele me ensinou o que hoje sou. Ensinou-me a ser pessoa». Apanha a mão do missionário. «Mas não apenas a mim, mas também a muitos outros jovens que passaram pelas suas mãos. O padre Vicente quis libertar-nos através da educação para que deixássemos de ser dependentes. Alguns daqueles rapazes são hoje doutores ou grandes quadros da Frelimo.»

Carlos tem a voz aguda e melodiosa. Comunica-se com o corpo todo. Fala aos borbotões, atrapalhadamente, e às vezes é impossível entender o que diz porque antes de acabar uma frase, ele transforma-a em riso. «Quando era criança era muito esperto.» Vicente Berenguer o corrobora: «Já na altura tinha uma personalidade forte, a personalidade de um lutador. Guardo na memória duas imagens dele quando estava na missão de Changara. Ali era interdito fumar. Eu tinha proibido ele fazer alguma coisa que agora não me lembro, então ele acendeu um cigarro para provocar-me e passeou-se na minha frente

a fumar como a querer dizer: “Você a mim não me domina”». O relato provoca risos nos dois. «Numa outra ocasião eu disse a todos os rapazes que tínhamos que ir a um lugar. O Carlos respondeu que ele não ia. Eu voltei a repetir e ele voltou a dizer que não ia. Apanhei-o pela camisa e acidentalmente a rasguei.» Jambo assente a abanar a cabeça: «Eu dizia furioso: “Não faça isso!”». «Querida saber se ele era capaz de me bater», acrescenta Berenguer. «Eu repetia que me largasse. Só queria bater ao branco», reconhece Jambo entre risos. «Sim», confirma o padre Berenguer, «Ele dizia: “Vou matar você, vou matar você!”». «Na altura, eu tinha um temperamento muito forte», reflete Carlos ao tempo que fica sério. «Aquela vez o padre foi duro. Nunca mais voltei a faltar o respeito de um superior. Quando alguém me manda fazer alguma coisa, faça-a com respeito; mas se alguém me trata como a um escravo quando eu lutei para deixar de o ser, isso não aceito», sentencia e volta a rir.

Carlos Jambo tem sessenta e um anos. Casou três vezes e tem nove filhos e vários netos. É um homem divertido, aparentemente sereno e feliz. Porém, como ele próprio diz, a sua vida foi um tanto atrapalhada. Desde o acidente de avião tudo mudou e a partir de então se tem sentido «permanentemente triste». «Tenho participado em quatro guerras: contra os portugueses, contra a Rodésia de Ian Smith, contra a Renamo e contra a guerra do acidente de avião de Samora. Agora estou na quinta: a guerra da supervivência.»

O acidente lhe ocasionou a fratura do braço esquerdo. Já passou três vezes pelas salas de cirurgia de hospitais da África do Sul e do Zimbábue. Arregaça a camisa, levanta o braço e mostra uma espetacular cicatriz larga e longa que vai desde o pulso até a axila. Além do sofrimento psicológico, durante muito tempo o osso não acabava de soldar e o nervo radial continuava afetado. Como não tinha dinheiro para tratar-se, ligou ao padre Vicente, que geriu o seu traslado à Alemanha. Passou semanas num centro de reabilitação no qual cada dia nadava numa piscina de água quente até que o seu braço se recuperou. «Agora está bem. Graças ao padre Vicente conservo o braço e até posso conduzir. Porém, psicologicamente não me tenho recuperado.»

Após o encontro com o padre Vicente na base da Frelimo nas montanhas Nhansolo, Carlos Jambo passou vários anos a lutar contra os soldados portugueses. Antes de completar vinte anos, enviaram-no ao quartel-general da Frelimo na capital tanzaniana, onde lhe confiaram tarefas próximas a Samora Machel. Na primavera de 1974, quando Vicente Berenguer e José Maria Lerchundi visitaram a sede da organização em Dar es Salaam para participarem no desenho do futuro sistema educativo, reencontraram-se. «Samora pus dois jovens para nos acompanharem naqueles dias», lembra Vicente. «Quando Carlos Jambo me viu, ficou paralisado. Não sabia se eu estava preso o porquê eu estava lá.» O padre Vicente ergueu-se da cadeira e o abraçou. «Samora me perguntou: “Conheces ele?” Conheço, sim. Como não hei de conhecer se tem estudado comigo?», respondi.

Na altura, Carlos Jambo sentia-se jovem e afortunado. Tinha começado a fazer reportagens fotográficas durante a guerra de libertação. Depois aprendeu

a usar a câmara de vídeo. As suas primeiras lembranças relativas ao cinema se devem ao padre João, que projetava filmes na missão de Karata. Da mesma maneira que Salvatore no filme italiano *Cinema Paradiso*, Carlos Jambo se sentiu atraído pela magia do cinema. Mais tarde filmou em primeira linha o conflito entre a Frelimo e a Renamo. De cada vez que havia uma operação militar de envergadura, Samora dizia: «Jambo, vá para lá a filmar!». Carlos Jambo gravou as atrocidades da guerra com a câmara. Participou com os soldados no ataque das bases de Inhambane e foi o primeiro em entrar na Casa Banana, o quartel-general da Renamo na Gorongosa, onde estiveram ao ponto de capturar o líder, Afonso Dhlakama, que fugiu *in extremis*. No dia seguinte, quando Samora chegou ao lugar, pronunciou a célebre frase: «já partimos a espinha dorsal da cobra, falta esmagar a cabeça» E ao Carlos lhe disse: «Jambo, fizeste um bom trabalho.»

Carlos Jambo e Jean-Luc Godard se conheceram em Maputo. O cineasta francês, representante da *nouvelle vague* e um convencido maoista nos anos sessenta, viajou a Moçambique em várias ocasiões entre 1977 e 1978 sob a chancela do governo de Samora Machel para ajudar no estabelecimento da televisão estatal. Além desse projeto, Godard queria utilizar a experiência para filmar uma longa-metragem. O projeto fracassou e Godard abandonou Moçambique sem terminar o seu contrato. Porém, deixou em Moçambique o material técnico que tinha levado consigo, e em Carlos Jambo uma valiosa experiência.

Um dos chefes de Carlos Jambo gostava do seu trabalho e decidiu pôr ele em contato com Godard para o acompanhar o tempo tudo que estiver no país. «Graças a ele aprendi a compor a imagem e a saber o que é um roteiro. Trabalhávamos em Super 8.» Jambo tinha aprendido a usar a câmara no mato durante a guerra da independência. Sabia filmar, «mas não era profissional, não sabia escolher bem os ângulos». Mesmo assim, Carlos Jambo era o único cinegrafista de Moçambique, onde apenas havia uma única câmara de televisão, a sua. A primeira que usou foi em branco e preto, e posteriormente já teve uma a cores. Foi uma boa época pessoal e profissional. Disfrutava do seu trabalho. Conseguiu um grande domínio com a câmara. Filmava de tal maneira que inseria os planos como se já estiveram montados. Samora entendia o sentido da imagem e gostava de como o Carlos tratava da sua. Tornou-se o seu cinegrafista pessoal e acompanhou ele em muitas viagens oficiais por Moçambique e o estrangeiro. Por isso, também ia dentro do avião que caiu.

Carlos Jambo conserva o uniforme que vestia naquele fatídico dia. Chama alguém para que o traga. Um tempo depois, sai um homem de uma das palhotas com um cabide do qual pendura um casaco azul-marinho de botões dourados com grandes manchas, buracos e esfarrapado. Pega nele com cuidado e amostra-o para nós. «Fizeram-no sob medida. Agora já não me cai bem, é muito pequeno. Antes eu era bonito e magro.» Ele ri. «Visto o casaco todos os anos e celebro o aniversário. Está tal e qual ele tem ficado depois do acidente.» Carlos sobrepõe o casaco. «Olhe, depois de vinte e oito anos, os botões conti-

nuam cá. São bons. Preciso de um líquido que os proteja para não estragar. Hei de conservar o casaco para que os meus netos o vejam.»

Ele me conta que, após a morte de Samora, muitos dos que formavam o seu círculo próximo foram afastados do poder. «Em 1992, depois da firma dos Acordos de Paz em Roma, que acabaram com a guerra civil entre a Frelimo e a Renamo, o governo me afastou do serviço. Me disseram que eu já podia ir descansar. Me deixaram com quinhentos meticais por mês. Como ia sobreviver com isso?» Durante um tempo filmou casamentos de indianos para poder sobreviver. Disse que nos anos de trabalho com a câmara acumulou muita experiência e conhecimento no mundo da televisão. «Eu ensinei a muitos outros fotógrafos e cinegrafistas que depois acompanharam os seguintes presidentes. Ainda me chamam de «chefe Jambo», mas eu já não tenho nada de chefe». Depois de ter sido substituído como operador de câmara, Carlos Jambo começou a construir com um amigo esta barraquinha com a esperança que a vila dos pescadores tornara-se num lugar turístico, coisa que ainda não tem acontecido. Também decidiu criar porcos, mas os animais contraíram uma doença e todos morreram. «Agora sou cozinheiro», resigna-se com uma gargalhada. «Me dedico a vender cervejas e frangos e a educar os meus filhos.»

Antes de ir embora, Carlos Jambo põe ao padre Vicente Berenguer ao dia do estado da sua extensa família. «É como o meu segundo pai», me confessa à parte. «Ele foi muito importante para a minha família. Cuidou e fez estudar os meus irmãos.» O patriarca da família Jambo, o régulo, teve seis mulheres, e as seis conheceram ao padre Vicente. Um dos filhos leva o nome dele como reconhecimento. Durante muitos anos e até o dia da sua morte, o pai de Carlos levou uma bala alojada nas ancas, uma bala da guerra da independência. O dia em que iam sepultar à sua primeira mulher, sofreram a emboscada de uma patrulha portuguesa, ele foi ferido e não pôde enterrar a esposa.

Carlos assegura que o padre Vicente Berenguer não foi uma figura importante apenas para a família Jambo. O governo moçambicano deveria reconhecer publicamente esses missionários, sobretudo aos padres de Burgos, por todo o que eles têm feito: lutaram pela independência, em muitos casos pagaram com a sua saúde, denunciaram massacres, foram à cadeia e foram expulsos do país. «Eles não podem ficar sem reconhecimento», afirma sacudindo a cabeça.

Vicente Berenguer volta connosco e se lamenta de que, apesar do tempo decorrido e da descoberta de gás e petróleo, «em alguns locais do país não tem mudado nada desde a chegada da independência e de que continuem a ser pobres». Os malembe, uma tribo das montanhas de Tete à qual pertencem os Jambo, vivem encima de jazidas de ouro e diamantes. Eles sabem, mas receiam que a febre que se tem desencadeado nos últimos anos seja uma chamada e acudam em massa, escavam as suas terras e levantem o cemitério. «Aquelas pessoas, depois da paz, ficaram abandonadas em zonas distantes. Ainda que nunca lhes faltou a comida, porque a agricultura sempre foi a sua forma de vida, carecem do resto». Ao regressar de Espanha depois da assinatura da paz, Berenguer levou para eles o básico: leite, mantas, até agulha e fio. «O progresso

não tem chegado lá. Às cidades sim, mas as aldeias remotas continuam a viver na pobreza.» «Se Samora levantara a cabeça não ficaria contente», reflete Carlos Jambo. «Era um homem bom, serio e direto. Sempre tomava as decisões a pensar no povo. Tinha um projeto para Moçambique, mas as decisões que se tomaram depois não tiveram em conta à população. Estamos nas mãos dos que estão acima, dos que comandam o barco. São eles os que têm o futuro do povo». Depois de um longo silêncio e antes de dizer adeus, acrescenta: «Mas temos que ter confiança nos dirigentes. Temos que ter paciência.». Vicente Berenguer encolhe os ombros e repete enquanto nos afastamos: «Resignação africana, resignação africana».

Camarão marxista

N

o chão da entrada principal do prédio da Pescamar na cidade da Beira há uma laje dourada diferente do resto. Em baixo dela há enterrada uma caixa selada com vinte e três moedas de cem meticais com a efígie de um camarão e um exemplar do *Diário de Moçambique* do 21 de maio de 2003. O número de moedas representa os anos que a empresa leva em Moçambique, e o jornal, a data de início das obras de construção do moderno complexo que hoje abriga a nova sede da companhia. «Um dia alguém encontrará as moedas», diz a brincar David Troncoso, diretor geral para África da Pescanova, enquanto aguarda num dos salões do suntuoso hotel Polana de Maputo a Cadmiel Mutemba, o ministro das Obras Públicas, quem participou, na altura como ministro das Pescas, na cerimónia de enterramento das moedas. Troncoso está a visitar Moçambique para manter algumas reuniões com os responsáveis do setor. Amanhã continuará a sua turnê pela Namíbia e Angola, onde a Pescanova também desenvolve atividades pesqueiras.

Decorridos uns minutos, o ministro Mutemba aparece acompanhado de um assistente. Embora faça anos deixara o ministério das Pescas, ele mantém uma amizade pessoal com David Troncoso. O ministro tem o cabelo branco e é baixinho. Veste fato bege e gravata vermelha e leva óculos de sol. «O meu primeiro encontro com a Pescamar não foi bom», diz entre risos. «Havia receios por ambas as partes, ainda não sei muito bem porquê.» Troncoso o admite: «Houve desentendimentos na fase inicial, mas foram breves, superados com o esforço de ambas as partes.» Ele diz que a história da companhia e a de Moçambique correm paralelas. O país tem trinta e nove anos e a Pescamar, trinta e cinco. «É a irmã mais nova. Há uma diferença de quatro anos», acrescenta Cadmiel Mutemba a fazer brincadeira. «As relações são muito fortes. Agora estamos a pensar nos próximos trinta e cinco.»

Depois da independência de Portugal em 1975, a economia moçambicana precisava de fortalecer um setor para incrementar as exportações e equilibrar a

balança de pagamentos. A empresa galega Pescanova, que desde anos atrás já operava em águas moçambicanas, foi convidada pelo novo governo a criar uma grande companhia de capital misto para explorar as zonas marítimas, assim como também ao grupo Amasua, de Huelva. Para completar o setor, as autoridades moçambicanas também escolheram ao colosso japonês Amahu, ainda que anos mais tarde, quando a crise ficou mais forte, este abandonou o país e a Pescamar comprou a sua frota.

A aposta foi arriscada. Uma empresa capitalista de economia aberta se introduzia num regime de economia planificada. Porém como diz David Troncoso, «Moçambique tinha claro que precisava de impulsar o setor, que na altura devia representar a metade das suas exportações, e a Pescanova compreendeu as características do país». A Pescamar nasceu em 1980 por um período de cinco anos, mas o sucesso do projeto convenceu os seus responsáveis, acabando por se estabelecer definitivamente na Beira. David Troncoso chegou a Moçambique em abril de 1994, «ao mesmo tempo que os capacetes azuis», o ano das primeiras eleições multipartidárias. Em 1992 tinha concluído o conflito civil. «Moçambique era um dos países mais pobres do mundo. As pessoas iam descalças, mal vestidas», recorda. «Chamou-me a atenção a inexistência de animais domésticos, e isso é sinal de pobreza extrema. Também não havia antenas parabólicas, à diferença das favelas brasileiras. Nem se viam plásticos.»

Era o começo de uma nova era, ainda que a decolagem económica demorara anos em chegar, «mas as bases estavam sendo assentes». Samora Machel teve duas coisas claras quando tomou as rédeas do país após a independência: conseguir a unidade nacional de um território extenso e desvertebrado, e elevar as cotas de educação da maioria da população negra, que tinha vivido sem oportunidades sob o domínio de Portugal. Noventa por cento dos moçambicanos eram analfabetos, havia dez médicos, um punhado de advogados, nem um só juiz e dois economistas. Para isso, Samora pediu ajuda aos seus aliados da órbita marxista e enviou milhares de jovens moçambicanos a estudar a Cuba, a União Soviética e a Alemanha de Leste.

Naqueles primeiros anos, a cidade da Beira carecia de qualquer indústria auxiliar e de mão-de-obra qualificada. Em terra, a Pescanova teve que levantar oficinas de eletricidade, mecânica e metal. No mar, noventa por cento da tripulação dos barcos era espanhola. Foi preciso desenvolver um programa de formação continua para os diferentes quadros. David Troncoso diz que agora estão orgulhosos de terem diversas embarcações onde, exceto o chefe de máquinas e o capitão, cento por cento da tripulação é moçambicana. «Depois de trinta e cinco anos em Moçambique ficou demonstrado que a Pescamar não tem sido uma empresa que veio para pescar e depois ir embora. É uma empresa que decidiu instalar-se e desenvolver a economia do país.»

Uns dias mais tarde, Francisco Vilas, administrador e diretor executivo da Pescamar, aguarda pacientemente a minha chegada no voo procedente de Maputo, que atrasou um par de horas, na velha terminal do aeroporto da Beira.

A manhã é luminosa e sufocante, e a atmosfera húmida e viscosa. Francisco tem trinta e oito anos, leva onze a trabalhar para a empresa na Beira. É um homem corpulento, de cabelo loiro cortado à escovinha, pele bronzeada e olhos claros. Veste uma camisa de cor safari com o logotipo da companhia bordado nela.

Enquanto me leva até o carro da empresa, diz que é um dos dias mais quentes do verão. É sábado e a estrada principal que vai do aeroporto à cidade está lotada de pessoas a comprar nos mercados das sarjetas da estrada. Beira é a capital da província de Sofala, a segunda cidade do país, com um pouco mais de meio milhão de habitantes. É uma cidade cosmopolita, calma e agradável, com uma rica arquitetura colonial. Possui o porto mais importante de Moçambique e o mais próximo da zona de pesca do camarão. É um dos portos com maior tráfego do Índico entre o porto de Mombasa, na Quênia, e Durban, na África do Sul. Além disso, é a saída ao mar dos carregamentos de carvão e outros minerais das imensas jazidas de Tete, que chegam ao porto através da linha dos caminhos-de-ferro do corredor da Beira, construída para aproximar o mar à antiga Rodésia. No século XIX, emigrantes portugueses se estabeleceram na Beira ao abrigo das atividades comerciais da Companhia de Moçambique, na altura em mãos do capital inglês e belga.

Francisco Vilas organiza na sua casa, uma moradia de aspeto colonial, estâncias amplas e piscina no jardim, uma comida com três veteranos funcionários da empresa: Ramón Muñoz Parra, chefe da seção de eletrónica, de sessenta anos; Manuel Garcia Negreira, diretor técnico de frota, de sessenta e sete, e Ramón Tejes Fernández, chefe de aprovisionamento, de cinquenta e oito. Os três formam parte do quadro de mil empregados da Pescamar, dos quais só há trinta espanhóis.

«Em 1969, os marinheiros espanhóis chegamos a Moçambique e os astronautas americanos à lua», começa a sua crônica Ramón Muñoz. Está-se a referir aos pioneiros do histórico *Sabroso*, o primeiro barco da Pescanova que arribou às costas moçambicanas à procura de novos pesqueiros para a pesca do camarão. Muñoz pertence ao grupo daqueles primeiros galegos entusiastas que conseguiram tirar para a frente uma frota pesqueira com muita imaginação, «à maneira de MacGyver», nos anos em que tudo faltava.

Francisco Vilas oferece aos convidados um menu com produtos da empresa. Ele serve uma bandeja atrás da outra de camarão grelhado de diferentes espécies e calibres que a Pescamar captura, embala e congela nos trinta e cinco barcos que trabalham durante o período de defeso que vai do 1 de março ao 15 de outubro. Para o mercado interno só são destinadas umas caixas, que se vendem num pequeno estabelecimento propriedade da companhia. As capturas são dirigidas integralmente à exportação nos mercados da Espanha, China, França e Portugal.

O barulhento ar condicionado da sala apenas abranda o intenso calor. Manuel Garcia Negreira, conhecido por todos pelo seu segundo apelido, lembra que naquela época o camarão não era selecionado, senão que ia tudo

a granel em blocos de vinte quilogramas. «Ou se colocava em tanques de oito mil quilogramas», acrescenta Ramón Tajés. «Se lavava, se limpava, mas não era selecionado pelo tamanho. Isso era feito na Espanha e depois ia para o mercado», precisa Ramón Muñoz.

Depois da independência chegaram muitas empresas de diferentes países a estas águas. Nem todas praticavam uma política de pesca responsável, de respeito aos ciclos e com os aparelhos adequados. Quando em 1980 o governo moçambicano foi consciente dos riscos do pesqueiro, decidiu ampliar o limite de pesca de doze a duzentas milhas da costa. Apesar da grande produção nos primeiros anos, as más práticas reduziram aos poucos as capturas até chegar a crise de 2007-2008, quando muitos armadores decidiram abandonar o país. À sobre-exploração do pesqueiro — situado apenas a três milhas do continente — se adicionava a pesca artesanal, sem controlo nem regulamentação, que a população local realizava com redes de fabricação caseira, até com redes mosquiteiras.

Outro elemento chave desta diminuição de camarão foi a degradação progressiva do litoral e o constante corte de manguezais que os habitantes da região usam para fazer lenha. O camarão desova nos rios e nos manguezais, depois a corrente os arrasta até o mar. Quando o manguezal é cortado, está-se a destruir a sua zona de desova. Para cúmulo dos males, chegaram os barcos russos, que empregam bombas de absorção e sugam por onde passam a areia do fundo, inclusive o pasto do qual se alimenta o camarão.

Ramón Muñoz chegou a Moçambique em 1977. Apenas sabia sobre o país «que estava na frente de Madagáscar». A Pescanova precisava de um técnico na área da eletrónica e ele veio cá provar a sorte atraído por um salário mais atrativo. Lembra que o pesqueiro no era tão grande quanto hoje. Havia lugares onde não se podia pescar porque a lama e os pedregais causavam muitos problemas. «Ficavas colado no fundo e tinhas que largar as redes.»

Manuel Garcia Negreira uniu-se à Pescanova em 1988, mas já em 1980 exercia atividades de pesca nas costas da África do Sul numa embarcação de uma empresa da competência. Depois de um tempo, o armador enviou ele com um barco para espiar o que a Pescanova estava a fazer em Moçambique. «Viemos cá a pescar o mesmo que eles, camarão.» Ele chegou com a ideia de passar uma temporada: seis meses, que era o acordado em campanha. Porém, durante os primeiros cinco meses não capturaram nada. Ao ponto de regressar de férias à Espanha, começaram a pescar sem querer, «pesca e mais pesca». Devido ao bom resultado, e com a intenção de levar mais dinheiro para casa, ele pediu para ficar mais uma campanha. Mais seis meses longe da Galiza.

No início dos anos sessenta, a Beira era a joia da coroa portuguesa, com ruas elegantes, casas senhoriais de belas fachadas e jardins muito cuidados. Negreira, que vinha ao porto fazer provisão de vitualhas e consertar o navio, diz que nos estaleiros, que eram de propriedade portuguesa, havia pessoas muito competentes. Lembra que a cidade era como «de brinquedo». «Viam-se poucos moçambicanos. Tudo estava em mãos dos colonos que construíram cá

um segundo Portugal.» Quando pisava terra, costumava comer caranguejo grelhado e pratos da cozinha lusa e moçambicana num restaurante chamado Picnic. «Tudo era de uma qualidade e uma apresentação excelente. Uma maravilha. Não se via nem na Espanha.»

Quando Ramón Muñoz chegou a Moçambique, sete anos depois que Negreira, os portugueses já tinham ido embora e o país estava afundado no conflito civil. Perto de duzentos mil colonos tinham saído de Moçambique pouco depois da declaração de independência. «Ainda havia algumas coisas em condições, mas já se via o declínio e a decadência». Foi hospedado no hotel Embaixador. Na maioria dos quartos não havia eletricidade e os lençóis estavam sujos. Porém, em algumas lojas da cidade ainda se podiam encontrar alguns produtos; restaurantes como o Hoyo e o Arcadia (hoje a Cabina do Capitão) ainda recebiam fregueses.

A Francisco Vilas, alguém lhe contou que o José Luís Moreno, o famoso ventríloquo espanhol, trabalhou uma temporada no Moulin Rouge. Chegou ao país com os seus afamados bonecos, apaixonou-se por Argiros Sanianos, uma jovem de origem grega nascida em Moçambique, e casou com ela na Beira pelo rito ortodoxo. O casal durou sete anos e teve dois filhos. O Moulin Rouge era um cabaré da época colonial. Contratava grupos musicais espanhóis e portugueses, orquestras, ballets, cantores e outros artistas. «Tudo isto aconteceu antes da independência porque, quando eu cheguei, o Moulin Rouge já tinha fechado», explica Muñoz. «Sim, o Moulin Rouge foi demonizado», corrobora Negreira: «foi um lugar de perdição para muitos capitães espanhóis que despendiam o seu ordenado lá».

Moçambique viveu um breve período de paz entre o fim do colonialismo português e o estalo da guerra civil, que durou dezasseis anos. Impôs-se uma política marxista e nacionalizaram-se empresas e serviços sociais para manter a produção e o emprego. O modelo socialista de Samora Machel provocou no fim dos anos setenta uma modesta recuperação da sua fraca economia. Estes sucessos foram um exemplo perigoso para os países vizinhos, governados por minorias brancas racistas.

O regime rodesiano do Ian Smith considerava as novas autoridades marxistas como uma ameaça para que os seus colonos puderam contar com saída para os seus produtos através de Moçambique até o porto da Beira. Samora tinha apoiado as sanções da ONU contra a Rodésia e a África do Sul, mesmo que isso supusera milhões de dólares de perdas em divisas pela redução de mercadorias que chegavam aos portos da Beira e de Maputo. Além disso, Samora apoiou e deu abrigo aos movimentos de libertação dos seus dois vizinhos, a ZANU e o ANC, respetivamente.

Na capital rodesiana congregavam-se colonos portugueses fugidos ou expulsos após a independência, ex-combatentes, brancos e pretos, do exército colonial e mercenários que protegiam as grandes plantações. Todos eles, por diferentes motivos, buscavam uma vingança contra a Frelimo. Assim, em 1977, os serviços de inteligência da Rodésia criaram um grupo mercenário com o

objetivo de atacar a zona central de Moçambique. A este grupo juntaram-se dissidentes da Frelimo, camponeses descontentes com as medidas que tinha adotado o novo governo marxista e os tradicionais «bandidos armados». Todos eles acabaram por conformar a Resistência Nacional de Moçambique, a Renamo, um movimento criado e financiado pela Rodésia racista de Ian Smith e pelo regime do apartheid sul-africano que contava com o apoio do Malawi e de organizações extremistas africanas e ocidentais.

No seus primeiros anos, a Renamo foi um grupo militar sem caráter político que apenas tinha presença fixa em Moçambique, já que lançava os seus ataques desde os países vizinhos. Evitava encarar militarmente à Frelimo. Os seus objetivos estavam no mato. Procuravam desestabilizar o novo Estado sabotando a economia e destruindo as infraestruturas do país, principalmente as estradas, os caminhos-de-ferro e a rede elétrica. Também atacavam hospitais, escolas, edifícios oficiais, plantações e armazéns nas zonas rurais.

A Renamo aplicou ao conflito a tática do terror. Submeteu à população rural com crueldade. Alimentou-se de combatentes sequestrando, torturando e recrutando pela força a jovens e crianças até, aos quais infringiu insuportáveis cotas de horror. Em meados dos anos noventa visitei Moçambique. Percorri zonas do interior para escrever uma série de reportagens sobre as consequências do conflito armado. Além de ser um país semeado de minas antipessoais que impediam o deslocamento livre da população e à volta às atividades agrícolas, a guerra tinha deixado milhares de adolescentes à procura de redenção para os seus traumas psicológicos pelas atrocidades vividas em tanto que crianças-soldado. Lembro-me de ter escutado com pasmo histórias de mulheres jovens convertidas em escravas sexuais quando ainda eram meninas e de rapazes que tinham sido forçados a matar à sua família com o perverso objetivo de «preparar eles para matarem qualquer pessoa». Muitos deles foram submetidos a torturas e castigos quando tentavam fugir dos seus recrutadores.

No hotel Polana de Maputo, David Troncoco destacava o mérito que teve o pessoal espanhol da Pescamar nos duros momentos da guerra civil. «Durante anos não puderam sair da Beira. Não havia água, eletricidade nem combustível. Havia que importar tudo da Espanha.» Pergunto aos três quais foram as maiores dificuldades naquele período em que o conflito armado tocava as portas da cidade. Por uns instantes cada um deles procura uma resposta. «Sofremos muito, mesmo que nós fomos uns privilegiados em comparação com o resto da população», diz Ramón Tejes. «Nunca nos faltou de nada. No mercado escasseavam os produtos básicos. Não se encontrava nada. Talvez tomates, mas não havia nem pão nem farinha.» A empresa lhes enviava desde Galiza os víveres que precisavam com os navios da Pescanova que vinham carregar o camarão capturado. «Também não havia nem água nem luz», aponta Ramón Muñoz. «A Beira esteve três anos sem eletricidade. A luz vinha pelo Natal, uns dias, mas depois derrubavam as torres e de novo ficávamos sem eletricidade mais seis meses.» «Quando saías do serviço, chegavas em casa e não havia água, não tinhas luz, não tinhas nada fresco para beber», acrescenta Ramón

Tajés. «Na empresa tínhamos umas câmaras frigoríficas. A gente fazia canastras de gelo que levávamos para casa e poder refrescar-nos. Havia também um poço, tirávamos a água do poço e a levávamos para casa. O problema era à noite. Dentro da casa estava calor, não conseguias dormir. Se saías a varanda, os mosquitos comiam-te.»

Negreira lembra que as sabotagens eram feitas nos arredores da cidade. A Renamo controlava uma grande parte do país, mas a Frelimo estava nas cidades da costa e no sul. Durante grande parte do conflito, as cidades permaneceram isoladas. Desde a Beira não havia acesso nenhum a outros lugares. «Por precaução, era melhor não sair.» Depois das seis da tarde não se podia sair da cidade. «A gente vivia como num gueto. Tínhamos a nossa empresa; depois íamos de casa em casa visitarmos. Essa era a nossa vida social.» «À noite, escutavam-se os tiros, escaramuças noturnas. Mas na Beira nunca vimos guerrilheiros», explica Ramón Muñoz.

Enquanto dávamos fim à bandeja de crustáceos, pergunto-lhes se o conflito entre a Frelimo e a Renamo também se sentia no mar. «A guerra estava na terra», responde Ramón Muñoz. O porto era fechado as seis da tarde. Os barcos não podiam entrar até a manhã seguinte. Se uma embarcação voltava mais tarde, era preciso escrever uma carta de aviso às baterias costeiras instaladas nas praias para que não dispararam. «Mas não disparavam», adiciona Negreira com uma gargalhada. «Uma vez sim, ao *Crisi*», refuta Ramón Muñoz. «Ele teve que sair de noite e uma patrulheira saiu ao seu encontro e disparou uma rajada para o ar.» «Para meter medo», brinca Negreira. «Sim, para meter medo», reconhece Muñoz. «Acenderam os focos e foi preciso dar meia-volta.»

David Troncoso também me contou com orgulho que, graças à Pescamar, Moçambique tem agora técnicos bem formados no setor da pesca. «Nas universidades do país há estudos navais e têm-se criado escolas técnicas. Há muitas possibilidades, tanto de capital humano quanto de projetos». Flávio, um motorista que leva vinte anos na companhia, tem duas filhas na universidade. Troncoso diz que elas são o claro exemplo de uma nova geração preparada, «alguns com bolsas da empresa», de pais não qualificados e com um futuro melhor.

Como foi a introdução de uma empresa privada num entorno comunista? Negreira me explica que em Moçambique se aplicou um comunismo «tropical» onde quase nada funcionava. «Tudo era público. A propriedade era do Estado e todo o mundo era funcionário, até os moços. Chegou um momento em que ias a um bar cheio de moços e onde não havia nada para ser servido. À falta de cerveja davam-te um copo de água. No fim de mês todo o mundo recebia na mesma o seu ordenado.» Francisco acha que tem sido uma espécie de simbiose: «eles queriam uma indústria, formar pessoas e ter sustentabilidade económica e fiscal. A Pescanova queria estabelecer-se e perdurar. Levamos trinta e cinco anos a consertar a frota cá. Sempre se tem contratado soldadores, encanadores e carpinteiros moçambicanos. O nosso ativo é a estrutura que temos arredor da Pescamar. Temos criado um polo industrial com oficinas, docas, e isso mais ninguém o poderia ter feito.»

A Pescamar é uma das principais companhias exportadoras de Moçambique. Dá trabalho a mais de mil pessoas e tem um volume de faturação de uns trinta milhões de euros. Está formada por três empresas de pesca com um total de trinta e dois barcos, quatro mil e quinhentas toneladas de cota de camarão e um estaleiro de reparação naval, o Beiranave. Pergunto-lhes se trabalhar na Pescamar é demandado pelos moçambicanos. «Durante anos a empresa foi a número um em exportações, precursora de um bom salário para os trabalhadores moçambicanos e privilégios no serviço», responde Ramón Muñoz. «Tudo mundo queria trabalhar cá. Recebiam um ordenado cada mês e uma vez por semana três ou quatro quilos de peixe», adiciona Ramón Tajés. «Em comparação com outras empresas nacionais, o ordenado era duzentos ou trezentos por cento mais elevado.» «Mas isso criava desigualdades», suponho. «É claro», confirma Ramón Muñoz. «Havia empresas estatais que vinham reclamar que isso não podia ser assim, que nós não podíamos acostumar as pessoas a esses salários. As autoridades moçambicanas também levavam as mãos à cabeça. Mas era o mínimo, se o trabalhador fazia bem o seu trabalho, ele devia ser bem pago.»

O fim da Rodésia racista chegou em 1980 e o país se converteu no Zimbábue. A Renamo viu-se forçada a transferir as suas bases na África do Sul, onde seguiu recebendo o apoio e o financiamento de diversas fontes. A metade da década, a Renamo já contava com um número considerável de combatentes, e isso dotava-a de capacidade para lançar ataques em qualquer ponto de Moçambique. O movimento começou a estabelecer bases fixas na província central de Sofala e decidiu desenvolver também uma organização com objetivos políticos.

Em março de 1984, o presidente moçambicano Samora Machel e o sul-africano Pieter Botha assinaram o Acordo de Nkomati, um pacto de não-agressão, boa vizinhança e cooperação mútua no qual acordaram que a África do Sul deixaria de apoiar à Renamo e a Frelimo ao Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela, a quem ainda faltavam uns anos para sair da cadeia. O acordo foi considerado como uma vitória da política do regime sul-africano. Porém, Samora Machel sabia que «a África do Sul era a chave do problema» e pensou que o acordo ia beneficiar os seus objetivos de reduzir o apoio à Renamo e a hostilidade com os seus vizinhos. A ex-Rodésia branca era agora um aliado certo, com o Robert Mugabe na frente do novo Zimbábue e o Malawi comprometido em deixar de apoiar à Renamo.

Vilas, que acaba de chegar da cozinha com mais uma nova bandeja de camarão, maior e de um vermelho intenso, explica que durante o conflito não havia nem os serviços básicos nem os transportes mínimos. «Em qualquer lugar, como estrangeiro, voltas nas férias ao teu país, compras uma passagem, vás para o aeroporto, ficas na fila e uma hora depois estas a voar. Mas cá não era assim.» Era difícil saber quando ia chegar um avião e quando ia partir. No aeroporto sempre havia passageiros à espera. A informação era imprecisa, circulavam boatos. Os mais informados diziam: «Talvez amanhã chega um Antonov», mas não havia certeza nenhuma. Então, as pessoas iam em massa

para o aeroporto e formavam longas filas de passageiros sem ter a certeza de se o avião chegava nesse dia ou não. «Eu sei que tu, Ramón (Tajés), tinhas pessoas na fila», lembra Francisco. «Sim, nas filas do aeroporto tínhamos um rapaz da Pescamar à espera para que quando confirmasse a chegada certa do avião, apanhara um lugar. Depois corria até o escritório a gritar: “Numa hora chega o avião!”. Então, o capitão ou o marinheiro que ia viajar se vestia e ia para o aeroporto. Assim era.» «Os aviões Antonov eram supostos viajarem a Maputo», diz Francisco a sorrir. «Subias no avião, mas à metade do voo podiam mudar a rota e, sem avisar, desviar o percurso até Chimoio para desembarcar uns quantos passageiros. Ali, subiam mais uns militares que o avião levava até Tete, e depois é que já seguia até Maputo.»

Nos anos oitenta, Moçambique seguia a ortodoxia da URSS, diz Ramón Muñoz. Se a gente tinha que deslocar-se por trabalho ou por necessidades familiares, um não podia apanhar o carro sem mais. Era preciso ir ao secretário do bairro a pedir a Guia de Marcha, mesmo que só se tratasse de viajar sessenta quilómetros, e explicar as razões. Os comissários políticos avaliavam os motivos e, se aprovavam, expediam a permissão e autorizavam a saída fora da Beira. «Tudo isso era feito por motivos de controlo e de segurança. Lembram vocês quando voaram os depósitos da Petromoz? Também voaram a doca», recorda Tajés. «Não sei se foi a Renamo», diz Muñoz. «Eu acho que foram os sul-africanos. Tem a sua lógica, porque eles apoiavam à Renamo.»

Sentiam-se vigiados durante o dia? «Não, não», responde Negreira. «Em termos de trabalho íamos e voltávamos e nunca tivemos problemas.» Francisco explica que no mundo do mar, o pessoal está sempre muito ocupado e não há horários. «Não se sai e se vai para o ginásio. Quando você menos espera, há confusão.» Há uma lei não escrita que costuma cumprir-se: «O dia em que a gente quer ter um convívio e comer uma *paella* e tomar um vinho, há um navio a quebrar.»

Os trabalhadores passavam o dia no escritório, na oficina, no barco ou no cais. Deslocavam-se o mínimo possível. A situação não o permitia. «Havia muito controlo das autoridades. “Para onde vá aquele barco? O quê está a fazer? Esse aí está a falar com quem?” E isso coibia muito.» Cada quanto tempo voltavam à Espanha? Os quatro respondem em uníssono: «Cada seis meses!».

Imagino que viver tantos anos longe da Galiza, num país africano em conflito e trabalhar no mar são ingredientes que assustariam a qualquer um. As suas famílias preocupavam-se com a situação em Moçambique? Francisco toma a palavra para contar que na Galiza, nos anos setenta, não havia muitas mais possibilidades. «Ou trabalhavas no mar ou emigravas.» «São familiares de marinheiros, filhos de marinheiros que conhecem perfeitamente esse ambiente», argumenta Negreira. Francisco, que também é filho de marinho, acrescenta que quando estás em casa não fazes a menor ideia de que o teu pai está na África, e menos num país em conflito. «Sofres porque tens uma família que está longe, mas não por medo», diz Tajés. Para Ramón Muñoz não é a mesma coisa viver na Espanha e voltar às noites a casa depois de uma jornada de trabalho do

que estar no alto mar. «São coisas da nossa forma de vida.» «Vivemos situações tão inverosímeis que, se a gente contasse nas nossas casas, achariam que são conversa fiada», diz a rir Tajés. «Não dizias nada e passavas as tuas férias.» «Contas as coisas boas e depois voltas», diz Negreira. Francisco, com gesto pícaro adiciona: «E as aventuras noturnas também não contávamos.» «Das aventuras noturnas, quando eu acordo, já nem me lembro delas», sussurra Muñoz encolhendo os ombros enquanto o resto ri.

Os erros da Frelimo ao adotar um modelo de economia planificada num país sem médios de produção e sem trabalhadores qualificados, adicionados aos problemas sociais, que levaram ao descontentamento de uma grande parte da população rural devido ao desmantelamento das estruturas tradicionais do poder local, empurraram, junto aos desastres da guerra, ao abandono das teses comunistas depois da morte de Samora Machel. Moçambique precisava urgentemente de crédito por parte da comunidade internacional. Por isso, em 1986 ingressou no Fundo Monetário Internacional (FMI) e um ano mais tarde no Banco Mundial. O governo de Joaquim Chissano abriu a porta ao livre mercado e aceitou um pacote de medidas do FMI para reativar a sua economia. Assim mesmo, preparou aos poucos o caminho para a democracia multipartidária com a elaboração de uma nova constituição.

No fim dos anos oitenta, a guerra seguia estancada e não parecia que nenhum dos dois contendentes fora ganhá-la. A desapareição do bloco soviético e os novos interesses económicos externos forçaram às partes a mover ficha e sentar a negociar. Desde meados dos anos noventa se trabalhou numa solução ao conflito sob a supervisão da Igreja católica, que culminou no 4 de outubro de 1992 com a assinatura, em Roma, do Acordo Geral de Paz. Os dezasseis anos de guerra civil custaram a Moçambique mais de um milhão de mortos, a destruição da maioria das suas infraestruturas e umas perdas de vinte mil milhões de dólares.

«Foi qualquer coisa de milagrosa», assegura Negreira. «Moçambique deve ter sido um desses países em conflito nos quais, ao assinar a paz, a guerra para de vez. Já se sabe como é em outros lugares: a assinatura da paz não traz o fim do conflito. Aqui se assinou e não se escutou nem um tiro até o ano passado.» Negreira refere-se ao recomeço das hostilidades na província de Sofala entre o exército moçambicano e homens armados da Renamo que fiz nascer de novo o fantasma da guerra. Desde abril de 2013 até setembro de 2014, os enfrentamentos produziram um gotejamento de vítimas quase a diário. Soldados de ambos os bandos, mas também civis, faleceram em ataques de surpresa da Renamo. Em outubro de 2013, o exército moçambicano bombardou o quartel-general da Renamo na Gorongosa, onde o seu líder, Afonso Dhlakama, estava acantonado desde um ano atrás. Dhlakama fugiu «in extremis», igual que fez em 1985, e permaneceu escondido no mato durante onze meses. Aos olhos de muitos estrangeiros era surpreendente que o líder do principal partido da oposição com cinquenta e dois assentos na Assembleia da República, tivera que viver numa base no meio da floresta, fora atacado e ficara durante quase um ano escondido

no mato. O ataque tirou a validade dos Acordos de Paz de Roma de 1992 e pus em evidência, vinte e um anos depois, que a reconciliação não tinha sido completa. Nunca se tinham fechado capítulos como a entrega das armas, a integração dos ex-guerrilheiros no exército e a reforma da Lei Eleitoral.

Tanto a Frelimo quanto a Renamo tornaram-se partidos políticos depois do conflito armado. O ex-movimento marxista tem ganho todas as eleições desde 1994. Afonso Dhlakama tem sessenta e um anos. Desde 1979 é o chefe da Renamo. A comunidade internacional assinalou ele com o dedo como sendo o responsável de ter cometido crimes contra a humanidade durante a guerra civil. Com o recomeço das hostilidades em 2013, Dhlakama quis forçar o governo a negociar antes das eleições presidenciais do 15 de outubro de 2014. Acusou o seu inimigo histórico de ter deitado fora a democracia e de concentrar todo o poder durante anos. Pelo que parece, a sua verdadeira intenção era aceder à partilha de riquezas que estão a proporcionar as inversões milionárias do gaz e do carvão. Quarenta dias antes dos comícios, ambas as partes assinaram a cessação das hostilidades, dando fim às escaramuças. O ex-ministro de Defesa moçambicano e candidato pela Frelimo, Filipe Nyusi, ganhou as eleições com cinquenta e sete por cento dos votos, enquanto Afonso Dhlakama atingiu trinta e sete por cento (144 assentos da Frelimo contra 89 da Renamo no parlamento nacional). Como nas ocasiões anteriores, a Renamo não aceitou os resultados e acusou de cometer fraude aos seus adversários.

Desde que Moçambique atingiu a independência, sempre tem existido na Beira grupos antifrelimistas. As províncias de Sofala, Zambézia e Nampula são o bastião do partido da Renamo, de onde procede a maioria de votos no parlamento nacional. As pessoas da Beira continuam a ser da Renamo? «Absolutamente», me respondem fora de qualquer dúvida. «As pessoas na Beira não querem saber nada da Frelimo, como a Frelimo não quer saber nada da Beira.» Francisco Vilas pontualiza que na Pescamar são alheios a esse assunto, que é simplesmente uma luta de partidos. «Ser parceiros do Estado tem a vantagem de não ser parceiros de um governo. Ainda que muitas vezes cá as duas coisas se confundam.»

Vilas acha que Marcelino dos Santos é em parte o responsável pela antipatia dos beirenses para com a Frelimo, especialmente os mais velhos. Dos Santos foi «muito duro e restritivo», afirma Tajés. «Na Beira organizou uma operação chamada de “Pente fino” pela que as pessoas eram levadas em camiões a campos de reeducação no Niassa.» Os campos de reeducação eram rudimentares acampamentos de trabalho no meio do mato, longe de distrações mundanas e com reminiscências estalinistas. No início tencionavam mudar a maneira de pensar das pessoas, mas com o tempo tornaram-se locais de deportação e castigo para a população que se desviava da linha política, que eram delatados pelos seus vizinhos ou até por questões tão irrelevantes como não possuir documentação.

Marcelino dos Santos foi o governador da província de Sofala entre 1983 e 1986. Era um marxista-leninista declarado, estava posicionado na ala mais

esquerdista do partido, ainda que foi evoluindo até aceitar o capitalismo como um mal menor para abrir a porta à ajuda económica ocidental e obter apoios na luta contra a Renamo.

Francisco me conta que Feliberto Manuel, atual diretor geral da Pescamar, foi o secretário das exportações do ministério de Comércio nos anos em que Marcelino dos Santos foi governador na Beira. Num país como Moçambique, e na altura com escassez, as contas do Estado eram controladas até o último cêntimo. Como a balança de pagamentos era deficitária, era preciso importar o mínimo possível. O governador de cada província mandava ao governo central uma lista com os produtos necessários para comprar nos mercados exteriores. Um dia, quando Feliberto estava no ministério, disseram ao seu companheiro, o secretário das importações: «O camarada Marcelino está a perguntar por ti». Todo o mundo sabia que quando Marcelino chamava por alguém era ou para ser morto ou para ser banido. O homem foi comprar um fato, deixou à mulher o dinheiro que tinha, se despediu da sua família e apanhou um avião para a Beira. Tinha cometido um erro fatal: tinha apagado da lista que enviou Marcelino dos Santos uns fatos de banho para a equipa feminina de natação, porque achou uma necessidade secundária. Do aeroporto levaram-no ao Palácio do Governador e conduziram-no até uma sala com uma grande janela que dava ao jardim, desde onde podia ver a piscina e a Marcelino dos Santos tomando vinho com uns amigos. Era um dia de calor intenso. O funcionário ia vestido com o seu fato novo e transpirava naquela sala sem ar condicionado. Passaram-se várias horas que foram intermináveis para ele. Finalmente, Marcelino dos Santos aproximou-se dele e lhe perguntou se era o secretário das importações do ministério. Depois de responder afirmativamente, Dos Santos pediu amavelmente para o acompanhar até a piscina, ofereceu-lhe uma taça de vinho e convidou-o a tomar banho. O funcionário se desculpou várias vezes, mas ante a insistência do governador respondeu que não tinha fato de banho. «Estas a ver!», exclamou Dos Santos, «agora volta para Maputo assinar a ordem de compra.»

A partir de 1992, em Moçambique houve uma mudança drástica. A guerra tinha acabado. O país estava devastado, havia milhões de deslocados internos e de refugiados nos países vizinhos. Porém, graças à sua abertura para uma economia de mercado e depois de um programa de ajustamentos estruturais, Moçambique foi incluído nos planos de financiamento de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Doadores estrangeiros começaram a destinar milhões de dólares para projetos de educação, sanidade e agricultura. A constituição, que tinha sido aprovada em novembro de 1990, concedeu novas liberdades e aplanou o caminho para a celebração das primeiras eleições multipartidárias. O 29 de outubro de 1994, num clima de euforia e com a participação massiva dos moçambicanos, Joaquim Chissano, candidato pela Frelimo, converteu-se no primeiro presidente democraticamente eleito de Moçambique.

Negreira comenta que os anos de comunismo foram muito diferentes do que tem sido estes últimos anos. «Foi uma mudança parecida com a da transição

na Espanha.» Ramón Tajés explica que antes da paz, mesmo que houver dinheiro, este não tinha valor porque não havia em que gastar, mas a partir de 1992 começou a haver de todo e aquele dinheiro já não dava para nada.

A cidade da Beira se foi transformando aos poucos. Ramón Muñoz lembra que antes não havia nem um só carro a circular pelas ruas. Nem um barulho. Durante anos não tiveram telefone. Falavam com Pescanova cada manhã pela rádio. O único telefone da cidade estava nas mãos de uma operadora à qual era preciso pedir conferência com a Espanha. «A mulher dizia: “Ah! Com Vigo”. Para ela, Vigo era Espanha», recorda Vilas. «Ficavas à espera durante muito tempo até que contatavam. A seguir, tudo mundo escutava a tua conversa.» Depois de cinco ou seis anos, tudo mudou com o *boom* económico. Agora, com as novas tecnologias é impossível imaginar um mundo sem telemóvel nem internet. Não há tanto tempo que as pessoas do mar escreviam cartas. Francisco escrevia desde a Galiza ao seu pai, que estava na África do Sul. Levava as cartas até a Pescanova, as agrupavam, as colocavam nos barcos que iam para esse destino e, ao chegar, se distribuía. Em Moçambique acontecia a mesma coisa. «Na altura, quando eu era criança, escrever era tedioso para mim. Agora penso que deveria tê-lo feito mais.» Hoje, os chefes de máquinas têm Internet no barco. Antes, no tempo livre não havia muita coisa a fazer, liam-se romances. Estavam conectados ao mundo através do programa de onda curta de rádio chamado *Espanhóis en el mar*. «Era fundamental. Os marinheiros falavam com as suas famílias pela rádio e podiam escutar histórias próximas da Espanha.»

Interessa-me conhecer como tem sido a sua relação com a população moçambicana durante tantos anos, não só no serviço, mas também em outros aspetos da vida diária. «Estas pessoas são maravilhosas», afirma Negreira. «Muito nobres. Eles têm muito mérito e trabalham muito bem.» «Do melhor que há na África», acrescenta Tajés. Vilas diz que os trabalhadores moçambicanos da Pescamar trabalham muito e ganham bem a vida. Conta o caso de um empregado dele muito querido, com um bom salário, tem carro e os seus filhos assistem à escola portuguesa, mas o dinheiro dele nunca dá para tudo porque tem a família toda às suas costas. Ramón Muñoz acha que é porque há mais sentido de apoio à família que na Europa. «É produto da necessidade. Nós na Espanha, agora, com a crise, temos ao nosso cargo a filhos e netos, mas os moçambicanos têm, ainda, primos, sobrinhos e outros familiares». «Tudo o que está a acontecer cá eu já tinha conhecido na Galiza quando era criança», lembra Negreira. «As famílias apoiavam-se. Da minha casa iam produtos para a casa de familiares da aldeia, e da aldeia traziam batatas para a minha. Isso perdeu-se.»

Um dos momentos mais críticos que viveu a empresa galega foi em 2010 com o sequestro por piratas somalis do *Vega 5*, um barco da frota da Pescamar na Beira. Um *dhow* navegava a umas duzentas e vinte milhas da costa da Somália. A tripulação estava formada por piratas somalis que assaltavam os barcos mercantes e os petroleiros que atravessavam o Índico. Avistaram um atuneiro. A embarcação pirata lançou um par de botes para abordar o barco.

Falharam na tentativa e um dos esquifes perdeu-se até que encontrou, perto das ilhas Comores, um veleiro de recreio francês com base em Madagáscar. Sequestraram o veleiro e utilizaram-no como novo barco corsário. Navegaram até a zona de Quelimane, onde novamente falharam na tentativa de assaltar um navio. Pouco depois ficaram sem combustível e deixaram-se arrastar pela corrente em direção sul até que no 28 de dezembro cruzaram-se por acaso com o *Vega 5*, um palangreiro de vinte e quatro metros de comprimento e capacidade para cento e quarenta toneladas de carga da companhia Pescamar e bandeira moçambicana que operava perto da ilha de Bazaruto, fora das doze milhas. Desde a ponte de comando avistaram o veleiro mas não prestaram atenção. Muitas embarcações de pesca desportiva frequentam essas águas e em momento nenhum pressentiram o perigo, já que Moçambique não está dentro da zona de risco da pirataria somali. Quando se encontrava a uma distância de cem metros, os piratas dispararam uma saraivada de kalashnikov para o ar. A seguir, subiram a bordo, cortaram a rádio e tomaram o leme. O *Vega 5* não era, *a priori*, o objetivo de um assalto. Muito provavelmente os piratas somalis desejaram sequestrar o barco só para voltar a casa mas, ao descobrir que entre a tripulação havia dois marinheiros brancos, os seus planos mudaram radicalmente.

Ramón Tajés é o encarregado de falar diariamente pela rádio desde terra com os barcos da frota da Pescamar que estão a operar nos pesqueiros para recolher o parte de pesca, as novidades e as incidências. O *Vega 5* não respondeu. Ele imaginou que não tinha ninguém na ponte e que o capitão estava atarefado na coberta. Uma hora depois voltou a chamar, sem sucesso. Começou a ficar inquieto. Mandou um correio eletrónico ao barco, mas também não recebeu resposta. A boia satélite de seguridade PIB, que pula quando o navio afunda, não tinha mandado nenhum sinal, pelo que considerou que a embarcação devia ter um problema com a rádio ou um corte de energia. Decidiram esperar ao dia seguinte, mas o *Vega 5* continuava sem mandar sinais. Então, começaram a suspeitar que alguma coisa estranha estava a acontecer. Enviaram dois barcos à zona para comprovar se o navio estava à deriva e fretaram duas avionetas, uma em direção norte, outra para o sul. A primeira não encontrou nada, mas a segunda avistou o *Vega 5* a navegar a todo vapor rumo norte.

Nesse momento aperceberam-se que aquilo era um sequestro. Seguidos pelas avionetas fretadas pela Pescamar e pelos efetivos da Operação Atalanta, descobriram que o palangreiro galego tinha ancorado no porto de Haradheere, próximo de Hoby, na Somália, região controlada pela tribo dos sequestradores. Desembarcaram à tripulação, formada por dezanove moçambicanos, três indonésios e dois marinheiros galegos, Juan Alfonso Rey y José Alfonso Garcia. O governo espanhol, o moçambicano e a Pescanova iniciaram os contatos com os sequestradores e decidiram levar o caso em segredo, afastado de toda publicidade que frustrara à libertação da tripulação.

As negociações foram longas, complexas, intrincadas e cheias de obstáculos. Os piratas modificaram o *Vega 5* para ele ser mais efetivo em abordagens

futuras. Uma vez manipulado, voltou ao mar com uns oitenta piratas e os vinte e dois marinheiros da Pescamar. Os dois espanhóis ficaram em terra custodiados, por serem considerados como parte da pilhagem mais apreciada. Os somalis sabiam perfeitamente que nem Moçambique, nem nenhum outro país africano, ia pagar um resgate pelos marinheiros raptados. Os antecedentes dos sequestros dos navios espanhóis *Alakrana*, *Sakoba* e *Bakio* faziam com que os somalis esfregassem as mãos.

Em meados de março, desde o *Veja 5*, que se tinha convertido num navio-mãe para os piratas, tentaram abordar um cargueiro panamense. Um helicóptero e uma patrulheira indiana impediram-no disparando ao palangreiro, que pegou fogo e afundou-se a seiscentas milhas da costa oeste da Índia. Os militares resgataram sessenta e quatro tripulantes e os transferiu para a Índia. Deles, sessenta eram piratas (mais da metade menores de idade), e treze marinheiros da Pescamar (treze moçambicanos e dois indonésios tinham desaparecido durante o naufrágio). Ao chegar à Índia, foram levados para a cadeia sem distinção de se eles eram piratas ou marinheiros. A Pescamar enviou o chefe de recursos humanos para negociar com as autoridades judiciais e esclarecer que os seus marinheiros tinham sido vítimas dos piratas. Finalmente, foram libertados e regressaram a Moçambique num avião fretado pela companhia.

A Pescanova dirigiu as negociações até que em meados de maio os sequestradores liberaram os dois marinheiros galegos, que voltaram a Espanha num barco da Pescanova que estava na zona à espera da sua libertação. Há quem afirma que foram pagos perto de três milhões e meio de euros; porém, Francisco Vilas assegura que não se tem registado nenhum pagamento aos piratas. Juan Alfonso Rey e José Alfonso García, capitão e contramestre respetivamente do *Veja 5*, sofreram um verdadeiro calvário durante os quase cinco meses de sequestro. Quase diariamente mudavam de lugar pelas brigas entre as diferentes tribos somalis.

Muitos dos marinheiros moçambicanos sequestrados ainda trabalham na empresa e dos espanhóis, um já se aposentou e o outro segue operando na pesca em Moçambique. «Foi um caso de azar», lamenta Francisco. «Nunca mais houve um caso de pirataria neste país.» «Foi uma surpresa absoluta», confirma Muñoz, «uma possibilidade entre um milhão. O barco estava fora da zona onde pirateiam os somalis. Eles nunca iam em baixo da Tanzânia!».

O calor abranda e Francisco Vilas me propõe visitar o escritório, as oficinas, a doca e o porto onde a frota se encontra amarrada. Antes de dizer adeus aos três marinheiros, pergunto-lhes o quê que tem Moçambique para eles ficar tanto tempo. «Comecei a trabalhar cá com vinte e um anos. Começas de zero, lanças raízes e acabas por fazer aqui a tua vida», responde Ramón Tajés, que casou com uma moçambicana. Ramón Muñoz, pelo seu lado, me diz: «Eu vim quando era um jovem de vinte e três anos. Imagina, há trinta e sete anos já! Levamos neste país a vida inteira». Muñoz casou em segundas núpcias com uma moçambicana e tem tido cinco filhas e vários netos. Duas filhas do seu matrimónio anterior vivem na Galiza. «O galego amolda-se lá onde está»,

filosofa Manuel Garcia Negreira. «A minha família adora Moçambique. Eles vêm cá duas vezes por ano passar uma temporada e eu vou lá outras duas. Se poderem, cá morariam todos.»

Por fim, Negreira anima-se a vir connosco e percorremos brevemente a cidade antes de visitar o escritório da Pescamar e o porto. Passamos pela Praça Metical e a Praça do Município. Deixamos atrás belos prédios da arquitetura colonial. A sede da companhia é um lindo edifício restaurado do início do século XX de três andares, fachada de cor amarela e telha vermelha. Ao pé encontram-se as oficinas mecânicas, dois grandes armazéns brancos e azuis com os anagramas da Pescanova e a Pescamar desenhados na fachada frontal.

É sábado e nas instalações não tem ninguém. A meio quilómetro encontra-se o estaleiro e a doca. Cumprimentamos João Chivale, diretor de produção da Beiranave. Ele começou a trabalhar na Pescamar vinte anos atrás como mecânico. Recebeu uma bolsa para estudar engenharia naval na Ucrânia, de onde voltou cinco anos depois casado com uma russa. Trabalhou como chefe de máquinas num barco da frota da companhia. Em 2004, depois de comprar o estaleiro a uma empresa portuguesa, Chivale passou a dirigir a Beiranave. «Os estaleiros têm formado e dado emprego a muitas pessoas que não poderiam ter aprendido de outra maneira», me diz. «Muitos deles foram trabalhar em outras empresas depois de serem formados cá.»

A trintena de barcos da Pescamar está amarrada no porto. Dir-se-ia que as embarcações dormem balançadas pela suave brisa do verão. A uma semana das festas do Natal, a atividade é mínima. Em janeiro e fevereiro o frenesi será frenético: será preciso preparar os barcos para que o primeiro de março, dia de início da campanha, estejam a pescar no pesqueiro. Vilas explica que, quando eles estão no alto mar e têm uma avaria, só voltam ao porto se, com os meios disponíveis no barco não conseguem consertá-la. «É como na fórmula 1. Quando chegam ao porto, os barcos são consertados rapidamente e saem para o mar quanto antes.»

Subimos a um dos barcos. Percorremos com precaução a coberta, que está deslizante. Maromas, cabos, madeiras e aparelhos de pesca ocupam o pouco espaço livre. No interior, os camarotes da tripulação, o refeitório e a cozinha, e a zona de trabalho são de dimensões reduzidas. Surpreende que uma vintena de pessoas convivam durante dias em tão pouco espaço desenvolvendo uma atividade intensa e dura. Uma vez têm subido as capturas a bordo, o camarão é selecionado por tipo e tamanho e é separado do resto do peixe que cai nas redes. É submetido a um banho antimelanósico para eliminar o risco de excesso de sulfitos e a melanose. Depois, colocam-se ordenados em caixas e passam pelo túnel de congelação ultrarrápido que permite que o marisco seja congelado aos poucos minutos da sua captura e esteja pronto para levar aos mercados.

No ano 2000, um ciclone açoitou as costas de Moçambique, arrasou o porto e varreu a frota. Alguns barcos subiram empurrados pelos ventos ao porto, outros afundaram-se e outros tantos ficaram destroçados ao chocarem uns com

os outros. «Foi o 20 de fevereiro. Tínhamos a frota pronta para zarpar o primeiro de março», lembra Vilas. Tinham armado uma operação a grande escala para preparar a campanha num tempo recorde. Desde a Espanha e a África do Sul deslocaram-se técnicos de fibra de vidro que trabalharam com a equipa local. «A inversão económica e humana foi enorme. Finalmente, foi o melhor ano de pesca da história.»

«Na pesca do camarão, se não estás no mar no primeiro de março, fracasas», explica Negreira, «porque o primeiro mês de pesca é quase a solução de toda a campanha». «Há uma concentração muito grande de camarão e quando comesças a arrastá-los é quando são capturados», diz Francisco. «Com a chegada do outono, a temperatura da água desce, o camarão dispersa-se e vai para a praia. Aí, já não podes pescar porque são águas pouco profundas».

Várias empresas operam no pesqueiro moçambicano. A Pescamar captura quase a metade da produção total. O pesqueiro está fechado por decreto: não podem entrar mais barcos dos registados. Foi a Pescamar quem, no início dos anos noventa, solicitou a paragem biológica durante o período de reprodução do camarão para ajudar a controlar e melhorar o pesqueiro, porque a empresa sabe que a estabilidade no sistema de cotas de pesca e nas licenças garante a continuidade e a regularidade da produção.

A bala mágica que mata o mosquito

E

m novembro de 2005, a revista *Time* incluiu o doutor Pedro Alonso na lista das pessoas mais influentes na luta pela melhora da saúde nos países em desenvolvimento. No mesmo ano em que esta publicação norte-americana nomeava ele como «herói solidário» pelo seu empenho na erradicação da malária, trezentos milhões de pessoas no mundo estavam a ser infetadas pela picada do mosquito que produz a doença e causa a morte de uma criança cada trinta segundos. O número de falecidos é como se cada três meses acontecesse um *tsunami* com o mesmo número de vítimas que aquele que devastou o sul-este asiático em 2004. Há dez anos, em alguns lugares de Moçambique, nove de cada dez crianças menores de cinco anos estava a ser infetada com o *plasmodium*, o parasita que penetra no corpo humano através da picada do mosquito anófeles.

Pedro Alonso me disse uma vez que, junto com a revolução das novas tecnologias da informação, a outra grande revolução que está a ser realizada no mundo é a revolução da saúde. Nestes últimos quinze anos se tem progredido mais do que nunca antes. «Sempre começávamos a nossas palestras a dizer: “A cada ano morrem no mundo doze milhões de crianças menores de cinco anos”. Agora são menos de sete milhões.» «Existe o perigo de pensar que a tarefa já concluiu?». «Não, ainda continuam a registar-se sete milhões de mortes anuais que não deveriam acontecer. Continuamos a enfrentar enormes desafios: não temos uma boa vacina contra a tuberculose, não temos ainda uma boa vacina contra a malária, e as mortes maternas continuam a ser inaceitáveis.»

Pedro Alonso tem centrado grande parte do seu trabalho na procura das razões principais da mortalidade dos grupos de população mais vulneráveis de África: crianças e mulheres grávidas. Alonso é mundialmente conhecido pelas suas pesquisas à procura de uma vacina para a erradicação da malária; porém, assegurou-me que o seu trabalho mais transcendental foi realizado na Gambia e publicado na prestigiosa revista *Lancet*, em 1991. «Foi a primeira demons-

tração de redução da malária graças às redes mosquiteiras impregnadas com inseticida, que é o meio, hoje e para os próximos quinze anos, de luta contra a malária. Essa sim salva vidas. Esse foi o meu trabalho essencial, porém sou conhecido pela vacina.»

Quase a metade da população mundial continua a estar exposta à malária. Em 2014 houve duzentos milhões de pessoas infetadas, das quais, seiscentas mil faleceram, a maioria em África. Só em Moçambique, onde a doença é endémica, produzem-se ao redor de 1,8 milhões de casos anuais, dos quais falecem cento e setenta e sete mil pessoas, a maior parte crianças menores de cinco anos.

Em outono de 2013 entrevistei Pedro Alonso em Maputo, enquanto estava a trabalhar em Moçambique para a Agência Efe. Alonso me disse que «nunca existirá “a vacina”, senão várias vacinas que aos poucos incrementarão a eficácia com novos protótipos e novos avanços». «Enfrentamo-nos a um organismo biologicamente muito complexo que para a sua erradicação precisa de múltiplos instrumentos, não só de vacinas, mas também de redes mosquiteiras, inseticidas, acesso a diagnósticos e tratamentos com fármacos eficazes, além do fortalecimento das unidades de saúde.» «Isso que resolva a malária não será o que os americanos chamam “uma bala mágica”, senão a combinação de várias balas entre as quais, as vacinas podem ser importantes, mas não a única.»

Não é fácil saber em que parte do mundo está Pedro Alonso. Ainda menos desde que o ano passado ele foi nomeado diretor do Programa Mundial de Malária pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Somente imaginar a sua agenda produz fadiga. Quinta-feira passada apanhou um voo para Banguécoque, onde assistiu a uma reunião da OMS, e aterrou em Maputo quando já tinha anoitecido. Sexta-feira de manhã assistiu, na residência do embaixador espanhol, à imposição da Ordem de Isabel a Católica a Pascoal Mocumbi, o presidente da Fundação Manhiça. No sábado viajou até Manhiça, quartel-general do Centro de Investigação em Saúde (CISM) a oitenta quilómetros de Maputo, que ele próprio pus em funcionamento em 1996. No domingo, à metade da tarde, apanhou um voo para Ginebra, sede da OMS, onde se estabeleceu temporariamente por exigências do seu novo cargo. E na terça-feira apresentará no Parlamento britânico o informe anual da malária no mundo. Não é fácil robar-lhe uns minutos, muito menos umas horas.

É domingo de manhã de um dia ventoso e ensolarado. Ontem à noite caiu uma chuva torrencial, como acontece em Moçambique quando chega o verão e começa a estação das chuvas, que é a estação da malária. Pedro Alonso pernitoou na modesta casa dentro do recinto do CISM onde se hospeda quando está em Manhiça. Quando eu apareço, ele está a matabichar com a sua esposa, Clara Menéndez, doutora, pesquisadora, diretora da iniciativa de Saúde Materno-infantil e Reprodutiva do ISGlobal, e companheira fundamental de Alonso desde que eles conheceram-se na faculdade de Medicina de Madrid nos anos oitenta. Cumprimento-os e aguardo nos jardins do centro até eles acabarem.

Pedro Alonso nasceu em Madrid em 1950. É simpático, carismático, grande

conversador, didático e afável. Tem a voz forte e redonda. É forte e de estatura média, com uma barba aparada e o cabelo grisalho. Dele se diz que é um homem esperto, visionário e um excelente estratega. Foi o diretor do ISGlobal, o diretor do Centro de Investigação em Saúde Internacional de Barcelona (CRESIB), o chefe do Serviço de Saúde Internacional e Medicina Tropical do Hospital Clínic de Barcelona e catedrático da Universidade de Barcelona. Durante todos estes anos de pesquisas, ele tem publicado mais de trezentos artigos em revistas científicas. Em 2008 recebeu o prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional junto com a sua mulher, Clara Menéndez. Ela é um ano mais nova do que Pedro. Clara é pequena e de movimentos distintos, tem o cabelo liso e semi-comprido. É discreta, educada e inteligente. Viaja com o seu marido sempre que a sua agenda permite-lho. O CISM está deserto porque é domingo. Depois de tomar o matabicho, Pedro Alonso me propõe passear pelos arredores.

O CISM e o hospital do distrito estão no extremo leste de Manhiça, sobre um promontório desde onde divisa-se o rio Incomati e vastas planícies de cultivos. A localidade está a pouco mais de uma hora de Maputo pela EN1, a via principal que percorre Moçambique de norte a sul. É uma cidade tranquila, de casas espalhadas por uma grande planície. Tem um pequeno centro nevrálgico que atravessa a estrada, onde concentram-se comércios, armazéns, igrejas e os principais prédios municipais.

Pedro Alonso e Clara Menéndez viajaram a África quando acabaram os seus estudos universitários com o intuito de exercer a medicina assistencial. Foram parar a um centro de investigação do governo britânico na Gambia. Enquanto conheciam a realidade sanitária do continente, descobriram também ao mesmo tempo os enormes buracos de conhecimento que existiam sobre as doenças africanas. A maioria dos doentes que eles atendiam tinham malária, dengue, pneumonia, diarreias. Desconheciam porquê não havia bons tratamentos e as razões de porquê uns casos se complicavam e outros não, sendo que uma alta percentagem de doentes morria, muitos deles crianças.

Em meados dos anos oitenta, o mundo vivia imerso no confronto entre o capitalismo e o comunismo. África não existia. Estava fora do radar geopolítico, exeto como cenário bélico desse conflito ideológico bipolar. Os estudos do estado de saúde das populações eram conceitos novos. Muitas de essas populações dos países em desenvolvimento sofria de doenças esquecidas, que ainda por cima interessavam pouco. Pedro Alonso explica que naqueles anos eles já se perguntaram por quê é que não se conhecia mais delas, por quê é que não se investigava, por quê é que não existiam fármacos. «E eu não tenho sido o primeiro», a finais dos oitenta e no início dos noventa, outros começaram também a fazer-se esse tipo de perguntas.

Dessas reflexões surgiu a descrição da *Brecha 10-90* segundo a qual, de toda a carga de doenças no mundo, noventa por cento está nos países em vias de desenvolvimento, mas só se investem dez por cento dos recursos na sua investigação. No dez por cento das doenças restantes investe-se o noventa por

cento dos recursos. Mesmo que soe terrivelmente injusto, Pedro Alonso assegura que não há nenhuma maldade intrínseca nesse fato. Apenas obedece ao que os economistas chamam de «falha do mercado». Apesar de que essas doenças afetam milhões de pessoas, não têm mercado porque as sofrem pessoas que não podem pagar o seu tratamento. Da mesma maneira que acontece noutros setores do mundo capitalista, são as forças do mercado as que empurram para o desenvolvimento da indústria farmacêutica e da saúde. «Investigar para encontrar remédios para essas doenças não é rendível, enquanto investigar sobre a impotência ou sobre a queda de cabelo sim é.»

Pedro Alonso foi acusado de defender à indústria farmacêutica. «Em Espanha está na moda dizer que na indústria farmacêutica todos são ruins e perversos. Não é assim, a indústria farmacêutica, que não está feita de almas caritativas, responde às leis do mercado ao que todos nós nos temos entregado. Se hoje, quando o presidente da Novartis acorda, diz: “Vou investigar em novos fármacos para o tratamento da leishmânia”, no meio-dia ele vai ser demitido porque as ações em bolsa afundaram. Mas se ele anuncia: “Vou investir um bilião de dólares na investigação de novas *viagras*”, as ações subirão. Assim, tão duro. Não são ruins, a dinâmica é mesmo assim.»

Caminhamos por um bulevar de grandes árvores de flores vermelhas em direção ao hospital municipal, que está a um centenar de metros do CISM e que é o elemento base de todo o projeto. O hospital, que anos atrás era um centro de formação de técnicos comunitários, foi reconstruído depois da guerra civil por uma organização suíça. Às portas do recinto um homem e uma mulher cumprimentam ao doutor. «Bom dia, doutor Alonso, tudo bem?» «Tudo bem. E a criança?» «Tudo bem.» «Ótimo.»

Pedro Alonso me explica o que sem dúvida já terá repetido milhares de vezes em entrevistas, palestras e reuniões sobre as linhas fundamentais do seu trabalho para compreender um mundo injusto e desigual. «Há uma segunda componente sociológica determinante nos países em vias de desenvolvimento: a relação saúde-pobreza.» Pode parecer uma visão simplista, mas os pobres têm uma saúde pior e uma esperança de vida menor. «Qual é maneira deles ter uma saúde melhor? Tornando-se mais ricos.» Enquanto para uns, promover o desenvolvimento económico do país permitirá melhorar a sua saúde, para outros, as doenças e a má saúde das populações representam um travão para o desenvolvimento. «Quanto mais pobre é uma pessoa, mais fica doente. Quanto mais fica doente, mais pobre fica», afirma. «Eu acho que não é nem uma coisa nem a outra, senão uma mistura das duas. A melhora da saúde, além de um elemento de equidade e de justiça, também é uma estratégia de desenvolvimento económico-social. Se não se consegue melhorar a saúde das populações, dificilmente vão desenvolver-se. E esses são os dois princípios básicos da nossa ação desde finais de 1980.»

Uns anos depois da experiencia na Gambia, Pedro e Clara decidiram mudar de ares e foram trabalhar na Tanzânia num centro ligado ao Instituto Tropical Suíço de Basileia. Novamente, eles tencionavam trabalhar na medicina assis-

tencial das populações, mas já começaram a considerar o início da sua atividade investigadora. Ali contataram com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID), que se mostrou interessada no financiamento dos projetos que passavam pela cabeça deles. Porém, foram advertidos de que na Tanzânia a sustentabilidade ia ser difícil e aconselharam-lhes Moçambique, que naqueles anos tentava sair de décadas de conflitos.

A equipa formada por Pedro Alonso, Clara Menéndez e mais outros colegas, que já estava ligada ao Hospital Clínico de Barcelona, decidiu aceitar o desafio e tentar em Moçambique. Alonso acha que se se deseja fazer pesquisa em saúde para o desenvolvimento, é fundamental ter uma presença estável nos países. Só assim se poderá abranger o outro grande desafio que supõe a insuficiência dos próprios países para formar e construir instituições capazes de fazer investigação. «Falamos para eles que nós queríamos um hospital de distrito pequeno, sem muitas outras organizações à volta e não muito longe da capital.» O governo moçambicano propôs implementar o projeto em Montepuez, um município na província de Cabo Delgado, a quase três mil quilómetros de Maputo. Os seus colegas da equipa tentaram pôr em funcionamento o projeto, mas depois de um ano, Montepuez resultou ser uma localização inviável para os seus propósitos. Era um lugar remoto, longe de um centro urbano e com um só voo por semana à capital «que saía quando queria».

Em março de 1995, Pedro Alonso foi a Moçambique para ter com os responsáveis da área de saúde do governo. Ele propôs buscar uma localidade num rádio de cento e cinquenta quilómetros de Maputo. Um dos lugares que visitaram foi Manhiça. Antes de tomar a decisão de se estabelecer lá, Alonso foi várias vezes comprovar as condições do local. A primeira vez chegou às oito da manhã. O hospital estava vazio. Tinham-lhe dito que normalmente estava lotado, mas que nesse dia todos os pacientes já tinham ido embora. Três meses depois voltou a visitá-lo à mesma hora e novamente estava vazio. Desta vez, disseram-lhe que durante o inverno as pessoas chegavam mais tarde. A realidade era muito diferente: «não havia médico nenhum e a diretora do distrito tinha ido dois anos para o Brasil».

Atravessamos a pequena esplanada que ocupa as instalações sanitárias. «Lá estavam acampados os capacetes azuis da Nova Zelanda, que ainda estavam a desminar a zona, justo na frente do que tem sido a nossa casa durante anos.» Pedro Alonso assinala o final do caminho às costas do hospital. Na parte baixa do morro, o rio Incomati forma uma ampla curva que bordeia a vasta planície de machambas de cana, propriedade de uma firma açucareira de Managra. Na altura, as plantações estavam devastadas e Manhiça era uma vila praticamente abandonada por causa da guerra.

No final de 1995, Pedro Alonso e a sua reduzida equipa entraram em ação. Tinham claro o que queriam fazer? «Muito claro: pesquisa, formação e assistência. Três questões indissolúveis.» Por isso, eles queriam estar ligados a um hospital «porque é o local onde se presta assistência e porque é um bom obser-

vatório para poder compreender as patologias. Aliás, não é possível fazer pesquisa e prestar assistência se ao mesmo tempo não se forma pessoas.»

«Emprestaram-nos este quarto, que durante um ano e meio ou dois foi o Centro de Investigação em Saúde de Manhiça», diz com ironia. O quarto é um pequeno ambulatório com poucas pretensões no fundo de uma ala do hospital. «Gosto de mostrá-lo porque este é o CISM de vinte anos atrás.» O pequeno quarto apenas tem mudado desde então. O hospital, porém, tem sofrido uma grande transformação. «Há cinco anos atrás, isso não existia», assinala as casas de banho, uma casinha no centro do complexo. Foi preciso construir unas toaletes novas com a ajuda de uma pequena fundação de Barcelona, porque no edifício antigo as latrinas estavam completamente entupidas. «Era um desastre. Os pacientes eram obrigados a sair a campo aberto fazer necessidade.»

Um novo hospital foi construído com fundos da AECID e a União Europeia. O centro de saúde está constituído por várias galerias de um só andar e paredes pintadas de branco. Agora é um hospital que, «apesar das limitações do país», oferece uma boa assistência, é razoavelmente moderno e arejado, e possui uma infraestrutura moçambicana onde trabalham quinze ou vinte médicos com as consultas bem organizadas. Alonso faz questão em matizar «com todas as limitações», já que decidiram trabalhar sempre a partir das estruturas públicas do próprio país. «Isso tem algumas desvantagens, entre outras, que o hospital não é teu, que não o controlas. Mas a longo prazo, ter construído o nosso hospital não faria sentido nenhum e teria tido uma menor sustentabilidade.» Pergunto-lhe o que teria acontecido com este local se ele não tiver passado por cá há vinte anos ou se tivesse escolhido um outro hospital numa outra província. «De certeza que nada disto existiria. Graças a que o CISM está cá, ao seu bom funcionamento e ao trabalho realizado para lhe dar visibilidade, o hospital conseguiu crescer.»

Foi um grande desafio começar de zero num país recém-saído de décadas de guerra e onde se desconhecia tudo. Eles começaram por recensear trinta e cinco mil pessoas da região como estratégia de investigação, recolheram informação sistemática e acometeram os primeiros estudos descritivos de malária e pneumonias para compreender qual era a causa da doença e morte da população rural de Moçambique. Ao mesmo tempo, formaram pessoal local. Desde o início contaram com a participação de dois jovens médicos moçambicanos. «Desde então, é isso o que temos continuado a fazer.» Hoje em dia trabalham em todo o distrito, numa área de cento e sessenta mil habitantes (37.600 famílias) e 2.380 km². O hospital mede e recolhe todo o que provém da comunidade, coisa que tem permitido ao centro criar um recenseamento de população específico com dados muito precisos que possibilita o mapeamento das doenças, onde se produzem e a sua taxa de incidência.

Caminhamos de volta ao CISM pela beira da estrada sob a sombra das grandes árvores de flores vermelhas que o vento balanceia com força. O centro é um conjunto de edificações baixas integradas na paisagem da localidade. O muro externo é branco e na porta da entrada sobressai o painel com o nome da

instalação e a placa da cooperação espanhola. Por cima do muro debruçam telhados de duas águas de telhas vermelhas e árvores frondosas. Pedro Alonso me diz que sempre quiseram manter a imagem de um lugar austero. «Nada de grandes elefantes brancos e construções estrambóticas.» Desde o exterior é difícil imaginar que trás os muros se esconde um sofisticado laboratório médico dos poucos que existem deste tipo em África. «Esse tem sido um sinal de identidade que sempre tivemos vontade de manter.» Digo-lhe que me faz lembrar num desses *backpacker* para mochileiros estrangeiros que viajam pela África. O meu comentário surpreende-o nesse momento. Reflete e me responde abanando a cabeça: «Literalmente. É isso o que tem que ser».

Na sua origem, estes pavilhões eram um centro de formação abandonado. Em 1998, os responsáveis municipais entregaram-no a Pedro Alonso e a sua equipa para ser adaptado às suas necessidades. A maior parte da superfície era um descampado; o resto, algumas aulas e alguns quartos em um estado lamentável. No início fizeram algumas remodelações, sempre a tentar manter a estrutura exterior. Com o tempo, o centro foi ampliado segundo as necessidades e possibilidades financeiras. «O que era uma latrina aberta ao céu, agora é uma unidade qualificada pela Agência de Alimentos e Medicamentos (FDA) americana para a avaliação da seguridade de novos fármacos, com tecnologia de ponta e, sobretudo, com sistemas de qualidade acreditados internacionalmente», explica orgulhoso.

O interior do complexo é sóbrio e simples e está muito bem cuidado. Está formado por uma série de casas baixas de estâncias relativamente pequenas, de paredes pintadas de branco ou corinto e ligadas por corredores telhados. As portas dos laboratórios dão a um jardim interior parcelado e sulcado por caminhos que levam aos diferentes laboratórios. No fundo do recinto está o refeitório comunitário sob uma grande palhota, sem paredes e de teto alto. As mesas estão cobertas com capulanas de vivas cores. Nesse lugar eu almoçaria dias mais tarde com Pascoal Mocumbi, quando me contou a sua fugida clandestina de Portugal em 1961 e o seu périplo pelo norte da Espanha junto de um grupo de estudantes das colónias africanas para irem estudar à França.

Pedro Alonso abre e fecha as portas das diferentes áreas e me explica a função de cada uma das salas. Os laboratórios são reduzidos, claros e luminosos, e dão a impressão de estarem escrupulosamente limpos e ordenados. Alguns são únicos em Moçambique e estão equipados com a maior tecnologia de ponta do mundo. Com a didática de um professor, Pedro Alonso me mostra as seções e me explica o trabalho que é realizado: os espaços para ensaiar as vacinas; as salas onde se trabalha com tuberculose resistente e as pneumonias; os laboratórios de biologia molecular, de parasitologia e bacteriologia, de extração de material genético e de imunologia, com citômetros de fluxo de quatro cores – um aparelho de raios laser que permite diferenciar populações celulares no sangue. O centro dispõe de um laboratório de biossegurança de classe três, dos poucos que existem em África, com pressão negativa, de tal maneira que se uma janela se abre, o ar não sai senão que entra, para evitar que

patogênicos perigosos possam escapar ao meio ambiente. Numa das salas há nitrogênio líquido. Pedro me diz que isto tem sido um «passo gigantesco» que permite guardar amostras a -180° e congelar células para depois revivê-las e estudá-las *in situ*.

Na entrada de alguns laboratórios há um dispositivo com um pequeno teclado numérico e um leitor de impressões digitais como medida de segurança. Além disso, os trabalhadores e pesquisadores do centro possuem um cartão de identidade de acesso às áreas restringidas. Na sala de frio há uma série de congeladores com um sistema de controlo de qualidade para verificar que a temperatura não oscila. Neles se conserva uma das maiores coleções do mundo de amostras (soros, bactérias, vírus e células) das doenças dos países pobres.

Num dos extremos do complexo há uma série de geradores e uma unidade transformadora de eletricidade que foram financiados com mais de meio milhão de dólares pela Fundação Gates. Foi preciso voltar a fazer o cabeamento em todas as instalações para evitar subidas e descidas de tensão ou interrupções no subministro de energia elétrica – muito frequente, sobretudo na estação das chuvas – para que os aparelhos e as amostras conservadas não se estraguem.

«Neste ambiente de *backpackers*», continua a falar, irónico, Pedro Alonso ao sair ao jardim, «podemos fazer os estudos mais avançados do mundo sobre algumas das doenças esquecidas». Isto é uma vantagem, «porque visitas à criança ou ao adulto doente, tiras-lhe sangue e o resultado fica cá para ser estudado sem ser preciso enviar a amostra a um dos grandes laboratórios.» Além da área administrativa, há uma sala de reuniões e outras dependências, também «temos construído a nossa pequena hospedaria com quartos para os investigadores que entram e saem, sempre desde a modéstia e a austeridade.»

Depois de visitar todas as salas e os laboratórios, caminhamos através da rede de veredas do jardim até ao seu gabinete. É domingo, como já disse, e o centro está silencioso e quase inativo. Apenas se ouve os galhos das árvores a bater devido ao forte vento. Convida-me a entrar. É uma sala quadrada e simples. Sob uma grande janela luminosa, uma mesa longa ocupa toda a parede. No lado oposto há uma mesa de madeira e quatro cadeiras com assento de tábuas, onde nos sentamos. À direita, uma vitrina de vidro com livros volumosos, arquivadores e fotografias de Pedro Alonso com diferentes personalidades, entre elas a rainha Sofia, que visitou o centro as duas vezes que viajou a Moçambique. Do teto pende um grande ventilador de pás metálicas que gira cadenciadamente. As paredes estão pintadas de branco e amarelo escuro. Numa delas há um batique com silhuetas coloridas de mulheres africanas, na parede oposta destaca-se o diploma que acredita a concessão do prémio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional 2008, segundo se lê em letras góticas, «ao Centro de Investigação em Saúde de Manhica, dirigido pelos doutores Pedro Alonso e Clara Menéndez». Surpreende-me encontra-lo lá. Imaginava-o pendurado em algum lugar destacado da casa dele na Espanha ou visível num escritório de Barcelona ou Ginebra. Porém, ao compreender a

importância que o centro tem para Pedro Alonso, percebo que está no local certo.

Pergunto-lhe o quê é que eles fazem com todas essas amostras, soros e cultivos congelados. «Estudar», exclama surpreendido pela pergunta. «O desafio não é só publicar muitos artigos e avançar as linhas de conhecimento, senão como transferir esse conhecimento à ação diária.» É o que Alonso chama de «*downstreaming*», isto é, ter mais conhecimento sobre as grandes doenças: malária, tuberculose, sida, que afetam à saúde materno-infantil, diarreias e pneumonias, e avançar no desenvolvimento de novos fármacos e vacinas. Trata-se de averiguar «a maneira de transferir esse conhecimento para o benefício do país e da população e, portanto, a maneira de influir nas políticas de saúde nacionais.»

Pergunto-lhe também se ao longo destes vinte anos, os diferentes governos de Moçambique tem compreendido esta forma de cooperação. Pedro Alonso me conta que quando Pascoal Mocumbi era o primeiro-ministro diz para ele na sua casa uma das primeiras vezes que se encontraram: «Justamente porque somos pobres, temos que fazer pesquisa». «Mocumbi tinha-o muito claro. Eu acho que este país, como todos, tem duas almas: uma muito aberta, ilustrada, inclusiva, de visão a longo prazo, positiva e modernizadora, representada por Chissano, Mocumbi e mais alguma outra personalidade, que tem olhado para todo isto muito bem e têm-no apoiado muito. Mas, por outro lado, continua a existir uma rama nacionalista, fechada, dura e complexa.» Sempre há pessoas que receiam e suspeitam que «todo o que é estrangeiro, acham que é ruim». «Isto levou-nos às vezes a situações complicadas com o governo, mesmo que em outras ocasiões temos sido considerados como um valor muito positivo pelo próprio país. Não sempre foi fácil, e continua sem ser.» A captação de doadores é fundamental. Posso imaginar que o material e a tecnologia têm chegado paulatinamente e têm sido caro. «Brutal», exclama. «Só em manutenção e certificações – o laboratório está certificado com ISSO 9001 –, custa cem mil dólares por ano. É chave para poder fazer coisas e que sejam reconhecidas internacionalmente.»

Sentados no seu gabinete, Pedro Alonso me explica que a Agência Espanhola de Cooperação (AECID) tem sido fundamental para conseguir tudo isto. «Uma das chaves do sucesso de um centro destas características é ter um financiador estável. Não só um doador que pague tudo (de facto, a AECID aporta entre vinte e trinta por cento), mas que seja um elemento multiplicador que permita atrair mais inversões. «Se eles põem um milhão de euros, nós conseguimos mais seis.»

O resto do financiamento chega de diferentes organizações. Desde a Fundação Bill e Melissa Gates, através dos seus diversos mecanismos, à União Europeia e outros organismos europeus e espanhóis. Neste momento, o CISM tem uns quarenta projetos ativos com quinze financiadores diferentes. No centro trabalham entre trezentas e quinhentas pessoas, segundo o número de projetos em funcionamento. Lhe pergunto se com a reputação e o prestígio do

CISM é mais fácil encontrar financiamento agora. Pedro Alonso suspira: «Só no caso do financiamento internacional. Temos passado momentos muito, muito complicados em diversos períodos. O último, com a crise espanhola. É de louvar à AECID, que tem continuado a financiar o centro, o que nos tem permitido seguir com a captação de recursos externos.»

Eusébio Macete, diretor geral do CISM, entra no gabinete. Trocamos cumprimentos e me propõe voltar um dia da semana seguinte, quando o centro esteja mais ativo.

O CISM é, segundo Pedro Alonso, o maior centro de produção científica do país em termos de artigos publicados. Desde um ponto de vista clínico, a instituição oferece serviço assistencial ao hospital de Manhica e a outras cinco unidades sanitárias, todas elas integradas no sistema público de saúde nacional. O CISM tem realizado entre 35.000 e 40.000 consultas, e uns 6.000 ou 7.000 ingressos hospitalários anuais nos últimos vinte anos. Desde o ponto de vista da formação, a Universidade de Barcelona é o primeiro parceiro académico de Moçambique. O maior número de doutoramentos de estudantes moçambicanos foi feito na Espanha. O anterior e o atual diretor da Faculdade de Medicina de Maputo, dois dos diretores dos programas nacionais de saúde, vários dos docentes da faculdade e alguns dos investigadores do Instituto Nacional de Saúde do país são doutores formados em universidades espanholas.

De manhã tem vindo recolher-me a Maputo um motorista do CISM para me dar boleia até Manhica. No carro também viajava Inácio Mandomando, um jovem trabalhador do centro, com quem partilhei conversa durante a hora de percurso. Tem quarenta e um anos e aspeto de adolescente. Vestia camisa branca e calças escuras. Falava um espanhol culto com sotaque musical. Trabalha no CISM desde há vários anos. Tenho descoberto depois que é o diretor científico do CISM e um dos melhores e mais destacados investigadores moçambicanos.

Inácio Mandomando me contou que seu apelido vem do seu bisavô, um homem muito influente na sua comunidade durante a época colonial portuguesa, com muitos dotes de comando. Por isso, quando foi inscrito no registo civil com o apelido Devine, a sua descendência adotou o nome de Mandomando. Ignacio provém de uma família humilde. A sua mãe morreu quando ele tinha dois anos. O seu pai era pescador e apenas foi à escola, mas sempre foi consciente da importância dos livros e da educação. Ele punia o filho se se magoava a jogar a futebol porque isso impedia-lhe de assistir às aulas. «Ele foi uma figura fundamental para conseguir o que agora sou», confessou-me. De todas as crianças da sua escola, só três conseguiram uma licenciatura.

Inácio Mandomando não ficou só nisso. Depois de estudar veterinária, fez o doutoramento em microbiologia na Universidade de Barcelona. Posteriormente estudou nas universidades de Maryland e Virgínia, nos Estados Unidos, onde fez investigação em biologia molecular. Conheceu Pedro Alonso através de um professor da faculdade ligado ao CISM. No ano 2000 integrou-se no

quadro de pesquisadores do centro. Começou num pequeno laboratório de parasitologia. Desenvolveu estudos sobre diarreias, sarampo e salmonela no hospital de Manhica. Posteriormente realizou estudos clínicos de malária, doenças diarreicas e biologia molecular. O último estudo que coordenou no terreno foi uma pesquisa que tinha como objetivo quantificar o peso das doenças diarreicas em sete países do mundo: três asiáticos e quatro africanos. Esses dados contribuíram para que as autoridades sanitárias moçambicanas introduziram a vacina do retrovírus no país. «Esta é uma das maiores conquistas: ver que estás a contribuir na transferência de resultados para a saúde pública e, por tanto, a salvar a vida das crianças que são as mais vulneráveis.»

Pedro Alonso me diz que na área da formação têm apostado por um modelo no qual jovens licenciados acodem ao centro para aprender enquanto trabalham nele durante quatro ou cinco anos. A seguir, fazem o seu mestrado no estrangeiro, a especialidade médica e o doutoramento. E, depois, eles continuam a formá-los. «O que estamos a tratar, mesmo que não fique bem dizer, é formar elites intelectuais e investigadoras em Moçambique, como há em outros países. Moçambique precisa de ter um núcleo amplo de pessoas formadas e competitivas internacionalmente que possa ir fora e falar em pé de igualdade com qualquer um.»

Aplicam o mesmo critério com os jovens licenciados moçambicanos que com os espanhóis. «É preciso ter a capacidade de entender e gerar um sentido comum com os investigadores moçambicanos para que eles o assumam como próprio. Mas também ensinar aos nossos colegas espanhóis que isto não é um centro espanhol, senão moçambicano, e que nós só estamos cá para, na medida do possível ajudar no seu funcionamento e para que este seja um sucesso.»

Podia imaginar tudo isto há vinte anos sentado naquele quarto do hospital? «Fica feio dizê-lo, mas eu tinha a certeza», me responde. «Basicamente porque também não temos inovado muito. Antes, eu já tinha trabalhado cinco anos na Gambia e, depois, na Tanzânia. Aprendi alguns modelos dos britânicos e outros modelos dos suíços. Compreendi perfeitamente que se esses modelos se ensablavam, o resultado ia ser qualquer coisa de nova e muito potente.»

Pedro Alonso repete que tinha a certeza que o modelo de estrutura que era preciso criar era o modelo dos três pilares: investigação, ligada à assistência e à formação. «Fruto desse trabalho, vinte anos depois, o diretor e os chefes do departamento são todos investigadores moçambicanos. Eu ainda não me posso reformar, mas posso sair fazer outras coisas muito tranquilo porque eles são pessoas altamente competentes.» Alonso, que se incorporou o passado mês de outubro à sede da OMS em Genebra, já fazia parte desde 2011 do Comité Assessor em políticas de malária e liderava o Comité Científico da Estratégia Técnica Mundial contra a Malária. Teve que deixar os seus cargos em IS Global por incompatibilidade com o seu novo posto, mas continua a ser membro honorário do Conselho de Patronos da Fundação Manhica.

No início do novo milénio, a contribuição de África no conhecimento das doenças no mundo era de menos do dois por cento. Uma instituição como o

CISM, num país onde não existia nenhum centro de investigação dessa natureza, significava todo um desafio. Nem Moçambique nem o entorno estavam preparados. Não havia empresas de auditorias de investigação nem uma atividade reguladora da investigação de fármacos. Foi preciso criar os mecanismos todos para fazer pesquisa reconhecível e sob normas éticas. Foi preciso ajudar à criação do Comité Nacional de Bioética, que «é em grande medida um produto deste centro». Até há dez anos, os estudos da maioria dos fármacos que são consumidos em África realizavam-se na Europa, nos Estados Unidos ou na Ásia. Em muito pouco tempo, Manhiça tem conseguido colocar-se numa situação muito favorável. Segundo Alonso, nem em Oxford nem no exército americano, nem em nenhum outro lugar, têm infraestruturas como as que foram criadas no CISM.

Pergunto-lhe se essa é a única maneira que existe para reduzir os sete milhões de mortes ocasionadas pela malária. «Não, essa é a nossa contribuição», responde rotundamente. «Seria absurdo dizer que só é devido à tarefa de pesquisa e de formação. Porém, o conhecimento será um dos instrumentos estratégicos para continuar a avançar e a melhorar o desenvolvimento económico e social.» Este conceito é tão válido, ou mais, quanto há vinte anos. Com o fim dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e com os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, existe uma agenda sobre a maneira de gerir a prestação de serviços universais à população. Mas essa, diz Pedro Alonso, não é a nossa função. «Este centro tem que continuar a ser um pilar de produção de conhecimento para a sua transferência às políticas públicas que aporem benefícios reais às populações africanas.»

Sei que os científicos incomodam-se se têm que pôr uma data aos resultados das suas pesquisas, mas lhe pergunto se seria possível conseguir esses fármacos para a erradicação da malária, tuberculose e pneumonias, e se sairão daqui. «Que o conhecimento saia daqui, sim. Que os fármacos sejam fabricados cá, isso é uma outra história», responde. A vacina da malária RTS, S/AS01E está na fase de avaliação da parte da Agenda Europeia do Medicamento (AEM) e será registada nos próximos meses. «É a vacina de Manhiça? Não é, mas este centro tem feito a parte mais importante dos estudos de desenvolvimento desse produto.»

Pedro Alonso, que em meados dos anos oitenta esteve ligado à investigação que realizou o colombiano Manuel Patarroyo, resgatou os estudos que tinha empreendido um grupo de investigadores norte-americanos no fim dos anos noventa. Tinham conseguido taxas de proteção iniciais de noventa e cinco por cento. No fim de 2013, Alonso me comentou que desse 95 % original, diminuíram a 50 % de proteção.

Finalmente, em julho de 2015, a AEM deu o seu acordo à Mosquirix, o nome comercial da vacina desenvolvida pela multinacional GlaxoSmithKline. Nos ensaios clínicos que se realizaram no CISM, conseguiu-se reduzir 36% os casos de malária nas crianças que tinham sido vacinadas desde os cinco meses. A partir de agora, a OMS deve fazer um estudo para valorar outros fatores e decidir se a vacina é recomendável nos países endémicos da doença.

O CISM é o centro que leva mais anos a trabalhar com esta vacina em África, e todos os estudos feitos desde 2002 até agora saíram dos seus laboratórios. São a base da primeira geração de vacinas de malária. Além disso, no CISM se têm coordenado os estudos de registo de novos fármacos antimaláricos que já estão a ser usados. Assim mesmo, o Ministério de Saúde de Moçambique tem adotado as vacinas do haemophilus e do pneumococo, e graças aos estudos realizados neste centro, fará a mesma coisa com a vacina do vírus do papiloma humano e do rotavírus através do fundo da OMS.

Pedro Alonso olha para o relógio. Tem que apressar-se se não quer perder o voo a Ginebra. Clara Menéndez entra na sala para apanhar o seu computador e alguns documentos que estão acima da mesa. Oferecem-me acompanhá-los de carro até o aeroporto de Maputo e seguir com a conversa. Durante o trajeto, Alonso me diz que, graças a pessoas como Eusébio Macete e Inácio Mando-mando, entre outros, vê o futuro do CISM como um local de investigação vibrante e a espalhar-se por outras zonas do país. «Um actor relevante a nível externo, aberto às colaborações internacionais e, pelo menos, com outros vinte anos de futuro.» Uma hora depois chegamos ao aeroporto e despedimo-nos no portão da entrada da terminal.

Uns dias mais tarde e para satisfazer o convite que Eusébio Macete me fez, volto ao CISM. Sónia Mocumbi, filha de Pascoal Mocumbi, veio me dar boleia no seu carro. Sónia trabalha também no CISM como responsável das relações institucionais. A sua tarefa centra-se em impulsar a imagem institucional do centro e na procura de apoios políticos e financeiros para a erradicação da malária.

Durante a viagem chove com violência. Os campos e os caminhos estão anegados, houve corrimento de terras e abriram-se buracos profundos na estrada. Um camião capotou a sua carga no alcatrão e vários carros escorregam dentro das fendas. Demoramos mais de três horas em chegar a Manhíça. Macete aguarda por nós sob a varanda do portão de entrada ao centro. Escorrem rios rua abaixo. Decido aventurar-me sob o aguaceiro e subir a rua para visitar o hospital como me recomendou Pedro Alonso. Os doentes resguardam-se da chuva nas galarias. A maior parte deles são pessoas idosas e mães com crianças às costas que esperam calmamente a serem atendidos nas consultas. Vejo alguns médicos moçambicanos com bata branca e fonendoscópio pendurado no pescoço.

No CISM, Eusébio Macete dá instruções aos trabalhadores, atende chamadas pelo celular e recebe a visita de uma delegação da embaixada dos Estados Unidos em Maputo. Explica-me que o seu quotidiano tem muito a ver com o entorno. «É como dirigir um carro no deserto. É necessário ter sempre presente que se acontecer um problema, mesmo que seja mínimo, é preciso procurar um telefone porque aqui não se encontrará nada.» O grande desafio é manter a capacidade humana e material. Se o equipamento estraga, este tem que ser consertado rapidamente mesmo que no entorno não houver empresas de serviços especializadas nem técnicos com os conhecimentos adequados.

Macete não esquece a data do 4 de outubro de 1999, quando às oito da manhã começou a trabalhar no CISM. Previamente ele entrevistou-se com Pedro Alonso, quem lhe falou da atividade investigadora do centro e dos projetos da instituição. Macete confessou-lhe que de tudo o que lhe contou, ele só tinha uma preocupação: «Eu não sou um gênio. A minha ideia das pessoas que fazem investigação é que elas são muito ilustradas e inteligentes, e o meu padrão de inteligência não é muito alto.» Alonso respondeu-lhe que não precisavam de gênios, mas de bons trabalhadores. «Se é para trabalhar, a gente vai se entender», afirmou.

Eusébio Macete fala um espanhol culto e fluido, com uma mistura de sotaque tropical e catalão. É eloquente, simpático e tem uma grande rapidez de reação. Tem o cabelo curto e a testa ampla. Veste uma camisa branca com desenhos africanos, calças pretas e alpercatas escuras de camponês. Nasceu em 1968. O seu pai era mecânico de tratores numa companhia açucareira e a sua mãe camponesa. Passou a infância no campo. É filho do sistema marxista que Samora Machel pôs em funcionamento em Moçambique depois da independência de Portugal com o objetivo de aumentar as taxas de educação da população. Estudou ensino secundário durante três anos em Cuba, voltou a Moçambique e continuou a estudar sem for preciso que os seus pais pagaram a sua formação. Inscreveu-se na faculdade de medicina da universidade de Maputo. Usufruiu de uma bolsa da Cooperação Suíça para acabar os seus estudos com a condição de trabalhar cada dia no Ministério de Saúde. Escolheu o departamento de epidemiologia, onde conheceu a situação do país, viajou pelas diferentes províncias e familiarizou-se com o sistema nacional de saúde.

Na altura, a investigação não era considerada. Foram educados com a mentalidade de atender o doente do mato. Quando acabou medicina, o sonho de qualquer um era ser médico rural entregue a salvar vidas num distrito esquecido. As suas primeiras responsabilidades no CISM foram a atenção assistencial no hospital de Manhiça e trabalhar no terreno num estudo de redes mosquiteiras em várias províncias. No ano 2003, Pedro Alonso nomeou Eusébio Macete coordenador do centro. Nesse mesmo ano, o CISM começou em Moçambique o primeiro estudo para a prevenção da malária com o uso de um tratamento preventivo de pastilhas quando as crianças acudiam à vacinação. Este conceito de tratamento intermitente, realizado pelas brigadas móveis (pessoal do sistema nacional de saúde que se deslocava a vacinar ali onde não havia postos de saúde), funcionou bem e ampliou a rede de cobertura de vacinação da população.

Em 2005 e 2008, Eusébio Macete fez o seu doutoramento na Universidade de Barcelona e um mestrado de Saúde Pública e Epidemiologia. Em 2007 passou seis meses a formar-se na sede central da OMS, em Genebra. De volta a Barcelona, trabalhou na AECID para ganhar experiência na gestão de projetos. Nessa última etapa esteve muito envolvido nas negociações para a criação da Fundação Manhiça. Em julho de 2008 voltou a Moçambique e em novembro

assumiu a direção do CISM que lhe propôs Pedro Alonso. «Esta mudança de geração obriga-nos a manter a atmosfera, a imagem e a cultura de trabalho que se tem criado ao longo destes anos todos, à margem do entorno que nos envolve.»

Eusébio Macete afirma que é muito difícil ganhar confiança e muito fácil perdê-la. «Eu acho que o grande desafio do CISM é manter ao longo do tempo a confiança e o prestígio que tem conseguido atingir a nível nacional, regional e global. O governo de Moçambique terá que assumir o potencial que se tem criado em Manhiça, feito a base de muito esforço, graças à cooperação internacional. Mas aos poucos, o governo tem que criar condições para poder assumir a sua totalidade. Com isto, não quero dizer que signifique a saída da cooperação espanhola, de jeito nenhum; mas é preciso um sinal do governo moçambicano para assumir este potencial.»

Eusébio Macete me explica que o CISM construiu uma plataforma de crescimento institucional muito importante com uma infraestruturas financeira e administrativa que encaixa na estrutura do país. «É uma instituição contábil e auditável transparente, que num país como este é um passo enorme.» É importante manter essa cultura da transparência, de bom trabalho e de prestígio. Segundo Macete, o futuro do centro depende muito do futuro do país e da sua estabilidade. Ele acha que as pessoas têm que perceber confiança no modelo de gestão nacional. «Essa cultura do bem público, de não ultrapassar o estado, virá com o tempo. A Europa demorou mais de cinquenta anos em chegar onde está hoje. Moçambique precisa de estabilidade de governação.»

Pergunto-lhe se em Manhiça existe o risco de fuga de talentos. Macete interpreta-o como uma necessidade humana de supervivência. «Uma pessoa nascida neste canto do mundo tem todas as barreiras que o ser humano possa ter. Desde aqui vê-se que há um outro lugar onde ganhar bem a vida, que os seus filhos não sejam mordidos pelos mosquitos e que a sua mulher possa trabalhar de maneira digna. Existe, sim, mas é impedido de ir.» Apesar da necessidade de supervivência e o desejo do ser humano por melhorar o seu futuro os moçambicanos, em geral, não emigram muito. Quando fazem, é por causa das guerras, como refugiados nos países vizinhos ou por estudos e formação. O moçambicano está muito ligado à sua terra e a comunidade moçambicana no exterior é pequena. Agora, com a descoberta de grandes jazidas de gás e outros minerais e o crescimento económico, o país tornou-se um lugar atrativo. Até muitos estrangeiros estão ficando cá. Por isso, os moçambicanos perguntam-se: «Por quê é que eu tenho que ir embora? Se tens estudos, podes encontrar trabalho.»

Como disse Eusébio Macete aos seus colegas de mestrado em Barcelona, «o que eu vou fazer em Moçambique já foi feito em Espanha há dez gerações atrás. Agora é a minha vez no meu país.»

O comboio do progresso

Q

uando Juan Ignacio Campo chegou a Moçambique no início de 1988, os comboios ainda eram a vapor. Sobre a mesa do seu escritório no lado sul da estação de comboios de Chamartín, em Madrid, estendeu meticulosamente os documentos e as fotografias que ele fez durante os quase sete anos que viveu em África. «Há muito tempo que não saíam desta caixa», confessa. «Trazem-me lembranças fantásticas.» Ao encontro também assiste Juan Carlos Beiro que, como Juan Ignacio, formou parte da equipa de onze cooperantes que a companhia espanhola RENFE enviou a Moçambique para reestruturar e reorganizar os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM). Juan Ignacio Campo é gerente dos projetos internacionais da ADIF, empresa associada à Renfe. Esteve na Beira entre 1989 e 1991 como responsável do projeto de manutenção dos carris e da sinalização. Depois de passar os quatro anos seguintes na Espanha, voltou a Moçambique aos escritórios centrais dos CFM até 1999. O seu colega, Juan Carlos Beiro, ocupa o cargo de diretor de cooperação internacional da Renfe. Chegou à Beira na semana dos Acordos de Paz de Roma, em outubro de 1992, para assessorar nas oficinas dos CFM, e permaneceu lá até no fim de 1998.

A presença dos trabalhadores da Renfe em Moçambique foi precedida pela assinatura de um acordo de cooperação entre os dois países para a reabilitação e otimização dos caminhos-de-ferro. O projeto era parte da ajuda que a Espanha prestou ao país depois da sua participação na Conferência de Doadores para Moçambique celebrada em Ginebra em setembro de 1986. A conferência foi a resposta da comunidade internacional à chamada que o Secretário Geral das Nações Unidas, o peruiano, Javier Pérez de Cuéllar, tinha realizado meses antes para paliar a crise que pairava sobre o país. Àquela conferência de doadores de Ginebra assistiram Ángel Gómez e Fernando Delgado, diretores da empresa espanhola de caminhos-de-ferro.

Na altura, Moçambique era um dos países mais pobres do mundo (ainda é hoje). Existia uma necessidade urgente de alimentos e materiais para consertar as infraestruturas destruídas como consequência dos danos que estava a causar a guerra civil. Era lógico, por tanto, que Moçambique, como os seus vizinhos Zimbábue e Maláui, que dependiam do comboio para dar saída ao mar aos seus produtos, tiveram um interesse especial na reabilitação do transporte por via férrea.

Juan Ignacio despendura da parede do seu gabinete um enorme mapa de Moçambique para me mostrar a distribuição das vias férreas, que estão vertebradas em três corredores que atravessam o país: uma no norte, uma outra no centro e uma terceira no sul. Cada corredor permitia levar matérias primeiras e bens aos portos de Nacala, Beira e Maputo respetivamente, ou transportar grão e outras mercadorias para o interior de África.

O corredor da Beira, uma passagem de 320 km aproximadamente, contava com duas linhas de importância vital para a dizimada economia de Moçambique e para as exportações dos países vizinhos. As vias férreas chegavam justo até o porto da Beira. A vinte e oito quilómetros, na vila do Dondo, bifurcavam-se. Uma ia para Machipanda e conectava com o Zimbábue; a outra ia para o norte, atravessava o rio Zambeze e na vila de Sena ramificava-se de novo em dois ramais: um, em direção noroeste a Moatise e às minas de carvão de Tete; o outro para o norte até o Maláui. Eram linhas que transportavam principalmente mercadorias, embora que também passageiros. O Maláui era um grande produtor de açúcar, algodão, cereais e leguminosas. Por tanto, a linha de Sena era essencial para levar esses carregamentos aos barcos que atracavam na Beira. Também era importante a linha de Machipanda, que ligava o porto com uma zona de grande produção agrícola interna e chegava até o Zimbábue, que na altura era o maior cliente do porto da Beira. Hoje, o próprio Moçambique tornou-se o seu melhor cliente, assim como o Maláui, o Zimbábue e a Zâmbia continuam a precisar dos portos moçambicanos do Índico. Além disso, a linha de Machipanda conectava com a rede de caminhos-de-ferro da República Democrática do Congo, que importava e exportava através do porto da Beira uma parte importante dos minerais que eram extraídos da província de Katanga.

Em 1983, os responsáveis pelos CFM foram obrigados a fechar a circulação da linha de Sena. A decisão foi tomada após a voadura da ponte sobre o rio Zambeze e as continuas sabotagens por parte dos insurgentes da Renamo, que planificaram minuciosamente a completa destruição dos carris e causaram inúmeras baixas entre os trabalhadores da companhia. Com estes ataques, a Renamo procurava desestabilizar o país e estragar os planos económicos que a Frelimo tinha implantado depois da independência. Na altura, a linha de Sena transportava até o porto da Beira um milhão e meio de toneladas anuais de mercadorias, principalmente o carvão de Tete. Muitos anos depois, seriam as empresas estrangeiras a financiar a reconstrução da linha de Tete à Beira. «Ignacio e eu fizemos uma viagem para prospetar a possibilidade de extrair o carvão pelo Maláui, mas infelizmente a linha estava destruída», me diz Juan

Carlos Beiro enquanto me mostra as fotos daquele períplo. «Foi uma aventura no meio do mato.» Porém, a linha de Machipanda foi reabilitada e continuou operativa apesar dos constantes ataques que destruíam parte da sua infraestrutura. O governo da Frelimo fez «um esforço de guerra» para a defender. Destinou cinco batalhões para proteger os comboios e garantir o fornecimento de combustível ao Zimbábue, que após a chegada ao poder de Robert Mugabe em 1980 se tornou num aliado na retaguarda de Samora Machel para fazer frente às ofensivas da Renamo.

Rui Fonseca, ex-presidente da Empresa Nacional dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), explicou-me em Maputo que aquilo «foi uma tentativa de desestabilização por parte dos países vizinhos contra Moçambique.» «Aqui não houve guerra civil», afirmou. «Guerra civil houve na Espanha, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo.» Justo depois da independência de Portugal «tínhamos dois estados vizinhos que eram dois países racistas (a Rodésia e a África do Sul). Você não escolhe os seus vizinhos. Eles criaram a Renamo e não como alternativa política nem como um partido.» Fonseca refletiu: «Já viramos a página e devemos pensar na paz, na estabilidade e no desenvolvimento do país. Já vivemos aqueles tempos difíceis. Agora olhamos para frente. Hoje a Renamo já não é o partido da desordem, senão um partido político que contribui ao facto da estabilidade.»

Fui visitar Rui Fonseca à sua casa no bairro residencial da Polana, em Maputo. A moradia, da época colonial portuguesa, era grande, de um só andar, e possuía um jardim frondoso de relva bem cuidada com piscina, palhota e estacionamento coberto. O interior da casa tinha ares de nobre linhagem vitoriana suspensa no tempo. Sentamo-nos no extremo de uma sala cumprida em grandes poltronas de couro e tecido cinza, diante de uma sólida mesa de madeira e vidro. As paredes da cor da baunilha estavam cheias de quadros clássicos, retratos de antepassados e pinturas modernistas. Havia também duas enormes presas de elefante e uma grande carapaça de tartaruga enegrecida ao pé de uma enorme chaminé de pedra. Do teto penduravam vários lustres antigos com lâmpadas de baixo consumo, e numa esquina havia uma árvore de Natal de plástico enfeitada com bolas de cores e luzes a piscar.

Rui Fonseca é um humanista, um homem culto, distinto e elegante. É de ascendência portuguesa, mas também tem sangue celta, germânico e francês. É grande e de movimentos demorados. Tem olhos azuis, cabelo grisalho e sobrancelhas espessas. Vestia uma camisa branca de riscas azuis de diferente grossura, calça escura e sapatos ingleses pretos. Usava óculos de chifre castanhos, como os do espanhol Manuel Azaña. Falava devagar enquanto acariciava as palavras e esticava as frases.

Fonseca começou a trabalhar nos caminhos-de-ferro em 1976 como engenheiro. Mais tarde ocupou o cargo de diretor nacional adjunto. O consórcio ainda era um organismo dentro do Ministério dos Transportes, embora que em 1995 passou a ser uma empresa pública. Em 1997 desempenhou o cargo de presidente do conselho de administração até a sua aposentadoria em 2010.

«Muito tempo», lamentou-se. «Acho que nestas funções não se deve permanecer mais de dez anos. Eu permaneci treze.» Aí acabou a sua carreira. Tem setenta e dois anos. Continua a fazer consultorias quando os CFM precisam. Perante a carência de professores, ensinou matemáticas e física, sobretudo a nível preuniversitário, quando os portugueses saíram de Moçambique depois da independência em 1974.

Na altura, os seus pais e irmãos foram para Portugal, mas ele, que tinha vinte e dois anos e estudava na universidade, decidiu ficar porque «já tinha relações com a Frelimo e coincidia plenamente com o seu projeto e ideário político. Além disso, nasci aqui. Tinha pouco a ver com Portugal e não conhecia aquele país.» Ficou só em Moçambique. «Bom, só não. Fiquei com o povo onde pertencia e com o qual me identificava.» Os seus pais, apesar de não concordar, respeitaram a sua decisão. Disse-lhes que não ficaram preocupados por ele, que ia trabalhar e fazer a sua vida. «E fiz a minha vida. Estou muito satisfeito de ter podido contribuir, muito modestamente, ao desenvolvimento do meu país e dos meus irmãos moçambicanos.»

Os projetos de colaboração da Renfe em Moçambique foram financiados em grande parte pela AECID, com um montante de 5,7 milhões de euros entre 1988 e 1997. Os projetos desenvolveram-se em várias fases. Durante os primeiros anos, a empresa ferroviária espanhola ofereceu assistência técnica ao corredor central da Beira, do qual Rui Fonseca era também diretor. Os cooperantes da Renfe ficaram encarregados da manutenção da infraestrutura da via-férrea e dos motores e componentes das locomotivas e dos vagões, além da gestão do tráfego e da sinalização. A Renfe também assinou contratos de associação com os CFM pelos trabalhos de assessoria e venda de material. Rui Fonseca me disse que uma das primeiras aquisições foi a compra com um crédito FAD de duzentos vagões fabricados na Espanha. Esses vagões transportavam balastro (cascalho misturado com areia que ajuda a firmar os dormentes nas ferrovias) para a reabilitação das linhas, que hoje ainda se usa na manutenção da via-férrea.

Em 1988 Beira era uma cidade sitiada pelos guerrilheiros da Renamo, muito ativos em todo o centro do país. A cidade permaneceu desabastecida durante meses de água e luz devido às sabotagens às torres de transporte de energia. Até o saneamento apresentava um problema sério, porque as estações de bombagem não funcionavam sem eletricidade. «Foi preciso construir uma central de emergência», explicou-me Fonseca. «Esse projeto também estava incluído no conjunto de ajudas para o corredor da Beira, porque sem energia não tínhamos nada. Precisávamos da energia, das comunicações através dos caminhos-de-ferro e da estrada.»

Hoje Moçambique possui 4.787 km de ferrovias. Está-se a construir uma nova linha que vai desde Tete até o Maláui, de 200 km aproximadamente e destinada ao transporte do carvão dessa área mineira até o porto de Nacala, com maior calado do que o porto da Beira. Enquanto a Renfe trabalhou no país, existiu a tentativa de ligar esta linha com a inexistente rede de via-férrea do Maláui. «Estudamos a possibilidade de construir essa linha», me explica Juan

Ignacio Campo. «Fomos visitá-la com os responsáveis dos dois países, mas no final não deu certo. Na altura, parecia uma utopia.»

Moçambique tem no subsolo um dos maiores veios de carvão do mundo. Está entre os dez maiores produtores deste mineral. Além das reservas de gás natural descobertas nos derradeiros anos na província de Cabo Delgado, o país é um grande produtor de alumínio e possui grandes quantidades de rubis, ouro e minerais estratégicos. Os seus portos, sobretudo o porto da Beira, tem uma grande atividade devido à sua posição geográfica no Índico.

Juan Ignacio e o resto de companheiros da Renfe chegaram à Beira uma noite de janeiro de 1989. Foram hospedados no mesmo hotel que ocupavam os soldados soviéticos que adestravam os militares moçambicanos. No hotel havia um só gerador que funcionava quando os militares russos tomavam banho. No resto do tempo não havia nem água nem energia. O grupo sentiu-se desiludido pelas primeiras impressões do local. A maior parte contemplou a possibilidade de voltar à Espanha no dia seguinte. Mas, «quando acordei as quatro horas da manhã e vi aquele nascer do sol, disse para mim: “Eu fico aqui”. E fiquei um monte de anos.»

«Vivíamos confinados. Não era possível sair da cidade», recorda Campo. «Mas a vida na Beira não era perigosa. Às vezes íamos ao Zimbábue apanhar ar, na altura era um país quase europeu.» Dos pescadores locais obtinham peixe e camarão. Entre diversas pessoas compravam um porco, matavam-no, despedaçavam-no e congelavam-no para consumi-lo nos meses a seguir. «Se alguém tinha conhecimento da chegava de coca-cola ou chocolate, avisávamo-nos uns aos outros e íamos comprar», diz Campo. «Quando no Natal viajavas para Espanha e entravas no Corte Inglés, ficavas aturdido». «O pessoal da Pescamar também ajudou muito», acrescenta Beiro. «As cartas chegavam através deles, e todos os meses entregavam aos espanhóis que vivíamos na Beira peixe congelado.» A saúde era um outro problema porque, apesar de ter uma segurança médica, o sistema de saúde moçambicano era muito precário. «Havia uma colónia de médicos e professores cubanos que moravam em péssimas condições. Chegamos a um acordo com eles. Pagávamos-lhes uma quantidade mensal e os convidávamos às nossas festas como troca pela sua assistência médica», recorda Campo.

Juan Carlos Beiro chegou a Moçambique em 1992. Naquele tempo tinha-se construído um acampamento com oito casas para os trabalhadores da Renfe, ainda que sem água, energia, geladeira ou ar condicionado. Beiro lembra que para poder dormir, ele refrescava-se com água de mar apesar do salitre. Mais tarde conseguiram máquinas de ar condicionado e, quando havia eletricidade, aprenderam a destilar a água dos aparelhos. «Como havia tanta humidade, em pouco tempo obtinhamos um balde de água para assear-nos.» Os trabalhadores espanhóis da Renfe construíram furos de água para os trabalhadores moçambicanos da companhia no recinto onde ficavam as oficinas, ou traziam-na em cisternas desde as montanhas próximas.

Quase diariamente, os «bandidos armados», nome dado aos guerrilheiros da Renamo, atacavam os comboios e, à noite, colocavam minas que arrebenta-

vam os carris. Juan Ignacio Campo me diz que sair até a ferrovia implicava um certo perigo. Revisavam as vias-férreas em caminhões escoltados por militares armados com kalashnikovs e com o dedo pronto no gatilho. Foi preciso blindar vagonetes e locomotivas com chapas metálicas para proteger-se das balas. «A mim nunca me aconteceu nada», diz Beiro, mas a um colega seu da Renfe, que ia numa vagonete blindada atrás de um comboio, foi testemunho de um assalto. «Começaram a metralhar o comboio enquanto na rádio ele narrava o ataque ao chefe de tráfego.»

A falta de técnicos e de pessoal especializado foi palpável em todo o país depois da independência. Moçambique ficou sem mão-de-obra qualificada devido à saída massiva de cidadãos portugueses. «Foi a famosa 24/20: deram-lhes 24 horas para sair do país com 20 kg de bagagem», explica Campo. Isso fez com que «quem tinha sido capataz, passara a ser diretor de manutenção, com uma falta absoluta de experiência e conhecimento.» Depois receberam ajuda dos países do bloco Leste. Os trabalhadores mais capacitados foram mandados à União Soviética, Cuba ou Hungria para a sua formação. «O que aconteceu foi que os engenheiros, que eram poucos, quando voltaram ao país, não ocuparam cargos técnicos, mas de gestão», e as necessidades de especialistas continuaram sem ser cobertas. Juan Carlos Beiro tem a certeza de que o país possuía as condições de seguir adiante e acha que se tivesse tido o pessoal adequado em cada momento, poderia tê-lo feito muito bem. «Eram pessoas trabalhadoras e responsáveis, mas careciam de orientação e aí é onde nós encontramos o espaço.»

Os Caminhos-de-Ferro de Moçambique dispunham de uma grande frota de locomotivas de vapor a carvão em bom estado de funcionamento, mas os cooperantes espanhóis tiveram que enfrentar a sua substituição pelas novas máquinas diesel que chegaram como doações estrangeiras, maquinaria moderna, «que até eu não tinha visto ainda na Renfe», assegura Campo. «O problema era que não existia manutenção», acrescenta Campo. As locomotivas ficavam fora de uso por não ter reposição de peças e o carburante escasseava. «Para que as baterias não caíram, eles deixavam as locomotivas ligadas a noite inteira a gastar combustível.» Campo acha que o conceito de manutenção não existia porque estava ligado ao conceito vital de supervivência. «Quando a esperança de vida é tão baixa (ao redor dos quarenta e cinco anos em 1990), a sua visão é radicalmente oposta à nossa.»

Juan Ignacio Campo, que poucos meses depois de ter chegado à Beira se reuniu com a mulher e o filho de curta idade, narrou a história da empregada moçambicana que trabalhava na sua casa. «Era muito querida. Quando os pais dela celebraram as bodas de ouro, oferecemos-lhe um vestido que uma modista fez sob medida para ir à festa, a qual nós também assistimos. A cerimônia durou três dias. Quando voltou a trabalhar em casa, não tinha tirado o vestido. Lhe perguntamos por quê era que ela vestia com ele e respondeu que, no caso em que morrer amanhã, gostava de ter disfrutado dele.»

Tanto desde o ponto de vista profissional quanto do ponto de vista pessoal, foi preciso adaptar-se aos ritmos, meios e recursos dos moçambicanos. «Primava

mais a pessoa que a sua produção, que era secundária», me diz Beiro. «Uma das necessidades mais importantes das pessoas diariamente, mais do que trabalhar, era encontrar água para cozinhar massa e peixe seco. Por isso, neles não era inerente a dinâmica da produtividade.» Muitas vezes, mal chegavam de manhã ao escritório ou à oficina, saíam logo comprar milho ou uma galinha num local barato qualquer, porque a sua primeira preocupação era comer. Duas horas mais tarde regressavam com um saco enorme de milho. «A preocupação deles era viver e, se depois havia tempo, trabalhar.» Juan Ignacio Campo adiciona que os moçambicanos não concebiam a poupança porque o salário era tão baixo, que não podiam planejar a compra de nada, nem carro, nem geleira... «Quando recebiam o ordenado, gastavam-no em coisas imediatas.» Em 1990, oitenta por cento da população de Moçambique vivia abaixo do limiar da pobreza. Hoje em dia está ao redor de cinquenta e quatro por cento. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que concluem em 2015, pretendiam que a pobreza extrema reduzisse até quarenta por cento.

A Renfe esteve presente no centro e no sul de Moçambique entre os anos 1988 e 1999 a colaborar na gestão operacional e na elaboração do regulamento de circulação para adequar este às técnicas modernas de circulação ferroviária. Rui Fonseca mencionou o trabalho «de grande valor» que a Renfe deixou escrito: manuais de procedimento, de regulamentação e de manutenção dos caminhos-de-ferro. «Eram documentos muito valiosos para Moçambique e para as gerações futuras.» «O trabalho de cooperação com a Renfe também supôs muita capacitação», acrescenta. Quadros dos Caminhos-de-Ferro receberam formação da parte dos cooperantes espanhóis e outros tantos moçambicanos viajaram à Espanha para formar-se em diferentes especialidades e tecnologias.

A Renfe nasceu no início do regime franquista, em 1941. Durante mais de sessenta anos existiu em tanto que monopólio, até que em 2005, as novas diretrizes económicas da União Europeia obrigaram à Espanha a abrir a rede ferroviária à competência. Então, esta dividiu-se em duas novas entidades: a Adif, responsável pela gestão das infraestruturas ferroviárias espanholas, e a Renfe Operadora, encarregada da exploração dos caminhos-de-ferro. Em abril de 1992, a companhia deu um pulo à modernidade ao inaugurar a linha de alta velocidade Madrid-Sevilha que coincidiu com a Exposição Universal. Desde então, a Renfe tem construído 2.400 km de ferrovias (a rede de alta velocidade mais extensa da Europa), e há mais outras em construção ou projetadas. Entre 1987 e 1998, a Renfe compatibilizou planos de cooperação cofinanciados pela AECID entre Angola e Moçambique. Como plano de negócio, estabeleceu acordos com a Colômbia, a Venezuela e o México. Na atualidade, a companhia espanhola participa no projeto de construção da linha de alta velocidade entre Medina e A Meca na Arábia Saudita.

Fonseca me disse que o objetivo dos CFM não era chegar até onde a Renfe estava, porque a tecnologia da empresa espanhola era muito avançada. «A alta velocidade que tem é um sonho para nós. Seria uma inversão que nunca teria retorno no nosso caso, e também não na Espanha. Vocês têm capacidade para

manter uma rede de alta velocidade para transporte de passageiros que é excelente. Não me pergunte se é melhor a rede espanhola do que a francesa, isso não sei dizer», disse com uma gargalhada. A alta velocidade não transporta mercadorias e por isso eles não estão alinhados com a Espanha. «Nós temos que centrar-nos e não dispersar-nos.»

Moçambique é um país de transporte de mercadorias por excelência. O transporte de passageiros é importante, mas não gera os recursos suficientes para ser rentável. Rui Fonseca me explicou que quando anos atrás ele dirigia a companhia, 84 % do custo do transporte de passageiros era suportado pelo transporte de mercadorias. O passageiro apenas pagava 16 %. Os CFM não recebiam nenhuma ajuda do estado. Quem os subsidiava? «Os recursos financeiros que produzia o transporte de mercadorias permitia-nos libertar uma parte para ser destinada ao transporte de passageiros. Isto fazia com que nós fôssemos realistas. Não se pode fazer transporte de passageiros de alto *status* em condições de eficiência e segurança.»

Rui Fonseca lembrava com saudades à «relação fantástica» que manteve com a Renfe. Conheceu Miguel Corsini, que foi presidente da companhia entre 1996 e 2004. Também manteve uma relação de amizade pessoal com Fernando Delgado e Ángel Gómez, hoje aposentados, que foram a sua contraparte nas negociações entre os dois países. «Eram pessoas extraordinárias. Lidei muito com eles e guardo uma lembrança extremamente grata do trabalho que desenvolvemos juntos.» Nunca houve segundas intenções nem agendas ocultas. Lamentava-se, porém, de que a colaboração entre as duas empresas ferroviárias não continuara mais além. No início deste século fizeram contatos e negociações para explorar conjuntamente a rede ferroviária do sul do país, mas as companhias não chegaram a concordar. «O nosso modelo era diferente e eles tinham uma outra visão, portanto, não foi possível. Lamento muito, porque as relações com a Espanha foram muito importantes numa altura difícil.» Fonseca considerava que os anos de colaboração mútua beneficiaram notavelmente os CFM. Fez questão em agradecer à Renfe e ao governo espanhol que numa determinada fase custeara a assistência técnica aos Caminhos-de-Ferro de Moçambique. «E isso eu não esqueço, porque foi uma dádiva para o nosso país e a sua economia.»

José Ignacio conheceu Rui Fonseca tanto na Beira, na sua etapa como diretor do corredor, como na sua estadia em Maputo quando Fonseca era o presidente da companhia. Campo me diz que ficou surpreendido quando soube que Filipe Nyusi tinha sido escolhido presidente da República nas passadas eleições de outubro de 2014. «Nyusi foi o diretor dos Caminhos-de-Ferro em Nampula. Ele costumava receber-nos quando íamos a alguma reunião nessa cidade. Estava no mundo dos comboios antes de entrar na política.» (Filipe Nyusi desenvolveu a sua carreira profissional nos CFM em Nampula entre 1992 e 2007. Nesse ano foi transferido para Maputo e ocupou o cargo de administrador executivo dos CFM até a sua nomeação como ministro de Defesa no 2008.)

«África, ou adoras ou rejeitas», sentencia Campo. Houve companheiros que passaram os três anos a contar os dias que lhes restavam para voltarem à

Espanha, «como se estiveram na cadeia». Para Juan Carlos Beiro foi uma experiência única, absolutamente diferente. «Cada dia era diferente e acontecia qualquer coisa nova. Não havia tempo para o aborrecimento. A gente sempre comentava que, se algum de nós tivesse tido habilidades literárias, teria escrito um livro porque passavam-se tantas coisas que, olhadas de aqui, parecem incompreensíveis. Fomos muito bem recebidos e tratados. Os moçambicanos admitiam e recebiam com gratidão o nosso conhecimento e as nossas opiniões», assegura.

Juan Carlos decidiu aceitar a oferta da Renfe de viajar a Moçambique depois da sua separação matrimonial. «Esse projeto foi para mim uma forma de começar uma nova vida. Me ajudou muito pessoalmente. Todos os dias íamos ao trabalho para que fizera sentido. Acho que eles souberam valorar a nossa maneira de implicar-nos.» Pergunto-lhes quê lembranças ficam neles de aquela experiência. «Saudades e nostalgia», partilham os dois. «Vivemos um tempo diferente. É difícil que se repita, porque as condições nas que estava Moçambique na altura não vão voltar nunca mais.»

Eu tinha um hotel em África

Quando António Flores chegou a Maputo em março de 1983, esteve prestes a ser testemunho do último fuzilamento público. Ele viu retirar o cadáver do ajustiçado. O pelotão estava formado por um único carrasco e a vítima era um indiano que tinha feito contrabando de camarão. Vários dias depois açoitaram, também publicamente, o dono do Búzio, uma discoteca com jardim e minigolfe na zona da praia da Costa do Sol por ter cobrado uns meticais a mais no preço da cerveja. «Aí, nós íamos pôr em funcionamento um hotel-escola!»

No início dos anos oitenta, Maputo era uma cidade-estado cheia de milicianos e atrapada pela guerra civil, uma cidade da que era arriscado sair a não ser pelo ar. Carecia de quase todos os produtos básicos e sofria contínuas sabotagens no abastecimento de energia. Nestas circunstâncias de isolamento e paralisia, a ideia de abrir um hotel-escola não parecia muito razoável. «Aquilo foi muito especial, justamente pela dificuldade da guerra e do marxismo-leninismo. Foi preciso ultrapassar as dificuldades até implementar o projeto. Normalmente, um projeto adapta-se ao meio externo; mas no caso do hotel-escola foi ao contrário: o meio externo teve que adaptar-se ao projeto para assim funcionar. Foi um espelho no qual muitas empresas se olharam, até o próprio Estado. Não aconteceu que o projeto funcionara porque o país também funcionava. Aquilo era uma ilha, ao redor não havia nada e nós trabalhávamos como se estivermos no Ritz.»

António Flores e a sua mulher, Magdalena Vila, foram os responsáveis pela implementação do Hotel Escola Andaluzia em Maputo, que durante anos funcionou como um dos centros de formação mais importantes e com melhor serviço na África Austral. «Fomos espectadores privilegiados e, de alguma maneira, atores influentes nos poderes fácticos do Estado (Frelimo, governo, sindicato)». António e Magdalena precisaram de mudar a sua forma de atuar e a sua forma de gerir para ganhar a confiança dos moçambicanos, a começar pelos trabalhadores, e negociar com os membros do sindicato e inventar fórmulas para conseguir dinheiro e continuar com o projeto, já que os fundos da cooperação espanhola eram muito limitados. «Foi preciso desaprender para voltar a aprender.»

Tenho viajado até Marbella para conhecer António e Magdalena, onde moram já aposentados. Encontramo-nos na sala de reuniões do gabinete de advogados de um dos seus quatro filhos. Todos eles viveram a «maravilhosa experiência africana». Estudaram durante um tempo num internato sul-africano, onde se lembram de acudir numa avioneta fretada pelos seus pais, e posteriormente na Escola Internacional de Maputo.

Magdalena e António eram funcionários do Ministério de Trabalho espanhol, ao qual tinham acedido através de um concurso público no *Programa de Promoción Profesional Obrera* (PPO) em 1967. António é economista especializado em gestão de projetos. Antes tinha-se formado em Madrid e Las Palmas. Quando chegaram a Marbella, no início dos anos setenta, formaram parte do primeiro hotel escola da Espanha, que tinha aberto as suas portas uns anos antes. António Flores foi o seu diretor durante vinte e cinco anos.

Em 1982, António pensou numa mudança de ares. Foi selecionado num concurso do Ministério de Trabalho como chefe de escritório na Embaixada de Espanha em Moçambique (posteriormente foi adido de cooperação com status de diplomata) para desenvolver uma série de projetos na área socio-laboral. O hotel escola em Maputo formava parte do pacote de projetos, mas António considerou que «era a última coisa da que Moçambique estava a precisar.» «Tinha lido bastante sobre o país, queria ajudar no seu desenvolvimento. Odiava a associação Reagan-Botha e, sobretudo, tencionava provar-se a si próprio.» Flores já tinha visitado Moçambique uns meses antes que a vaga fora sujeita a concurso. Tinha prestado atenção a um projeto agrícola em Niamalo, na província Nampula, uma das maiores regiões de produção de algodão do mundo durante a colónia portuguesa, que depois da independência entrou em colapso. Como consequência da paralisação do cultivo do algodão, havia mais de sessenta fábricas destruídas ou fora de uso e uns setenta mil trabalhadores desempregados.

Quando voltou a Moçambique, centrou-se no projeto de algodão de Niamalo. Os meios de produção estavam abandonados e oxidados e faltavam as peças sobressalentes para pôr em funcionamento a maquinaria e as viaturas. Simultaneamente, era preciso formar gestores para dirigir às granjas e as fábricas de desmontagem, encarregadas de separar as fibras do algodão das vagens e das sementes. Apesar das difíceis expectativas, António Flores, porém, informou Espanha que estava em condições de implementar o projeto. Para conseguir as peças sobressalentes das máquinas, os tratores e os camiões russos e americanos, decidiu fabricar as peças uma a uma, a mão, montando uma fundição com os milhares de toneladas de sucata abandonada nos arredores. Escolheu um engenheiro industrial no INEM para pôr em funcionamento uma oficina-escola de fundição, torno e fresa (Espanha possuía então os melhores especialistas artesanais do mundo), e um companheiro do programa para ajudá-lo a criar uma escola de diretivos para as fábricas e as explorações agrícolas.

O sistema de economia planificada marxista que Samora Machel impôs depois da independência, não incentivava muito a cultura do algodão. Os

trabalhadores, sem estímulos, não queriam trabalhar por dinheiro, porque a moeda local estava muito desvalorizada e não dava para comprar as poucas coisas disponíveis. Perante a falta de produtos de primeira necessidade, Flores decidiu usar a economia de troca e trazer desde Espanha arroz, batatas ou lâminas para fazer a barba para os trabalhadores.

O projeto agrícola parecia promissor. Porém, enquanto António e o resto de técnicos estavam na Espanha a passar umas semanas de férias, membros armados da Renamo assaltaram a sede do projeto e mataram uma vintena de trabalhadores. A Renamo, que tinha como estratégia de guerra a destruição de todo aquilo que for uma atividade produtiva, tentou com aquela ação sabotar as negociações do Acordo de Nkomati entre a Frelimo e a África do Sul, o pacto de não-agressão que, depois da sua assinatura, a África do Sul nem sempre respeitou. Este ataque acabou com o projeto do algodão. A Espanha deu a ordem de fechar e António Flores voltou a Maputo.

No início dos anos oitenta, Moçambique era um dos países mais pobres e atrasados do mundo. A independência tinha chegado depois da guerra contra o regime do ditador Salazar e a derrota de Portugal provocou a saída de um quarto de milhão de colonos aproximadamente que deixaram o país sem apenas pessoal formado. Imediatamente depois, a Rodésia e a África do Sul, governados por uma minoria branca racista, criaram e financiaram a Renamo, uma organização guerrilheira que se enfrentou num cruento conflito civil. Os destroços da guerra e o fracasso da economia planificada de Samora Machel obrigaram Moçambique a abrir-se às ajudas dos países de Leste e à cooperação internacional para conseguir dinamizar os setores básicos do país.

Nesse contexto chegou a Maputo José António Martínez Gil contratado pelo governo moçambicano para dirigir o hotel Polana. O Polana era um luxuoso e histórico hotel palaciano conhecido como «a grande dama de África», desenhado no início do século XX pelo arquiteto inglês Herbert Baker. Durante a II Guerra Mundial se hospedaram nele espias nazis e britânicos. Dizem que a atmosfera era tão relaxada, que os agentes secretos de cada bando trocavam cumprimentos de cortesia em bares e corredores. Depois da independência, o governo da Frelimo nacionalizou o Polana, que entrou num estado de declínio e decadência. Aconteceu o mesmo com os outros hotéis, como o hotel Tivoli ou o hotel Turismo, que languidesciam sem atividade. O único que continuou a ser propriedade privada foi o hotel Cardoso, que pertencia a uma família portuguesa que decidiu ficar em Maputo e conseguiu mante-lo aberto a duras penas. Depois de ter passado por diversas mãos, no ano 2002, a Fundação Aga Khan comprou a propriedade do hotel Polana.

Naqueles anos de confronto civil em Moçambique, poucos estrangeiros viajavam para o país. O hotel Polana apenas recebia um punhado de fregueses aos quais não tinha muito para oferecer. Porém, Martínez Gil deu um jeito para dotá-lo de «alguns detalhes» de distinção. José António Martínez Gil era um velho conhecido de António e Magdalena. Nos anos setenta tinha realizado uns cursos de gestão de estabelecimentos hoteleiros no hotel escola de Marbe-

lla. Tomou devidamente em conta os métodos didáticos que aprendeu e António e Magdalena perderam o seu rasto. «Sabíamos que andava a fazer formação profissional com o pessoal do nosso organismo na Bolívia e em Costa Rica», me diz Magdalena. Ela descreve Martínez Gil como um *bon vivant*, detalhista e ostentoso, excelente para as relações públicas e muito hábil para introduzir-se em círculos de interesse. O oferecimento para dirigir o hotel Polana supôs para ele um *status* atrativo, apesar das difíceis circunstâncias nas que se encontrava Moçambique, um salário, na altura, nada desprezível e a residência no próprio hotel.

António Flores imagina que, quando Martínez Gil viu que recebia o seu ordenado em meticais, mesmo que lhe tinham prometido em dólares, e que os meticais apenas tinham valor, se sentiu desiludido. Tinha boas relações com a embaixada espanhola e deveu de apresentar o projeto de abrir um hotel-escola em Maputo parecido com o que já conheceu em Marbella para incrementar os seus ingressos.

Em 1983 assinou-se uma convenção entre a Cooperação Espanhola e o governo de Moçambique no qual o hotel Aviz, um velho estabelecimento hoteleiro português, foi cedido para a sua reabilitação e transformação num hotel-escola. O ministério espanhol já tinha enviado alguns técnicos de cozinha e de restauração e José António Martínez Gil exerceu como responsável durante um curto período. Meses mais tarde abandonou o projeto sem ter conseguido nenhum progresso. Aquilo era grande demais para ele.

Após o fracasso do projeto agrícola do algodão, António Flores pactuou finalmente tomar conta do projeto do hotel-escola. «Eu era muito cético, porém, aceitei, apesar de não existir condições nem reunir as características necessárias para seguir adiante.»

O hotel Aviz, que posteriormente se chamou Hotel Escola Andaluzia, era um edifício *art-decô* que estava fechado e vazio. Tinha pertencido a uma família portuguesa. Os móveis e o resto do material tinham sido retirados e estavam guardados num armazém perto da praça de touros ao cuidado de um retém de membros da Frelimo. O hotel Aviz tinha sessenta e quatro quartos repartidos em cinco andares, dezasseis por planta. Depois foi construído um anexo que incrementou muito a capacidade de ingressos, já que o primeiro andar do hotel foi liberado para salas de aula e escritórios. António lembra-se que no quinto andar estava a casa do antigo dono e, em cima, um recinto envidraçado com vistas panorâmicas que posteriormente habilitaram como a sua moradia. «Depois soubemos que tinha sido uma *boite*. Em cima deste espaço, e com acesso por uma espécie de escada em espiral situada no fundo, se chegava a uma espécie de torre de vigia de um metro quadrado onde se localizavam os mastros. Na altura, colocar bandeiras teria sido uma maneira estúpida de distinguir-se.»

Já no hotel, António e Magdalena foram testemunhas da chuva de mísseis que caiu sobre Maputo uma tarde festiva na que pegaram fogo os paióis da cidade. Um desses mísseis atravessou a casa do sogro do chanceler Luís Ranha

e se espetou sem explodir no jardim. «Todo o mundo pensou que era um ataque da Renamo (os “bandidos armados” e, desde a embaixada foram buscar-nos (estávamos com os nossos filhos). Porém, nunca tivéssemos deixado sozinhos o apavorado pessoal e os fregueses do hotel. As crianças também ficaram lá. Oferecemos bebidas e ficamos à espera, depois de tentar acalmar inutilmente os fregueses, especialmente os súbditos do Leste e alguns portugueses pro-Frelimo. Maputo já estava fechado e só se podia sair de avião.»

Quando António Flores desembarcou no desengonçado hotel, todo estava por fazer. Não havia fregueses, mas tinha mais de cem trabalhadores. Como a maioria de hotéis e empresas do país, o hotel Aviz tinha sido nacionalizado quando Samora Machel instaurou o comunismo em Moçambique. Todos os seus trabalhadores, que já trabalhavam nele na época colonial, iam cada dia ao serviço mesmo que não houvesse nada a fazer. Para poder libertá-los, era preciso redigir uma carta de exoneração, caso contrário, a polícia podia prendê-los e levá-los novamente para o serviço ou para a cadeia. «Naqueles anos em Moçambique não havia desemprego. Aqueles que não tinham nada a fazer, eram levados em camiões a 2.000 km para o norte, aos campos de trabalho coletivos», me explica António. Os trabalhadores do hotel só comiam, como dieta única e quotidiana, couve fervida e bebiam chá com leite. «Às vezes eu ia ao mercado, comprava um saco de milho e oferecia-lhes. Esse dia era uma festa.»

A maior parte das instalações do hotel Aviz ainda estavam por construir. No acordo que tinham assinado os dois países, Espanha comprometeu-se a aportar os quadros técnicos e Moçambique, os materiais de construção. Porém, Moçambique não os aportou, simplesmente porque não tinha. Não havia nem ferro nem cimento nem tijolos, e a água era trazida em bidões. Também não havia tecido para os lençóis, cortinas ou toalhas de mesa. «Os primeiros anos foram realmente angustiosos.» O projeto estava em ponto morto. Flores se desesperava porque não recebia os fundos necessários para realizar as obras, pagar os salários ou alimentar os trabalhadores enquanto o custo dos técnicos espanhóis estava a ser desperdiçado porque eles estavam de braços cruzados sem nada a fazer. As reformas de reabilitação do hotel, previstas inicialmente para três meses, demoraram-se dois anos.

Magdalena Vila chegou a Maputo em 1984, um ano depois do que o marido. Tinha formado parte da primeira promoção de alunos da Escuela de Hostelería y Turismo de Madrid. Depois se incorporou ao hotel escola de Marbella como professora e esteve ligada a ele durante quinze anos. Uma vez que António já tinha viajado a Moçambique, ela pediu uma licença para poder reunir-se com o seu marido. «Viajei como a mulher de António Flores», resume Magdalena com alguma ironia. «Cheguei sem trabalho. Podias ficar maluca porque não havia nada e estava tudo por fazer.» Por isso dedicou-se com todo o seu empenho à transformação do hotel como se ela também tivesse sido contratada. Quando o seu marido voltou para Espanha no fim de 1988 para tomar conta da direção do hotel escola de Marbella, Magdalena ocupou oficialmente

o cargo do seu marido e ficou em Maputo mais cinco anos a dirigir o hotel Andaluzia. «Aceitei porque já estava muito identificada com aquilo tudo.»

O hotel-escola Andaluzia se inaugurou na primavera de 1985, «no meio de uma situação caótica, como uma fuga para a frente, sem dinheiro, com sessenta alunos sem formação e a oferecer aos clientes só o alojamento, sem matabicho, sem refeições, sem sabão e sem vassouras», lembra Flores. «As obras estavam longe de serem acabadas, faltava equipamento e os problemas com o pessoal tinham uma dimensão difícil de ser resolvida num país com uma situação social e económica de pobreza. Os operários ausentavam-se, demoravam a voltar e às vezes nunca mais voltavam. Os estudantes roubavam “a uma velocidade vertiginosa” comida para levar a casa, talheres, louça e toalhas. Nem a presença dos guardas, que também estavam envolvidos nos roubos, nem as denúncias à polícia ou as ameaças de expulsão os dissuadiam, porque a permanência na empresa não tinha outro sentido para muitos deles que o facto de poder roubar. Depois, com a resignação de quem aceita um facto que, mais tarde ou mais cedo, parecia que estavam à espera que acontecesse, iam embora», escreveu António num informe daqueles anos. A solução a estes problemas «não passava senão por outorgar um sentido ao trabalho. As leis laborais impediam aumentar os salários ou oferecer produtos. No entanto, António e Magdalena decidiram elevar consideravelmente os salários e distribuir peixe, açúcar e ovos entre os trabalhadores para que não se ausentaram ou não chegaram atrasados. Estas ações diminuíram muito o absentismo laboral e as demoras, e nalguns trabalhadores começou a nascer pelo hotel-escola alguma afeição, ilusão e estímulo.»

Nesses primeiros anos do hotel-escola Andaluzia, o país carecia dos produtos mais básicos. Quase não se podia comprar, mesmo que a gente tiver meticais. As lojas estavam fechadas, às escuras, mas com os donos dentro delas para que a propriedade não fora roubada. As bancas do mercado de Maputo, um antigo prédio colonial na Avenida 25 de setembro, estavam vazias. Só eram vendidas pequenas pilhas de cenouras, couves e uma ou outra hortalíça. Os alimentos estavam racionados. Cada pessoa recebia mensalmente 2,5 kg de arroz, 3 kg de farinha e 3 kg de milho, 0,5 kg de carapau congelado, 0,5 kg de feijão e 1 kg de açúcar. Para obter mais alguma coisa, era preciso fazer o que na altura era chamado de «esquemas». «Consistia em ter contatos e chamar a sua atenção oferecendo coisas em troca», explica Magdalena. «Era preciso dar a faísca para que as pessoas que em Maputo podiam fornecer alguma coisa, fizeram-no.»

Magdalena me conta como eles entraram no jogo dos esquemas. Uma vez comprou na loja franca – uma espécie de supermercado em divisas situado na Avenida 24 de julho onde às vezes apareciam coisas muito curiosas – um fogão portátil, azeite de oliveira e uns lombinhos congelados. Convidaram jantar em casa um punhado de pessoas com certas influências nas direções nacionais para «despertar a sua curiosidade». As direções nacionais, departamentos criados pelo governo central, eram responsáveis pelas diferentes áreas de atividades do Estado. Se, por exemplo, querias conseguir madeira, tinhas que

dirigir-te à Direção Nacional da Madeira, pedir uma quantidade e ficar à espera da decisão.

Para aquele jantar, Magdalena colocou na mesa uma toalha e umas velinhas que trouxe da Espanha e preparou uma *fondue* de carne. «Não tinham comido carne desde a época colonial», ri Magdalena. «Ficaram impressionados. Perguntaram-nos como tínhamos conseguido aquilo tudo. Dissemos-lhe que, com mais meios, nós podíamos fazer isso e muito mais. A partir de então, a partir de uma coisa tão simples, nós começamos a receber a ajuda deles. O que se passava era que os esquemas eram *top-secret*, se eram descobertos tudo dava errado.»

A localização do hotel-escola Andaluzia melhorou com o passar dos anos, quando conseguiram oferecer algum tipo de serviço em troca de dinheiro ou outros produtos. O seu primeiro freguês foi um piloto da Força Aérea portuguesa, de nome Mourinho, que tinha ficado em Moçambique depois da saída dos seus compatriotas. Ele trabalhava numa companhia de avionetas de transporte. O hotel apenas oferecia serviço de hospedagem, sem refeição. António e Magdalena tinham que emprestar-lhe os seus próprios lençóis. Com o dinheiro que Mourinho pagava pelo quarto, António conseguiu comprar carapau congelado que tinha chegado de Angola e que se oferecia dentro do cartão de racionamento a um preço muito baixo para adicionar à couve dos trabalhadores. O piloto viu o que os empregados do hotel estavam a comer e também pediu um prato para ele. Foi assim que começaram a ingressar algum dinheiro, a oferecer comida ao único hospede que tinham.

Espalhou-se o boato de que no hotel Andaluzia se servia couve com peixe. O piloto trouxe os seus companheiros hospedar-se no hotel e novos hóspedes acudiram comer o único prato do menu. «Pouco tempo depois, conseguimos ovos. Foi maravilhoso. Os cozinhávamos com batatas e o local começou a subir». Aumentaram progressivamente o número de fregueses, «apesar de que as condições que oferecíamos eram nulas. Aquilo não era nem um hotel nem um hotel-escola. Mas, para além deste, não havia absolutamente nada.»

Perante a passividade na tomada de decisões por parte do governo, eles invadiram um terreno vizinho abandonado e cheio de lixo que era de propriedade privada. As autoridades fizeram a vista grossa. António e Magdalena precisavam dele para ampliar o hotel, construir um novo prédio de três andares e uma piscina «sem licença de construção e sem a permissão de ninguém». Naquele momento tinham suficiente cimento graças a uma troca de quartos feita com alguns clientes da fábrica de cimento. A fábrica desviava alguns sacos, que eram para a cooperação italiana, e davam-nos a nós».

«Aos poucos conseguimos coisas novas, mas o mais importante e notável era como o conseguíamos fazer», me diz António Flores. Obter carne ou peixe tornou-se uma tarefa intrincada. Flores negociou com Amador Suárez, um armador espanhol que pescava camarão na costa de Quelimane. A Amasur, a empresa de Suárez, tinha assinado um contrato com o governo moçambicano para operar em troca de entregar a fauna acompanhante, isto é, o peixe que cai

nas redes junto com o camarão. Mas a fauna acompanhante nunca existia, simplesmente porque Amador Suárez devolvia todo esse peixe ao mar. Suárez não podia permitir-se levar esse peixe até o porto de Maputo, ter um barco ancorado durante semanas até conseguir as licenças correspondentes e um caminhão frigorífico para distribuir a carga.

António Flores foi falar com o ministro das Pescas, o Secretário de Turismo e com outras autoridades para conseguir as licenças necessárias apesar da intrincada burocracia. Convenceu Amador Suárez para comprar um barco e leva-lo a Maputo. António tinha acordado com as autoridades entregar toda a carga. Depois, as autoridades lhe venderiam o que ele precisar a um preço superior ao da compra, «de maneira que eles ganhariam dinheiro.» Quando chegou o barco da Amasur, não havia nenhum funcionário no cais e as câmaras frigoríficas estavam estragadas. António conseguiu uns camiões frigoríficos onde carregaram o peixe e o levaram às câmaras frigoríficas do hotel-escola e do resto dos hotéis estatais. No meio desta operação, a polícia os prendeu impedindo assim a distribuição do peixe apesar de terem as licenças em ordem. António ameaçou com descarregar todo o peixe na porta da casa do oficial da polícia no comando. «Amador me disse: “Percebes agora por quê é que não quero trazer o peixe cá?” A partir daquela primeira entrega, a Amasur começou a servir pequenas quantidades ao hotel Andaluzia para evitar problemas de armazenamento.

«Para conseguir marisco, infringíamos a lei. Íamos à noite às escondidas à vila dos pescadores. Os barcos que tinham saído pescar, trazíam-nos camarão e caranguejo que depois levávamos ao hotel.» Um tempo depois, com outro cenário e em condições mais favoráveis, o marisco chegava em grandes carregamentos de avião desde Angola e outros pontos do país.

«E a carne?», lhe pergunto. «Um dia veio um homem vender carne de vaca muito barata», me responde. «Tinha aspeto de trapaça, mas quis ver o que se podia tirar de lá.» O homem propunha-lhe vender por via contratual toda a carne de vaca que desejar. Mostrou-lhe os títulos de propriedade do gado e pediu-lhe dois mil dólares anuais fixos, comprara o não a carne. «A carne saía a sessenta cêntimos por quilograma, muito barata.» António Flores investigou e descobriu que realmente aquele homem tinha as vacas de que falava, mas estavam em território controlado pela Renamo. Porém, assinou o contrato e o legalizou no gabinete de comércio. Com todos os carimbos necessários no documento, foi ter com um general do exército que conhecia. «Você quer carne de vaca?», perguntou-lhe António. «Por quê me pergunta isso?», respondeu o general. «Está a brincar?» António mostrou-lhe as permissões para esclarecer as dúvidas. Disse-lhe que as vacas estavam em território controlado pelo inimigo. «Vocês vão buscar as vacas, ficam com a metade da carne sem pagar nada e entregam-me a outra metade.» «Fomos as únicas pessoas em Maputo que tínhamos toda a carne de vaca que queríamos.»

Graças a inúmeras gestões, António e Magdalena conseguiram lançar o projeto. Recuperaram o mobiliário *art-déco* da época colonial. Desenharam

novos móveis feitos nas carpintarias de Maputo com madeiras fantásticas. Com o passar do tempo descobriram pequenas lojas de indianos que vendiam tecidos toscos e de má qualidade, mas que lhes permitiram uniformar o pessoal e dar serviço ao hotel.

Deram início os anos dourados do hotel-escola Andaluzia, que estenderam-se de 1985 até 1994. Tornou-se um estabelecimento hoteleiro de referência, com todas as comodidades e serviços de um hotel de luxo, «até com garrafa térmica e chávenas de café ou chá nos quartos». A piscina no jardim do terreno contíguo ficou pronta. As lâmpadas que colocaram nos lustres de vidro de Murano projetavam um brilho rutilante que pareciam do Palácio de Versailles. «Ficávamos um bocadinho envergonhados porque fora a pobreza era absoluta», reconhece Magdalena. Abriram um restaurante que chamaram de Al-Andalus, uma cópia do Zalacaín de Madrid. Dia e noite lotava-se com uns cinquenta comensais. Houve um momento em que foi preciso reservar com quinze dias de antecedência, «até com recomendação.» António explica divertido que aprendeu a valorar o poder da «fogueira das vaidades», porque o fato de reunir pessoas à volta de uma comida permitia às pessoas chegarem a acordos de alto nível que de outra maneira não poderiam ter sido atingidos. «Apesar de que eu já tinha participado em centenas de eventos magníficos, sempre fiquei com uma sensação pouco agradável. Em Moçambique, apesar da pobreza, olhava para isso de maneira diferente. Era como manter um raio de esperança.»

No hotel havia um antigo piano de cauda que colocaram num estrado. Como tinha estado durante muito tempo ao relento, foi preciso consertá-lo e afiná-lo. A mulher de um cooperante búlgaro destinado em Maputo pediu-lhes para ensaiar canto enquanto o restaurante estiver vazio «para não incomodar». Quando Magdalena e António ouviram a voz dela, ficaram estupefactos. Ofereceram-lhe cantar três ou quatro canções à noite em troca de hospedagem e manutenção para a sua família no hotel. Posteriormente, incorporaram um pianista profissional para acompanhá-la. «Era surrealista», relembra Magdalena, «ver em metade do jantar àquela búlgara em cima do estrado a cantar árias e escutar nitidamente as explosões ao outro lado da baía, perto de Catembe». Para António era emocionante «o contraste entre a tragédia e a esperança.»

Sáímos do escritório do filho de António e Magdalena e vamos comer à praia de Marbella num dos restaurantes do passeio marginal lotado de turistas. A temperatura é suave e sopra uma brisa agradável. Comemos biqueirões, salmonetes e outros peixes em fritura. Como bons *gourmets*, julgam a qualidade do peixe. António nasceu em Vélez Málaga em 1944. Magdalena é dois anos mais velha do que ele e nasceu em Vielha, Lérida. É pequena, magra, com o rosto estreito e triangular. Tem o cabelo grisalho meio comprido. Fala docemente e com rapidez. Tem óculos e leva um vestido bege de tricô. António é alto e grande. Cabelo grisalho, sobrancelhas espessas e óculos de chifre escuros. Veste uma calça escura, camisa listrada de várias cores e sapatos

Oxford. Falamos sem pressa de culinária e saúde, e sobretudo da experiência deles em Moçambique, da qual não param de brotar, como uma cascata, anedotas e lembranças. Pergunto-lhes se sabem o que tem acontecido com o hotel-escola Andaluzia uma vez que Magdalena voltou à Espanha em 1994. Ela é quem responde: a partir de 1992 começaram-se a abrir novos restaurantes em Maputo que entraram em concorrência com o Andaluzia e este, aos poucos, começou a perder a exclusividade. «O hotel-escola tinha umas instalações mais modestas que não podiam competir plenamente com as do hotel Polana ou o Cardoso, por isso, a sua única estratégia consistia em oferecer qualidade e preço. Depois de irmos embora, mais ninguém da Espanha tomou conta dele», diz Magdalena com saudades. A participação da cooperação espanhola acabou e o hotel-escola Andaluzia passou a ser gerido pela Secretaria de Turismo de Moçambique e pelo Instituto Nacional de Turismo. Com o passar dos anos, as instalações degradaram. O estado vendeu o hotel escola à Sonil Moz, uma empresa familiar propriedade de um indiano que prometeu fazer avultados investimentos e elevar o hotel à categoria de quatro estrelas. Porém, no início de 2011, o estabelecimento fechou e despediu os seus setenta trabalhadores. O futuro dele é desconhecido. O prédio volta a estar em estado de abandono.

Magdalena e António comentaram que a culinária e a restauração estavam totalmente desprestigiadas em Moçambique quando eles chegaram ao país. Ninguém queria trabalhar como cozinheiro ou garçom. «Mudar essa imagem foi muito difícil. Imediatamente apercebemos que era preciso tornar o local num polo de desenvolvimento para o resto das instalações hoteleiras e de restauração, a maior parte delas públicas.» Começaram a trabalhar com três bolseiros que se formaram na Espanha no hotel escola de Marbella nas especialidades de hospedagem, cozinha e restauração. Foram enviados por Martínez Gil, mas tinham um nível cultural muito baixo e apenas podiam expressar-se bem em português.

«Eu tomava conta da formação», concretiza Magdalena. Os primeiros alunos chegaram em outono de 1984, «sem pretensões e com uma preparação escassa.» Deram-lhes um uniforme como melhor puderam e classes de cozinha, receção, restauração, bar e manutenção durante três meses. Depois, quando já tinham conseguido ter um pessoal de base, convocaram outros alunos que tiveram acabado o nono curso escolar (16 – 17 anos). Alguns deles tinham estado em Cuba e tinham sido educados na ilha da Juventude, outros na Alemanha Oriental. «Ali, no hotel-escola, havia qualquer coisa que despertava o seu interesse: tinham comida, roupa e não andavam a vadiar. Muitos deles entraram no hotel-escola só por isso, outros, porém, ficaram.» António acrescenta que perdiam alunos porque «o exército os levava; outros fugiam, principalmente para a África do Sul, e outros iam à cadeia por terem roubado comida (eram prendidos diretamente pelos guardas da Frelimo que vigiavam as portas).»

O hotel-escola Andaluzia formou muitos diretores, chefes de cozinha e maîtres que depois começaram a trabalhar nos diferentes hotéis de Moçambi-

que, como o hotel Polana. Pelo Andaluzia passaram uns cem alunos por ano, em cursos de dezasseis pessoas de três em três meses onde combinavam-se as diferentes disciplinas. Dentro de cada especialidade havia dois cursos ao mesmo tempo. As condições para conseguir alunos não eram boas, mas a formação tinha um incrível poder de metamorfose. «Era preciso ver como entravam os alunos e como saiam. No hotel havia um microclima de certo refinamento», assinala Magdalena. O hotel-escola Andaluzia formou durante os dez anos que durou o projeto ao redor de mil alunos. Atingiu um grande prestígio na indústria hoteleira moçambicana. O custo total foi de um milhão setecentos mil euros, que financiou a AECID.

Eles cismaram em criar condições e em demonstrar ao partido governante e aos sindicatos como era possível fazer política social. Com os sindicatos era o mundo virado de pernas para ar. Foi preciso negociar durante semanas. «Não queriam melhoras no salário dos trabalhadores, já que por lei não podiam ultrapassar as quantidades estabelecidas nas tabelas do governo, mas finalmente aceitaram outras melhoras» Na altura apenas havia repolho e carapau para os trabalhadores que conseguiam através do cartão de racionamento e em quantidades limitadas. O hotel-escola Andaluzia decidiu dar comida e roupa aos seus trabalhadores para levarem à casa, além de facilitar o transporte para que eles não caminhassem de quatro a seis horas diárias. Os trabalhadores do hotel ganhavam mil meticais por mês, até os alunos, que também precisavam. «No entanto, tratava-se de práticas antimarxistas. Um dia um ministro me ofereceu o livro de Lenin *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*», diz António a brincar.

António Flores compreendeu que não tinha sido a Renamo nem a guerra o que tinha afundado a economia do país, senão a falta de estímulo, os preços dos produtos e o metical: Moçambique vivia num desequilíbrio monetário pela taxa de câmbio fixa da moeda. «Com o câmbio oficial de um dólar por quarenta meticais, enquanto na rua se conseguiam dois mil meticais por dólar, para os estrangeiros tudo era possível e nada para a maioria dos nacionais.»

Na altura, alterar o câmbio oficial e usar a dupla paridade era punido. Foi uma árdua tarefa conseguir licença das autoridades para poder vender no hotel-escola Andaluzia os seus produtos e serviços em meticais, em divisas ou como for mais pertinente em cada ocasião. «O nosso modelo de funcionamento estava orientado a oferecer serviços que quebravam com os padrões comerciais e oficiais estabelecidos. A regra geral era vender em divisas o que era comprado em divisas, e em meticais o pouco que se podia conseguir na moeda nacional. Nós misturávamos tudo, a gente vendia em divisas a quem preferir (é claro que mais barato do que o câmbio oficial oferecia), e em meticais a quem era permitido comprar nesta moeda, em geral organismos oficiais e pessoas que podiam oferecer-nos alguma coisa em troca. Para isso, foi preciso estabelecer, com a ajuda de Marcelino dos Santos, encarregado dos negócios estrangeiros do governo, uma lista dupla de preços (diferente em meticais e dólares), o que teria sido um grave delito se não tivéssemos tido o apoio do

sistema, que via no hotel-escola um bom experimento, dado que não comprometia eles e não havia lucro privado.»

Finalmente foram autorizados a vender cerveja e outros produtos em dólares ou em meticais, coisa que permitiu ao hotel-escola contar com ambas as duas moedas. Uma cerveja custava mil e duzentos meticais segundo o câmbio oficial, mas o hotel vendia a mesma cerveja a meio dólar, que eram vinte meticais. Não parece importante, diz António, «mas foi um marco revolucionário em Moçambique. E não porque dos Santos mudara as leis, senão porque ele me permitiu seguir adiante sem papéis. Eu não disse nada à embaixada, é claro.»

Em conferências e informes posteriores, António Flores contou algumas das experiências que viveu em Moçambique: «Um exemplo ilustrativo deste efeito, para não entrar em concreções mais próximas, poderia ser o do Governador do Banco Central de um país marxista-leninista que recebeu a ordem do Presidente da República de tentar, por todos os meios, aumentar ao máximo os depósitos em dólares procedentes dos estrangeiros residentes. A estratégia que o dito governador aplicou para o aumento dos saldos baseou-se – como em tudo no que na altura era feito no país – na lógica da física. Deu-se a ordem de acelerar as formalidades para os ingressos e obstaculizar os reintegros. Isto, aparentemente, deveria ter aumentado os saldos. Se numa barragem se abrem tudo o mais possível os acessos e estrangulam-se as comportas de saída, o nível da água há de aumentar obrigatoriamente. O único e pequeno pormenor que não se tomou em conta foi que as pessoas não reagem como as águas de um rio. Dois meses mais tarde, naquele banco não ficava nem um só dólar.»

«Nada influiu mais na sociedade moçambicana que a planificação da economia», confirma António. Num dos informes que enviou a Madrid em maio de 1985 explicava a situação: «como consequência da política do governo de fixar preços oficiais à produção, esta foi contraindo-se paulatinamente até chegar à criação de uma situação de escassez incrível. E se ainda se produz, é devido a pressão do governo e ao estímulo que supõe a existência de um mercado paralelo ilegal no qual os produtos podem chegar a atingir até quarenta vezes o seu valor oficial. Para agravar a situação, uma parte considerável dos bens, que deveriam ser distribuídos pelas empresas intermediárias estatais, são lançados ao mercado negro, onde o seu valor multiplica-se na proporção acima indicada. (...)».

A vida de Magdalena Vila e António Flores tem um antes e um depois trás a experiência no hotel-escola Andaluzia de Maputo. «Supôs a demonstração de que o impossível pode se tornar possível», me diz António. «Encontrar a forma de virar as coisas para que uma coisa pela que antes não terias dado nada te envolva, um projeto sobre o que eu teria informado negativamente». António pensou que aquele projeto tinha sido uma armadilha mortal. «Eu dizia à Malen (Magdalena) que não podíamos sair de Moçambique com a cauda entre as pernas porque na Espanha nós teríamos queimado todas as nossas naves. Ou a gente regressava depois de ter feito alguma coisa de importante e interessante ou já não teríamos futuro no nosso país.»

Olhando para trás, António Flores acha que o hotel-escola Andaluzia, devido às dificuldades que encontraram e à constante luta que mantiveram para levar o projeto adiante, ofereceu-lhes a oportunidade de um «notável crescimento pessoal e uma aprendizagem enorme». Tem a certeza de que a aventura da implementação do hotel-escola foi um catalisador para Moçambique. Flores foi o coordenador nacional europeu de formação profissional durante oito anos, «um trabalho muito mais importante do que aquele que fiz em Moçambique, mas que não teve nenhum mérito porque dispunha de muito dinheiro e, para qualquer coisa da que eu precisava, chamava alguém e resolvia. Nós já fizemos muitos projetos, entre eles formar a quase todos os diretores de hotel em Iraque. Porém, isso não é significativo, porque o extraordinário do hotel-escola Andaluzia de Maputo foi que com a sua implementação, conseguiram-se mudar muitas coisas em Moçambique.»

O rei João Carlos I outorgou a António Flores e a Magdalena Vila a Ordem de Isabel a Católica em 1988 e 1992 respetivamente pela sua contribuição ao fomento das relações de amizade e cooperação entre a Espanha e Moçambique.

«Sempre me senti à vontade e agasalhada pelos moçambicanos», afirma Magdalena. «O velho maître do Polana, que acabou por trabalhar no Andaluzia, disse-me uma vez: “Parece que você sempre viveu connosco”. Tem sido a época mais feliz da minha vida. Ali, senti-me como a baronesa Blixen: eu tinha um hotel em África.»

Tricórnios em Moçambique

U

ma manhã de dezembro de 2014 estava a folhear os livros da biblioteca da Embaixada espanhola em Moçambique. A sala está no quarto andar de um prédio em forma de prisma de paredes brancas. A legação espanhola está no elegante bairro da Sommerschield em Maputo, numa parcela estreita com um pequeno jardim na frente junto das guaritas de segurança e encaixada entre outras embaixadas e escritórios de organismos internacionais. A biblioteca estava em penumbra para evitar o intenso calor desde as primeiras horas do dia. No centro havia uma mesa grande para reuniões e encontros. Muitas obras e exemplares estavam alinhados sobre as prateleiras de uma elegante vitrina de madeira escura e com portas de vidro.

Entre os livros que a embaixada reuniu ao longo dos anos (foi aberta em 1978), desde que os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1977, tirei um da fila central com um insinuante título na lombada: *Quique, um guarda civil em Moçambique*, escrito por José Curt. Na contracapa, ao pé do escudo da Benemérita, um texto falava que no início do século XXI, um grupo de guardas civis foi destinado a Moçambique «como membros de uma missão de paz patrocinada pela ONU com o objetivo de modernizar a polícia e organizar uma academia profissional».

Já tinha decidido incluir neste trabalho um capítulo sobre a participação da Guarda Civil nas diferentes missões de paz em Moçambique, mas desejava que o texto não fora só a enumeração de tarefas e realizações. Precisava de um membro de algum dos contingentes que tivesse estado no terreno para que me narrara, desde uma visão pessoal e íntima, a sua experiência neste canto de África.

Continuei a ler a contracapa do livro; «O capitão Enrique Redondo, Quique, será o narrador, em primeira pessoa, das suas aventuras e desventuras no que tem sido, junto do seu companheiro Pablo Castro, um dos seus maiores desafios profissionais e uma experiência das que marcam a alma com um antes e um depois. Por isso, Quique não se limita a explicar as peripécias dos seus alunos

negros ou a descrever-nos as suas curiosas tradições, que surpreenderão ao leitor, senão que escarafuncha, com o bisturi da sua melhor intenção, na alma de um povo e na sua rede política e histórica que tem desembocado na violência, nos meninos da rua, na sucata da guerra e também na amabilidade e na fé dos seus habitantes por mundo melhor.»

Era perfeito. Muito mais do que podia esperar. Decidi não ler o livro, só conhecer o protagonista e que ele me falasse. Tomei nota dos nomes e pensei em ir a sua procura quando eu voltar a Espanha.

Três meses depois, graças as gestões dos funcionários da Embaixada da Espanha, consegui o correio eletrónico do brigadeiro-general Francisco Diaz Alcantud, a pessoa que me poderia informar acerca do paradeiro do capitão Enrique Redondo, Quique, e do seu companheiro. Escrevi-lhe um correio a solicitar o seu contato. A resposta me chegou em poucos dias.

«Em relação ao correio em baixo referenciado relativo a la cooperação efetuada pela Guarda Civil com a Polícia Nacional de Moçambique nos diferentes projetos de colaboração e no que interessa o testemunho dos guardas civis Enrique Redondo e Pablo Castro, participa-se que, realizadas as consultas oportunas nos diferentes arquivos obrantes nesta Secretaria de Cooperação Internacional, nenhum guarda civil que responda aos nomes facilitados participou nas missões internacionais desenvolvidas em Mozambique. Com o fim de facilitar algum contato sobre os participantes na colaboração entre a Guarda Civil y la Policía da República de Moçambique, participa-se o seguinte:

O projeto na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) se desenvolveu integralmente no Centro de Formação da Polícia da República de Moçambique, facilitando programas de formação para os quadros de comando sobre temas relacionados com a seguridade cidadã, unidades de controlo de massas, tráfico, busca e localização de explosivos e luta contra a droga. Desenvolvido sob a chancela das Nações Unidas, começou em data 26/03/2000, finalizando no 21/12/2003, com a participação de um total de vinte guardas civis, sendo um deles o Tenente Coronel D. JULIO SERRANO CHECA, cujos dados de contacto são: xxxxxxxx.

Assinado: Francisco Diaz Alcantud, Brigadeiro-geral. Chefe SECI».

A primeira coisa que pensei foi que a Guarda Civil não tencionava facilitar-me a identidade de Quique e preferia escolher um comando qualquer que limitar-se-ia a fornecer um relato oficial sem pormenores irreverentes nem frívolos para a instituição. Porém, decidi escrever ao contato que o general Diaz Alcantud me propunha. O testemunho do seu passo pela Academia de Polícia de Moçambique seria interessante, no entanto duvidei que tivesse a frescura que eu desejava escutar do polícia Quique depois de ter deparado com aquele livro. Mesmo assim, eu quis esgotar a minha última oportunidade

e perguntar ao novo contato se ele, que tinha estado no terreno, se lembrava de algum desses pitorescos membros da Guarda Civil. Aos poucos, ele me respondeu:

Bom dia. Sou o tenente-coronel Julio Serrano, designado como ponto de contato do projeto ACIPOL. Em primeiro lugar, dizer que estou ao seu completo dispor e que é para mim um verdadeiro prazer poder colaborar com vocês e recordar a excelente experiência de trabalhar em Moçambique durante aqueles anos, dos quais guardo lembranças maravilhosas. Ao mesmo tempo, gostava de comunicar-lhes que sim conheço o capitão Redondo e o tenente Castro, já que ambos são fruto da imaginação do meu sogro, José Curt, quem, baseando-se em parte nos correios eletrônicos que eu enviava à família e aos amigos desde Maputo, decidiu escrever o livro *Quique, um guarda civil em Moçambique*, cujos protagonistas são o capitão Enrique (Quique) e o tenente Pablo Castro.

Os meus melhores cumprimentos. Tenente-Coronel Julio Serrano.

«Se formos honestos, gostei dele só um bocadinho», confessa-me, depois duma gargalhada, o tenente-coronel Julio Serrano no seu gabinete do Comando de Operações da Guarda Civil em Madrid quando lhe pergunto pelo livro. E me explica: «Se tivesse lido o livro alheio à personagem, teria gostado muito. Mas quando me reconheci numa das personagens a dizer coisas que eu não digo, rejeitei um bocadinho o livro de maneira subjetiva.» Após uma breve pausa, retifica: «A verdade é que é muito bonito relembrar aquele tempo. Havia tantas coisas surpreendentes que, para ter a família e aos amigos ao corrente, enviava-lhes todos os dias um correio com histórias sobre Moçambique.» Segundo as enviava, o seu sogro, José Curt, as foi juntando. Além disso, Curt foi visitá-lo a Moçambique e «com as coisas que ele viu completou o livro». José Curt, um homem culto, apaixonado pela escrita e autor de várias obras, propôs ao genro, quando voltou a Espanha, escrever um livro. «Escreve tu se quiseres, que eu ficarei encantado», respondeu-lhe Serrano. «Romanceou-o, deu-lhe outro ar às personagens e as fez suas. Eu lhe dizia: “Esse aí não sou eu”. Ele me respondia: “Não se trata que sejas tu”.» A outra personagem do livro, o tenente Pablo Castro, é na vida real o tenente Pedro Delgado, o seu companheiro de apartamento e aventuras em Maputo, e «amigos desde então».

«Fiquei cativado por Moçambique. Eu escrevia-lhes: Hoje temos visitado o hospital. É preciso ver como é que está, as condições sanitárias. O médico coloca as luvas de manhã e não as tira até à noite. Se és o primeiro paciente, tudo bem, mas se fores o último, estás perdido». Julio Serrano também falava dos penteados que levavam as mulheres e de outras situações divertidas pelas que passavam. As cerimónias religiosas chamavam a sua atenção, transbordantes de cor, música, canções e danças. «Íamos a missa, que durava duas horas e meia e nem nos apercebíamos. Não acreditavas no tempo que tinhas passado

lá dentro. Em Espanha, depois de dez minutos já não paras de olhar para o relógio para ver se acaba.»

O tenente-coronel Julio Serrano, Quique na ficção, é simpático, alto, atlético e de bom aspeto. Tem o rosto anguloso e o cabelo pintado, com algum cabelo branco. Veste um casaco de lã e uma calça de ganga. Fala com energia e sentido de humor. Agita as mãos e sorri constantemente. Fala do seu trabalho com paixão, especialmente das suas experiências no exterior. O seu gabinete é espaçoso e está cheio de figurinhas, quadros, placas e fotografias como lembrança da sua passagem pela África.

Quando Julio Serrano saiu da Academia General Militar de Zaragoza, na Espanha, em julho de 1993, com a patente de tenente, foi destinado a um grupo antiterrorista no País Basco durante vários anos. Regressou a Madrid e trabalhou numa unidade de investigação fiscal e de drogas «fraudes na União Europeia». Quando era capitão, participou no que depois veio ser o embrião da Frontex. Depois de voltar de Moçambique, no final de 2001, foi parar na Chefia Fiscal em temas de drogas, e depois na imigração. Passou pela cooperação internacional e mais tarde voltou ao Centro de Coordenação Antiterrorista do Ministério do Interior. Agora está na cúpula da Chefia de Unidades Especiais e de Reserva da Guarda Civil.

O culpável pela missão de Julio Serrano em Moçambique foi o comandante (hoje general) Francisco Diaz Alcantud, da Secretaria de Cooperação Internacional, que já tinha estado lá e que despertou nele o interesse ao narrar as suas aventuras. Era a época em que a Guarda Civil adicionou às diferentes missões de paz que as Nações Unidas dispersavam em zonas de conflito ou pós-conflito. «Para ir à Bósnia fazer guardas num quartel, eu preferia ficar na Espanha.» Porém, sentia-se atraído pelo projeto de Moçambique. Depois de um tempo, recebeu uma chamada de Diaz Alcantud. «Há uma vaga para ir a Moçambique. Queres ir? Mas eu preciso de uma resposta imediata.» Era uma sexta-feira. Segunda-feira precisava dar a resposta. Consultou com o seu chefe e a sua mulher, que é de família de militares. «Não sei se depois ela ficou arrependida, mas quando viu a ilusão que eu tinha, ele me diz para eu ir.» Sete dias depois estava a tomar um avião com direção a Maputo.

Julio Serrano apenas sabia onde ficava Moçambique, qual era o clima nem quais roupas levar. «Já no avião, fiquei a dormir devido a tensão acumulada: correrias, despedidas da família e dos amigos, e de comentários do tipo: “Como te atreves a ir lá!” A aeromoça me tocava para saber se estava morto.» Era novembro de 2000, tinha a patente de capitão, trinta e dois anos e dois filhos de três e um ano – quando voltou de Moçambique teve um terceiro.

Ao chegar a Maputo estava à sua espera o companheiro que ia substituir. Julio Serrano estava impressionado pelas cores, os cheiros, as pessoas. No trajeto em carro, o seu colega ia informando sobre o lugar. «Eu não escutava. Olhava para tudo impressionado. Era como se o pescoço fugisse de mim.»

Dois meses depois da assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, em outubro de 1992, as Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) começa-

ram a dispersão da sua missão. O seu objetivo era facilitar o respeito pelo acordo, que abrangia verificar o cessar-fogo, a desmobilização e a reintegração dos soldados das Forças Armadas e a Renamo, a formação de um novo exército conjunto, a reintegração de seis milhões de refugiados e deslocados, e a prestação de assistência técnica. Além disso, seria o garante do processo eleitoral que culminou com as primeiras eleições democráticas multipartidárias em outubro de 1994. Na primeira reunião que mantiveram depois da assinatura da paz o presidente do governo na altura, Joaquim Chissano, e Afonso Dhlakama, líder da Renamo, em setembro de 1993, já se tinha falado sobre o assunto da dispersão de agentes da ONUMOZ e da formação e reciclagem da futura polícia. Dhlakama tinha acusado o governo muitas vezes de ter desviado elementos do exército à polícia. A missão da ONUMOZ durou dois anos e foi dirigida pelo diplomata italiano Aldo Ajello, que no início do seu mandato teve que vencer as reticências de ambos os contendentes a entregar as armas. Pelo menos quarenta agentes da Guarda Civil participaram nesta missão.

Joaquim Chissano tinha claro que não podia existir uma verdadeira democracia sem segurança e sem ordem, e designou à polícia para assumir a tarefa. A nova constituição de 1990 já recolhia que a polícia devia ser neutra e republicana. Porém, a polícia de Moçambique era «partidista, centralizada e ineficaz», em palavras do embaixador espanhol da época, José Eugenio Salarich. Na mente dos agentes, que vinham de um regime de partido único, não estava tão clara essa nova função de tratar todos os atores políticos e sociais por igual. Alguns deles tinham recebido alguma formação na antiga RDA, mas quando aconteceu a queda do Muro de Berlim, foram obrigados a voltar para casa. No fim do século XX havia em Moçambique uns dezoito mil agentes com uma péssima formação e muito mal considerados pela população. Era, por tanto, preciso reestruturar a instituição policial. O país não tinha capacidade financeira, mas aceitou pedir apoio à comunidade internacional através do projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, com fundos de vários países, entre eles a Espanha. Nessa missão participou novamente a Guarda Civil.

Fui ter com o ministro do Interior, Alberto Mondlane, no ministério, um prédio de corte estalinista situado na baixa da cidade, com longos corredores de chão escuro e paredes desluzidas. Alberto Mondlane, que tinha sido diretor da Academia das Ciências Policiais onde participou a Guarda Civil, estava acompanhado pelo general Eduardo Mussanhane, Diretor Nacional de Segurança Penitenciária, e outros funcionários sentados arredor de uma mesa cumprida. Alberto Mondlane vestia de negro dos pés à cabeça: fato, camisa e gravata. Mussanhane levava uma camisa branca com o pescoço desabotoado. «Confesso que não foi fácil», me disse Mussanhane, que foi o coordenador do projeto de reforma da polícia. Alguns dos países doadores «questionavam que uma polícia rural – com referência à Guarda Civil – pudesse reformar uma polícia urbana.»

Salvados os obstáculos, no fim de 1995, a Guarda Civil começou a prestar assistência técnica ao abrigo do programa do PNUD. Dito programa tinha o ambicioso objetivo de fortalecer a Polícia da República de Moçambique (PRM) para perseguir a delinquência e o crime, garantir o apoio ao Estado de Direito e permitir que os moçambicanos gozassem dos seus direitos civis e políticos dentro do sistema democrático.

Era preciso levar a término uma «reciclagem geral» e transformar a grande massa de polícias. «Chegamos à conclusão de que era preciso centrar-se na formação», observou Mussanhane. A primeira fase girou em torno da capacitação básica, sem especialidades. Houve problemas na abordagem do projeto entre a Guarda Civil e os responsáveis moçambicanos no relativo aos tempos e os objetivos que queriam ser atingidos. «Tínhamos que passar da formação de reciclagem à formação especial de iniciação e à formação de quadros. Então, foi definida a segunda fase, que liderou a equipa técnica da Guarda Civil, à qual juntaram-se posteriormente outros países como a Alemanha, os Estados Unidos, a Holanda e a Suíça, devido aos bons resultados que estava a dar», disse Mussanhane.

«A ideia de ter uma escola de formação superior de quadros para um novo contexto sociopolítico do país sempre esteve presente», afirmou o ministro Alberto Mondlane. Começou a desenhar-se a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) e os conteúdos da formação básica. «Touxemos a experiência da guarda civil, da polícia portuguesa, da suíça e da própria moçambicana de tal maneira que o temário da ACIPOL não for só uma cópia», adicionou Mondlane. «Tinha que ficar claro que a Guarda Civil não vinha cá para mudar à polícia de Moçambique, senão para ajudá-la a dar um passo necessário para proteger o seu povo. Investimos muito tempo a desenhar programas de formação.» O general Mussanhane me contou que houve um problema com as teorias das diferentes escolas relativas à maneira de dar forma ao temário. «Por isso é que nós dizíamos que não queríamos fazer uma academia igual à espanhola ou à portuguesa. Nós queríamos uma academia moçambicana.» Ambos apontaram a um problema de influência entre a Espanha e Portugal. «No início foi preciso bater-nos para depois entendermos bem», lembrou o ministro. «As discussões para resolver esse problema foram tais, que foi preciso sair fora para refletir à sombra de uma árvore. Depois dessa reflexão, apercebemo-nos de que todos queríamos que a solução fosse essa. Desde aquele momento, a árvore tem ficado com o nome de “árvore da concórdia”», disse Mussanhane. «O embaixador (José Eugenio) Salarich desempenhou um papel muito importante», reconheceu el general.

A Guarda Civil e a polícia de Portugal aportaram professores e receberam alunos moçambicanos nas suas academias nacionais respetivas. «Quando a Guarda Civil entrou, fê-lo com muita força, com professores que tinham muita experiência. Quando foram embora de vez, não se levaram o material, deixaram-no», me disse agradecido Alberto Mondlane. «Alguns dos especialistas que trabalharam connosco vieram ganhar experiência. Pode parecer que fomos nós os que aprendemos da Espanha, mas a Espanha também apren-

deu aqui e formou quadros. Houve ganhos em ambas as partes, afirmou Mussanhane.»

A Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) estabeleceu-se em Michafutene, uma pequena localidade perto da capital. A missão de Julio Serrano e dos seus companheiros guardas civis era dar aulas aos alunos do primeiro curso e preparar o temário do segundo nível para que quem for substituí-los fizera a mesma coisa e preparara os cursos académicos seguintes. Acudiram à formação alunos procedentes de muitas partes do país. Havia alunos muito jovens, mas também mais velhos. Alguns dos mais velhos já eram polícias. Depois dos Acordos de Paz de 1992 tinham ingressado na polícia e agora iam lá para formar-se. A maioria tinha participado na guerra civil num dos dois bandos. «O alunado era muito heterogêneo. Aqui vás a uma academia militar e o perfil é padrão», me explica Serrano. «Lá podias encontrar uma senhora com quatro filhos e um rapaz que podia ser um deles perfeitamente.»

A língua não foi um obstáculo. Eles logo perceberam. «Falávamos em *portunhol*. Os moçambicanos falam um português muito simples e estruturado e nós fizemos o esforço de aprender e falar em português.» Julio Serrano achava às pessoas muito engraçadas. «Fazíamos qualquer brincadeira e eles morriam de rir. Tinham uma alegria de viver que dava inveja. Nós, na Europa, não a temos.» Serrano explica que uma vez foi ao ministério em Maputo assistir a uma reunião com uma alta patente. O encontro estava marcado às nove, mas até às onze o homem não apareceu. Pediu desculpas a dizer que no machimbombo no qual vinha até o ministério, os passageiros começaram a cantar. Ele estava a curtir tanto, que ficou um tempo entretido com eles. «Não podia acreditar que a justificação que estava a dar a propósito da sua demora, depois de duas horas a aguardar por ele sentados numa poltrona, era que estava a cantar num machimbombo», diz para mim entre risadas. «No início, esse tipo de coisas chateavam muito, mas acabavas por admirar. Tomara que eu for tão feliz e pudesse olhar para a vida com aqueles olhos.»

«Os guardas civis curtiram muito», me disse Emílio Valverde, encarregado da UNOPS (o braço operativo do PNUD) para a gestão do projeto de capacitação da polícia de Moçambique no qual participou a Guarda Civil. Valverde relembra que, ainda que as hierarquias do corpo se mantinham, aqui estavam mais relaxados. Alugavam apartamentos entre dois ou três da mesma categoria, menos o tenente-coronel e o coronel. «Até casaram dois ou três», me diz Valverde. «Um deles ficou apaixonado. Deixou tudo na Espanha, foi viver numa palhota de uma zona rural, sem energia, sem água e com muita malária. Foi preciso ir à sua procura e tentar convencê-lo de que isso não era futuro.»

Emílio Valverde chegou a Moçambique em março de 1998, quando tinha trinta e quatro anos. É médico especializado em biologia molecular. Fez a sua tese em medicina legal em Santiago de Compostela. Graças à sua experiência prévia com a Polícia Nacional e a Guarda Civil, ganhou a vaga para «gerir a documentação administrativa que exigia o projeto» de formação da polícia moçambicana. Emílio me contou que o projeto tinha três componentes: uma

de assistência técnica e outra de formação, das quais a Guarda Civil era a encarregada, e um terceiro de compra de equipamentos e reabilitação de infraestruturas. «A minha função consistia em apoiar administrativamente tudo isso. Muitos concursos, assinaturas de contratos, ações institucionais com doadores, com o ministério e com a ONU». Entre as suas atribuições estava pagar à Guarda Civil. «É por isso que eu era muito querido», disse entre risadas. «Este era um destino muito apreciado. Ganhava-se bem.»

O contingente da Guarda Civil que participou desde 1997 até 2003 nas duas fases do projeto esteve composto por uma trintena de agentes. Renovava-se uma vez por ano. Durante um tempo também houve membros da Benemérita em Nampula, Pemba, Quelimane e Xai-Xai para apoiar aos comandos provinciais.

A Guarda Civil se encarregou de formar a polícia moçambicana em topografia e táticas policiais. «Polícia na rua», pontualiza o tenente-coronel Serrano. Ensinavam a como pedir a documentação, algemas, registar ou revistar, fazer um controlo de estradas e como deslocar-se no mato. Também deram instrução de tiro e proteção da natureza. «Foi complicado. Tivemos que aprender a sua legislação, não fazia sentido nenhum explicar a nossa.»

A nível policial, os instrutores espanhóis fizeram ênfase no assunto do partidismo. Muitos dos cadetes chegavam vestidos com a camisola da Frelimo ou levava o porta-chaves do partido. Júlio Serrano me diz que teimaram em fazer questão para que compreenderam que a neutralidade era fundamental, que podiam votar por quem queriam, mas que não eram a polícia do partido no governo, senão a polícia da República de Moçambique. Deste modo, cada vez que houver eleições, se o governo mudava, não era preciso mudar a polícia por uma nova. Para argumentar melhor esse ponto, eles explicaram a história da própria Guarda Civil, que desde a sua criação em 1884 tinha estado com a monarquia, a república, a ditadura, com o partido socialista e com os partidos conservadores. Reiteraram que era fundamental respeitar as regras que marca o governo, fazê-las cumprir e atender o cidadão.

«O tratamento dispensado aos detidos também era um outro assunto básico», considera Serrano. «Dizíamos para eles que se um bandido se escapava, mais cedo o mais tarde ia ser apanhado, mas que não era preciso disparar porque podiam matá-lo. Não se pode matar uma pessoa porque tenha roubado uma galinha.» Em Moçambique circulavam muitas armas e muita munição da época da guerra civil, sobretudo kalashnikovs oxidados e num estado lamentável. «Fazíamos questão em evitar a prática das mordidas. Até nós, vestidos de uniforme, éramos parados e acusados de ter cometido uma infração. Só queriam dinheiro.» Quando o salário de um polícia apenas atingia os quarenta euros, resultava complicado que com a autoridade do uniforme não houvesse corrupção.

Pergunto a Júlio Serrano que tipo de alunos eram. «O nível cultural da maioria era muito baixo», diz, «mas tinham muita vontade e nunca puseram dificuldades. Dizias qualquer coisa e eles devotavam a fazer.» De todo o corpo de polícia que havia em Moçambique na altura, só um punhado era licenciado.

Alguns tinham ido à escola e muitos deles apenas sabia ler e escrever. «Iam a todas partes a desfilar», lembra. «A pontualidade era nefasta. A maioria chegava depois do que o professor.»

O tenente-coronel Serrano destaca que a convivência foi maravilhosa. «Às vezes chateávamos com eles, mas foi preciso aprender que estávamos lá para ajudar e não para impor.» As boas relações com os alunos da academia permitiu-lhes conhecer às suas famílias, visitar onde viviam e passar muitos bons momentos com eles. «Conhecer o Moçambique mais rural.» Uma vez foram visitar o tio de um dos alunos numa carrinha da Guarda Civil. Depois de uma grande distância, foi preciso deixar a viatura estacionada no caminho e fazer um trecho a pé. No meio do mato distinguiram umas palhotas e ali estava o tio. Tinha trabalhado nas minas na África do Sul. «Mostrou-nos o seu bilhete de identidade onde dizia: “Idade: aproximadamente 25 anos”». «Lhes oferecemos latas de refrescos e quando as abriam, ficavam assustados. Foram adoráveis connosco, e muito abertos.»

Julio Serrano ficou oito meses em Moçambique. Me diz que foram recebidos com humildade. «Eram capazes de não comer para oferecer-te a comida e eu olhava para isso com um pouco de apreensão, mas comia». Recorda os deliciosos peixes das bancas do Mercado do Peixe, os fins-de-semana na praia da Macaneta a comer arroz com marisco. Ficou fascinado pelas histórias de macumba que lhes explicavam sobre hipopótamos que se tornavam hienas. Narra alguma das aventuras que viveram nos parques naturais entre elefantes «que faziam sentir de verdade que estavas em outro continente», até a engraçada e enternecedora anedota das primeiras escadas mecânicas de Moçambique que instalaram num centro comercial. «As pessoas passavam a tarde a subir e descer.» «Voltei a Espanha sentindo-me muito querido pelos alunos. Nem a Paris Hilton! Eu tirei um monte de fotos com eles de todas as maneiras.» O último dia de curso despediu-se de Alberto Mondlane, na altura diretor da academia, e do chefe de estudos Sukane. Tinham organizado uma festa para eles. «Pessoas que não tinham nada prepararam uma despedida com quatro coisas que tiraram das suas casas». À noite, um colega moçambicano e três amigos apareceram com um saco de camarão e uma garrafa de vinho branco para despedir-se dele. «Além do trabalho, têm ficado lembranças muito boas.»

Julio Serrano tem a certeza que, a nível profissional, faça o que faça, sempre terá ficado alguma coisa. «Sempre fica um sedimento. Nunca é um esforço perdido. Tenho a certeza que deixamos a polícia de Moçambique melhor do que a encontramos. Não tenho a mais mínima dúvida, mesmo que continuem a cobrar mordidas», sublinha com uma gargalhada. «Aprendemos que o que nós temos, não é o melhor. Possivelmente é o melhor para o nosso país ou para a nossa cultura, mas não é para uma outra. Ou talvez não estiveram as condições para pôr em funcionamento.» «Eu te trago a minha experiência e ofereço-te de coração.» Como dizem as últimas palavras que José Curt dedica a Quique no prefácio, o tenente-coronel Julio Serrano «viveu, sofreu e curtiu em vivo em Moçambique, sem *playback*.»

Com a Espanha «a relação ativa na área de ordem e segurança pública teve um corte, involuntário, e na prática fez com que os contatos não continuassem a ser tão fortes depois como quando mantivemos o projeto», disse o ministro do Interior, Alberto Mondlane. «Depois daquilo começamos a pedir uma cooperação com a Espanha e fizemos contatos através da embaixada para ver se podíamos estabelecer relações bilaterais na área de segurança e ordem pública. Sabemos que a Espanha pode oferecer-nos muito na área de formação de quadros. Tem instituições fortes e pessoas muito experientes. Vale a pena aproximar-nos mais.»

«Havia muito interesse no projeto, sobretudo no que era tangível: viaturas, rádios, formação de pessoas, reabilitação de infraestruturas», me disse Emílio Valverde a modo de avaliação. «Mas o projeto também tinha os intangíveis, a reforma institucional». De uma parte, Espanha queria sair do projeto porque na altura supunha quase cinquenta por cento dos fundos da cooperação espanhola em Moçambique. «Havia muitas pressões por parte de muitas ONG para que esse dinheiro não fora canalizado exclusivamente à polícia. Por outra parte, os progressos na reforma institucional não se apreciavam.» A lei da polícia nunca foi aprovada. Valverde me explicou que durante o último ano daquele projeto, entre 2002 e 2003, se preparou o chamado Plano Estratégico, que ia de 2003 até 2013, «muito ambicioso, muito bem feito», com participação de muitas pessoas, tanto do Ministério do Interior de Moçambique quanto de outros ministérios e da sociedade civil.

O projeto foi financiado pela Espanha e a Holanda a 50 % através do PNUD, a Alemanha também contribuiu com algum dinheiro, mas só para assuntos pontuais. A Espanha se retirou e a Holanda decidiu continuar a apoiar a UTIPE (Unidade Técnica de Implementação do Plano Estratégico) a partir de 2004. Valverde faz memória: «Isso durou entre 2004 e 2005; em 2006 fui-me embora, estava cansado e não via os avanços». Suspira e sorri com resignação.

A identidade moçambicana

U

m ano e medio antes das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, em novembro de 1994, uma comissão de juristas moçambicanos foi convidada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para assistir às eleições gerais na Espanha, em junho de 1993. Um dos objetivos da visita era dar-lhes a conhecer o sistema de identificação do eleitor baseado no bilhete de identidade, conhecido na Espanha como o *Documento Nacional de Identidad* (DNI), pelo qual vários ministros de Moçambique tinham mostrado interesse.

As autoridades moçambicanas estavam a planejar a criação de um bilhete de identidade para identificar à população e realizar um recenseamento útil para as eleições de 1994. Conheciam o sistema da companhia inglesa Thomas De La Rue, fundada no início do século XIX em Inglaterra por um francês. De la Rue é uma das multinacionais mais importantes no mundo a imprimir documentos de alta segurança: bilhetes de identidade, passaportes, notas, cartões inteligentes, etc. Thomas de la Rue já tinha estado em Angola e em outros países para fabricar um bilhete de identidade só válido para cada processo eleitoral, um dispêndio enorme para o país, mas altamente benéfico para a companhia. Os juristas moçambicanos acharam entusiasmados que o DNI espanhol era muito útil não apenas para votar, mas também para reorganizar as administrações públicas do país. O grupo regressou a Moçambique, celebrou as suas primeiras eleições democráticas, e até muito tempo depois não se soube mais nada desse bilhete de identidade.

Eduardo Echevarría é químico e informático. Depois de ter finalizado os seus estudos universitários, trabalhou durante uns anos em diferentes empresas dedicadas à construção e ao setor petroquímico. Um dia leu num anúncio de jornal que uma empresa com desejos de internacionalização andava à procura de um executivo. Ele apresentou a sua candidatura e ganhou a vaga. A empresa acabou por ser a espanhola Fábrica Nacional de Moneda y Timbre (FNMT).

Corria o ano 1991 e a FNMT era uma companhia estatal dedicada a fazer moedas, notas e selos, mas com um importante problema de ingressos. Apenas vendia o sessenta por cento da sua produção e não conseguia fazer o mesmo com o restante quarenta por cento. Precisava de abrir-se ao exterior e para isso contrataram Eduardo Echevarría para ampliar e diversificar a fábrica com projetos internacionais. Victor Lezama, um antigo jesuíta, primeiro coordenador da Oficina Técnica de Cooperação espanhola em Maputo, e Francisco Carabela, um mulato moçambicano ministro de indústria durante a guerra, visitaram Madrid a petição do presidente Joaquim Chissano com a intenção de retomar o assunto do bilhete de identidade, já que o presidente achava que era interessante para as necessidades do país.

«Fizemos e valoramos um projeto. Acho que era de 7,3 milhões de dólares», diz Echevarría. «Eles não tinham dinheiro e a FMMT não podia contribuir com essa quantidade por ser uma empresa, ainda que estatal». Eduardo Echevarría procurou durante meses em diferentes instituições internacionais o financiamento necessário para poder levar o projeto para frente. Depois de ter chamado em muitas portas, conseguiu. «A AECID foi a primeira a dizer que apoiaria o projeto, e isso me serviu de alavanca para que outros se animaram», revela Echevarría. O financiamento assentou-se em três pilares: um terço da parte da AECID, outro terço da União Europeia e o restante da parte de Moçambique através de um empréstimo do Banco Mundial. Os fundos serviriam para a aquisição de equipamentos informáticos e *software*, a reabilitação de edifícios, a compra de viaturas e o pagamento dos primeiros salários.

O projeto consistia na elaboração de um bilhete nacional de identidade em papel, como o antigo DNI espanhol, e de uma base de dados de cidadãos. Echevarría tinha pensado estabelecer um único escritório em Maputo, mas alguém «com muito bom senso» lhe disse que o país era grande y cumprido e que na zona centro não havia estradas, pelo que decidiu estabelecer um outro escritório de emissão e receção de dados em Nampula. No projeto colaboravam duas empresas. Uma era a própria FMMT, que era especialista na parte física do documento, o papel, o plástico, a impressão e a seguridade. Da parte informática, que supôs a criação de uma grande base de dados, ficou encarregue a Sema Group, uma firma francesa que depois foi adquirida por uma companhia petrolífera americana e mais tarde passou a chamar-se Atos Origin. A Atos tem uns ciem mil empregados na Europa e cinco mil na Espanha aproximadamente. Ambas duas companhias criaram uma UTE (União Temporal de Empresas) e ficaram encarregues do projeto do bilhete de identidade moçambicano.

Moçambique precisava de modernizar o sistema de registo e de identidade herdado da época colonial portuguesa, que era insuficiente para as necessidades das estruturas do novo Estado, principalmente nos processos eleitorais e na deslocação de pessoas. A administração do Estado precisava de dispor de dados eficazes da população e de um documento de identidade seguro e fiável.

O presidente Joaquim Chissano lembrou, o dia que recolheu o seu novo

bilhete, que no tempo da administração colonial portuguesa, o bilhete de identidade estava ligado ao conceito de cidadania, que era o privilégio de um grupo de pessoas oriundas da metrópole. As populações nativas não tinham esse direito reconhecido. Para eles existia um registo próprio. Os varões mais velhos de catorze anos usavam o chamado «caderno indígena». Por tanto, existia uma legislação prévia e uma tradição colonial de identificação de cidadãos no uso de algum tipo de documento de identidade. Ambos aspetos ajudaram à implantação do novo bilhete.

Moçambique já contava com centros de recolha de dados espalhados por todo o território, alguns deles localizados em postos de polícia. O processo consistia num recenseamento onde se recolhiam os dados dos cidadãos. Os dados eram mandados aos escritórios de Maputo e Nampula. Ali se elaborava o censo e se produzia o documento. Uma vez feito, voltava a ser enviado aos pontos de registo, onde se distribuía aos cidadãos. O projeto estava pronto para processar os dados do registo da população de Moçambique e emitir uns vinte mil bilhetes por dia. A previsão era fazer um milhão e meio no primeiro ano, três milhões no segundo e quatro e meio no terceiro. O negócio era muito lucrativo e os ingressos avultados. Se tomou a decisão de oferecer de borla o bilhete de identidade ao vinte por cento da população que não tinha recursos. O resto pagaria vinte mil meticais (trinta mil meticais por sobretaxa de urgência). O projeto começou a andar em janeiro de 1996.

Eduardo Echevarría viajou a Maputo pela primeira vez nesse mesmo ano. «O país era um desastre. O Ministério do Interior era uma confusão, assim como os registos. Tinham os documentos e as fichas dos cidadãos cobertos de poeira e roídos pelos ratos.» Os prédios estavam muito deteriorados e não havia trabalhadores com conhecimentos suficientes em informática. «Foi preciso fazer formação. Todas elas eram pessoas muito bem dispostas e encantadoras, com muita vontade de aprender. No final, o projeto saiu adiante.» A implementação durou três meses. Eduardo Echevarría me explica que, como em todos os lugares do mundo, há bons e maus trabalhadores, «por falar tecnicamente». «Encontrei pessoas relativamente bem formadas que tinham estudado em Portugal ou na África do Sul, e outros que eram só pessoas recomendadas.»

Os diretores dos centros de Maputo e de Nampula formaram-se na FMMT de Madrid durante um mês. «Eles receberam capacitação sobre funcionamento do DNI, mexeram nas próprias máquinas, assistiram a aulas e oferecemos-lhes material para levar». Depois, voltaram a Moçambique e eles próprios começaram a formar pessoas. A FMMT e a Sema Group possuíam pessoas experientes deslocadas em Moçambique, tanto na parte técnica, para o conserto das máquinas, quanto na parte informática.

«Na altura, talvez foram feitos um milhão de registos. Na base de dados já constavam os dados e a filiação das pessoas, mas uma coisa muito importante que se acrescentou foi a impressão digital. A impressão digital era feita com um programa que estudava os pontos característicos da impressão de forma a identificar as pessoas.» O sistema chama-se AFIS (do inglês *Automated Finger-*

print Identification System). Este sistema permite fazer a comparação rápida de uma impressão com as que já estão registadas na base de dados e mostrar a informação registada de cada indivíduo: nome e apelidos, número de identificação, antecedentes, perigosidade, etc. Esta base de dados compartilhada faz com que a potência da AFIS seja excepcional em matéria de procura de suspeitos ou em caso de acidente.»

Echevarría me explica calmamente que a impressão recolhida com tinta tem muitos mais problemas em comparação com o método atual de varrimento por laser. Na altura, o sistema que foi utilizado em Moçambique foi o da tinta. Deram-lhes aulas de capacitação para registar corretamente as impressões dos cidadãos e introduzi-las nas bases de dados de Maputo e Nampula. «Era um sistema de identificação civil que posteriormente poderia ser ampliado à parte policial. A polícia espanhola utilizava, na altura, o mesmo AFIS que oferecemos a eles.»

Eduardo Echevarría já está reformado. Convida-me a tomar café na sua casa na zona norte de Madrid para falar-me da sua experiência na participação do projeto da emissão do bilhete de identidade em Moçambique. «A nível pessoal foi uma experiência maravilhosa. Estou apaixonado por Moçambique. As pessoas são excelentes. Ainda hoje conservo muitos bons amigos. Com o ministro do Interior da época, Almerindo Manhenje, me ligou uma grande amizade. Íamos de mãos dadas, com a conseguinte brincadeira da colônia espanhola e dos meus colegas. Era uma excelente pessoa, amável, educada e executiva. Nunca nos pediu nada.» (Almerindo Manhenje formou-se na Rússia e foi piloto dos aviões militares Mig. Em 2011 foi condenado a dois anos de prisão por corrupção pelo desvio de fundos do Estado enquanto esteve a ocupar a pasta de interior entre os anos 1996 e 2005.)

Eduardo Echevarría viajou durante seis anos consecutivos a Moçambique, quatro ou cinco vezes por ano, em estadias de um mês ou um mês e meio. Lamenta não ter podido viver ali durante o tempo tudo em que durou o projeto. «Ia e vinha. A minha mulher trabalhava em Madrid e os meus filhos estavam na escola. De cada vez que ia, trazia artesanato africano.» Mostra-mo. A casa está cheia de esculturas de madeira, máscaras, bustos e ovos de avestruz trabalhados. Há uma enorme escultura de madeira de arte maconde no meio da sala. «Ofereceu-ma a polícia de Nampula. Uma lindeza. É claro que vir carregado com isto desde lá... Nem imaginas quanto pesa!» Eduardo Echevarría é um homem culto e de modais refinados. Toca o piano e tem licença de piloto. Além da emissão do bilhete de identidade de Moçambique, também foi o responsável pelos outros projetos da FNMT no México e no Equador.

«Posteriormente tenho ido visitar Moçambique para ver como estava a correr o projeto. Aos poucos, tem vindo abaixo, porque a gerência foi um verdadeiro desastre. O diretor do escritório de Maputo vinha da polícia e era um conhecido recomendado do ministro. O primeiro que ele fez foi armar um gabinete espetacular e contratar uma secretária, que acho que apenas sabia ler. Dava ordens que não tinham pés nem cabeça». Porém, o centro de Nampula

esteve a funcionar durante mais tempo do que o de Maputo. Os aproximadamente sete milhões de dólares de orçamento do projeto foram destinados à aquisição de maquinaria, a arrumar os edifícios e ao pagamento os primeiros salários. No primeiro ano, a manutenção correu a cargo da FNMT. «Depois, deixamos funcionar eles sozinhos.» Era preciso pagar as licenças da Microsoft, o papel e os plásticos. «Com o dinheiro que gerou a emissão dos bilhetes, compraram-se carros em vez de investir. Aliás, ficaram sem dinheiro para comprar os plásticos; foi aí que eu cometi um erro. O problema destes projetos é a manutenção. Deveria ter ficado com o projeto uma empresa privada, embora tivesse sido o “dedo de Deus”, mas de certeza teria funcionado.»

Os responsáveis moçambicanos queixaram-se da complexidade e dos defeitos do sistema instalado no centro de emissão do bilhete de identidade, de uma capacitação incompleta e de uma assistência insuficiente da parte da FNMT e da Sema Group. Com o passar dos anos, os problemas se resolveram e o bilhete de identidade foi válido até que em 2009 foi substituído pelo novo bilhete de identidade biométrico, um sistema mais moderno de identificação com níveis de segurança maiores perante as falsificações. O governo de Moçambique adjudicou um contrato por dez anos à empresa belga Semlex, especializada em sistemas de identificação e verificação biométricas para produzir o novo bilhete de identidade, o passaporte e o bilhete de identidade para estrangeiros, o DIRE.

A chuva que levou tudo

O

primeiro de março do ano 2000, Rosita Pedro nasceu nos galhos de uma árvore. Três dias antes, a sua mãe, Sofia, de vinte e seis anos, tinha escapado de casa quando as fortes chuvas começaram a inundá-la. Com a ajuda dos seus vizinhos, galgou com dificuldade, devido ao avançado estado de gestação, aos galhos mais altos e seguros junto com a sua sogra, o nome da qual a recém-nascida recebeu o nome, para ficar a salvo da água. Um helicóptero militar de resgate sul-africano à procura de vítimas avistou várias pessoas dispersas pelos galhos. Quando se aproximou, foi informado de que uma jovem estava ao ponto de dar à luz. O helicóptero voltou à base, recolheu um médico militar e voltou à árvore. Chegaram minutos depois do parto. O soldado desceu do helicóptero por uma corda até o galho onde estavam a mãe e a filha recém-nascida, cortou o cordão umbilical e segurou-as ao seu arnês. As imagens de televisão do helicóptero elevando os três por cima de uma paisagem anegada deram a volta ao mundo. Aquele dia, a vida de Rosita e a sua mãe mudaram para sempre. O governo moçambicano concedeu-lhe uma bolsa de poupança para o seu futuro e entregou à mãe uma nova casa. Desde então, as duas têm viajado pelo mundo a contar a sua história.

Dez anos depois, Rosita recebeu uma homenagem dos militares sul-africanos que participaram no resgate. O ministro de Defesa da África do Sul, Lindiwe Sisulu, recebeu-a junto da sua mãe e a sua irmã mais nova, Cecília. A instituição sul-africana comprometeu-se a que Rosita não ia ter falta de nada para o resto da sua vida, graças a sua participação nos custos da educação e outras necessidades. O ministro Sisulo brincou a dizer que talvez um dia Rosita se uniria às SADF (Forças Armadas da África do Sul), mas Rosita respondeu que preferia ser médico. Porém, a jovem lhe fez uma piscada e assegurou-lhe que, depois de ter visitado muitos países, a África do Sul era o seu preferido.

Rosita tornou-se uma celebridade graças a que as câmaras de televisão estavam lá o dia em que ela nasceu. Perto de catorze mil pessoas foram resga-

tadas pelos helicópteros militares das árvores e dos telhados das casas durante o mês que duraram as cheias. O drama de Sofia e Rosita suscitou a reação imediata da comunidade internacional, que fez tudo para ajudar a Moçambique. José Javier Sánchez, diretor do Departamento de Inclusão Social da Cruz Vermelha Espanhola, chama-o de «efeito CNN»: «Rosita nasceu numa árvore e as câmaras gravaram o momento. Isso disparou a atenção para o país e a chegada da ajuda de emergência. A resposta foi exagerada, mesmo que o país precisava de tudo antes e depois das cheias, mas o efeito CNN foi chave.»

Para Moçambique não foi um bom começo de milénio. «O ano em que se comemorava o XXV aniversário da existência do país, e quando o governo e os doadores prevíamos celebrações bem assentes numa transição política exemplar em África e no mundo, um desenvolvimento económico sólido e sustentável e uma transição social que aos poucos iria tirar Moçambique dos últimos lugares do ranking mundial de Desenvolvimento Humano, subitamente o país foi testemunho do contrário», escreveu José Eugénio Salarich, embaixador da Espanha em Maputo entre 1997 e 2001 no seu informe sobre o país do ano 2000.

Apenas numas semanas, grande parte do desenvolvimento que tinha conseguido Moçambique depois de anos de esforço, ficou destruído. Depois de uma chuva sem trégua nos meses de janeiro e fevereiro, chegaram as piores cheias da história do país que afetaram à zona sul do país, principalmente às províncias de Gaza, Inhambane e Maputo. Os rios Buzi, Limpopo, Save e Umbeluzi desbordaram e anegaram tudo. As cheias afetaram quatro milhões e meio de pessoas – 27 % da população – e causou ao redor de setecentos mortos e cem desaparecidos. Mais de meio milhão de pessoas teve que abandonar as suas casas e refugiar-se nas zonas altas, colinas, telhados e árvores, onde ficaram incomunicados em muitos casos durante dois meses.

A fúria da água destruiu estradas e infraestruturas, linhas elétricas, indústrias e as colheitas no 10 % das zonas cultiváveis do país. Perderam-se mais de vinte mil cabeças de gado. As cidades ficaram devastadas. As cheias destruíram ou estragaram edifícios públicos, escolas e hospitais, e povoações inteiras sumiram sob as águas.

Salarich escreveu também que «as cheias têm constituído uma brusca chamada de atenção sobre a fragilidade da economia e a vulnerabilidade perante os desastres naturais de um país com apenas duzentos dólares de rendimento meio *per capita*, quando os valores de crescimento económico desde há uns anos tinham gerado expectativas que manifestamente tem demonstrado precisar de muita mais solidez para considerar que o processo económico está consolidado.» Apesar da fragilidade que as cheias puseram em evidência, o diplomático espanhol assinalava que «não todo pode ser considerado negativo». As cheias provocaram uma resposta imediata e transbordante da comunidade internacional à chamada do presidente Joaquim Chissano, que se colocou à frente da coordenação com a ajuda do primeiro-ministro, Pascoal Mocumbi.

Durante meses, a solidariedade com Moçambique foi surpreendente. A chegada de material de emergência foi continuada e decisiva para fazer frente

à catástrofe humanitária. Diferentes países da União Europeia e dos Estados Unidos enviaram dezenas de aviões carregados com roupa e calçado, tendas de campanha, mantas, utensílios domésticos, medicamentos e produtos de higiene, equipamento para o tratamento de águas, equipamento de construção, equipamento escolar e outros. Espanha também aderiu ao esforço internacional. Foi um dos países mais ativos durante as inundações e um dos que mais ajuda ofereceu, com um total de cinco aviões com material e três helicópteros que se integraram na força multinacional para dar apoio nas evacuações e no transporte da ajuda humanitária a cento e cinquenta mil afetados.

Além disso, foi enviado um contingente das Forças Armadas formado por cento e quarenta militares, a metade deles era pessoal sanitário. O *Escalón Médico Avanzado del Ejército de Tierra* da Espanha encarregou-se da instalação de um hospital de campanha em Chaquelane, o local referente da ajuda médica na região. O hospital possuía várias salas de cirurgia e prestou ajuda a cento e cinquenta mil pessoas, muitas delas alojadas no campo de refugiados de Chokwe. O compromisso de permanência do hospital estendeu-se até meados de julho. A assistência médica foi assumida por *Medicus Mundi*, que continuou a auxiliar à população. O custo desta operação foi de aproximadamente uns quatro milhões de euros.

Após a catástrofe, em Roma se celebrou uma conferência de doadores para a reconstrução de Moçambique, onde a ajuda internacional se comprometeu a doar quatro centos e cinquenta milhões de euros. O presidente Joaquim Chissano mostrou o seu agradecimento expressamente à cooperação espanhola, «que demonstra ser a ponta de lança da ajuda humanitária quando o nosso país mais estava a precisar», segundo escreveu o embaixador Salarich. Chissano agradeceu publicamente ao governo espanhol «o cumprimento rápido e generoso das promessas feitas só uma semana antes». No caminho à conferência de Roma, Chissano parou umas horas em Madrid para agradecer em pessoa ao presidente do governo espanhol, José Maria Aznar, a generosidade e a eficácia de Espanha para com Moçambique.

«A resposta tanto interna como externa ultrapassou todas as expectativas», me informou Ernestina Jame, Secretária Geral da Cruz Vermelha de Moçambique. «Grande parte de este apoio foi possível também graças a generosidade dos moçambicanos, que contribuíram para ajudar às vítimas individualmente ou em organizações através do trabalho voluntário, com material e com dinheiro.» Ernestina Jame, que foi coordenadora da área de saúde durante as cheias de 2000, ocupa um gabinete no último andar de um modesto prédio em frente do hospital principal de Maputo, onde se localizam os escritórios da Cruz Vermelha.

«Ninguém esperava que as chuvas atingiram aquela dimensão», observou Jame. «Foram dias de chuva tão fortes que transbordaram tudo. Quando chegamos em helicóptero a Xai-Xai, a vila tinha sumido, só viam-se os tetos de chapa das casas. A água era turva e cobria tudo.» A dimensão do desastre apanhou o governo de Chissano desprevenido. Criou-se um gabinete de crise formado por

membros do governo e pelo PNUD, a Cruz Vermelha de Moçambique, OXFAM e as Nações Unidas para coordenar a gestão da ajuda de emergência e da crise. Como não existia um departamento estatal para a gestão de este tipo de catástrofes, a missão recaiu sobre a Cruz Vermelha de Moçambique, que teve que liderar toda a resposta internacional e coordenar a participação do resto de comités internacionais da Cruz Vermelha. «Foi um pesadelo», me confessou. «Éramos poucos e foi preciso dividir-nos entre as províncias afetadas. Oitenta mil pessoas só em Chaquelane (Chokwe). Trabalhávamos as vinte e quatro horas do dia. O pessoal estava esgotado. Mesmo se queriam ajudar mais, já não podiam.» Ernestina Jame reconhece que não estavam preparados para dar resposta à chamada da ajuda internacional que lançou o presidente Joaquim Chissano. Não tinham recursos para responder às exigências das organizações que chegaram ao país, nem infraestruturas para os instalar e oferecer-lhes apoio. A resposta imediata das inúmeras organizações estrangeiras «transbordou a possibilidade de coordenar uma “invasão” tão rápida.»

Cada Cruz Vermelha nacional que chegou a Moçambique, me contou Ernestina Jame, foi localizada numa região em função da sua especialização. «O grande desafio para a gestão foi a maneira de coordenar as atividades dos parceiros, até quando já estavam nas suas zonas de assistência. A situação foi muito crítica.»

A Cruz Vermelha foi uma ideia de Henry Dunant, um homem de negócios suíço, testemunho da batalha de Solferino, na Itália, em 1859, entre os exércitos austríaco e francês. A contenda deixou milhares de mortos e feridos nos campos, aos quais ofereceu assistência com voluntários da região. Depois daquele acontecimento sangrento, Dunant decidiu criar uma organização «a finalidade da qual será cuidar dos feridos em tempo de guerra através de voluntários entusiastas e pessoas dedicadas, perfeitamente qualificadas para o trabalho». Rapidamente uniram-se ao projeto de Dunant mais países. Em 1893 criou-se o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR), que ficou encarregue da elaboração da primeira Convenção de Genebra sobre a proteção dos soldados feridos em conflitos. O trabalho da Cruz Vermelha ampliou-se com o passar dos anos à ação humanitária de vítimas civis de conflitos, às vítimas de desastres naturais e a ação preventiva e em favor do bem-estar social e da qualidade de vida.

O movimento Internacional da Cruz Vermelha, com sede em Genebra, está formado por duas organizações: por um lado, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR). É uma organização supranacional garante dos acordos de Genebra e que só atua em caso de conflito armado. Tem o mandato que lhe é conferido pelos países assinantes da convenção. Por outro lado, está a Federação Internacional das Cruzes Vermelhas e Meias Luas Vermelhas, constituída por cento e oitenta e nove países.

A Cruz Vermelha espanhola assistiu à chamada de emergência de Moçambique, da mesma maneira que a de outros países como a Alemanha, a Bélgica, a Dinamarca, a Suécia e a Islândia. «A Cruz Vermelha espanhola foi um

modelo», assegurou Ernestina Jame. «Nós não tínhamos muita experiência e a Espanha sim.» Na Federação de Cruzes Vermelhas foi muito valorada a presença espanhola por causa da língua. A comunicação foi mais fácil e facilitou o trabalho. Naquela época quase ninguém falava inglês em Moçambique, e o resto de cruzes vermelhas precisavam dos intérpretes, mas não tinham meios para os contratar. «Tivemos uma relação excelente, sobretudo com Pepe: ele tem sido o melhor delegado em Moçambique. Tratava todas as pessoas da mesma maneira. Era um grande organizador, um excelente *coach* e muito experiente.»

Umhas semanas mais tarde, depois do meu regresso de Moçambique, quero conhecer o tal Pepe do que Ernestina Jame me falou com tanto entusiasmo. É a manhã da véspera de Natal e José Javier Sánchez, Pepe, me recebe na sede da Cruz Vermelha em Madrid, um conjunto de prédios emblemáticos da arquitetura da capital, de fachadas de tijolos vermelhos, construídos como hospitais no início do século XX. José Javier está de mala na mão prestes para viajar a Granada. A sede está deserta. Os escritórios são espaçosos e luminosos, e as mesas ocupam os espaços comuns, algumas delas separadas por vidros. Nas paredes há fotografias das diferentes ações nas que a Cruz Vermelha espanhola participa no mundo.

Digo a José Javier que na sede da Cruz Vermelha de Maputo ele é conhecido só por Pepe e que guardam uma excelente lembrança da sua passagem pelo país. Ri-se abrumado e satisfeito. Me diz que enquanto esteve lá, perguntou muitas vezes como é que tinha ficado nisso. «Agora, quinze anos depois, vejo-o com mais perspetiva, mas na altura levava-me as mãos à cabeça.»

Quando a ajuda internacional chegou a Moçambique, o governo dividiu o país em diferentes zonas a nível de emergência, «mas a emergência internacional foi feita de uma outra maneira.» À Cruz Vermelha espanhola foi-lhe adjudicada a cidade de Maputo e o resto da província, que depois foi ampliada a outras áreas. A sua atividade principal e fundamental era levar plantas purificadoras de água aos lugares onde for preciso. Não resultou uma tarefa fácil, muitas pontes tinham desaparecido, as estradas estavam anegadas pela lama e os carros ficavam presos. «A situação era inimaginável», exclama. «Mas conseguimos levar água de boa qualidade a cidades, zonas, escolas, ou lugares onde as pessoas foram obrigadas a concentrar-se devido às chuvas e não dispunham de água purificada.» Graças à utilização de plantas purificadoras e à desinfeção com cloro, evitou-se uma epidemia de cólera que poderia ter-se estendido como a pólvora.

Além de água, a Cruz Vermelha Espanhola ofereceu à população afetada mantas, ferramentas, sementes, equipamentos para cozinhar e redes mosquiteiras. «Estivemos lá até o fim do ano.» O trabalho que realizaram também incluiu a sensibilização das pessoas mais expostas às questões de saúde, como a malária e o VIH, até sobre o perigo que significavam para as populações rurais as minas antipessoais. Com as cheias, a água tinha arrastado milhares delas mudando-as de lugar.

«No entanto, o projeto mais importante que implementamos foi a reconstrução de casas.» Reconheceram e distribuíram as zonas entre as organizações, e junto com as Nações Unidas, coordenaram a tarefa de voltar a construir casas. «Chegamos a edificar dois mil casas de todos os tipos e em diferentes lugares.» Em Catembe, uma localidade no outro lado da baía de Maputo, as casas próximas à lagoa ficaram destruídas pela chuva. Havia uma zona mais alta onde a Cruz Vermelha espanhola, com a ajuda da população local, levantou um bairro com duzentas e dez casas e o dotou de água corrente, escola, centro de saúde, creche e até de uma pequena machamba para cultivar toda a família.

Exceto nas cidades, uma grande parte das casas de Moçambique são habitações precárias construídas com materiais descartados ou residuais, cimento, barro, caniço e telhados de palma ou chapa de zinco. Sem saneamento, luz elétrica e abastecimento de água, abrigam um grande número de membros de uma família num espaço reduzido. José Javier descreve as casas que construíram em Catembe como «muito decentes, ficaram muito bem»: de tijolo, janelas de madeira, telhado de chapa e chão de cimento. Tinham vinte metros quadrados, dois quartos e a latrina do lado de fora. Demoraram dois anos em acabar. «Depois de tanto esforço, quando voltas quatro meses mais tarde e vês que aquele bairro tem vida, com plantas, as casas pintadas, cercas... Percebes que as pessoas sentem-se à vontade e são felizes.»

A Cruz Vermelha espanhola edificou também outras habitações noutras regiões para um grande número de famílias que tinham perdido tudo. «A situação foi muito mais complicada porque não havia outras sensibilidades. Tínhamos que ir de barca e construir com caniço e barro, mas a população também se envolveu e todo saiu bem. Havia pessoas que até colocavam lâmpadas, mesmo que não havia energia. Só para enfeitar.» Recorda que um vizinho de um dos novos povoamentos reconstruídos tinha um equipamento HIFI. Numa visita do seu chefe, ele viu-o e perguntou duvidoso ao José Javier se tinha escolhido adequadamente os destinatários da ajuda. «O homem me disse que o aparelho não funcionava. Meteu à mão por trás e tirou uma pequena rádio a pilhas.»

José Javier Sánchez é o subdiretor do Departamento de Inclusão Social da Cruz Vermelha espanhola. Há uns anos atrás decidiu pôr fim ao trabalho no terreno no estrangeiro. Até então tinha vivido muito tempo colado à ação. Estava na Guiné Bissau quando foi transferido para Moçambique porque meio país estava a ofegar-se sob as águas. Chegou a 13 de março de 2000. Em janeiro e fevereiro as chuvas tinham sido torrenciais e em março desencadeou-se a emergência pelas cheias dos rios. Foi lá para uma missão de seis meses e ficou três anos. De março até agosto do primeiro ano trabalhou os setes dias da semana, as vinte e quatro horas do dia, sem descanso. Moçambique foi o único país no qual planejou viver. Entre 2002 e 2005 esteve em Kosovo. Em 2005 foi o diretor da Unidade de Africa II, que reúne trinta e cinco países. Em 2009 foi transferido à sede de Madrid para dirigir a coordenação de todos os programas

de imigração. Além disso, desde 2012 dirige o projeto de resposta às pessoas afetadas pela crise económica na Espanha. Nasceu em Granada em 1966. Estudou engenharia industrial em Madrid e educação secundária nos Irmãos Maristas de Granada, dos quais que guarda uma lembrança muito grata e aos que, curiosamente, deve a sua «vocação missionária», me confessou.

Ernestina Jame se lamentou pela morte de quatro voluntários da sua organização durante as cheias. Reconheceu que, apesar da falta de experiência e dos erros, aprenderam muito. «Agora cada projeto deve ter uma capacitação completa. Em algumas províncias construíram-se escritórios não só para os voluntários, mas também para armazenar os estoques das possíveis emergências futuras. Isso tem sido o resultado daquelas chuvas.»

Transmito a José Javier estes comentários que Ernestina Jame me fez. José Javier me diz que, em geral, a coordenação da emergência em Moçambique foi muito boa. «Quando a Cruz Vermelha espanhola e a de outros países chegamos às zonas isoladas pelas cheias, encontramos-nos com voluntários da Cruz Vermelha moçambicana que já estavam lá. Tinham uma infraestrutura muito bem desenvolvida e muitos grupos de voluntários.» Com a água a anegar meio país, e após ter conseguido chegar àquelas zonas depois de duas ou três semanas, encontraram-se com que eles já tinham dado uma pequena resposta, «muito básica, sem meios, mas importante para organizar à comunidade nesses primeiros dias.»

José Javier me acompanha até a porta principal do prédio da Cruz Vermelha. Antes de despedirmos, me confessa que os três anos que ele viveu em Moçambique foram os mais interessantes da sua vida, muito intensos e esgotadores. «Chorei durante todo o caminho de volta. Curti muito lá, mesmo que durante as cheias vivi coisas muito duras... Quando penso em Moçambique recordo pessoas a dançar, pessoas alegres e a rir. Me lembro da força daquelas pessoas e da sua luta.»

«Nas cheias de 2000 perdemos tudo», me diz a missionária Elisa Verdú, diretora do hospital Carmelo, em Chokwe, na província de Gaza, um centro sanitário de referência no país para doentes de tuberculose e VIH/SIDA. «Estávamos à espera. Todos íamos ao rio e víamos como crescia.» Uma das irmãs do hospital, que viveu as cheias de 1977, lembrava que daquela vez, «a água tinha chegado até a porta, mas não passou daí.» O diretor de Saúde do distrito e o ministro de Saúde de Moçambique disse-lhes que colocaram uns sacos com areia e umas pedras para que a água não entrasse. Era o dia 27 de fevereiro. Ninguém esperava o que estava por chegar. No dia seguinte entraram dois metros de água e o rés-do-chão do hospital inundou-se por completo. Os doentes foram levados ao primeiro andar, à torre da igreja e ao telhado. Levaram com eles bandeiras que agitavam para serem evacuados. Só se podia sair de lá de helicóptero. Assim conviveram durante dias, atrapados pelas águas «em grande aperto.»

O embaixador José Eugénio Salarich enviou um helicóptero para resgatar às religiosas espanholas, mas elas declinaram o oferecimento. «Havia mais de

duzentas pessoas conosco. Como íamos ir embora em helicóptero?», comenta com rubor. «Não podíamos deixar aqui às pessoas, sem comida, sem nada.»

A estação das chuvas em Moçambique coincide com o verão austral, durante os meses de dezembro a março. «Estivemos assim quinze dias, com um calor horrível, sem água. Só tínhamos Fanta, que é doce, e não gostávamos dela.» A irmã Elisa me descreve alguma das dantescas cenas que viveram naqueles dias: «as macas com os mortos navegavam pelo quintal e pela machamba. Os nossos trabalhadores jovens amarraram-se aos pilares do hospital e tentaram empurrar as macas que flutuavam para que sumiram com a água corrente abaixo. Eram dois metros de água. Como iam fazer para os enterrar?». Como não podiam sair do primeiro andar, distribuíam a medicação diária colocando-a em sacolas de plástico, e estas num balde que subiam e desciam ao telhado ou a torre da igreja. Ali havia uma pessoa que sabia ler e distribuía os remédios.»

Aos poucos conseguiram evacuar todos os doentes do hospital às localidades próximas de Macia e Chaquelane. Quinze dias mais tarde, quando o nível das águas desceu, baixaram do primeiro andar e saíram à rua, que estava cheia de feridos e pessoas que tinham perdido tudo. A irmã Elisa teve uma reunião com o diretor de Saúde do distrito sentada no passeio enquanto estava a curar pessoas e a dar aspirinas à população. Ele disse que havia muitas pessoas a sofrer e que precisavam delas. «Naquele momento apareceram alguns membros dos Médicos Sem Fronteiras. Vinham à procura de um lugar onde tratar os afetados. Eu disse que o Carmelo estava disponível. Ali armaram um hospital de emergência com a ajuda daquele diretor de saúde.» O pessoal dos MSF atendeu em duas semanas a quase toda a população. «Pessoas que tinham estado submergidas na água durante dias, com feridas tremendas.» Aos poucos chegou a ajuda dos militares espanhóis, que armaram um outro hospital de emergência na zona.

Após ter melhorado a situação, as equipas de emergência foram embora e receberam ajuda da cooperação internacional, coisa que lhes permitiu renovar de cima a baixo o hospital Carmelo e a igreja. As obras duraram um ano porque os estragos tinham sido quantiosos. A seguir, chegaram as cheias de 2013. «Estas foram mais violentas», assegura Elisa, «porque para as cheias de 2000 estávamos em alerta e a água subiu pouco a pouco. As últimas arrastaram menos água, mas foram mais rápidas e bruscas.»

O 23 de janeiro de 2013, a irmã Elisa tinha uma reunião no Ministério de Saúde de Maputo. Saiu de Chokwe uma manhã de sol. Quando chegou a Maputo disseram-lhe: «Não voltes, estamos sob a água». «Soubemos que ia chover no telejornal das oito da tarde. A população não tinha sido avisada.» «Não funcionou o sistema de aviso prévio e a água voltou a bater em Chokwe», me tinha contado Ernestina Jume na sede da Cruz Vermelha de Moçambique. «Esse sistema deve ser melhorado e deve ser integrado em outras áreas, e interagir conjuntamente para evitar possíveis desastres futuros. A questão agora é como evitar essas catástrofes e como fazer chegar a informação às comunida-

des para que estejam em estado de alerta.» E adicionou: «Ainda não estamos preparados». «E aconteceu o mesmo», lamenta-se a irmã Elisa. «Os doentes, como estavam no rés-do-chão, foram evacuados do lado de fora. O primeiro dia, o ministério de Saúde mandou camiões grandes e abertos e carros para evacuar todos os doentes que pudéssemos, e estes foram levados a Macia e instalados sob às árvores durante quase um mês. Em 2000, tinham sido evacuados em helicóptero.» Três doentes morreram porque estavam graves. «Muitos não quiseram subir aos camiões e ficaram suspensos no primeiro andar ou na torre da igreja conosco». Pediram ajuda à cooperação espanhola, mas como o governo moçambicano não tinha declarado oficialmente a emergência, a cooperação não podia atuar ainda. «Agimos nós um pouco de maneira privada através de amigos, familiares e paróquias, e com isso recuperamos um bocado.» Fecharam o hospital até o mês de agosto. Não puderam trabalhar no internato, só nas consultas externas. Membros dos Médicos Sem Fronteiras da Espanha chamaram-nas a interessar-se pela situação delas. «Eu falei para eles: “Venham ver”. No dia seguinte vieram e ficaram quatro meses. *Chapeau!* São geniais.»

A rainha Sofia, na sua viagem a Moçambique, em abril daquele ano, entregou-lhe pessoalmente material adquirido pela sua fundação e lhe agradeceu numa emotiva homenagem pública todo o que tinha feito pelos moçambicanos durante as cheias. Partilhou o protagonismo com a irmã Carmen, das irmãs mercedárias, uma outra religiosa espanhola infatigável que tem dedicado a sua vida ao serviço deste povo e que durante os últimos anos tem organizado um lar para meninas na zona de Catembe.

A irmã Elisa Verdú nasceu em Alcoy (Alicante) em 1942. Pertence à congregação da Caridade de São Vicente de Paul. Estudou medicina na Universidade de Navarra e se especializou em medicina interna e cirurgia no Hospital da Fé de Valencia (Espanha). Juntou-se à organização Medicus Mundi e viajou a Ruanda em 1975, onde permaneceu até que em 1986 pediram-lhe ser transferida para Moçambique. Chegou em plena guerra civil. Foi destinada ao centro de saúde de Chaquelane, «um lugar isolado onde era preciso fazer de tudo».

«A guerra foi muito chata», me diz. Sofreram inúmeros ataques e assaltos, pegaram fogo na sua casa duas vezes e no hospital três. «Construíamos o hospital de novo e voltavam a pegar fogo.» Não podiam dormir em casa. Tinham que fugir à noite, dormir em tendas de campanha e em viaturas. «Mas sempre tentamos estar perto dos doentes.» No hospital tratavam, além das doenças habituais, aos feridos da guerra. Os doentes de tuberculose e de sida não eram atendidos de manhã, porque os feridos do conflito chegavam com casos mais urgentes, como orelhas cortadas, amputações ou feridas de minas. Dos “seus” doentes ocupavam-se depois. Porém, às três da tarde tinham medo de ser atacadas e facilitavam a cada doente aquilo de que precisava para passar a noite escondido. Era preciso, até, tirar-lhes o soro, o que fazia com que à manhã seguinte chegassem desidratados. «E no dia seguinte havia quem acudia e quem não voltava mais. Mantivemo-nos lá porque a população não tinha onde ir. Nunca

deixamos os tuberculosos nem os doentes de sida.» Para complicar mais as coisas, naquele contexto de guerra sofreram também uma epidemia de cólera com mais de dois mil afetados, que foi preciso atender sem água e alojar em tendas de campanha. «Foi uma odisseia.»

Nunca conseguiram saber se os assaltantes eram da Frelimo ou da Renamo. «Sim sabíamos que a Renamo estava no outro lado do rio. Quando o rio secava, atravessavam e atacavam; mas quando o rio baixava com água, a gente estava tranquila.» Lhes roubavam medicinas e comida. «Não sei. Tanto de um bando quanto do outro», diz a rir. «Um dia chegou uma menina a tratar-se em muito mal estado. Disse para mim que ela foi uma das pessoas que nos tinha atacado. Coitada dela! Como estava quase a morrer, confessou-se.»

Até os Acordos de Paz de 1992 viveram na incerteza diária. Lhe pergunto se não pensou em abandonar o país durante um tempo, até que a situação acalmara. «E fazer o quê?», me responde. «A população dependia muito de nós porque éramos um ponto de referência. Às vezes pernoitávamos numa igreja, porque às pessoas dava-lhes confiança. Outras vezes fugíamos a pé durante a noite até com os doentes a pé». Faço questão e volto a perguntar-lhe se a guerra, para ela, tornou-se longa. «Sim, foram cinco anos. Éramos inocentes. Eu era muito jovem e me atrevia com tudo. Hoje já não faria. Uma outra situação igual e sumo», responde com uma gargalhada.

Eu acho que não sumiria. Está lá para ajudar onde mais dói. Ela tem setenta e três anos e uma vitalidade transbordante. Fala rápido, encadeia as palavras como invadida pelas pressas. As histórias terríveis da vida que a rodeia parecem anedotas porque estão narradas com sentido de humor e ironia, como se for a sua defesa, a única maneira de sobreviver a tantos anos de dor, desolação, doença, pobreza e morte. Tem o cabelo branco. Me diz que está cansada, mas pressinto que é um cansaço antigo, que vem de um longo e duro caminho percorrido. E que como as pessoas valentes, morrerá em plena atividade, aguentará até o que corpo agüente.

Uma vez, os seus companheiros médicos do Hospital da Fé de Valencia perguntaram-lhe qual era a situação da sida na África. «Em Ruanda já se falava um bocado no assunto, mas aqui, em 1987, o silêncio era total. Me perguntaram por quê não fazia um estudo para conhecer o estado da situação. Ofereceram-me duzentos testes de sida e trouxe-os cá.» No ministério de Saúde de Moçambique indicaram-lhe que fizera o teste com os doentes de tuberculose no centro onde trabalhava. O estudo descobriu que noventa e cinco por cento dos tuberculosos tinham VIH/SIDA. «Era uma novidade para o país. Desde então, o nosso hospital tem-se dedicado à tuberculose e a sida.»

Depois dos Acordos de Paz de 1992, decidiram trasladar-se de Chaquelane, que era um centro de saúde periférico, ao hospital Carmelo em Chokwe, com um aceso mais fácil para os doentes de tuberculose. O convento Carmelo construiu-se nos anos sessenta e foi entregue à congregação das irmãs Carmelitas Descalças, no qual viveram até 1976. Após a independência, as missionárias foram embora e o convento foi nacionalizado e utilizado como armazém.

Mas em 1993, o governo devolveu o convento à igreja. As instalações estavam em ruínas. Em 1995 foi reabilitado com a ajuda internacional como hospital para doentes crônicos de tuberculose e VIH/SIDA. «Começamos com trinta camas e agora temos cento e quinze. Cem para adultos e quinze para crianças», enumera com satisfação.

«O centro encheu como um balão.» Até o ano 2002, não havia possibilidade de tratamento. Hoje, o hospital atende mais de oito mil doentes por ano. O hospital Carmelo é um centro estatal, mas com um acordo com o governo para que a irmã Elisa e as suas companheiras dirijam e administrem o estabelecimento. «As coisas funcionam melhor assim, porque vivemos no hospital e estamos o dia todo em cima dos casos, as vinte e quatro horas cá dentro. Só que agora o volume de trabalho é grande», declara. Ainda que o hospital foi pensado como um centro de doentes crônicos, o volume de pacientes ambulantes é terrível. O orçamento que o Estado destina é insuficiente, por isso o hospital é financiado também com fundos da Espanha e a Itália.

O hospital Carmelo é um prédio quadrado de dois andares, com jardim no centro sob a forma de claustro, uma galeria com arcos, muros cor terra de Siena e tetos de telha vermelha. Está situado na parte alta de um município de casinhas espalhadas num território plano.

Da mesma maneira que o sistema sanitário moçambicano, o hospital Carmelo sofre a falta de pessoal médico qualificado. «Até 2013 só conseguimos ter três médicos moçambicanos», me comenta com um tom de frustração. Desde 1990 participam num projeto com uma organização de jesuítas de Barcelona que ajudam elas a formar jovens moçambicanos. Mais de trinta têm estudado medicina, enfermagem, direito e economia na Espanha. «Há um médico que veio em 2013 e agora virão mais dois, pessoas com os estudos pagos por nós. Falta-lhes crescer mais um bocado, mas já é uma esperança. Além disso, agora já temos um contabilista e um outro licenciado em recursos humanos, pessoas que já ficam. Desta maneira, eu já posso deixar de lado esses assuntos.» Quais as perspectivas? Lhe pergunto. Responde-me que as pessoas estão muito comprometidas. «Temos visto crianças que são órfãos de pai e mãe porque morreram aqui no centro, mas eles estavam livres de sida. O médico que há agora é o mais velho de quatro irmãos. Estudou medicina. Temos um acordo para que, quando acabe os seus estudos, dedique dois anos ao hospital. Aliás, estamos a construir um laboratório e continuamos a aumentar os apadrinhamentos.»

Quero saber se têm planos para o futuro. A irmã Elisa me responde entre risos: «Além de médico, eu sou irmã. Tenho setenta e dois anos, mas estou bem. Gosto deste tipo de medicina. Tenho-me dedicado a ela a vida inteira. A nossa vocação são os pobres e aqui há muitos. Estamos muito envolvidas com a população.» Isto é, morrer em plena atividade, digo-lhe. «Sim, até que Deus quiser. Se agora eu fosse a Espanha, pôr-me-iam a atender o telefone na portaria e a fazer crochê diante da televisão. Com setenta e dois anos, eu não sei nada da medicina espanhola, só sei de sida e tuberculose. Sinto-me realizada. Isso é

o que tem de bom de estar em África. Como há poucas coisas, podes ter inventiva, criar serviços e solucionar problemas às pessoas. Com pouco, faz-se muito. Aliás, o estilo de vida é muito mais fraterno, mais simples, menos sofisticado. Até as irmãs são diferentes. É outro estilo de vida.» A irmã Elisa toma velocidade, como uma bola ladeira abaixo: «Eu estou realizada como pessoa, como médico e como filha da Caridade. Os três objetivos que Deus me pediu, estou a cumprir. Tenho amigos em Espanha que me dizem que me vem muito bem. Eu lhes digo que estou bem porque estou a fazer isso do que eu mais gosto, e isso não tem preço. Muitos deles se queixam da sua situação no hospital. A um deles não lhe é permitido fazer, o outro quer ser o chefe. Porém, eu faço aquilo do que eu gosto e como eu gosto. Não tem mérito nenhum, faço-o porque eu gosto, sou feliz e estou em paz comigo mesma. É fundamental para viver, não acha? Estou um bocadinho doida. Sou uma doida incurável.»

«Imagine, aqui, quarenta e dois por cento da população está infetada de SIDA. Praticamente uma pessoa de cada duas. Quando as minhas irmãs (tem duas que moram na Espanha) veem o que eu vivo, dizem para mim que é como se estivesse a dar-me pancadas contra a parede, empenhada em derrubar a parede com a cabeça. Poderia contar umas histórias...». Duvido um instante mas, finalmente, faço a pergunta: Um dia poderá a sida ser atalhada e reduzida em África? «Aqui em Chokwe, não», me responde sem espaço para a dúvida. «Há muita promiscuidade. Todas as manhãs sentas-te diante de uma doente e diz: “Tenho um filho pequenino”. Eu pergunto: “Onde é que está o seu pai?”. “O pai está na África do Sul”. “Quando foi para lá?”. “Há três anos atrás”. “E este?” “Este é de outro.” “E esse outro está casado?”. “Sim, ele tem três mulheres”. E digo para ela: “Quando o pai voltar da África do Sul, diga que venha ter comigo”. Vem o pai e lhe pergunto: “Quantas mulheres você tem?” “Tenho uma fixa e nas minas aproveito e tenho mais outras.” Afinal, são catorze, e isso são vias de contágio. Ninguém pode parar. Não lhes entra na cabeça, atuam a “pau livre”».

Vinha ajudar o povo moçambicano

Antes de despedir-me de Joaquim Chissano na sua casa de Maputo, ele me prometeu que me ligaria logo que se lembrasse do nome do político espanhol com quem manteve as primeiras conversas, quando era o ministro dos Assuntos Estrangeiros de Moçambique, para o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Pensei que se tratava apenas de um ato de cortesia da parte dele. Umas horas mais tarde, Chissano me ligou para dizer que se tinha lembrado do nome do diplomático: Emílio Casinello.

Emílio Casinello iniciou a sua carreira diplomática em assuntos ligados com a descolonização em África. Foi o primeiro embaixador de Espanha em Angola, em 1978. Também teve uma forte ligação com a América Latina. Foi o Diretor Geral de Ibero-América e embaixador da Espanha em México de 1982 a 1985. Em 1992 foi o comissário geral da Exposição Universal de Sevilha. Na atualidade tem uma fundação que pretende contribuir à prevenção e resolução de conflitos junto de personalidades que tiveram capacidade de decisão, mas que já não estão no poder.

Espanha e Moçambique estabeleceram relações diplomáticas em 1977. Fazia apenas um par de anos que o país africano tinha começado a dar os seus primeiros passos como Estado soberano. Em plena guerra fria, a política marxista da Frelimo colocava o país na esfera dos países tutelados pela União Soviética. Espanha, pela sua parte, saía de quarenta anos de ostracismo da ditadura franquista e começava uma custosa transição à democracia constitucional. Um caminho infestado de armadilhas e dificuldades. A entrada na Comunidade Económica Europeia era ainda um sonho distante.

Ambos os países mantiveram desde o primeiro momento umas relações bilaterais magníficas e próximas. Os nexos históricos e culturais lusos e espanhóis, a proximidade linguística, a presença no chão moçambicano de missionários e outros coletivos que remontam aos anos coloniais e à relação afetiva e sentimental ajudaram a um entendimento entre ambos os povos. Espanha tem

estado presente na evolução de Moçambique, desde os Acordos de Paz à consolidação democrática e ao desenvolvimento social e económico a partir de 1992. Ao longo destes anos, realizaram-se muitas visitas de dirigentes políticos, ministros, membros da oposição e empresários dos dois países. Hoje, as relações entre a Espanha e Moçambique são fluentes e de confiança, não só no âmbito da cooperação, senão também no político.

A cooperação espanhola em África Subsaariana era no fim dos anos setenta escassa, intuitiva e pouco estratégica. Não existia uma política africana de cooperação. Nesses momentos só havia três países africanos com os quais a Espanha cooperava, mas sem ter uma visão de conjunto do continente. Moçambique era um deles. O início das relações diplomáticas e a boa disponibilidade política facilitou que em 1980 ambos países assinaram a Convenção Básica de Cooperação, que foi a base dos posteriores acordos complementários. Desde 1989 têm-se subscrito várias Comissões Mistas que têm definido pouco a pouco as relações de cooperação entre Moçambique e a Espanha.

As mudanças políticas e económicas que têm acontecido em Moçambique têm marcado também a evolução da cooperação e a participação das agências internacionais de desenvolvimento. Depois de concluir os principais programas de reabilitação após o conflito armado, o governo moçambicano e os doadores desenharam estratégias que passaram da ajuda de emergência aos planos de desenvolvimento sustentável, aos projetos de longo prazo que ajudassem à redução da pobreza e a fortalecer as prioridades nacionais em matéria de saúde, educação, criação de emprego e desenvolvimento rural.

Visito Gonzalo Robles, Secretário-Geral de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID) na zona oeste de Madrid. O prédio, construído nos anos quarenta, foi sede do Instituto de Cultura Hispânica e posteriormente do Instituto de Cooperação Ibero-americana, até que se tornou o quartel-general da AECID em 1988. Encontramo-nos no penúltimo dia do ano 2014 e os escritórios e corredores vivem a campanha de Natal. É um típico dia de inverno em Madrid, de frio seco, vento calmo e céu azul límpido e intenso. O gabinete de Gonzalo Robles é amplo, cálido e luminoso. O chão é de madeira envernizada e as paredes estão decoradas com quadros e fotografias. Na ausência de Alberto Virella, Diretor para África e Ásia, acompanha-nos o chefe do departamento, Jorge Peralta, a quem já tinha conhecido um ano antes numa visita de trabalho que ele fez a Maputo. Conversamos animosamente sobre o projeto do livro e a ideia maravilhosa de recolher os testemunhos daqueles espanhóis que estiveram presentes em Moçambique durante o último meio século de história comum. Gonzalo Robles veste uma jaqueta azul escura, camisa listrada e gravata. Tem óculos com vidros ovalados, sem armação, quase impercetíveis. Sentados num dos sofás de couro negro, Robles me fala da presença de Espanha em Moçambique, das razões para manter a ajuda apesar dos tempos economicamente convulsos que vivemos e das linhas de atuação futuras da AECID.

«As vulnerabilidades e as necessidades humanas são o motor da coope-

ração espanhola», começa a expor. «A razão que nos impulsiona é potenciar o desenvolvimento das pessoas, das sociedades e dos países. Portanto, a cooperação fortalece os estados, atende o crescimento económico e as necessidades sociais básicas de educação, saúde e segurança alimentária.» Graças à cooperação, criam-se laços culturais e económicos que permitem «a presença nos países de setores (espanhóis) que de outra maneira teriam mais dificuldades. Portanto,» acrescenta, «a cooperação também tem sido uma porta de entrada de uma razão social, económica e cultural mais ampla.»

Gonzalo Robles crê que a cooperação com Moçambique tem estado muito presente «não só quantitativa senão qualitativamente em quase todos os setores fundamentais dos Objetivos do Milénio. Temos feito cooperação bilateral, multilateral e cooperação delegada nas ONG, que estão muito presentes em Moçambique. Isto é, Espanha tem estado com todo o seu potencial, com um compromisso passado, presente e futuro.»

Gonzalo Robles nasceu em Madrid em 1959. É o Secretário-Geral da AECID desde janeiro de 2012. Antes tinha sido Delegado do Governo para o Plano Nacional de Drogas e Secretário de Estado para os Estrangeiros e Imigração. Entre 1986 e 1996, e desde 2004 até 2012, foi deputado no Congresso pelo Partido Popular. Tem sido vereador da Câmara Municipal de Madrid e membro da Assembleia Parlamentária do Conselho de Europa. Estudou Antropologia Social e Cultural e se graduou mais tarde em Administração e Direção de empresas pelo IESE.

A cooperação espanhola tem participado em Moçambique desde os anos oitenta em projetos de consolidação do processo democrático, reabilitação de infraestruturas e fortalecimento institucional. Realizou o projeto de assistência técnica da Renfe na rede dos caminhos-de-ferro moçambicanos, diferentes projetos agrícolas, assistência direta e formação de técnicos em saúde. Aliás, deu apoio ao Plano de Atenção Primária do Plano Nacional de Saúde, desenvolveu projetos turísticos e concedeu bolsas para diferentes áreas formativas.

Posteriormente, as ajudas foram encaminhadas à consolidação da paz e à reconstrução do país após os conflitos armados. Da mesma maneira, impulsionou a cooperação orientada ao desenvolvimento de Moçambique num novo marco de paz e estabilidade depois dos acordos de paz de 1992, a missão de paz dos capacetes azuis e a celebração das primeiras eleições democráticas de 1994. Espanha enviou vinte e cinco observadores ao processo eleitoral integrados na equipa da União Europeia e das Nações Unidas. Além disso, deu apoio ao PNUD no programa de reintegração à vida civil dos militares desmobilizados. Mais tarde, desenvolveu o projeto do bilhete de identidade moçambicano e a capacitação da polícia do país. Realizou a reabilitação do Centro de Saúde de Polana Caniço, participou na criação e na formação do pessoal do Centro de Investigação de Malária de Manhiça, e participou no amplo programa iniciado por Medicus Mundi de desenvolvimento sanitário em diferentes distritos da província de Cabo Delgado, assim como também no programa de apoio ao Hospital José Macamo, executado pelos Médicos sem Fronteiras.

Nesses primeiros anos noventa se abriu a Oficina Técnica de Cooperação (OTC) da AECID em Maputo e se construiu um prédio de cinco andares diante do Hospital Geral para hospedar aos técnicos espanhóis e abrigar os escritórios da agência. Nesse período se executou o projeto de recolha de resíduos sólidos e limpeza de Maputo e da Beira. Também se elaborou o *Livro Branco dos recursos naturais da província de Cabo Delgado*, região de concentração da cooperação espanhola, com o objetivo de «inventariar os recursos florestais, minerais, hídricos, pesqueiros e turísticos da província.» Se financiaram ONG espanholas, principalmente do âmbito da saúde e das áreas da ação social, que desenvolveram uma tarefa relevante e de impacto na melhora da qualidade de vida dos moçambicanos.

As cheias de 2000 marcaram uma intensa etapa de ajuda durante a emergência e na posterior reconstrução das áreas afetadas. A partir dessa catástrofe, aumentaram de forma considerável os recursos e a Espanha entrou a formar parte dos países doadores que oferecem apoio orçamental geral e sectorial em Moçambique.

A cooperação espanhola se desdobra através de múltiplos atores. Além da AECID, em Moçambique também têm intervindo as Comunidades Autónomas, as Câmaras Municipais (o acordo entre Barcelona e Maputo é especialmente frutífero), instituições privadas, paróquias ou clubes desportivos, e tem-se atuado nos mais diversos âmbitos: fortalecimento das instituições municipais, gestão de hospitais, organização do novo Ministério de Cultura e um longo *et cetera*.

Pergunto a Gonzalo Robles qual é a abordagem para o futuro que a AECID tem no tocante a Moçambique. Robles me explica que a cooperação espanhola está a seguir um processo de concentração geográfica e sectorial impulsada pela revisão que o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) fez no fim de 2011. «Concluiu-se que estávamos em sítios demais.» Robles acha que, da mesma maneira que outras «cooperações potentes» como a francesa, a inglesa ou a alemã, «é preciso estar de uma maneira mais seletiva e mais estratégica. Isto é: estávamos em cinquenta países e temos ficado em vinte e três.» Nestes momentos chave é preciso ver quais são as prioridades e escolher onde ficar, «e Espanha decide ficar em Moçambique de uma forma consciente.»

«Desde a AECID consideramos que a nossa presença em Moçambique – um país que tem um enorme potencial de crescimento, mas que também tem umas debilidades importantes – tem um valor adido, aporta qualquer coisa de diferente do que outras agências internacionais podem fazer, que obriga-nos em muitos sentidos a continuar presentes e a continuar com a priorização de este país.»

O presidente da AECID considera que, uma vez tomada a decisão de ficar, foi preciso estabelecer um diálogo estruturado com o país para saber qué demandava Moçambique neste momento histórico, qual era o seu próprio plano para o desenvolvimento e decidir em qué sectores participar. Fruto desses diálogos, em novembro de 2014, o diretor Alberto Virella assinou em Maputo o

Marco de Associação de País (MAP) que define as linhas estratégicas da cooperação espanhola em Moçambique para o período 2014-2016, e estabelece um orçamento de 46,55 milhões de euros. O Secretário de Estado de Cooperação Internacional e para Ibero-América viajou a Maputo em abril de 2015 para assinar a Comissão Mista com Moçambique, que deu forma jurídica ao MAP.

O plano estabelece a vontade de ambos os países de trabalhar conjuntamente numa estratégia de ação baseada em três sectores de concentração. O primeiro tem a ver com a governança democrática, principalmente nas áreas de boa governação e finanças públicas, apoio aos sistemas de governação local no âmbito da desconcentração de competências e apoio à sociedade civil. O segundo, tem a ver com o desenvolvimento rural e agrícola de maneira que as intervenções tenham uma abordagem integral de luta contra a insegurança alimentar e a desnutrição, e estejam focalizadas em pequenos agricultores. O último sector é o relativo à saúde, centrado na melhora da gestão, da planificação e da qualidade assistencial através da capacitação em recursos humanos, a investigação médica, a melhora na saúde materno-infantil e a luta contra a malnutrição crónica.

Junto dos instrumentos tradicionais de cooperação (apoios orçamentais sectoriais, projetos e programas bilaterais, multilaterais ou ajudas às ONG) incorpora outros mais inovadores, como o programa de conversão de dívida, as associações público-privadas ou as iniciativas de cooperação delegada, para adaptar-se assim à nova realidade económica e social de Moçambique. Aliás, é previsto que Espanha volte à modalidade da ajuda orçamental geral, como o governo de Moçambique tinha solicitado.

Gonzalo Robles menciona que acaba de ser lançado o novo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Trata-se do primeiro fundo que cria a ONU para o post-2015, e já tem sido aprovado um projeto através do Fundo Multilateral para Moçambique.

Falamos do *boom* económico que o país está a viver com a exploração dos hidrocarbonetos e da importância de conhecer a maneira de mobilizar esses recursos. «A medida que a renda pública do país está a crescer, é preciso tentar a mobilização dos seus próprios recursos. Por isso, o seu fortalecimento é muito importante; segundo o país cresce, é importante que disponha de uma administração capaz de gerir bem esses recursos, que planifique corretamente e que exista controlo e transparência.»

Durante a conversa, Jorge Peralta confirma os dados que Gonzalo Robles está a expor sobre Moçambique. Um ano antes, Peralta me disse em Maputo que a previsão é que em 2020 comece a evidenciar-se a entrada dos fundos dos grandes recursos extrativos, mas que até que isso aconteça «Moçambique vai precisar em termos macroeconómicos da receção de ajuda dos doadores internacionais.» «É um país muito dependente. Até há quatro ou cinco anos, cinquenta por cento do orçamento vinha da ajuda internacional.» Continuam a existir enormes desigualdades, duas velocidades, dois tempos. Um dos objetivos da cooperação internacional é tentar reduzir essa fratura. «É esse o nosso

papel. É preciso ser menos assistencialista, fornecedor de bens e serviços, como podíamos ser antes, e passar a uma atuação mais no sentido do diálogo de políticas com o governo moçambicano e tentar conseguir que as prioridades marcadas por ele sejam as corretas em termos de desenvolvimento.»

Jorge Peralta me falou que não se trata de lecionar, é o governo de Moçambique quem deve tomar essas decisões. No entanto, estamos num momento muito importante «porque em 2020, o governo moçambicano pode encontrar-se com o fato que não saiba muito bem o quê fazer com todo esse dinheiro. E o que ainda poderia ser pior, que aquilo que faça não seja o melhor em termos de desenvolvimento, em termos de reduzir a fratura entre os ricos e os pobres, em termos de ter sistemas públicos de educação e de saúde.» «Eu acho que neste momento de transição, se não há uma política de cooperação internacional que acerte no alvo das mensagens que quer transmitir e que tenha uma interlocução fluente com o governo moçambicano, provavelmente em 2030 não terá melhorado suficiente. Existirá o *boom* dos recursos, sim, mas estes não terão melhorado as condições de toda a população.»

Cristina Gutiérrez, a Coordenadora Geral da AECID em Maputo desde meados de 2014, é médica de formação, especialista em microbiologia e parasitologia clínica e medicina tropical. Esteve presente como voluntária médica das Nações Unidas nos campos de refugiados em Bósnia-Herzegovina durante o conflito de Kosovo. Trabalhou nos Balcãs durante oito anos como responsável pelos projetos e como coordenadora da AECID. Antes de ocupar a coordenação da cooperação espanhola em Moçambique, passou quatro anos no mesmo cargo na OTC de Rabat, em Marrocos.

Durante a minha estadia em Moçambique em dezembro de 2014 encontramos em diversas ocasiões. Apesar de que sempre estava atarefada entre as reuniões com diferentes interlocutores do governo moçambicano e a apresentação de informes, teve tempo para rastrear nos arquivos da OTC à procura de informação e fotografias que puderam ser de interesse para este trabalho. Perguntei-lhe quais eram as dificuldades de gerir os planos da cooperação em Moçambique. Cristina Gutiérrez me disse que a maior parte deles têm a ver com a complicada arquitetura da ajuda ao desenvolvimento nesse país. «O número de doadores é enorme, o que faz com que qualquer foro de coordenação seja multitudinário. Aliás, os grupos e subgrupos de trabalho em cada sector têm-se multiplicado, o que tem como resultado agendas impossíveis e muitas vezes com uma escassa participação dos moçambicanos.» Porém, Gutiérrez me assegurou que «a longa trajetória da cooperação espanhola em Moçambique faz com que o nosso trabalho seja muito apreciado pelas nossas contrapartes diretas. Isso facilita o nosso dia após dia porque contamos com o apoio e o respeito das instituições e autoridades locais.»

Moçambique tem-se tornado num país atrativo para investidores de todo o mundo, que colocaram o olhar nos seus recursos naturais. O país possui uma das maiores jazidas de carvão do mundo e está entre os dez primeiros produtores. Além disso, as reservas de gás natural descobertas nos últimos anos na

bacia do Rovuma, perto da fronteira com a Tanzânia, são tão grandes que forneceriam a Alemanha, a Grã-Bretanha, a França e a Itália durante uma década. Moçambique é também um grande produtor de alumínio e possui importantes minas de rubis, ouro e minerais estratégicos para a indústria médica, nuclear e aeroespacial como o tantálio, a ilmenita, o rutilo, o zircónio e o berílio. Os portos do país estão numa situação estratégica invejável para transportar energia à Ásia, principalmente aos mercados chinês e indiano.

Apesar de ser umas das economias de mais rápido crescimento nos últimos anos – por cima do sete por cento – Moçambique é um dos países mais pobres e endividado do mundo. Ocupa o décimo posto a começar pelo fim (o 178 de 187 países) no Índice de Desenvolvimento Humano, segundo os dados do PNUD. Seis de cada dez moçambicanos vivem com menos de um euro por dia e a renda *per capita* é menor de quinhentos euros. Há vinte anos a dívida não atingia os setenta euros, coisa que demonstra que os seus indicadores de desenvolvimento melhoraram significativamente nas últimas duas décadas desde que o conflito armado acabou.

Moçambique tem uma superfície aproximada de 800 km² e quase vinte e seis milhões de habitantes (dez milhões mais do que há vinte e cinco anos atrás), dos quais quarenta e cinco por cento são menores de catorze anos. A população cresce a um ritmo do 2,8 % anual. A esperança de vida no momento do nascimento é de cinquenta anos, onze mais do que em 1970. Os mais velhos de sessenta e cinco não atingem o um por cento. A taxa de natalidade é de 38,8 por cada mil (em 1990 era de 43 %) e a taxa de mortalidade de 12,3 por cada mil (em 1990 era de 20 %). Noventa de cada mil crianças morrem antes de completar os cinco anos (em 1970 eram 264 e em 2000, 163). Nos últimos quinze anos, a mortalidade infantil se tem reduzido 46 %. Cada mulher tem uma média de cinco filhos.

A metade da população mais velha de quinze anos não sabe ler nem escrever. A taxa de alfabetização das crianças atinge 90 %, a taxa dos jovens varões 80 % e a taxa das mulheres apenas 56 %, já que muitas delas casam ainda adolescentes e são mães antes dos dezoito anos. Setenta por cento das crianças não acaba os estudos de ensino primário, e só 3,5 % dos mais velhos de vinte e cinco anos têm feito estudos de ensino secundário, a maioria deles varões. Há um professor por cada cinquenta e cinco alunos e não sempre têm formação adequada para um ensino de mínima qualidade. Apenas 5 % da população utiliza internet, 22 % das crianças entre cinco e catorze anos realiza algum tipo de trabalho.

Em Moçambique há um médico por cada trinta mil habitantes, três vezes menos do recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Estima-se que seriam precisos sessenta anos para ter um número aceitável de médicos e atingir a cifra ideal que propõe a OMS. A população moçambicana morre principalmente devido ao VIH – 11 % da população está infetada –, pneumonias e tuberculose, diarreias, malária, doenças coronárias e diabete. Muitas destas doenças são facilmente curáveis.

Trinta por cento da população do país mora em cidades. A capital, Maputo (que recebeu o nome em honor a um chefe tribal), era chamada de Lourenço Marques (navegante luso que chegou às costas de Moçambique em 1544) durante os tempos da dominação portuguesa. Na altura, Lourenço Marques era uma cidade bela e tranquila de apenas oitocentos mil habitantes que durante anos viveu adormecida no sonho colonial até que o país se tornou objeto de desejo. Empresários e homens de negócios, membros de novas embaixadas e trabalhadores da ajuda humanitária, de instituições e organismos supranacionais e ONG têm desembarcado nos últimos anos no país. Maputo cresceu até superar o milhão de habitantes – também cresceram consideravelmente as cidades da Beira e Nampula, ao ritmo de quase 5 % anual nos últimos vinte e cinco anos – e tornou-se uma cidade extremamente cara, a seguir a esteira de Luanda, em Angola. O preço de aluguel de casas e apartamentos, muitos deles num estado deplorável de conservação, está a níveis similares aos de Madrid, Paris, Londres ou Nova Iorque. Jantar num dos restaurantes que têm aflorado nos últimos anos custa o mesmo preço do que em qualquer cidade europeia. Milhares de carros e grandes viaturas 4 x 4 importadas do Japão engarrafam em hora ponta as antes tranquilas ruas e avenidas de Maputo. A classe média nacional, ainda escassa, favorecida pelo crescimento económico e que trabalha nas empresas e organismos internacionais, empurra para o consumo, que a maioria da população nem sonha atingir.

Moçambique possui trinta e seis milhões de hectares de terra cultivável, se bem que só 10 % tem rendimento produtivo. Quase a metade da superfície do país está ocupada por florestas, de onde se extrai madeiras tropicais cobiçadas nos mercados internacionais, sobretudo na China. Tem 2.500 km de costa, que oferece oportunidades turísticas e de pesca. O Plano Nacional de Redução da Pobreza de Moçambique para o período 2011-2014 estabelecia como objetivo «a busca de um crescimento económico inclusivo e a redução da pobreza e a vulnerabilidade através do incremento da produção e a produtividade nos sectores agrícola e da pesca, a criação de emprego e o desenvolvimento humano e social. A boa governação, a macroeconomia e a boa gestão das finanças públicas são os pilares de apoio indispensáveis para o sucesso destes objetivos.»

Moçambique está dividido em onze províncias. A língua oficial é o português, ainda que convivem outras línguas bantus e sete grupos étnicos, entre os que destacam pelo seu número os macuas, tsongas, chonas, zambezes e macondes. As igrejas evangélicas têm irrompido com força no país e roubaram crentes ao culto católico, que supõe um terço da população. Trinta por cento dos habitantes são muçulmanos e o animismo permeia todas as crenças populares.

Muitos espanhóis têm participado em projetos de cooperação em Moçambique: membros de ONG, pessoal da OTC, especialistas, técnicos, religiosos... Quase todos se sentiram fascinados pelo país e alguns acabaram por ficar a viver cá. Julio Cihuelo deu muitas voltas pelo mundo até que há mais de duas décadas decidiu que Moçambique era o seu lugar.

No início de 1995 viajei a Israel num dos momentos mais convulsos – se é que o país tem tido em algum período da sua história um momento não convulso – para escrever uma série de artigos para o jornal espanhol *Diario 16*. Joan Soles, correspondente de Catalunha Radio em Jerusalém, me recomendou visitar a Fortunato Riloba, um padre franciscano que vivia num convento da cidade de Jericó que levava quarenta anos em Oriente Médio. Era de uma aldeia de Burgos, onde nasceu em 1933. Tinha estudado direito canónico no Egito e vivido em Alepo e São João de Acre. Dominava o árabe à perfeição e conhecia vários dialetos regionais. De facto, escreveu uma gramática árabe-espanhola que continua a ser usada na atualidade. Em Jericó dirigia uma escola para crianças e jovens, quase todos de famílias muçulmanas que procuravam para os seus filhos uma boa formação numa escola católica.

Quando conheci a Fortunato parecia um missionário idoso, ainda que só tinha sessenta e três anos. Era pequeno e atarracado, sem afetação e bonachão. Um homem de pouco falar e bom de boca, ao qual apenas consegui tirar umas palavras. A cozinheira da missão era uma cristã que satisfazia o seu bom paladar. Fortunato me convidou a hospedar-me no convento durante uns dias. Os quartos eram escuros, sóbrios e modestos, de grossos muros de pedra, com uma cama estreita e um simples escritório de madeira. Muito cedo de manhã era acordado pelo som metálico do alto-falante da escola que estrondeava os sons do hino nacional palestino. À força de ouvi-lo, cheguei a aprender o refrão.

Uma manhã, Fortunato me disse que não longe dali vivia um espanhol encarregue de vários projetos de cooperação que poderia contar-me muitas histórias e que, aliás (uma coisa que ele admirava muito) «era um bom cozinheiro.» Segui as suas indicações. Deixei a vila por um caminho que atravessava um campo de oliveiras e canas. Ao chegar a uma casa baixa e solitária, chamei à porta. Abriu-me um homem de meia-idade, moreno e com bigode. «Quer almoçar? Tenho cozinhado coelho com tomate», foi como ele me cumprimentou. Júlio Cihuelo trabalhava para a Agência Espanhola Cooperação Internacional num projeto de recolha de lixo. Estava desesperado porque as autoridades hebraicas tinham retido, desde havia uns meses no porto de Ascalon, os dois pequenos camiões de lixo, especiais para as estreitas ruas de Jericó, que tinha doado a câmara municipal de Mataró. Cada dia que Júlio ia ao porto tentar retirar as viaturas, faltava um documento e as taxas portuárias não paravam de aumentar. Fortunato não estava errado: desfrutei de um delicioso almoço e das histórias de Júlio no Oriente Médio.

Um ano depois viajei a Moçambique após de ter passado por Ruanda e ter sido testemunho do êxodo do retorno dos refugiados hútus desde os campos de refugiados que se armaram no antigo Zaire. Saía do prédio da OTC em Maputo quando me topei com um homem o rosto do qual era familiar para mim. Quando me viu, me cumprimentou: «Olá! Sou Júlio. A gente se conheceu em Jericó. O mundo é uma aldeia!» Perguntei o quê estava a fazer lá. «Moçambique é a minha casa», me respondeu. Continuava a viver em Israel e a lutar

contra todos os elementos, mas Moçambique era para ele mais do que um lugar de férias.

Júlio Cihuelo deu muitas voltas pelo mundo antes de assentar-se definitivamente em Moçambique. Nasceu em 1938 no casario familiar de Izaga, nas montanhas de Guipúzcoa. A sua família tinha vacas, vendiam leite, e a sua mãe fazia queijos. Eram os tempos da pós-guerra espanhola. «Na minha casa havia comida, não faltava de nada; mas nos sentíamos vigiados.» Estudou num internato dos Padres das Escolas Cristãs de Fuenterrabia, «foi uma educação terrível e espartana»; depois foi estudar engenharia industrial a Bilbao. Em 1954 ganhou uma bolsa dos pastores bascos dos Estados Unidos para estudar durante três anos engenharia de componentes para automóveis em Denver, Colorado. Durante as férias, costumava ir até México com amigos basco-navarros. Com vinte e um anos voltou a Espanha. Júlio fez o serviço militar obrigatório em Tetuão, antes da assinatura dos acordos que devolveram a cidade a Marrocos. Foi transferido como alferes às Forças Nómadas Blindadas de Ain-Samara, no Saara espanhol, perto da fronteira com a Mauritânia, onde lutou contra as tropas marroquinas. Após de se ter licenciado, encontrou emprego numa companhia de transportes em Barcelona.

Em 1966 foi contratado por uma empresa para fazer habitações prefabricadas em Basora, no Iraque, durante três anos. «Os *bunkeres* de Saddam Hussein foram construídos pelos alemães, mas o revestimento interior foi feito pela Espanha», me disse. «Adorei Babilonia. Como tinha lido tanta história sagrada nos primeiros anos de estudo na escola, quando ia aos lugares bíblicos, falava para mim: “Isto aqui eu já li”. E naquele momento via-o com os meus próprios olhos.» Enquanto esteve no Iraque vivi um dos inúmeros golpes de Estado contra Saddam.

Do Iraque foi trabalhar a Nairobi, Quênia, num projeto de construção de moradias. Mais tarde a Lagos, Nigéria, para trabalhar na ampliação do porto da cidade. «Todos esses eram projetos de contrapartida: ia com contratos do governo espanhol. A cooperação espanhola ainda era fraca.» Depois, trabalhou no Congo Brazzaville, em Douala, nos Camarões, e em Libreville, no Gabão. Entre 1979 e 1986 viveu na Argélia, «um país maravilhoso». «Adorava o deserto. Ali mudei o meu ritmo de trabalho por causa do calor. Passei a dormir durante o dia e a trabalhar à noite, que era quando visitava as obras.» Da Argélia partiu para a Guiné Equatorial, onde participou na construção da defesa do porto de Bata. Então, viveu uma experiência terrível: a violação e o assassinato de uma jovem religiosa espanhola.

Depois da Guiné Equatorial voltou a Barcelona para trabalhar na construção do túnel de Vallvidrera e na manutenção da maquinaria das obras do porto da cidade. Um tempo depois propuseram-lhe um projeto similar em Tenerife, nas ilhas Canárias. Uma semana antes de viajar para as Canárias, a empresa lhe perguntou se queria ir a Moçambique. «Eu nunca tenho estado tão no sul da África», respondeu, e aceitou. Ao chegar ao aeroporto de Maputo, o oficial no controlo de passaportes perguntou-lhe o que é que vinha fazer em Moçambi-

que. «Eu disse que gostava muito da África e que vinha ajudar o povo moçambicano.»

No aeroporto estava à sua espera Txabi Anuzita, o seu novo companheiro de trabalho, que tinha chegado meses antes ao país para fazer a formulação de um projeto para um campo de refugiados – deslocados internos – do conflito moçambicano. Anuzita tinha pensado demorar apenas um mês e meio em fazer o desenho do campo em Marracuene, mas este demorou três meses e voltou a Bilbao para entregar o informe à AECID. O projeto nunca se implementou. Três meses mais tarde decidiu voltar a Moçambique «sem trabalho, sem autorização de trabalho e sem dinheiro». Txabi Anuzita me contou há umas semanas em Bilbao enquanto tomávamos café perto do Centro Unesco do País Basco, onde trabalha como gerente, que no avião conheceu um sujeito da empresa TERSA, que trabalhava no projeto de recolha de lixo em Maputo e decidiu contratá-lo como técnico. O projeto estava financiado pela Cooperação espanhola, a câmara municipal de Barcelona e o Banco Mundial. As autoridades moçambicanas decidiram trazer uma das etnias de Inhambane para trabalhar na recolha do lixo de Maputo; era um trabalho absolutamente humilhante que ninguém queria realizar. Pagavam-lhes tão pouco que não tinham nada para comer. Em fevereiro de 1992 partiu para a Beira com um projeto idêntico. A Beira não tinha sistema de recolha do lixo. O Banco Mundial dava dinheiro para financiar uma estrutura com camiões e contentores. Foi então quando chegou Júlio Cihuelo.

«A nossa relação foi muito intensa. Júlio era uma pessoa doce, agradável e amável. Era maravilhoso. Foi para mim um grande amigo. Vivemos mil aventuras juntos», me disse. «Adaptou-se muito rápido, tinha uma relação muito especial com os trabalhadores locais e não tinha horários.» Júlio Cihuelo foi o responsável pelo projeto da parte de parques, jardins e construção. «O trabalho era muito interessante: deitar a sucata do parque do município, montar uma oficina e revisar todas as viaturas e as máquinas que havia.»

Ao contrário do que acontecia em Maputo, as pessoas encarregues da recolha do lixo na Beira eram vizinhos da cidade. Txabi Anuzita me contou que em 1992 houve uma fome muito grande no país e as pessoas iam ao lixo à procura de comida, «e nós a tirar essa possibilidade a eles!» O projeto da Beira era complexo. No meio da guerra com a Renamo, o calor e a humidade, trabalhar no assunto do lixo era horrível. «Montamos um sistema de recolha muito potente. A cidade ficou limpa.» O projeto durou um ano. No fim de 1992, já prestes a voltar à Espanha, ofereceram-lhe a direção da AECID como responsável pela OTC. «Interessou-me, e a mudança, em vez de a Bilbao, a fiz da Beira para Maputo.» Júlio substituiu Victor Lezama, que foi o primeiro coordenador e que esteve no cargo até fevereiro de 1996.

A guerra machucava toda aquela parte do país. Dentro da cidade da Beira, o conflito não se sentia, mas nos arredores, a Renamo atacava repetidamente para destruir as linhas de eletricidade e roubar comida e novos recrutas. «Eu vivia na praia, perto da casa do governador», me disse Júlio. «As vezes, a

Renamo fazia incursões por um extremo da praia e o exército da Frelimo pelo outro, de tal maneira que o fogo cruzado se produzia diante da minha casa.» Júlio vivia na parte de cima de uma casa de dois andares. Um dia apercebeu-se de que o seu corpo via-se do lado de fora por uma grande janela e era o alvo franco das balas. «Deitei o colchão no chão numa esquina de um quarto sem janelas e todo eram paredes, lá dormi durante um tempo.»

Na Beira, Júlio Cihuelo conheceu a Rabia, uma rapariga moçambicana de origem indiano. Trabalhava na loja de ferragens da sua família, onde ele ia com frequência comprar ferramentas. Era a sobrinha do dono. Tinha vinte e quatro anos e Júlio superava os cinquenta. Rabia era muçulmana. A relação era a sério. Falaram em casar, mas o pai de Rabia exigia a conversão dele ao Islão. «Eu sou muito tolerante com as religiões, mas a minha mãe ainda vivia, tinha noventa e oito anos, e era uma católica muito piedosa. Converter-me ao Islamismo tivesse sido condená-la à morte. Aliás, tenho um irmão frade.» Continuaram a namorar durante um tempo, mas a condição de converter-se ao islão foi insuperável. Aí, a relação acabou.

Em 1994 a cooperação espanhola e a Câmara Municipal de Barcelona propunham Júlio Cihuelo ir a Israel. Chegou a Jerusalém para estabelecer a Oficina Técnica de Cooperação. Realizou projetos municipais de limpeza e saúde em Jericó, Nablus e Hebrom. Também administrou projetos com os beduínos jordanianos no deserto de Wadi Rum, aos quais foram entregues cabras e viaturas 4 x 4 para levar os turistas pela rota de Lawrence de Arábia.

Em 1999 procuraram-lhe um substituto e ofereceram-lhe voltar a Moçambique para implementar um grande projeto no bairro do Zimpeto que incluía a construção de um centro de formação profissional, diversas moradias e as infraestruturas básicas de água e eletricidade. Localizou a Rabia, que ainda continuava solteira. Decidiu converter-se ao Islão porque a sua mãe tinha falecido. «Adotei o nome de Jalil, que é o nome de Hebrom em árabe», me contou. «Rabia chama-me Júlio. Aquelo foi um mero trâmite. Naquele mesmo ano a gente casou e construímos esta casa.»

A casa de Júlio Cihuelo está na Matola, um município nas aforas de Maputo, a 15 km aproximadamente, onde a classe média moçambicana se tem instalado devido ao alto custo da habitação na capital. Júlio tem construído a sua moradia aos poucos, com os seus próprios meios. É uma casa ampla e simples, de um só andar. Tem um jardim com relva, plantas e algumas mangueiras. Cumprimentei à mulher e à filha de catorze anos. Júlio me propôs mostrar-me a sua quinta onde cultivava árvores frutíferas num talhão de cinco hectares «que dá para distrair-se», a 25 km da sua casa e em direção à fronteira com a Suazilândia. Montamos no seu barulhento e velho *pick up*. A estrada corria por uma planície fértil de terra escura e um verde deslumbrante pela chuva recente. O perfil das montanhas azuladas da Namaacha fechava o horizonte. Júlio cumprimentava os polícias que patrulhavam a estrada. «Conheço muitos», exclamou. «Ajudei à missão da Guarda Civil em Michafutene para a formação da polícia de viação.»

Júlio acumulava histórias da sua vida. Falava devagar, com um tom suave e um sotaque contagiado do português. É de estatura média, cabelo branco e tem um bigode pouco denso. Tem o rosto moreno e sulcado por profundas rugas. Conserva um físico ágil e jovial. Está reformado desde há uns anos atrás, mas continua a trabalhar na construção de fincas frutícolas junto do seu concunhado, Faruk Osman (deputado da Assembleia da República e Presidente dos empresários da província). Dá uma mão em algum projeto de cooperação e cuida da sua quinta, «que ainda não produziu benefício nenhum, só gastos». O resto do dia escreve as suas memórias e poesia. Júlio tem um grande sentido de humor, é de modais amáveis e gentis, como tirados de uma outra época.

Deixamos o alcatrão e conduzimos por um caminho de matope entre campos de cultivo. O céu estava coberto e o calor era intenso e húmido. Ultrapassamos um portão. Dois empregados a transpirar abundantemente cumprimentam-no. «Tudo bem?». «Tudo.» «Viram crocodilos?», perguntou-lhes. «Não, hoje não.» «Crocodilos!», espantei-me. «Sim, há crocodilos», disse despreocupado, como se estivéssemos a falar de coelhos que entram na sua machamba a comer cenouras. «O outro dia um crocodilo comeu uma pessoa», me disse. «Bom, não comeu inteira. Só a cara, um braço e a perna. Depois recuperaram o corpo». Descemos do carro e aproximamo-nos de um pequeno remanso de água que formava o rio para ver se podíamos ver algum. «São enormes», acrescentou. Nunca soube se era verdade o só queria assustar-me. Júlio dava instruções aos seus empregados para cortar o alto capim que bordeia o rio por onde passeiam os crocodilos. A barragem transbordava de água. «Quando os sul-africanos têm água demais, abrem as suas comportas e inundam isto tudo», queixou-se.

Júlio Cihuelo cultivava nêspersas, líchias, caju, goiabas, pêssegos, maçãs, granadas, mangas, laranjas e limões. Também tem plantas de pipi-piri, feijão-verde, morango e outros vegetais. «Vendo a fruta, ainda que até agora só tenho investido». Me explicou que o sistema de venda é muito particular e antigo. Enchem uma lata de vinte litros de pintura vazia com a fruta e pagam tanto dinheiro a lata. «Eu cometi um erro quando plantei tanta laranja, por isso de ser espanhol (as «valencianas») que se cultivam na região de Nelspruit, na África do Sul», lamentou com uma gargalhada.

Ele adquiriu o talhão há quatro anos através da sua mulher, que pelo fato de ser moçambicana tinha direito a solicitá-lo ao departamento de agricultura. A parcela vizinha pertence à presidenta da Assembleia da República, Verónica Macamo. «Antes tudo isto era mato. Capinei a mão e plantei as árvores.» Isso foi antes de comprar um trator de segunda mão na África do Sul.

No ano 2000, o ano das cheias, Júlio viu-se envolvido, a pedido do embaixador da Espanha, no transporte dos militares que se tinham deslocado ao país com o hospital de campanha. Depois do projeto de Zimpeto, Júlio pediu uma licença à cooperação espanhola para trabalhar com Caritas Internacional em cento e vinte e oito projetos entre o rio Save e a Ponta Do Ouro. «Eu visitava todos os projetos. Quase todos os projetos eram principalmente de reabilitação

de água, saúde, etc. porque todo ficou destruído pela chuva e as pessoas não tinham nada de nada.» Em 2003 passou a administrar a construção de hospitais em diferentes províncias. «Muitas das doações para estes projetos eram de mulheres espanholas anónimas. Lembro-me que uma dessas mulheres doou dez milhões de euros.» Nesse ano reformou-se, mas continuou a trabalhar para a AECID como pessoal local em diversos projetos de cooperação. «Já não quis sair de Moçambique.» O último trabalho foi a inspeção de qualidade da construção da câmara municipal da Namaacha, financiada pela AECID. «Agora ajudo de maneira voluntária a construir um novo convento a umas freiras de clausura (umas freiras clarissas que têm trocado Burgos por estas terras), porque o convento delas é muito pequenino.»

«Tenho tido uma vida nómada, de peregrino», ria-se. «Uma vez li um livro de Richard Burton (o explorador, não o ator, esclarece-me), e de alguma maneira me identificava com ele. Tem sido uma vida com a que tenho curtido muito. Adormecia feliz e acordava muito cedo a pensar no dia fantástico que ia viver.»

Uma viagem pelo norte desde os manguezais

O

avião sobrevoou a península de Pemba a baixa altura. O mar, de intensa cor verde e turquesa, perfilava a extensa baía em forma de rim. O aparelho fez uma viragem pronunciada para encarar a língua de areia onde estava a pista do aeroporto. Na sala de chegadas, estava Jesus Pérez à minha espera, cônsul honorário da Espanha em Pemba e responsável pela cooperação espanhola na província de Cabo Delgado. A gente se tinha conhecido dois anos atrás, mas depois só encontrámo-nos mais duas vezes. Deixamos o aeroporto em direção à cidade. O sol caía pesadamente. O calor era opressivo e pegajoso, a luz ofuscante. Depois de um breve passeio pela praia, onde os pescadores operavam em pequenas embarcações com artes de pesca artesanais, Jesus levou-me almoçar ao restaurante Kauri, no porto. Sentamo-nos numa fresca esplanada sobre a baía a olhar o atarefamento nos cais.

Porto Amélia, nome colonial de Pemba, se erigiu ao redor do porto, que data da última década do século XIX. Na verdade, antes do porto não existia a cidade. A capital das províncias do Niassa e Cabo Delgado estava na ilha do Ibo, no arquipélago das Quirimbas. Ibo era um lugar excelente para a defesa do comércio marítimo, principal atividade da região. Só em 1902, quando o comércio de algodão ganhou importância, as autoridades trasladaram a atividade do porto de Ibo a Porto Amélia, que tinha umas condições naturais muito boas para as novas exigências. Além do porto de Ibo, que manteve uma pequena atividade até o seu declínio depois da independência, os administradores da cidade também trasladaram a capital ao continente.

Em 1997, Pemba apenas possuía vinte e sete mil habitantes. Hoje ultrapassa os cento e cinquenta mil. Esse incremento deveu-se não só ao efeito chamada das recentes prospeções de gás e petróleo no norte do país, senão também ao magnetismo que a cidade tem provocado nos últimos anos na população rural. Durante o almoço, Jesus Pérez me explicou que, devido ao descobrimento de hidrocarbonetos, a província de Cabo Delgado receberá nos próximos anos

inversões milionárias e se tornará o epicentro da prosperidade de Moçambique. Porém, Jesus receia que esses frutíferos negócios causem graves desajustes sociais e talvez conflitos entre o governo, as multinacionais e os cidadãos. «As classes médias e altas serão as beneficiadas, mas as mais baixas poderão ficar excluídas do progresso», lamentou-se.

Cabo Delgado tem uma superfície de 62.000 km² e um pouco mais de um milhão e médio de habitantes. Cinquenta e três por cento da população é muçulmana e trinta e sete por cento, cristã. A maioria dos habitantes se dedica à agricultura, à pesca e a silvicultura (florestas e montanhas), ainda que nos últimos anos há uma tendência crescente nos setores secundário e terciário. A esperança de vida é de trinta e seis anos, o número médio de filhos por mulher é de seis e a taxa de mortalidade infantil é de 123,3 por cada mil crianças nascidas vivas. As pessoas morrem principalmente de malária (30,6 %) e SIDA (20,7 %). Uma de cada três famílias não tem acesso a água potável. A taxa de analfabetismo é de 66,6 %, dos quais, 80,9 % são mulheres, e a metade das crianças em idade escolar está fora do sistema.

Jesus Pérez escolheu Moçambique para fazer o seu doutoramento em antropologia quando acabou os seus estudos de Humanidades na Universidade de A Corunha. «Eu queria trabalhar em África. Não me importou não dispor de financiamento.» O vinte e sete de janeiro de 2000 chegou ao aeroporto de Maputo sem dinheiro e sem contatos. «Falei para mim: “o que é que estou a fazer metido cá!» Se hospedou no hotel Hoyo Hoyo, um modesto estabelecimento com os serviços básicos, mas apercebeu-se cedo que nem sequer poderia ficar lá por muito tempo. Acabou por se instalar no bairro de Maxaquene, um subúrbio de Maputo, num quarto alugado sem água corrente. Durante quatro meses visitou diferentes departamentos da Universidade Eduardo Mondlane e os arquivos da cidade. Depois, passou uns meses na Universidade Católica da Beira, onde começou a perfilar o que era Moçambique e o que poderia fazer. Entrou em contato com a Embaixada da Espanha. Lá falou com Juan António Pita, coordenador da OTC. «Conheci ele, falamos dos meus projetos e disse-lhe que estava interessado na província de Cabo Delgado pelas suas características históricas.»

Entre 1995 e 1999, a AECID e a UE tinham financiado a elaboração do *Livro Branco dos Recursos Naturais da província de Cabo Delgado*, um estudo sobre o chão, fauna, recursos turísticos, hidrografia, agricultura e minerais da região. Uma vez elaborado, o governo de Moçambique solicitou à AECID pôr em prática as recomendações estratégicas recolhidas no documento. Juan Pita lhe apresentou Carlos Pérez, a pessoa à frente do programa da cooperação espanhola naquela província e fizeram amizade. «Eu perguntei-lhe como era Cabo Delgado.» A resposta foi desalentadora. Porém, «chamei o meu diretor de tese a dizer que a minha vontade era fazer a tese em Mueda, um distrito de Cabo Delgado». Uma semana depois, deixava Maputo e punha rumo a Pemba, dois mil quilómetros em transporte público (chapas e machimbombos) por estradas em péssimo estado.

«Fui a Mueda sem saber nada do lugar e sem contatos», me contou Jesus. Viveu numa palhota de caniço e barro, e para fazer o seu trabalho de campo deslocava-se numa velha carrinha. Cada mês e meio regressava a Pemba. Uma vez foi fazer umas entrevistas numa aldeia remota, onde não tinham visto um branco desde a época colonial. Reuniu-se com o chefe local e este pediu-lhe a *Guia de Marcha*, um documento que durante a guerra civil servia para poder deslocar-se, mas que depois foi abolido. Jesus mostrou-lhes todos os papéis que ele tinha e disse-lhes que já não era preciso ter a «guia». Não conseguiu convencê-lo e foi preso. O seu tradutor teve que voltar à sede do distrito para dar conta do incidente. «Meteram-me três dias numa casinha sem teto. Era a estação das chuvas. Os mosquitos e outros bichos comeram-me.» No terceiro dia à noite chegou o seu intérprete com um documento. Reuniram-se todos ao redor do papel. O papel passou de mão em mão, observaram-no de trás para frente. «Apercebi-me que poderia ter evitado os três dias de cativo se lhes tivesse dado qualquer papel.» Libertaram-no e foi convidado a ficar para fazer o seu trabalho na aldeia.

Jesus Pérez me explicou que muito provavelmente as picadas dos mosquitos durante aquelas três noites que passou na cabanha lhe causaram uma malária cerebral. Regressou a Pemba grave. Foi levado ao hospital. Entrou meio em coma sem poder falar. Aplicaram-lhe quinina por via intravenosa. O médico deu-lhe por desenganado. Acordou um dia e médio depois. Vicens, um amigo espanhol, levou-o para a sua casa, onde acabou por curar-se.

Jesus regressou a Espanha após ter concluído o trabalho de campo para escrever a tese. Enquanto isso, a AECID convocou uma vaga, ele apresentou a sua candidatura e a ganhou. Depois da leitura da tese, voltou a Cabo Delgado para ocupar a vaga. Nesse ano foi redigido o documento de Estratégia de País para 2005-2008, coordenado por Juan António Pita e no qual Jesus Pérez tinha participado. «Juan Pita foi a pessoa a sentar a bases da cooperação espanhola no país, uma maneira de trabalhar, uma filosofia e um legado que têm chegado até hoje», afirma Jesus. O ano 2005 representou uma nova fase de consolidação e crescimento da cooperação espanhola. Cabo Delgado destacou como uma prioridade para a AECID. A província supôs um crescimento exponencial de projetos, dinheiro e pessoal. Mais de doze milhões de euros anuais. Chegaram a trabalhar na província dezassete ONG espanholas entre 2007 e 2010, «os anos dourados». Durante esse período se trabalhou nos setores de saúde, educação, desenvolvimento rural, agricultura, governação e apoio às associações da sociedade civil.

A partir desse momento tudo se precipitou em cadeia. Em 2008, Jesus Pérez foi contratado como responsável pelos projetos da AECID. Um ano mais tarde como responsável pelas organizações espanholas de toda a província quando Carlos Pérez, seu antecessor neste cargo, foi-se embora. Em 2009 foi nomeado o cônsul honorário da Espanha. Um ano depois, assinou-se o Memorando de Entendimento entre a AECID e o governo provincial, que chegou a contar com três milhões de euros de orçamento e criou um modelo de trabalho que ganhou

personalidade própria. Pela primeira vez, implementou-se a nível local a metodologia PEFA (*Public Expenditure and Financial Responsibility*), um instrumento desenvolvido pelo Banco Mundial para a análise dos sistemas de gestão das finanças públicas dos estados. «Foi uma bomba que chegou a Washington!», exclamou Jesus Pérez. O programa realçava através de vinte e dois indicadores, as fraquezas do sistema e permitia melhorar as boas práticas de gestão pública. «O objetivo era atuar sobre essas fraquezas. Madrid aceitou o desafio e começou a funcionar em pleno. Agora somos a inveja de todos os doadores. Dos vinte e dois indicadores, tem-se avançado em nove. Não é só um sucesso da AECID, mas de todos: administradores locais, governo, instituições, etc.»

A relação da AECID com as autoridades políticas de Cabo Delgado tem sido muito franca e de muita confiança, opinou Jesus. Ambas precisaram de flexibilidade para atingir acordos satisfatórios e de muita vontade para aprender e progredir. Houve também momentos complicados, de diferenças e de discussão; mas sempre chegaram a um acordo final por consenso. «Temos estado lá quando eles precisaram e eles também quando nós precisamos. Há um carinho e uma simpatia infinita e de proximidade para a cooperação espanhola cozinhado durante muitos anos.»

Cabo Delgado tem experimentado recentemente um processo de crescimento graças às prospeções de gás e outros recursos minerais. Até 2005, os avanços tinham sido modestos. A pobreza estava enquistada e as infraestruturas estancadas. A esperança de progresso naqueles anos era mínima. Em 2006 se produziu um leve aumento nas perspetivas turísticas graças à combinação de fauna, praia e património. Aumentaram os negócios e criou-se algum dinamismo no âmbito hoteleiro. No entanto, em 2009 e 2010, o balão do turismo se desinflou. Apesar do furo, o governo realizou mais investimentos em Cabo Delgado. Melhorou a rede de estradas e o sistema sanitário. A taxa de desenvolvimento subiu do último ao terceiro lugar do país. Com isto, melhoraram a esperança de vida, a alfabetização e, em menor medida, o ordenamento do território, mesmo que o ponto de partida era muito baixo. O ano 2011 foi chave. Começou-se a falar em gás e petróleo. Grupos privados chegaram à região e realizaram estudos dos recursos naturais: grafite, rubis, carvão, madeira e ouro.

Jesus Pérez me levou a tomar um refrigerante ao luxuoso hotel Pemba Beach, nas aforas da cidade. O local goza de uma movimentação constante de clientes. Todas as mesas estavam ocupadas, a maioria por homens de negócios chineses, italianos, portugueses, sul-africanos e norte-americanos. Os pratos do cardápio tinham preços só para bolsos endinheirados. Disfrutamos da agradável brisa do mar e de um bonito entardecer. Jesus me explicou que têm-se criado expectativas locais, nacionais e estrangeiras. As inversões que as companhias estrangeiras extrativas de recursos naturais fazem, têm gerado a aparição de empresas de serviços que facilitam o trabalho de prospeção. O fluxo de milhões de euros que circula tem inflado o orçamento do Estado.

Os jornais moçambicanos informam assiduamente dos impactos no ambiente e dos conflitos com as populações locais que provocam a chegada de algumas empresas extrativas nas terras onde estão se estabelecendo. Alda Salomão, advogada especializada em direito ambiental, me tinha contado um ano antes no seu escritório de Maputo que nos últimos cinco anos houve uma corrida de investimentos estrangeiros para ocupar terras em Moçambique com a escusa de que se trata de uma ocupação de terras para desenvolver projetos económicos com impactos benéficos para o país. Alda Salomão é a diretora do Centro Terra Viva, uma associação que luta pelos direitos dos habitantes das terras ocupadas. Salomão me disse que todos os grandes projetos que ocupam terras de mais de dez mil hectares estão sujeitos à legislação ambiental, mas que a lei não é aplicada com rigor. Aliás, estão a ser priorizados os projetos de investimento por diante dos direitos das populações à posse da terra. Respeitar os seus interesses garante a estabilidade social. «Não deve acontecer que, de cada vez que há um novo projeto de investimento, as populações sejam deslocadas e reassentadas em outros lugares, sem ter a certeza que esse novo projeto não voltará a tirá-las de lá outra vez para reassentá-las em outro lugar.» Na opinião de Jesus Pérez: «se não se tem a capacidade para analisar e para identificar as necessidades, perde-se a possibilidade de que o desenvolvimento do país seja efetivo além de perder os recursos». Alguns investimentos têm gerado muitos recursos e desestimulado a promoção da atividade económica de outros setores. Isso acontece com o setor imobiliário, por exemplo, onde se gera a especulação pelo incremento do preço do terreno que alimentam as prospeções.

Cheguei a Pemba quando Jesus estava prestes a viajar para a Galiza com a sua mulher e a sua filha por um período de sete meses. Depois de quinze anos em Moçambique, precisava de um tempo de reflexão e de descanso junto da sua família. Durante todo esse período fora de África ele pode disfrutar «da boa literatura, da chuva nos cristais, do fogo na lareira e da comida da minha terra», escreveu-me recentemente num correio eletrónico à sua volta a Moçambique. Jesus Pérez fala devagar e com voz suave. É uma pessoa cortês e educada. Tem o cabelo escuro, a pele clara, é forte e pequeno. Em 2014 recebeu a Cruz de Isabel a Católica. «O meu trabalho é parte do saldo de uma dívida que tenho contraído com este país, com as pessoas e com a AECID.» Após do intervalo desses sete meses na Espanha, tem voltado mais descansado e com vontade de continuar à frente com tudo o que deixou atrás. Jesus tem retomado o seu cargo como responsável de projetos de cooperação em Cabo Delgado e o de cônsul honorário em Pemba.

Pemba é uma cidade animada e colorida. Descende desde a zona mais elevada, onde se localizam as lojas, os bancos e outros serviços, até Paquiteque, a antiga aldeia de pescadores, e a baixa, perto do porto. Esta é a parte mais antiga de Pemba, com velhas casas coloniais. A vida efervesce nos bairros populares de Ingonane, Natite e Kariako. Na rua do Comercio, um grupo de mulheres se aglomera ao redor de montes de calamidades, peças de roupas de segunda mão que se vendem em muitos mercados de Moçambique. Chegam

ao país desde a Europa através de doações às organizações humanitárias. Os fundos das vendas usam-se para projetos sociais.

À manhã seguinte estava convidado a matabichar na casa que as Filhas de Jesus têm no centro de Pemba. A ordem estabeleceu-se em Moçambique em 2000 procedente de Brasil. Maria Josefa Pérez, Pepita, e Pilar de la Puerta são duas freiras da ordem de Jesus que se dedicam ao ensino de crianças e jovens. Começaram na paróquia de Meteoro, a noventa quilómetros de Pemba, com uma creche. «Antes, as crianças assistiam às aulas em baixo de uma mangueira. Não havia escola», disse Pepita, «nem se preparavam para aprender». Também trabalharam no âmbito da medicina natural e na promoção das mulheres. Organizaram programas de alfabetização para ensinar aos cidadãos o que era «a constituição, as suas leis e a autêntica democracia». Desde a diocese participaram na criação de uma escola de cidadania, ética e desenvolvimento, desde onde intentam paliar os efeitos de «tanto tempo de destruição e de guerra». Pilar me contou que a mentalidade que ficou é difícil de mudar. «Eles veem o branco como alguém que vêm dar», acrescentou Pepita. «Não assumem responsabilidades. Nós gostaríamos que as mudanças foram rápidas, fazer as pessoas sustentáveis, não só com dinheiro, mas com responsabilidade.»

Matabichamos numa estreita varanda junto da porta de entrada da casa, onde as missionárias serviram chá, pão e geleia caseira de fruta local. Durante a conversa me contaram que, apesar dos seus esforços, as possibilidades que têm são poucas perante os desafios que vêm de fora. «Olhamos para os “gigantes” – os megaprojetos mineiros – que vêm e as pessoas os consideram uma grande oportunidade. Querem tirar proveito rápido e obter benefícios com a venda de tudo o que eles têm, a qualquer preço.» Enquanto Pepita me ofereceu um pedaço de bolo recém-feito, me disse que era muito importante que as pessoas das zonas rurais conhecessem a lei da terra, os seus direitos, para a os poder proteger. «O pior especulador é o próprio chefe da aldeia», disse Pilar. «Nunca antes tinham tido nada e agora têm a possibilidade de tirar algum proveito. Tudo isso é a herança de um passado de miséria e pobreza.»

Vendem as suas terras, a terra de todos, a terra da comunidade, e vendem a sua madeira. O conceito de propriedade é atual. Antes, a terra não tinha dono nem limites. Usava-se segundo a necessidade de cultivar para a subsistência. Recentemente têm compreendido que a propriedade privada da terra é um capital que dá-lhes benefícios, que tem dono e limites. «Isso é terrível», lamentou-se Pepita, «porque isso não proporciona melhora nem dá-lhes riqueza. Não estão preparados para participar nesse fenómeno, que é o negócio da terra e da especulação». Essa realidade, na sua opinião, vê-se melhor desde a cidade que desde uma aldeia pequena onde a pobreza marca tudo.

«Tem sido muito difícil com estas características poder sentar e tomar decisões estratégicas perante estes desafios», me disse Pilar. «Nós somos estrangeiras e só podemos acompanhar», adicionou Pepita. «Aceitam a nossa impulsividade e as nossas mancadadas», mas «têm claro que já foram colonizados uma vez e não querem mais». «As pessoas são muito aconchegantes. Têm vontade

de procurar o entendimento e ultrapassar as dificuldades. Os nossos projetos, sem as pessoas, não tiveram sido possíveis.» «Nós não marcamos o passo», apontaram ambas às duas irmãs. «Temos que encontrar o seu passo e caminhar no seu ritmo».

As religiosas duvidavam de se o país saberá abrir-se a uma democracia plural e real, onde os cidadãos sejam tidos em conta e possam estar envolvidos. Tinham a certeza que o desenvolvimento passará por uma mudança política «que poderia estar a produzir-se».

«O petróleo, o gás, os rubis, a grafita... Cedo vai acontecer o que aconteceu no filme *Diamantes de sangue*», disse Pepita entre risos. «O nível de vida é muito caro e as pessoas não vão poder viver cá, só as pessoas do porto, os homens de negócios, os funcionários e as ONG.»

As duas religiosas receiam do que a minaria trará consigo. O que está a acontecer agora já é escuro e tenebroso, diziam, e isso que ainda apenas estão a explorar. Pilar e Pepita estavam-se a referir ao tráfico de seres humanos que acontece por essa via desde a Somália, o Sudão e o Congo, e que atravessa Moçambique de caminho para a África do Sul. Mas também à exploração sexual das jovens e ao tráfico de órgãos, especialmente de crianças, para o fetichismo. «Imagine quando o material (mineral) aparece.»

Jesus Pérez deixou-me nas mãos de Dias, um motorista da sua confiança que trabalha para a AECID desde há dez anos, para fazer a viagem pelo Norte. Marcos Guilherme Dias é um indivíduo alto e atlético da etnia dos machuabos, com as extremidades longas e as mãos fortes. Tinha o cabelo curto e um bigode fino e recortado. Tem o nariz largo e os olhos puxados e separados. Apareceu vestido com uma camisa de quadros azuis e umas calças brancas. Fala rápido e tem a voz forte. É um sujeito engraçado e brincalhão. Conhecia algumas palavras em espanhol, essas que não constam no dicionário do bom uso da língua.

Sáímos de Pemba em direção norte para ir à ilha de Ibo por uma estrada alcatroada e estreita. O sol brilhava alto no céu africano. A rota corria pela terra dos macuas, por uma planície de areia vermelha e desflorestada, onde apenas havia arbustos e árvores baixas. Cruzamo-nos com dezenas de potentes camiões que transportavam volumosos troncos. Dias me disse que a madeira era para os chineses, que estavam a esgotar as grandes florestas de Moçambique. Viam-se centenas de casinhas quadradas e redondas, de paredes de barro e teto de caniço, espalhadas pela paisagem. Um par de horas depois deixamos a estrada alcatroada e entramos num trilho de argila. Durante a estação das chuvas, estes caminhos são intransitáveis e muitas aldeias ficam isoladas. Entramos no Parque Nacional das Quirimbas. Um cartaz advertia que o parque é um espaço protegido para a fauna e a flora. A população da reserva é principalmente da etnia maconde. Seus moradores convivem com gazelas, elefantes, macacos e algum leão. Existe a caça furtiva de elefantes para a venda ilegal de marfim. A população, aliás, caça gazelas e macacos para consumir a sua carne. «Os macondes gostam da carne de macaco», comentou Dias. «É muito gostosa.»

Viam-se colunas de fumaça cinza que se elevavam por cima de grandes árvores. Eram queimas controladas para ganhar terreno à floresta e abrir um clarão para as machambas. Havia machambas de milho, mandioca e amendoim. O terreno era ondulado. Por cima da floresta apareceu o mar anil. O sol tinha começado a declinar, mas ainda restavam umas quantas horas de luz para fazer a travessia até a ilha de Ibo.

O Parque Nacional das Quirimbas tem uma parte continental e uma outra insular. Na parte insular há uma dúzia de ilhas, das quais Ibo é a mais importante. Só umas poucas estão habitadas e têm uma longa história; outras estão despovoadas, mas no seu conjunto formam um dos arquipélagos mais belos deste lado da África. Esta região já era um importante enclave do comércio árabe quando os portugueses chegaram cá no século XV.

O caminho acabava em Tandanhangé. Desde este ponto partem as embarcações para as ilhas. No centro da esplanada havia um grande embondeiro onde os viajeros conversavam à sombra com os carregadores, que levavam as mercadorias por umas quantas moedas. As embarcações flutuavam a poucos metros da costa em águas pouco profundas do manguezal. Foi preciso arregaçar as calças até os joelhos e caminhar por um fundo de lama até a embarcação. Partilhamos a travessia com quatro mulheres vestidas com capulanas de vivas cores. O capitão, um homem maduro com um chapéu de croché branco muçulmano, era ajudado por um jovem encarregue de evitar chocar com o resto de barcas.

A barçaça de madeira avançou devagar pelo labirinto do manguezal impulsionada pelo velho motor que desprendia um forte cheiro a gasolina. A travessia apenas é possível com a maré cheia. O mar estava agitado e o vento soprava em contrário. Fizemos a maior parte dos quarenta minutos do trajeto até a ilha de Ibo ao abrigo dos manguezais. As mulheres cobriam o rosto com o extremo das capulanas. Cruzamo-nos com algum *dhow* lotado de passageiros e mercadorias que avançavam agilmente por entre as ondas. A barçaça internou-se num canal formado por florestas impenetráveis de manguezais. No fundo surgiu o perfil de Ibo. Passamos o embarcadouro, que está no extremo oeste da ilha, e continuamos até uma estreita praia fechada por velhas construções à beira da água.

O dia estava quase a morrer e o sol esmaeceu até sumir. A noite caiu de repente. Em questão de minutos atirou-se sobre nós a escuridão mais absoluta. Hospedei-me no hotel Miti Miwiri, um local despretensioso, mas com encanto, de dois andares, com jardim e piscina, administrado por Jörg, um jovem austríaco. Ocupei um quarto amplo, com rede mosquiteira, ventilador de teto e uma varanda que dava à rua principal, balizada por entulhos de casas.

Tinha marcado um encontro para jantar com Luís e Isabel, responsáveis pelos projetos da Fundação Ibo na ilha. Caminhei até a Ponte Cais, na outra ponta da ilha, por ruas escuras junto das silhuetas em penumbra das casas em ruínas. O lugar do jantar não tinha nome, estava perto do embarcadouro. Um par de compridas mesas de madeira colocadas na varanda de uma simples

palhota, também de madeira e teto de palma, o local era dirigido por um pitoresco casal: Florencia, uma argentina magra e pequena, e James, um escocês que desde a adolescência mora em Moçambique. O jantar consistiu num delicioso menu a base de peixe grelhado, lagosta, frango com molho de amendoim, legumes e arroz de coco.

A Fundação Ibo foi criada em 2002 por um grupo de banqueiros e empresários catalães para promover o desenvolvimento económico e social da população da ilha. Luís Álvarez Mora é a alma da fundação. Chegaram a Moçambique com a ideia de construir um hotel. «A génese de tudo tem sido uma ideia um pouco absurda: construir um hotel e destinar parte dos benefícios à luta contra a malária», me contou Luís Álvares um par de meses depois em Madrid. Acompanhados pelo governador da província, José Pacheco, que posteriormente tem sido ministro de Agricultura, sobrevoaram a ilha em avioneta. Desde o primeiro momento a ilha os cativou. «Foi amor à primeira vista. Era tão bonita e tinha tantas possibilidades! Eu imaginava todas as ruas com as casas reabilitadas, com restaurantes e cafetarias. Experimentei a possibilidade de construir “um mundo feliz” do tipo Aldous Huxley», disse com uma gargalhada.

Luís Álvarez ficou atraído pela ideia que a ilha fosse pequena e manipulável, com apenas cinco mil habitantes. Uma população fechada e estável onde poderiam implementar um projeto integrado que envolvesse todos os setores da sociedade e permitisse medir os impactos. «Essas eram as ideias mas, depois, a realidade coloca-te no teu lugar. Há perto de dez anos que estamos a lutar. Tudo era muito teórico e nós não conhecíamos, em efeito, onde é que estávamos a entrar», reconheceu.

Álvarez me explicou que a ideia do projeto tinha nascido como uma grande crítica às ONG. «Eu sempre pensei que as ONG tinham muito coração e muito pouca cabeça. Tinha vontade de implementar este projeto com mais inteligência, com mais profissão, com instrumentos da empresa privada. Depois, quando entras neste mundo apercebes-te que existem muitas ONG que são para tirar o chapéu.» Juan Pita, responsável pela AECID em Moçambique naqueles anos, deu-lhes um conselho. «Entrar neste país como inversores em vez de como ONG.» «O que queria o nosso projeto era enfatizar o desenvolvimento económico e o investimento, mais do que os projetos assistenciais.» Porém, Luís Álvarez reconhece que com o passar do tempo, a fundação têm-se tornado uma ONG mais do que eles pretendiam, porque as necessidades da ilha de Ibo eram diligentes. «Antes de pôr às pessoas a trabalhar, era preciso dar-lhes de comer.»

O governador, José Pacheco, soube conduzir muito bem a situação. Na segunda visita de Luís Álvarez à ilha, com a assinatura do memorando de entendimento ainda pendente, a avioneta aterrou na pista de terra do pequeno aeroporto de Ibo. Pacheco tinha enfeitado a vila e as pessoas receberam-nos com danças e batuques. Estavam comovidos pelo inesperado e colorido recebimento. Foram trasladados à fortaleza. No pátio central tinham colocado uma

mesa coberta com uma toalha verde e as bandeiras da Espanha e Moçambique. Pacheco deu um discurso no qual disse à população que a ilha ia desenvolver-se, que ia criar-se muito emprego, que ia contruir-se um hotel... «Ali, perante todo um povo pobre, eu tive que improvisar o meu discurso. Todas aquelas pessoas a olhar para mim, aqueles rostos expectantes, impressionavam-me. O pior de tudo é criar ilusões, porque Ibo estava muito mal há doze anos atrás. Foi um ponto de não retorno. Já estávamos em cheio metidos na história.»

Luís Álvarez e os seus acompanhantes comprometeram-se a desenvolver projetos autossustentáveis e necessários para a população. Acharam interessante que cada projeto incluísse a reabilitação de um dos prédios do património histórico da ilha. A vila tem um rico conjunto patrimonial de casas coloniais à espera de serem reabilitadas. Cada prédio em ruínas tem a sua própria história: a pastelaria, o antigo leprosário jesuíta... «Aí, nós começamos a fazer a coisas muito mal feitas», reconheceu Álvarez. Construíram uma escola com uma organização de Maputo. Quando voltaram seis meses mais tarde, estava cheia de cabras. Foram queixar-se à administração e o assunto acabou em confronto. «Aprendemos isso que os cooperantes especialistas em desenvolvimento chamam “o princípio de corresponsabilidade”: eu construo a escola, tu ficas encarregue da limpeza e de a encher de crianças.» O administrador disse-lhes que não havia escrivaninhas. «Se houver escrivaninhas, a escola enchia.» A Fundação Ibo fez uma carpintaria para que os alunos ajudassem os carpinteiros a fazer as escrivaninhas da escola e assim ficaram envolvidos. «Foi um sucesso. Não lhes ofereces uma escola, a escola é deles. Esse foi o arranque.»

Luís Álvarez recorda que os seus dois primeiros projetos consistiram na construção da carpintaria e na reabilitação da igreja. Mais tarde construíram um centro nutricional, «que não é só um refeitório, senão que possui uma metodologia desenhada por uma nutricionista de Barcelona». Paralelamente avançaram na elaboração de outros programas assistenciais. Álvarez reconheceu que «todo o valor da evolução é inexplicável sem Luís e Isabel, que têm lutado contra todas as adversidades sem terem experiência prévia em África.»

Fiquei à espera de Isabel e Luís sentado ao pé da varanda da cabana onde íamos jantar. A brisa do mar era plácida, a lua ainda não tinha saído e o céu estava enchido de estrelas. Quando Isabel Martínez e Luís Herrero chegaram a Ibo em 2006, na ilha não havia energia nem telefone. A bateria do computador acabava muito antes de eles poder chegar ao continente para carrega-la de novo. Cozinham com carvão, as barcaças não tinham motor e o único carro na ilha era o seu. Viviam segundo o ciclo do sol. «No início foi duro, mas engraçado», me disse Luís. «Tenho saudades daquela época. Fico feliz por ter vivido aqueles anos sem eletricidade. Na verdade, isso foi o que me seduziu: a sensação de incomunicação.» Isabel não se mostrou tão convencida de que qualquer tempo passado fosse melhor. «Dispor de eletricidade facilita a vida. Vir do primeiro mundo e encontrar isto tal e como estava foi uma dificuldade adicional.»

Isabel e Luís já tinham estado de férias na ilha de Ibo antes de aceitar o trabalho da fundação. Vieram de viagem a Moçambique e aproveitaram para visitar António, tio de Luís, que então tinha setenta anos e trabalhava como voluntário na ilha. António foi o primeiro cooperante da fundação. Aos poucos de chegar à ilha, António ligou a Álvarez: «Eu cá não posso viver», assegurou-lhe. «Ou compas-me um gerador para ter um bocado de luz ou vou-me embora.» Álvarez prometeu-lhe que faria todo o possível. Três dias depois, António voltou a ligar e disse-lhe que tinha pensado melhor. «Me pediu que não lhe mandara o gerador, mas um atlas de estrelas. Finalmente, mandamos as duas coisas», me contou Álvarez.

Isabel e Luís são de mediana idade. Luís é de Málaga, tinha o cabelo despen-teado e grisalho. Vestia uma camisa e uma calça branca. Antes de ligar-se com os projetos da Fundação Ibo, trabalhava na construção. Três meses depois de Luís Álvarez lhe ter oferecido o trabalho, Luís Herrero já estava neste afastado lugar de África. Isabel é se Sevilha. Tem o cabelo loiro e a pele morena. Levava um vestido comprido e amplo de tons claros. Ela fechou «com muitas dúvidas» o seu gabinete de advogados para vir à ilha e tomar conta da fundação.

Isabel e Luís me explicaram que a fundação tem dois projetos de envergadura que precisam de um alto financiamento. Um deles é a gestão de resíduos sólidos. O aumento do desenvolvimento na ilha tem provocado um incremento do lixo que é preciso gerir. O outro projeto é a canalização e a gestão da água do aquífero e a construção de fontes públicas. Na ilha há água para umas dez mil pessoas, mas está mal canalizada. A água tem-se estado a clorar, mas essa medida não deixa de ser um remendo. Os hotéis que se têm construído, têm agravado o problema. «Há filtrações e a água doce está a ficar salgada. O dia em que a água acabar, Ibo também acabará», advertiu Luís. Dos duzentos poços de água doce que existem na ilha, vinte por cento salinizaram em menos de dez anos devido a dupla exploração e ao abuso da água.

Para Isabel, os projetos que mais satisfação produzem, são os projetos de saúde porque melhoram a qualidade de vida das pessoas. «Um dos mais lindos que temos realizado», me comentou, «tem sido com a Fundação Barraquer. A Fundação Barraquer tem estado duas vezes na ilha e está a preparar uma terceira visita.» Elena Barraquer e a sua equipa deslocaram-se a ilha de Ibo durante uma semana e operaram de catarata mais de um centenar de olhos. «Ainda há pessoas que passam pela nossa casa à procura de óculos», acrescentou Luís.

A ilha de Ibo é a mais conhecida do arquipélago das Quirimbas. Tem uma superfície de uns quarenta quilómetros quadrados aproximadamente e uma população estável de uns cinco mil habitantes, a maioria deles dedicados quase exclusivamente à pesca artesanal e a agricultura de subsistência. Quarenta por cento dos seus habitantes são mais novos de catorze anos e a esperança de vida, que há duas décadas era de trinta e seis anos, tem subido agora a quarenta e cinco anos. Quando Isabel e Luís chegaram, muitos habitantes de Ibo nunca tinham saído da ilha. Nos pequenos bairros há muitas pessoas que moram igual

que há décadas, numa pobreza absoluta. Isabel pensa que a ilha se desenvolverá muito nos próximos anos, mas não sabe se isso será bom ou será pior. «As pessoas pensam que o gás vai dar-lhes um futuro melhor, mas nós suspeitamos que tudo vai ficar nas multinacionais. Muitas pessoas partem agora para Pemba à procura de emprego e, como não estão preparadas, não são contratadas e voltam frustradas.»

Anos depois da sua primeira viagem a Ibo, Luís Álvarez tem retomado a ideia que o levou a África: construir um hotel. No nosso encontro em Madrid, Luís Álvarez veio acompanhado de Juan Urquiola, um dos patronos da fundação. Álvarez e Urquiola se conheceram há vinte e cinco anos enquanto estavam a trabalhar no Banco de Bilbao (BBVA) em Nova Iorque. Luís Álvarez decidiu reformar-se ainda jovem. Tem um pequeno banco familiar em Andorra e continua a fazer negócios. Juan Urquiola é diretor dos Assuntos Públicos do BBVA.

A Fundação Ibo tem dez patronos, profissionais do mundo a empresa e dos negócios, que financiam com o seu dinheiro a gestão dos projetos. «Desta maneira podemos dizer que cento por cento das doações que recebemos é destinada aos projetos», disse Álvarez. Perguntei-lhe se quando foi a África, foi com a ideia de cooperar ou de fazer negócios. «Nós sempre temos considerado que os negócios são uma alavanca para o desenvolvimento», me respondeu. «Não são negócios para nós nem para a fundação. São para que as pessoas se tornem responsáveis com os projetos». Álvarez disse que esta mentalidade levantou no início algumas suspicácias na AECID, que não entendia o seu modelo. «O nosso modelo tem duas pernas: uma é assistencial, e a outra – e aqui sai a sua vertente banqueira – é a que permite conceder um microcrédito a uma pessoa para que monte um café ou uma loja. E isso é bom.»

O hotel que estavam a construir em Ibo era com financiamento privado e ia ser explorado pela fundação. Álvarez me contou que o cento por cento dos benefícios iria ser destinado a outros projetos rentáveis que procurassem o desenvolvimento da ilha e seriam administrados por pessoas da ilha. «Talvez, nos próximos dois ou três anos, o diretor será um branco, mas a ideia é que depois fique administrado por alguma pessoa local.»

O hotel era um projeto ligado à escola de artes e ofícios, onde se têm formado os carpinteiros, pedreiros, canalizadores, eletricitas e serralheiros. A ideia dos seus administradores é que, além de um hotel, seja uma escola de hotelaria onde os habitantes de Ibo se formem para trabalhar no próprio estabelecimento. Aliás, ele contempla também que os ingressos sirvam para a sua própria manutenção e a manutenção do centro nutricional. «Eu acho que funcionará bem. Tem um nicho de mercado, sobretudo agora com o desenvolvimento do norte de Moçambique», afirmou Álvarez. «Não se trata de explorar o hotel, senão de explorar as ilhas Quirimbas. Os turistas que venham cá têm que sair passear de barco, pescar, fazer mergulho.»

Luís Herrero era o responsável da supervisão do projeto de construção do hotel. Ele me disse que as dificuldades no trabalho têm sido até então principal-

mente logísticas, mas também têm sido as pessoas e a falta de formação. «Cada dia absentavam-se um grande número de trabalhadores. Comecei a ir procurá-los as suas casas. Perguntava: “por quê é que não vieram trabalhar?” Responderam: “Esqueci-me”, ou tinham ido pescar. Custou mudar esses hábitos. Já não faltam tanto. Ganharam responsabilidade e respeito pelo trabalho.»

«Vamos continuar em Ibo», me disse Luís. «Eu vou continuar na fundação até que o hotel acabar.» Isabel deixou a fundação há pouco tempo para desenvolver uma iniciativa própria. Um ateliê de cultura mista chamado *Saakata* – lagarto em suaíli – que pretende promover nas meninas a responsabilidade pelo trabalho. Também criou uma biblioteca, a “Iboteca”, para o fomento e o impulso da leitura.

No dia seguinte, Isabel e Luís saíram cedo para Pemba e Maputo. Encarregaram uma pessoa da fundação para me mostrar os projetos da ilha. Raúl estava na hora na porta do meu hotel. Chegou vestido com uma camisola da seleção espanhola de futebol e com o nome do seu xará, Raúl González, nas costas. Raúl Pereira é mestiço, uma mistura de sangue indiano, branco e preto. Tem o cabelo grisalho e crespo. Nasceu em Pemba, mas mora na ilha desde há catorze anos. Depois de ter trabalhado dois anos na fundação Aga Khan, passou a colaborar com a Fundação Ibo como parceiro desde a sua criação.

A ilha de Ibo é uma grande rocha de coral. A maior parte das casas da cidade foram construídas com a pedra coralina e calcária do subsolo. As telhas vinham de Marselha nos navios mercantes portuguesas de volta para Europa. Muitas das casas foram construídas há mais de cem anos atrás, mas hoje a maior parte delas estão derruídas e abandonadas. Porém, em muitos casos intui-se a beleza da sua antiga construção. Entre os entulhos dos muros podem adivinhar-se restos de paredes com antigos azulejos de cerâmica e colunas enegrecidas pelo passo do tempo.

Quando em 1498 Vasco da Gama chegou à ilha à procura de uma rota marítima para as Índias, decidiu estabelecer-se na ilha como base de fornecimento. Os navegantes lusos não foram bem recebidos pelas populações árabes procedentes de Omã, que já estavam presentes desde o século VII. Portugal não mostrou muito interesse pelo arquipélago e seus marinheiros não voltaram até 1524. Desta vez, as intenções foram diferentes. Atacaram a ilha próxima de Quirimba, onde mataram e violaram à população muçulmana, destruíram as suas embarcações e cometeram pilhagens nas suas aldeias. A partir desta data começou a ocupação efetiva do arquipélago. Ibo era um centro importante de comércio de escravos durante o domínio árabe. Quando foi ocupado pelos portugueses, estes ficaram com os seus negócios de ouro, marfim e escravos. Em 1761, a cidade de Ibo foi elevada à categoria de capital das províncias de Cabo Delgado e Niassa, e desfrutava de um certo realce económico e comercial. O fim da escravidão foi o começo do seu declínio. O traslado definitivo da capital do arquipélago a Porto Amélia – Pemba –, que começou em 1902 e concluiu em 1929, acabou com a importância estratégica e comercial da ilha. O pouco calado do canal de Ibo obrigava os grandes barcos ancorar mar

adentro, longe da ilha. Pemba, a terceira baía maior do mundo, oferecia, pelo contrário, umas condições idóneas para as atividades portuárias.

Depois da Conferência de Berlim de 1885, que serviu para resolver a expansão das potências europeias em África e fazer a partilha do continente, Moçambique ficou dividido em três zonas. Em cada uma delas se implantou uma companhia comercial. Portugal concedeu a exploração de todos os recursos a essas companhias majestáticas que se tornaram pequenos estados enquanto os portugueses dedicaram-se ao comércio menor. A Companhia do Niassa desfrutava de uma extensão de cento e sessenta mil quilómetros no norte de Moçambique, no qual também estava incluído o arquipélago das Quirimbas. Ingleses, alemães e belgas se beneficiaram durante décadas da riqueza destes territórios e os seus produtos viajaram por meio mundo até mercados distantes.

Raúl me levou pela Rua da República, que é a avenida principal. Como o resto das ruas da cidade, está sem alcatroar, e está ladeada por uma fileira de casas em estado ruinoso. Passamos diante da que fora a moradia de Ranchordas Odda, um rico comerciante indiano que pertencia a Companhia das Índias britânicas. Odda trazia navios da Índia para carrega-los de castanhas de caju, amendoim e outros produtos do continente. Ilabo Chalie, um velhote de setenta e seis anos, estava sentado à sombra numa das pedras do que um dia foi a base de uma coluna da varanda da casa do comerciante indiano. O velhote lembrava-se ainda de quando a casa estava em pé. «A castanha de caju e o amendoim eram trazidos do continente, torravam-se lá – assinalou para o entulho do prédio ao lado – e eram carregados nos avios para serem enviados a Ásia.» Todas as casas ao redor pertenciam a Ranchordas Odda e eram os seus escritórios, moradias e armazéns. A parte traseira da casa dava ao porto. «Havia chineses a trabalhar para ele», acrescentou o velhote. «Um neto daqueles chineses ainda cá está.»

Uns passos mais à frente se encontra o centro nutricional, uma casa de estilo colonial reconstruída há cinco anos pela Fundação Ibo, onde têm sido atendidas mais de mil crianças com problemas de alimentação. A rua chega até a praça principal da cidade, um espaço aberto, circundado por edifícios. Um desses edifícios é uma casa senhorial em bom estado de conservação. Tinha uma inscrição com a data de 1879. Foi a moradia onde eram hospedados os governadores coloniais que iam destinados a Ibo. Detivemo-nos no centro da praça sob a sombra de uma amendoeira de flor amarela. Soprava uma suave brisa do mar que atenuava o calor. Sob aquelas árvores havia quatro bancos de betão que antes tinham sido de madeira, onde as pessoas se sentavam a conversar. Raúl me comentou que eram conhecidos como os “bancos da má-língua.”

Em outro ponto da praça estava situado o prédio em ruínas dos correios, telégrafos e telefones, que gozou de uma grande atividade em tempos passados, já que vendia os selos que precisavam todos os documentos oficiais. À direita estava o imóvel da Delegação Marítima e à esquerda o prédio das Fazendas. Mais além, estava a escola Eduardo Mondlane, fechada naquele momento

por causa das férias de verão, que coincidem com o Natal. Numa das esquinas da praça se localizava a escola de carpintaria, obra da fundação. É um prédio sólido e alongado que termina na beira do mar, de paredes brancas e azul celeste. No interior, um par de jovens e um mestre poliam as arestas de um móvel.

Na frente da escola de carpintaria está a igreja de São João Batista, construída entre 1764 e 1767. No passado sofreu vários ataques de piratas vindos de Madagáscar, o último em 1815. Na sua origem, o templo foi construído com a madeira do manguezal e a palha de palma de coqueiros. Mais tarde foi reconstruído com diferentes materiais que a fizeram menos vulnerável ao fogo, até que nos anos sessenta do século XX adquiriu a estrutura atual, mais sólida e modificada. A Fundação Ibo reabilitou a igreja durante quatro anos e reforçou as paredes e as vigas de madeira, e restaurou também as portas, as janelas e os bancos. Há várias lápides no chão e nas paredes que pertenceram a personalidades portuguesas destacadas da sociedade de Ibo.

O sol ganhou altura e o calor era intenso. Abandonamos a praça por uma rua empoeirada que levava até o embarcadouro. A um lado fica o fortim militar de São José, reconstruído em 1760, onde estavam localizadas as setes peças de artilheria de pequeno calibre para a defesa da entrada do porto. Antes tinha sido um assentamento kimuni, descendentes dos suaílis, muçulmanos, que em 1522 evitaram o intento de conquista do marino português Pedro de Castro. O fortim foi restaurado em 1945 pelo governo moçambicano. A ilha de Ibo tem umas condições naturais favoráveis para a sua defesa. Do lado do mar aberto, os fundos são profundos, há muitas rochas e as ondas são fortes. Do lado do canal não há muito calado e os grandes barcos têm dificuldades para chegar.

A Ponte Cais é o atracadouro das barcaças que vão e vêm ao continente. É uma estrutura simples de madeira com duas alturas construída pela AECID e a Fundação Ibo. O embarcadouro continua por um dique salpicado de acácias, coqueiros, jacarandás, castanhos e casuarinas. As águas são pouco profundas e as fortes marés deixam expostas as grandes línguas de areia e os mangues. Na areia da pequena praia junto do dique repousa o esqueleto de uma velha embarcação sobre o lado do bombordo, cuja madeira apodrece ao sol.

A trilha de areia continua à beira do mar, entre grandes árvores, até chegar onde se ergue o hotel da fundação. O centro de férias, ainda em construção, possuirá dez bungalows, clube náutico, lavandaria, camarim e armazém, além de um salão-refeitório. As obras tinham começado cinco semanas atrás e estava previsto acabarem em agosto de 2015. Entre um grupo de uns trinta operários locais, Juan Carlos Ramirez dava instruções em um português muito rudimentar. Juan Carlos é o chefe de obra, pertence à empresa espanhola Kidman, responsável pela construção do hotel. Juan Carlos é de Argamasilla de Alba, em Castilha La Mancha. Tinha chegado à ilha de Ibo só umas semanas atrás a fugir da crise espanhola do tijolo. Nunca antes tinha saído da Espanha. A sua mulher e o seu filho ficaram na sua cidade. «Nos primeiros dias tive vontade de voltar», mas depois olhou para os progressos. «Tem sido complicado que compreende-

ram a nossa filosofia de trabalho. Aqui tudo é feito manualmente e demora mais tempo, mas as pessoas esforçam-se muito. O maior problema é ter que trazer o material do continente com os barcos e depender das marés.» O hotel está a ser construído acima de uma velha casa colonial que uma cooperante francesa tinha convertido numa pousada vinte anos atrás.

Apesar dos quinhentos anos de colonização portuguesa, a religião muçulmana é mais praticada do que a católica. Isto se explica, em parte, pela presença anterior dos árabes na região. Em Ibo há dez mesquitas e apenas uma igreja católica. Pelas ruas viam-se homens com a cabeça tocada com o chapeuzinho branco de crochê muçulmano. As mulheres vestiam de capulana e lenços, e algumas levavam o rosto coberto de musiro, um creme branco extraído de uma planta com a que cobrem o rosto em sinal decorativo ou para proteger-se do sol.

Antigamente costumavam usá-lo as raparigas em rituais como sinal de virgindade e pureza. Ao entardecer, encontrei no embarcadouro várias raparigas com o rosto coberto de musiro, acompanhadas de jovens de torsos atléticos que escutavam rap e saltavam desde a plataforma de madeira até o mar.

Na época de esplendor da ilha de Ibo, os comerciantes portugueses e indianos viviam nas casas da cidade que hoje estão degradadas ou em ruínas. A população local ocupava os bairros ao redor e viviam em palhotas e caniço e barro. A partir da independência, Ibo começou a cair no esquecimento até ficar adormecida no tempo. Nos últimos anos, graças aos projetos de cooperação e desenvolvimento que se têm realizado, Ibo tem recebido um impulso considerável. Luís Alvarez acha que o turismo poder ser a alavanca do desenvolvimento da ilha. Muitas das casas que ficaram abandonadas depois da guerra estão a ser agora recuperadas pelos filhos e os netos dos proprietários, embora não todas tenham sido reabilitadas com fidelidade segundo o estilo original. Desde 2012, a ilha possui eletricidade, que chega do continente através de um cabo submarino de sete quilómetros. Ainda continua quase sem ter viaturas: algum trator, poucas motas e algumas bicicletas. Há alguns burros e vacas, e a população vive graças à agricultura de subsistência.

Uma trilha de areia à sombra de grandes casuarinas e acácias de flores laranjas leva até a fortaleza de São João Batista, construída em 1791. Não está claro ainda se já existia anteriormente uma construção árabe ou se foi obra dos portugueses. A fortaleza serviu como proteção da ilha e como destacamento militar. A edificação era de muros baixos pintados de branco e com forma de estrela de cinco pontas, uma construção tática militar que facilitava a comunicação entre os soldados de guarda. Possuía quinze peças de artilharia para sua defesa. Em 1963, os portugueses converteram a fortaleza numa cadeia para confinar os inimigos do salazarismo suspeitos de pertencer à Frelimo. A PIDE trazia os reclusos, com o sem provas, e os encerrava na prisão, que podia albergar até trezentos prisioneiros, onde eram torturados.

No interior há uma cooperativa que vende artesanato de prata. Sulemane Rabio é um dos membros da cooperativa. Não há muito tempo costumavam

comprar moedas de prata e outras joias que fundiam para fazer os seus trabalhos. Porém, atualmente a prata vêm da África do Sul. O pátio da fortaleza é amplo e tranquilo, ao abrigo do mar. Uma grande árvore protege o lugar com a sua sombra. No outro extremo do pátio há um museu marítimo criado pela Fundação Ibo. Contém maquetes, fotografias, cartas de navegação, artes de pesca e material das barcaças tradicionais locais. Raúl me explicou que a madeira empregada para a construção destas embarcações provinha dos mangues, que é mais resistente por estar sempre em contato com água salgada.

No perímetro interno da fortaleza também há uma capela e um ateliê de arte maconde. Sentado no chão de uma sala comprida e vazia estava Manuel, um jovem artesão que trabalhava o pau-preto com umas ferramentas rudimentares e dava forma às figuras. Numa pequena sala contígua estavam expostas todas as peças para sua venda. Manuel me disse que a madeira que usa vem de fora porque não há árvores de pau-preto na ilha. Ele chegou a Ibo em 2009 para vender as suas talhas. Primeiro a Fundação Aga Khan e depois o governo de Moçambique facilitaram-lhe aquele ateliê. A Fundação Ibo fornece ele de madeira e ferramentas. Manuel aprendeu a esculpir do seu pai quando ainda era muito jovem. Depois viajou para a Tanzânia ensinar as crianças o que ele aprendeu. Manuel nasceu em Mueda, um município de Cabo Delgado, o coração do povo maconde. Durante a guerra da independência contra Portugal, muitos macondes refugiaram-se na Tanzânia e no Quênia e trabalharam o seu artesanato lá. As figuras e as talhas de madeira escura tornaram-se muito populares nos mercados do continente e na venda nas ruas dos vendedores africanos, «mas esta arte veio de cá, de Moçambique», assegurou.

A Fundação Ibo participará num ambicioso projeto da AECID que pretende reabilitar e dar uso à fortaleza a partir do ano 2016. Trata-se de uma das intervenções do programa sobre o património e tem como objetivo fazer desse espaço um centro de interpretação, um restaurante e melhorar os ateliês e as lojas para dinamizar a vida da ilha.

Em 1835 foi construído o Forte de Santo António, o último dos fortes com os quais o exército português pretendeu defender a ilha das incursões holandesas e francesas. Tem um baluarte de três metros e meio desde onde se avistavam as embarcações a grande distância. As informações transmitiam-se através de um sistema de sinais até a residência do governador, no centro de Ibo. O posto estava muito bem artilhado, com dezanove peças, onze nas canhoneiras e oito no baluarte.

Deixamos atrás o forte e apanhamos um caminho que leva até o interior da ilha. No número 33 da Rua da Fortaleza, sob uma varanda de uma modesta moradia de um só andar, encontrava-se João Batista a descansar numa poltrona de madeira com as pernas em alto. Batista é toda uma referência na ilha. Naquela mesma casa tinha nascido oitenta e sete anos atrás. Foi conselheiro do governo local e historiador. Trabalhou quarenta e dois anos para a administração portuguesa e foi o terceiro oficial da administração do governo reformado. Ele me disse que a poltrona em que estava sentado tinha mais de cem

anos. João Batista é um velhote amável, risonho e engraçado. Vestia uma camisola vermelha de futebol e umas calças esportivas curtas de cor preta. Tinha os braços magrinhos e venosos, as pernas finas e os joelhos ossudos. Levava um boné vermelho com a foto do presidente Emílio Guebuza, que foi professor de política na universidade. João Batista foi membro e fervoroso seguidor da Frelimo desde os anos da independência. A PIDE deteve-o duas vezes e encerrou-o na fortaleza de São João Batista. Porém, ele tem sido uma voz objetiva e crítica contra alguns dos governadores que foram enviados desde Maputo para administrar a ilha, aos quais tem acusado de desinteresse por Ibo e até de corrupção. Também não parecia ver com bons olhos ao governador atual, do qual ele me disse que «fez-se uma boa casa e tem ficado tão gordo que não cabe na camisa.»

João Batista me contou que o empenho da sua vida tem sido lutar contra o esquecimento da ilha de Ibo, preservar a sua existência e conservar o seu legado. Tem conhecido as inúmeras personalidades moçambicanas e estrangeiras que tem visitado Ibo, e tem participado em receções e reuniões com as delegações oficiais que por diferentes razões têm vindo à ilha. João me mostrou um pin com as bandeiras de Moçambique e dos Estados Unidos, um presente, me assegurou, do presidente Barack Obama, que lhe entregou o embaixador norte-americano em Moçambique quando visitou-o para transmitir-lhe o agradecimento de Obama pelo trabalho que tinha desenvolvido em Ibo. «É a única medalha que recebi na minha vida», me disse.

Luís Alvarez me contou em Madrid que, depois de ter cometido muitos erros e ter-lhes custado muito dinheiro, frustrações e um grande esforço para implantar-se em Ibo, «a fundação atingiu velocidade de cruzeiro e estamos encantados». «Compreender os teus próprios erros é muito complexo», acrescentou Juan Urquiola. Alvarez me contou que para ajudar a proteger à população contra a malária, distribuíram redes mosquiteiras. Os homens usaram-nas como redes para pescar e as mulheres fizeram vestidos com elas. «Então, apercebemo-nos que não tínhamos que oferecer as redes, senão vender as mosquiteiras ainda que for a cinquenta cêntimos.» Luís Alvarez sente-se orgulhoso do que a fundação está a fazer: «Somos um motor fundamental na ilha. Somos a primeira empresa de Ibo.» A fundação tem criado cinquenta empregos e no futuro vai precisar de mais, quando o hotel esteja a funcionar. «Agora existe o conceito de trabalho estável», disse Juan Urquiola, «já que antes se trabalhava quando havia fome e quando não havia fome não se trabalhava». «Agora há moeda, coisa que antes praticamente não existia porque usava-se o troco», adicionou Alvarez.

Para Luís Alvarez, as novas tendências da cooperação estão focadas a ensinar que eles devem ser os responsáveis do seu destino. «E é nisso que nós estamos. É um processo lento, muito lento.» Juan Urquiola confirmou que muitas das frustrações surgem quando pretendes tornar uma outra pessoa no teu próprio reflexo e imagem. «Essa pessoa não muda. Essa pessoa é como é. Porém, se compreendes o que ela é e ajudas ela a gerir de maneira adequada,

ela torna-se também no teu processo de aprendizagem. É um processo de aprendizagem dos teus próprios erros e de tomar conta que são próprios.» Luís Alvarez confessou: «Quisemos fazer em Ibo em dez anos o que nós demoramos quinhentos a fazer... Sim, a frustração é essa, a velocidade. Tudo é muito lento.»

Perguntei-lhes se não existia uma certa frustração no mundo das organizações humanitárias ao observar quanto pouco tinham progredido alguns países recetores de milhões e milhões de dólares dos fundos da cooperação internacional. Luís Alvarez citou Albert Einstein: «Se procuras resultados diferentes, não faças sempre a mesma coisa». «Está-se a investigar muito, há novas teorias e correntes. O nosso projeto é um pouco um laboratório», refletiu. «Temos toda a população recenseada», continuou a explicar Urquiola. «Queremos desenvolver instrumentos e medir o impacto. Gostávamos de fazer balanço dentro de vinte anos e medir o quê fizemos bem e o quê fizemos mal para poder tirar umas conclusões válidas.» Na sua opinião, falta um dado essencial para fazer estas avaliações: «o quanto pior estaria a África se não tivesse recebido toda esta ajuda. Em estudar isso não se tem empregado muito tempo.»

Financeiros, banqueiros e empresários imersos num projeto de cooperação em África. Perguntei-lhes: Isto não é uma lavagem de consciência? «Não é lavagem de consciência, não, é consciência», respondeu muito firmemente Juan Urquiola. «Tomara que a consciência lavara. Eu não relaciono o sistema bancário com isto, eu o relaciono de mim para mim próprio.» Luís Alvarez contou, em tom de brincadeira, que quando ele diz que se dedica ao sistema bancário, acrescenta logo que a fundação é só para expiar os seus próprios pecados. Urquiola riu-se e concordou com ele: ele também se tem ligado à Fundação Ibo «por egoísmo próprio». «É uma necessidade interior que precisava de satisfazer e que te leva a sair das tuas próprias fronteiras.» Alvarez, a abanar afirmativamente com a cabeça, adicionou: «Tenho aprendido que é preciso dar sem receber nada em troca, e aceito-o».

As terras altas do chá

J

á às cinco da manhã o sol tinha saído. O motorista Dias aguardava-me na porta do hotel com a sua bolsa nos ombros para dirigir-nos ao embarcadouro onde à nossa espera havia um jovem com o motor da barca ligado. Eramos os únicos passageiros. Deixamos atrás a ilha de Ibo e internamo-nos no labirinto dos manguezais. A brisa era fresca e o sol refletia com intensidade contra o mar em calma. Cruzamo-nos com algumas frágeis barcaças de velas triangulares desde onde os pescadores lançavam com destreza pequenas redes. A travessia de volta foi mais breve. Apanhamos de novo o carro em Tandanhangé, que tinha estado vigiado pelo dono do quiosque.

Atravessamos o rio Lúrio, que faz fronteira entre as províncias de Cabo Delgado e Nampula, pela ponte de pedra construída em 1945. Antes de entrar na cidade de Nampula parei na congregação das Carmelitas do Sagrado Coração de Jesus para visitar às religiosas Mercedes Tejerina e Encarnación Flórez. A sede está à saída da cidade, na estrada que une Nacala e Nampula. A quinta está rodeada de bananeiras e tem um grande portão cor de ferrugem com o nome da congregação na parte superior. No interior do recinto há vários edifícios de um só andar, de muros cor-de-rosa pastel e malva, com os quartos das internas, os escritórios, os refeitórios e outras dependências. No centro há um jardim bem cuidado de plantas baixas e flores entre passeios e árvores frondosas que proporcionam uma larga sombra. No fundo do jardim há uma capela de forma circular.

A irmã Mercedes tem oitenta anos e leva quarenta e cinco em Moçambique. Chegou uns meses depois da independência de Portugal. «Encontrei um país muito alegre e as pessoas muito contentes.» Mercedes me contou que a cidade de Nampula era lindíssima, nas lojas havia de tudo, e no mato tinham os produtos básicos. Dois meses depois produziu-se o processo de nacionalização. «À Igreja tiraram-lhe tudo», ainda que anos mais tarde as missões foram devolvidas. «Os portugueses foram embora, igual do que os indianos, que eram

os comerciantes. Com a sua partida, tudo ficou desabastecido, faltava de tudo e o povo começou a perder a alegria.»

Em 1979 Mercedes ficou doente de malária e saiu de Moçambique. Quando voltou em 1984, em plena guerra civil, «o país estava desconhecido e as pessoas muito tristes.» As igrejas, os hospitais e as escolas, que estavam dentro das missões, tinham sido destruídas. A Renamo queimava as colheitas e arrasava as aldeias rurais para evitar a implantação dos planos marxistas da Frelimo de criar aldeias comunais. As pessoas acudiam de dia à escola ou ao hospital da missão, à noite fugiam a refugiar-se no mato. A irmã Mercedes disse que a Renamo atacou a sua missão cinco vezes, sempre entre às três e às quatro da madrugada. Pediam-lhes medicamentos, comida, até livros religiosos, «mas nunca fizeram-nos nada de mau». «Muitas pessoas desapareceram e não se soube nunca mais delas. Ninguém sabe quantas pessoas morreram. As meninas eram levadas como escravas sexuais e os meninos eram recrutados como soldados. Foram dezasseis anos de guerra e destruição. As pessoas diziam para nós: “Irmã, a gente está cansada, não queremos mais guerra”..»

A irmã Mercedes levava uma saia estreita até os tornozelos confeccionada com tecido de capulana laranja e amarela, camisa branca e sandálias abertas. Sobre o peito repousava um crucifixo de metal. Tinha o cabelo curto e grisalho e o rosto redondo. Com a chegada da paz foi preciso reconstruir o país. «Nunca mais voltamos a dormir com medo de um ataque», comentou. Mercedes deixou de dar aulas na escola e se dedicou à alfabetização de mulheres, que estavam muito marginalizadas na sociedade moçambicana. «Construímos um internato para inculcar nas jovens a ideia que um povo só se desenvolve com a cultura.» Em muitas aldeias, as mulheres só iam à escola até os doze anos. «No internato oferecíamos formação humana e religiosa para desenvolver a sua consciência em tanto que mulheres e posteriormente eram mandadas às escolas do governo.» A irmã Mercedes reconheceu que foi uma tarefa muito custosa porque as próprias mulheres não acreditavam que pudessem ter um papel diferente. Porém, algumas delas me disse Mercedes, têm chegado a ser advogadas. Tudo isto acontecia em regiões muito isoladas e sem educação onde ainda se praticavam os rituais de iniciação. Nas cidades tudo mudou muito e rapidamente. Mercedes fez questão em que deviam ser as próprias jovens que elas tinham formado as que deveriam quebrar a tradição dos rituais de iniciação, embora reconhecesse que era muito difícil. «Mesmo sendo crentes católicos, acodem aos seus próprios rituais, que têm muito de magia, feitiçaria e espíritos. Não é fácil mudar isso. É parte das suas vidas e nós não podemos fazer nada.»

Durante a conversa, a irmã Encarnación trouxe da cozinha uma travessa com sumo de maracujá natural e rosquilhas feitas na congregação pelas próprias missionárias. Encarnación tinha setenta e sete anos, vestia camisa branca, saia comprida e cinza e as mesmas sandálias e o crucifixo que a sua companheira. Tinha o cabelo branco e usava óculos dourados.

A casa da congregação é também um internato onde se hospedam muitas raparigas que estudam na escola e na universidade. Algumas delas optam pela

vida religiosa. A irmã Encarnación disse que nos últimos anos a mudança mais profunda que tem vivido o país tem sido no âmbito da educação. Tem-se criado escolas até nas zonas mais distantes e um grande número de mulheres chegou a acabar o bacharelato. Para Encarnación, isto tem ajudado a mudar a conceição dos cidadãos perante os problemas que os envolvem e a serem mais críticos. Há uma percentagem da população que já está a olhar mais além da subsistência para um horizonte de progresso. «Até dentro da Frelimo se escutam pessoas com outra mentalidade e com outra maneira de pensar.» Encarnación lamenta que, apesar das melhoras na educação, muitos jovens que acabam o ensino secundário não conseguem entrar na universidade porque não pode absorver tantas pessoas com desejos de seguir a sua formação, nem escolas técnicas que assumam a grande demanda e facilitem o desenvolvimento. «Portanto, entram na universidade os que estão economicamente melhor situados e isso cria muita frustração.»

Quando saí, já tinha escurecido. No centro do jardim havia uma grande árvore cheia de mangas. A irmã Mercedes esticou o braço para apanhar uns poucos e ofereceu-mos: «Estão maduros e são muito doces».

Nampula é a terceira urbe do país. Está situada no interior da província e é um importante cruzamento dos caminhos-de-ferro. Uma cidade comercial e industrial, colorida, barulhenta e empoeirada, que tem crescido aceleradamente nos últimos anos. A entrada pela estrada de Nacala é tortuosa durante o horário mercantil. Há dezenas de armazéns de fábricas que comerciam com todo tipo de produtos. Uma multidão de pessoas entra e sai com viaturas e camiões dos armazéns. Lembrei-me de que a irmã Mercedes me tinha dito que quase nenhum negócio estava em mãos dos moçambicanos. São principalmente os comerciantes indianos, nigerianos ou chineses os que controlam a economia da cidade. Em Moçambique há uma pequena classe acomodada que tem prosperado e enriquecido a partir de uma grande variedade de negócios que oferecem serviço às empresas extrativas de recursos minerais. Nas grandes cidades, a pobreza tem um outro rosto, mas no campo tem o mesmo rosto de sempre. Estava cansado da viagem, mas decidi jantar fora do hotel onde me hospedava e caminhar até a catedral por avenidas cheias de palmeiras, mangueiras e árvores em flor. A noite caiu rapidamente sobre a cidade.

Dias apanhou a Nacional 1 que liga o norte com o sul do país para encaminhar-nos a Gurué. Desde a saída do sol, a beira das estradas estavam transitadas por uma fila interminável de pessoas a deslocar-se a pé através de uma paisagem de machambas e palhotas de caniço e barro. As suas sombras projetadas sobre o alcatrão eram alongadas. Os homens puxavam de carros cheios de produtos da terra, os jovens empurravam bicicletas com cargas desproporcionadas e as mulheres, vestidas de capulanas coloridas e chinelos de plástico chinês, carregavam cestas na cabeça e uma criança nas costas. A estrada reptava por um decorado florestado, salpicado de enormes morros como ilhas de granito. Pequenas nuvens brancas sarapintavam a cúpula do céu, que em África parece estar mais baixo.

A fronteira entre as províncias de Nampula a Zambézia é atravessada por uma estreita ponte metálica sobre o rio Ligonha. A Zambézia é a capital natal de Dias. É uma província fértil de terra vermelha com mais de cinco milhões de habitantes. A estrada é sinuosa e com bom macadame. Dias parou num cruzamento de estradas onde havia barracas de comida. Dozenas de crianças rodearam a viatura para vender os seus artigos. Compramos sacolinhas com pedaços de ananás e manga, cones de amendoim torrado, ovos cozidos e várias latas de Red Bull. Dias bebeu uma atrás da outra. Ele dizia que lhe permitia estar alerta enquanto guiava. O intenso cheiro a xarope doce fez com que eu também ficara alerta. Dias tinha quarenta anos, três mulheres e cinco filhos. Me explicou que ainda faltavam dez anos para ele ter treze filhos. «Uma equipa de futebol com suplentes.» Mas antes, me confessou, precisava de encontrar uma quarta mulher.

A paisagem mudou segundo nos aproximávamos de Gurué pela N-103. As planícies onduladas abriam espaço a elevadas montanhas e a paisagens frondosas. A região está situada no vértice de um triângulo de grande produção agrícola. O clima é fresco e chuvoso. Há poucos centros urbanos e a população vive espalhada nos vales. Noventa por cento das pessoas trabalham na agricultura familiar de subsistência. Os camponeses desmatam a floresta para construir uma palhota de caniço e barro e um terreno onde cultivar batata, feijão, milho, cebolas e tomates. Porém, a falta de viaturas e estradas que liguem as zonas altas e isoladas com os núcleos urbanos dificulta a saída dos seus produtos aos mercados locais. Muitos camponeses descem da machamba com a carga nas costas. Na região também não há indústrias. Nos últimos anos tem vindo a instalar-se multinacionais para o cultivo extensivo de soja.

A região que rodeia Gurué é um vasto campo de chá. Anteriormente tudo tinha sido floresta. As companhias de madeira talaram as árvores e, durante anos, a população acabou por esgotá-las para usar a madeira como combustível doméstico. Gurué, que na época colonial se chamava Vila Junqueiro, nasceu com o chá nos anos trinta do século XX. A produção estava em mãos de um punhado de empresas que destinavam toda a colheita à exportação. Gurué é uma cidade tranquila e ordenada de sessenta e cinco mil habitantes. A atmosfera durante o dia é quente, mas à noite a temperatura refresca, graças a brisa que desce da impressionante muralha montanhosa que a protege pelo leste. A cidade se encontra a setecentos metros acima do nível do mar e algumas cimeiras ultrapassam os dois mil metros. O ar é limpo e fresco. Os vales estão tapizados por grandes extensões de arbustos de chá que cobrem a paisagem como um tapete esmeralda. Todas as plantas têm o mesmo tamanho. A colheita é feita à maneira de uma poda na qual apenas se cortam umas poucas folhas dos talos superiores. Ao redor da cidade há densas florestas de eucaliptos e, em menor quantidade, de coníferas, acácias, jacarandás florescidos, mangueiras e líchias. Na beira dos rios que descem aos pulos desde os cumes das montanhas, há esbeltos troncos de bambu, largos como braços que atingem quinze metros de altura. O resto é simplesmente chá.

O tráfego dentro do município é escasso. Há só três sinais, que funcionam corretamente. A Avenida da República é ampla e tem um canteiro central coroadado por um arbusto que o percorre do início ao fim. As casas que a flanqueiam são de estilo colonial e estão em bom estado de conservação. A maioria tem uma varanda e um muro baixo na parte da frente que as separa do pavimento. Num dos talwegues está o mercado tradicional, onde se vendem produtos frescos e artigos chineses. Os prédios da administração e do governo local são de corte estalinista e circundam a Praça da Independência. No centro há um jardim em forma de estrela e uma bandeira de Moçambique de betão no chão.

Numa pequena colina no extremo oposto da cidade está a sede da diocese católica, que é a maior e mais numerosa da província da Zambézia. O seu bispo é o religioso espanhol Francisco Lerma. Chegamos num dos dias mais movimentados do ano. Todos os representantes da diocese (vinte e oito padres e vários missionários) se reuniam durante os oito dias seguintes para reorganizar paróquias, escolher as novas destinações dos padres e realizar exercícios espirituais.

Dom Francisco me cumprimentou com afeto e pediu desculpas por não poder atender-me nesse momento, mas me convidou a partilhar mesa com ele durante o jantar. A sede da diocese é uma antiga propriedade de um colono português. O prédio principal é de arquitetura colonial, alongado e de um só andar com o telhado de chapa de zinco. O interior tem paredes brancas e tetos altos. As salas são simples, com móveis dos anos setenta e poltronas desluzidas. Diante da moradia principal há uma capela modesta e o escritório do bispo, onde há uma antiga imprensa e um equipamento de som. Na parte traseira, um longo corredor em forma de ele alberga os quartos para os hóspedes. O resto da propriedade são armazéns e jardins desatendidos.

Jantei com o padre Lerma no refeitório da casa principal. Francisco Lerma é o bispo de Gurué desde há quatro anos. «Não sou um bispo missionário, senão um missionário bispo», esclareceu. Nasceu em 1944 em El Palmar, uma aldeia da província de Múrcia. «Eu tinha claro desde criança que queria ser padre.» Estudou no seminário de Múrcia e mais tarde teologia em Roma, onde se licenciou. Anos depois voltou a capital italiana para fazer o doutoramento em antropologia social.

Francisco Lerma queria ser missionário em África. Quando acabou os seus estudos, os seus superiores em Roma perguntaram-lhe onde queria ir: «Eu disse: entre Ceuta e a Cidade do Cabo, onde vocês quiserem». Em 1971 chegou a Moçambique. Primeiro trabalhou na missão de Maua, na província do Niassa, durante a dominação portuguesa. «Vivi quatro anos de guerra antes da independência. Foi uma situação um bocado ambígua. Estávamos entre a espada e a parede, os guerrilheiros e o exército português. Não podia tender muito nem para um lado nem para o outro.» Um comandante militar português que passou pela missão explicou-lho: «Vocês não podem ser nem muito nossos amigos nem muito nossos inimigos». A PIDE controlava os seus movimentos, as

homilias e as suas reuniões. À noite chegava um carro de polícia até as proximidades da missão, onde interrogava os informadores secretos que tinham dentro e fora. «Não podias pronunciar-te porque se fazias, em vinte e quatro horas eras expulso. Era preciso manter uma linha correta, a respeitar e a dizer a verdade no possível. Era como caminhar entre estilhaços e vidro», me disse.

Francisco Lerma é um homem pequeno e magro. Tem o cabelo curto e branco. Vestia uma camisa larga de quadros azuis e manga curta, calças cinzas e sapatos pretos. No dedo anelar da mão esquerda levava um anel de prata com uma inscrição. No pulso direito tinha um relógio com corrente de alumínio. Do seu pescoço pendurava uma cruz de prata trabalhada. O bispo Lerma é um homem sóbrio, educado e de jeito sério. É um intelectual bem formado que conhece em profundidade a igreja africana. É autor de vários livros e estudos sobre antropologia cultural que são usados como manuais nas universidades de Moçambique. Fala devagar e acompanha a sua fala com o movimento das suas mãos nervudas.

Me disse que a igreja pediu-lhe ser o bispo e ele aceitou. «A minha idade, eu não durarei muito. Será breve.» Porém, goza de boa saúde. Me contou que utiliza remédios naturais para controlar a tensão arterial e os surtos de malária. «Tudo o que nós comemos cá é muito saudável. Produtos da terra.» O menu do jantar foi simples: matapa, feijão vermelho, xima, legumes, salada, arroz, mangas e maracujás.

Dom Francisco viveu a guerra civil entre a Frelimo e a Renamo, como também a guerra da independência, entre dois bandos, com medo e rodeado de violência. «Nós, no meio do povo, não podíamos ter simpatia por um ou por outro bando. Era preciso ter uma linha certa e denunciar quando houver abuso. Uma linha de conduta, sim, mas não uma inclinação política.» O bispo Francisco explicou: «Aqui, em África, não é como na Europa, que quem cala, consente. Em África, quem cala não consente, está a dizer não. O teu silêncio é mais prezado do que uma crítica aberta. O conceito cultural é diferente e muito difícil de compreender fora do contexto africano.»

Lerma disse que a Igreja participou desde o início da guerra até os Acordos de Paz de Roma. «Não acredito que houver uma outra conferência episcopal que escrevesse tantos documentos sobre a paz, a justiça, a verdade e o respeito, até em tempos de Samora Machel, contra os campos de reeducação.» Lerma disse que a denúncia serve de pouco em África. Essa é a diferença, segundo ele, entre a maneira europeia e africana de enfrentar-se a estas situações. «Em Europa estamos acostumados às manifestações, as greves, mas aqui não dá. Aqui funcionou através do diálogo e o contato com as pessoas. É um trabalho muito lento.» Depois acrescentou: «Os Acordos de Paz, portanto, não são o acordo político do que foi feito em Roma. Aquilo apenas foi a parte final. Houve um trabalho de base no qual participamos todos, católicos e não católicos. A Igreja pilotou os acordos.»

«Apesar de que o processo de paz trouxe a Moçambique um período de desenvolvimento, estabilidade e seguridade, resta ainda muito por fazer. Tem-se

desenvolvido a macroeconomia, mas não o desenvolvimento social.» «Nas cartas dos bispos também pedimos que os megaprojetos sirvam para desenvolver o país. Os megaprojetos não são negativos, o que é negativo é como se usa o dinheiro desses projetos. Há riqueza, mas é preciso investir.» Lerma explicou-o através do exemplo da exploração da madeira: «A gente se senta na escola ou em casa no chão porque não há escrivaninhas ou cadeiras: porém, está a ver passar camiões com madeira de primeira qualidade.»

Depois do jantar, falamos do papel da religião, a católica, nas sociedades africanas. Lerma usa os seus conhecimentos de antropologia social para estabelecer a relação entre ambas. Me contou que a *inculturação* do evangelho – segundo ele disse, um termo novo na linguagem da Igreja – que é a harmonização do cristianismo com a cultura dos povos, tem existido sempre. «Foi preciso fazer uma síntese entre as tradições e a religião católica. É um trabalho de fé e de cultura. Ali onde a Igreja tem feito essa síntese, tem avançado; ali onde não, tem fracassado, como na China.» Lerma resumiu o problema em duas palavras: desenvolvimento e inculturação. Comentei-lhe a grande firmeza que têm as crenças animistas e a magia na maioria dos povos africanos. «O campo da espiritualidade tradicional é muito complicado e sem ser um iniciado é impossível compreender», afirmou. «A maneira de fazê-lo é acompanhar durante o processo através da cultura, da escola e da formação. Há duas cosmovisões. Uma parte do etnocentrismo, aquilo que é nosso é o melhor, e ao querer impor uma cosmovisão em outra, acontece o fracasso. É um processo muito demorado no tempo e que deve ser feito desde eles próprios.»

Perguntei-lhe se, quando se reformasse, voltaria à Espanha. «Para um missionário sempre há trabalho», me respondeu com um leve sorriso. «Em cinco anos me chegará a aposentadoria. Vou ficar em Moçambique a escrever.» Houve um silêncio prolongado, o bispo Lerma suspirou e disse: «A vida passa rápido. Parece que foi ontem que eu estava na escola em Múrcia. Na manhã seguinte, quando nos despedimos, Francisco Lerma me entregou um tratado de antropologia cultural escrito por ele. «Acho que ajudar-te-á a compreender.»

Deixamos Gurué antes do sol raiar. O céu era violáceo. As montanhas tinham um aspeto lúgubre e frio. Nas aforas da cidade centenaes de trabalhadores subiam em camiões e carrinhas com destino aos campos de cultivo. Estava apressado por chegar ao aeroporto de Nampula antes das onze da manhã para apanhar um voo a Maputo. Havia tempo suficiente se não surgia nenhum contratempo. Na estrada, o tráfego era ligeiro e a previsão do tempo, ótima. Deixamos as terras altas de verde-esmeralda e entramos nas planícies agrícolas de terra vermelha. Na beira da estrada havia numerosas barracas de teto de caniço com ananás à venda. Nesta região existem grandes extensões de monocultura de ananás. Muitas são compradas ou roubadas pela população local às grandes corporações para vendê-las em mercados locais e na estrada. Dias me propôs comprar alguma. Paramos numa das barracas localizada numa longa reta da estrada. Dias pediu-me ficar um bocado no carro enquanto ele negociava o preço. Me disse que se viam logo um mulungo iam custar mais

caras. Desceu do carro rodeado por três jovens que lhe mostravam o produto. Enquanto isso, um miúdo magrinho, vestido com umas calças azuis rasgadas na perna, uma camisola em farrapos sem cor determinada e sem sapatos, me ofereceu com esforço pela janela três ananás de grande tamanho.

«Três ananás por cinquenta meticais». Disse-lhe que só queria uma e lhe perguntei o preço.

«Dez meticais, senhor», me respondeu logo muito sério. Disse-lhe que não podia ser.

«Sim, senhor. Apanhe o seu ananás.»

«Qual o teu nome?», perguntei-lhe.

«Gerito», respondeu.

«Que idade tens?»

«Nove.»

«Vás à escola?»

«Sim, vou.»

«Gostas de estudar?»

«Sim, gosto.»

«Tens que melhorar nas matemáticas», disse-lhe paternalmente, «porque se não, vão-te enganar nos negócios. Se três ananás custam cinquenta meticais, não podes vender um só por dez.»

«Sim, senhor. É um preço especial. Seu amigo já comprou cem», me respondeu. Desci do carro e vi como Dias carregava às pressas no bagageiro do 4 x 4 todos os ananás da barraca. Voltei a olhar fascinado para o Gerito e comprei-lhe os três ananás por cinquenta meticais, mas ele fez questão de me oferecer uma quarta, que partiu com habilidade e meteu numa sacolinha para que eu comesse pelo caminho. Dias tinha visto uma oportunidade de negócio. Subiu no carro e ligou a sua mulher. Perguntou-lhe o preço de um ananás em Pemba e fez as contas do lucro.

Pensei que poderia devolver o gesto às irmãs Mercedes e Encarnación e levar um par de ananás de caminho ao aeroporto. Avisei-as por telefone antes de chegar a Nampula. Estavam à nossa espera na porta da congregação, onde paramos com o tempo suficiente para fazer umas fotografias e desejar-nos votos de bom natal.

Dias mostrava-se tranquilo apesar da confusão de tráfego que encontramos na entrada da cidade. Sabia bem que os aviões em Moçambique não sempre são pontuais. Ainda não podia suspeitar que ia ver o entardecer em Nampula. O aeroporto de Nampula é pequeno, velho e escuro. Estava lotado de passageiros e dos seus familiares com malas e vultos, taxistas ociosos e vendedores de amendoim. No balcão da companhia, o empregado me informou que o voo estava duas horas atrasado. Pensei que, no pior dos casos, ainda ia chegar na hora a Maputo para o jantar de despedida de uns amigos, cooperantes estrangeiros que deixavam Moçambique depois de vários anos a trabalhar para uma organização humanitária. Foram passando as horas. O avião, que deveria ter feito a rota Maputo-Nampula foi desviado até Chimoio porque, segundo ia

informando-me, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama tinha-se deslocado lá.

Subi ao segundo andar do aeródromo, onde estava o bar. O calor era sufocante e os ventiladores do teto não conseguiam sufocar a temperatura. Uma televisão de plasma emitia uma telenovela brasileira à qual ninguém prestava atenção. Passei duas horas tediosas a cochilar sobre uma mesa, sem notícias da hora da chegada do avião. Quando o sol desceu e o calor atenuou a intensidade, debrucei-me na varanda que dá a pista. Vi uns operários a estender um tapete vermelho diante do portão da terminal. Ainda que me pareceu estranho, pensei que o recebimento seria para Dhlakama.

Passou mais uma hora, os operários tinham colocado ao pé do tapete uns vasos com plantas. Tudo estava pronto na pista. Ouviu-se o barulho distante do motor de um avião. Em poucos minutos aterrou um aparelho da LAM, dirigiu-se à terminal, passou de longo deixando atrás o tapete vermelho e parou na esquina oposta.

A primeira pessoa em descer do avião foi, em efeito, Afonso Dhlakama seguido de um breve séquito. Com um pequeno intervalo de tempo, desceram o resto dos passageiros. Atravessou a pista a pé, passou na frente da zona enfeitada até que o perdi de vista quando entrou no edifício. Se aquele tapete não era para o líder do partido da oposição, estavam à espera de quem? Naquele instante ouviu-se o barulho de um outro avião a aproximar-se do aeroporto. Uma multidão de homens, mulheres e crianças com camisolas vermelhas, flores e balões, entraram na pista e alinharam-se ao longo do tapete vermelho. Cantavam e dançavam alegremente. Um pequeno aparelho privado de cor branco aterrou. Dirigiu-se à multidão e encostou com precisão ao pé do tapete. Me dispunha a gravar com o celular a cena, que não deixava de despertar a minha curiosidade. Então, um homem grosso, de fato e de rosto sudoroso, impediu-me gravar e empurrou-me ao interior da sala. Logo deu instruções para que as pessoas descessem ao andar em baixo. «Por quê não é possível filmar, nem sequer ficar na varanda?» observei incomodado; perguntei-lhe quem era a pessoa que ia no avião. Respondeu-me com indiferença que não estava autorizado a dar essa informação. «Nem quando viaja Obama as medidas de segurança são tão estritas», satirizei. Antes de sermos obrigados a abandonar a varanda pude observar como uma dezena de carros 4 x 4 militares e civis com vidros escuros instalavam-se na pista enquanto pelas escadas do pequeno avião descia Armando Guebuza, o ainda presidente da República de Moçambique, que acudia a Nampula para um encontro com Afonso Dhlakama, o seu eterno inimigo, para uma nova ronda de negociações.

A cultura que une os povos

E

m 1979, Luís Lage encontrava-se na missão de Santa Maria, em Namunio, província de Cabo Delgado, junto com vinte professores. O governo enviou eles lá para transformar o lugar numa escola para seiscentos estudantes de todo o distrito. Os padres holandeses e italianos da missão de Santa Maria tiveram vinte e quatro horas para irem embora quando os planos marxistas de Samora Machel impuseram a nacionalização e o confisco dos bens da Igreja. As missões tinham sido durante a época colonial portuguesa pequenas comunidades afastadas dos municípios onde os religiosos administravam igrejas, escolas e hospitais.

Uma das tarefas atribuídas a Luís Lage foi a recolha de todo o material dos religiosos e mandá-lo à diocese de Pemba, porque os frades não tinham tido tempo de levá-lo. Crucifixos, retratos religiosos e documentos tinham ficado na missão depois da sua precipitada partida. A igreja, com capacidade para mil e duzentos paroquianos ficou limpa e vazia. «Fazer o quê com a igreja?», perguntou-se Lage. «Reuniões, atividades culturais, cinema? Cinema! Encontrei uma máquina para projetar e dezenas de rolos de filmes mudos de Chaplin e de outros filmes da época. Para mim foi uma loucura. Limpei-os e experimentei. Só tínhamos um gerador para umas poucas horas à noite, e com ele funcionava o projetor. Desta maneira convertemos a igreja numa sala de cinema e cada semana vinham muitas pessoas.»

Luís Lage começou a conhecer a história da missão e quis escrevê-la. Falaram-lhe num velhote que morava não longe de lá e que lhe poderia explicar a história. Luís ligou-o, convidou-o a um chá e disse o que queria. O velhote respondeu: «Está bem!», e começou a dizer em português: «Eu nasci em 1910, data da proclamação da República de Portugal». Ele ficou surpreendido de que uma pessoa tão idosa a viver num lugar tão distante, numa aldeia perdida, falara num português tão correto. «Aquilo que me disse depois mudou o meu processo revolucionário para sempre», me confessou: o velhote contou-lhe que

até os dezanove anos tinha crescido no mato, no meio de uma sociedade tradicional. Fizeram-lhe o rito de iniciação, ensinaram-lhe a ser homem, a construir uma casa, a respeitar à sua mulher, aos espíritos que formavam parte da vida dele e ao seu Deus. Com aquela idade, aquele era o seu mundo. Depois chegaram os homens brancos. Foi batizado e disseram-lhe que a verdade não era essa, que os seus espíritos não eram o que sempre lhe tinham dito, que era diferente, que existia um Deus, e Jesus e Maria, que era preciso construir uma igreja (e uma missão). Passou um tempo a lutar entre os seus espíritos e o novo Deus da igreja dos brancos. A sua visão, então, começou a mudar. Posteriormente chegaram os outros e disseram-lhe: «Não há igreja. Essa não é a verdade, a verdade é a Frelimo, a verdade é a revolução.» O velhote olhou para mim e me perguntou: «Qual a história que quer que eu lhe conte agora?»

Vou visitar Luís Lage à Faculdade de Arquitetura de Maputo. A Faculdade de Arquitetura está formada por uma série de prédios baixos e simples de cor ocre à sombra de palmeiras esguias, mangueiras frondosas e mangostões imponentes. No seu gabinete, um oco estreito e sem porta no fundo de um comprido corredor, há uma mesa cheia de pastas e documentos, e duas cadeiras, e numa esquina do habitáculo, um armário embutido cheio de livros. Ali sentados, Luís Lage e eu, ele com o cabelo e a barba branca, me diz que uma revolução é um processo violento porque supõe mudanças, e essas mudanças são mudanças violentas. «Nós, em Moçambique, temos passado por várias mudanças e hoje ainda estamos a mudar. Agora já não é a revolução, é uma coisa que a gente não sabe bem o quê que é.» Mas, o quê tem restado da revolução?, lhe pergunto. «Os meus princípios, o resto são as mudanças», responde, e me explica que há duas posturas: «ou continuar na luta, porque a luta continua, coisa que eu acho que é justa, ou acomodar-se». «Eu estou a acomodar-me um bocadinho, é a velhice, mas desde a inconformidade.» Não é possível conformar-se com a injustiça, com a incultura, com a falta de transparência e com a má gestão. Ele acrescenta: «As coisas não acontecem como a gente quer que aconteçam. Os processos têm as suas dinâmicas próprias. Eu achava que corria muito, mas não corri tanto. Tinha dinâmicas endógenas, mas elas não puderam alterar os meus princípios.»

Luís Lage nasceu em Maputo em 1954. Embora os seus pais e avôs também nascessem em Moçambique, pertence a uma família de origem portuguesa. Cresceu numa cidade colonial segregada. Me disse que foi quando tinha dezoito anos que começou a ter consciência do que era a sociedade e a colônia através das leituras de livros proibidos. «Liamos os livros por entregas. Criaram em mim a consciência do que estava a acontecer na sociedade onde morava. Eu vivia como um branco numa sociedade colonial.» Ainda que eu tinha amigos negros que também iam à escola, os negros moravam na Mafalala. Quando aconteceu o golpe de Estado em Portugal, Luís Lage já tinha claro o quê que era a Frelimo e que o país ia a caminho da independência. Ele fotocopiava os manuscritos clandestinos da organização marxista, coisa que lhe criou um conflito familiar. A revolução das classes sociais, o socialismo e esses assuntos, não estavam muito claros para os seus pais, que receavam das ideias de

Luís. A repressão foi muito forte, mas nada mudou a sua postura. Quando o ministério enviou ele para Cabo Delgado, Luís entregou-se completamente a um processo de mudança social e política através do seu trabalho na educação. «Um processo muito claro para mim e muito importante na revolução.»

Luís Lage tem um doce sotaque caribenho quando fala em espanhol. É muito eloquente. Acena com as mãos e com o rosto. Possui um grande sentido de humor e uma gargalhada vasta e profunda com a que acaba muitas das frases. Me contou que a sua mãe lhe tinha dito recentemente: «Desde o primeiro dia em que entraste na escola e até hoje nunca mais saíste.» Ele volta a rir. «É verdade, nunca mais saí. Me tenho dedicado a vida inteira ao ensino e a formação, mesmo que eu preferiria ser recordado mais como um educador do que como um formador.» Agora, diz, o seu grande desafio é reformar-se. Não no sentido de não fazer nada, senão no sentido de mudar a sua atividade de gestão por um trabalho junto dos bairros da cidade. «Tenho um projeto com uns amigos para criar uma assistência social na área da arquitetura e o urbanismo para pessoas desfavorecidas. Um espaço onde as pessoas possam ir fazer consultas de todos os âmbitos. Um conceito multiplicador de assistência urbana e social.»

Luís Lage começou a sua carreira profissional como professor de ensino secundário em 1974. Fiz um curso de artes gráficas e visuais e em 1976 foi enviado a Cabo Delgado durante seis anos como professor e como diretor provincial de educação. Lá iniciou a sua relação com a Espanha através dos religiosos Vicente Berenguer, Miguel Buendia e José Maria Lertxundi. Depois, esteve cinco anos em Cuba na escola moçambicana, pela que passaram vinte e seis mil estudantes dentro dos programas de cooperação entre os dois países. Quando regressou a Moçambique, ingressou na Faculdade de Arquitetura onde depois tem sido professor até hoje.

A partir do ano 2000, com um grupo de estudantes e professores da escola de arquitetura realizaram um projeto para a reconstrução de edifícios históricos. A sua pesquisa deu como resultado uma publicação exaustiva e o plano da ilha de Ibo, que foi financiado pela cooperação espanhola. Na altura, Lage coincidiu com Jesus Pérez, atual cônsul honorário da Espanha em Moçambique, em Pemba, que estava na ilha a fazer pesquisas para a sua tese de doutoramento.

A Cátedra Unesco e Julián Salas, da Universidade Politécnica de Madrid, entraram em contato com Luís Lage para oferecer em Maputo um curso sobre habitabilidade básica. «Foi assim como Madrid se instalou na Faculdade de Arquitetura de Maputo». Recebiam dois ou três estudantes para o seu trabalho de final de curso. Aconteceu a mesma coisa depois de uma visita a Barcelona e estabeleceu-se um acordo para que vieram a Maputo estudantes no último ano de engenharia ligados aos Engenheiros e Arquitetos sem Fronteiras.

Lage trabalhou num projeto para identificar e inventariar duzentos edifícios de importância cultural em Maputo. Classificaram trinta desses duzentos edifícios da cidade. Foi preciso encontrar um consenso do que era património. «Os

edifícios eram nossos, mas eram de herança colonial. O património não se impõe, se resgata», acrescenta Lage. Publicaram um livro com esses trinta edifícios. A cooperação espanhola, que não tinha participado no projeto, viu o livro e propôs fazer a mesma coisa na Beira. «Na Beira correu muito melhor, tínhamos mais experiência. Fizemos um catálogo com trinta edifícios e também foi publicado um livro com o trabalho realizado.»

Em Moçambique, disse Luís Lage, não há uma instituição que cuide do património arquitetónico. «É preciso decidir quem deve tomar conta desse assunto. A universidade está a lutar com as instituições do Estado para preservar o património do que já foi edificado. Nesse processo, a cooperação e a embaixada espanhola estão a participar muito conscientemente.»

A cátedra Unesco de Madrid continua a trabalhar conjuntamente com Luís Lage e a Faculdade de Arquitetura, que organiza uma maestria em planificação e gestão de assentamentos informais. Uma das grandes lutas da faculdade é lutar contra o que acontece nas periferias das cidades onde não há infraestruturas e uma taxa de crescimento demográfico de 2,5 %.

Carla Subirana reconhece que desembarcar em África negra sem ter estado previamente para fazer um filme sobre uma realidade de um país é uma coisa de grande responsabilidade, além de fascinante e desconcertante.

Kanimambo, graças em língua changana, é também o título de um filme coral de três histórias, «como três curta-metragens unidas», realizadas por Carla Subirana, Adán Aliaga e Abdelatif Hwidar. Três histórias de várias personagens moçambicanas marcadas pela guerra, a pobreza e a doença. «Heróis do quotidiano cujo objetivo único é lutar por conseguir uma vida melhor.» *Kanimambo* é, segundo os responsáveis do filme, «uma reflexão sobre o contraste e a diferente perceção da vida em África e em Ocidente.»

A experiência de *Kanimambo* supôs um antes e um depois para os três realizadores. Em 2010 fizeram a sua primeira viagem a Moçambique. «Precisávamos de um pouco de realidade, conhecer o país e as pessoas». Depois, cada um deles escreveu desde o seu ponto de vista uma versão pessoal que refletia os contrastes e as experiências que viveram num país no que nunca tinham estado antes. «Não somos moçambicanos, nem também não era o objetivo fazer um filme moçambicano, senão oferecer uma visão espanhola sobre o que nós vivemos e sentimos através de três histórias muito diferentes mas complementárias, muito ecléticas, que se entrecruzam.»

«Os produtores do filme procuravam um olhar feminino», me explica Carla Subirana. «Achei muito bem. Adoro tudo aquilo que tenha a ver com a viagem. Sempre tenho a mala pronta na porta para partir a correr.» Carla Subirana fez, como os seus companheiros, duas viagens a Moçambique com uma separação de dois anos. A segunda viagem foi de três semanas, duas delas de filmagem. «Havia uma limitação temporal muito forte.» A primeira vez, foram para o

norte, à província de Cabo Delgado, porque o filme era um projeto ligado a uma ONG espanhola que trabalhava naquela região. Depois, por problemas com a organização humanitária, acabaram com a relação e a filmagem teve que centrar-se em Maputo e arredores. Toda a informação que recolheram, as personagens que selecionaram e o trabalho do roteiro que elaboraram não serviram de nada e foi preciso começar de novo. «A nível de tempos e a nível prático a filmagem foi muito suicida desde o ponto de vista de um realizador e um criador que deve fazer um roteiro», reconhece Carla.

Estabeleceram a base de operações em Maputo e filmaram na cidade e arredores. Ali fizeram os castings com a equipa de produção, metade espanhola e metade moçambicana. Dois dias antes de começar a filmagem, Adán Aliaga não tinha encontrado ainda a sua protagonista. Aliaga tinha conhecido uma menina surdo-muda e um músico cego na primeira viagem ao norte. Com eles tinha pensado fazer uma história de ficção. Porém, a mudança de planos na produção obrigou-o a procurar em centros de surdo-mudos de Maputo uma nova protagonista e localizar um músico cego.

Da mesma maneira que Adán Aliaga, Carla Subirama perdeu a sua protagonista com a mudança de localização. Carla tinha conhecido a Magdalena na primeira viagem, uma mulher ativista, seropositiva, que colaborava com a organização Ajuda em Ação a explicar nas pequenas comunidades e aldeias assuntos relacionados com a prevenção da sida. «Conhecer Magdalena foi chave, porque era uma mulher com muito carácter. Um pouco a essência da mulher moçambicana: mulheres fortes, com realidades muito duras. Ela me fascinou.» Magdalena era uma mulher abandonada, como muitas outras. Sem uma figura masculina ao seu lado e com cinco filhos que criar sozinha. Dois anos mais tarde, de volta em Moçambique, Carla reescreveu o roteiro e partiu da ideia de que o seu filme seria ir à procura de Magdalena. «E foi nessa viagem, nessa procura, onde conheci outras mulheres e outras realidades que geravam a ideia-mosaico para falar sobre a essência da mulher moçambicana.»

Em nenhuma das escolas que visitou Adán encontrou uma menina com o olhar que evocara os sentimentos que ele havia descrito. Enquanto procuravam localizações e perguntavam por uma menina surdo-muda na cidade, deram por acaso com Cecília. A menina morava em uma das comunidades de Catembe. Foi muito difícil convencer a sua família, porque não queriam que a filha, que sempre tinha estado numa palhota na sua comunidade, fora filmar a Maputo durante uma semana inteira. Finalmente Cecília foi acompanhada pela sua tia e os seus primos, que também atuaram no filme como figurantes. Aliaga me disse que, apesar de ser surdo-muda, Cecília não assistia a uma escola especial nem conhecia a linguagem própria. A menina se comunicava com a sua família a níveis muito básicos, sem expressar emoções. Uma professora que trabalhou com eles ensinou-lhe as noções básicas da língua de sinais para conseguir com ela uma mínima comunicação.

Quando estavam a fazer o *making off* da filmagem, colocaram a câmara a apontar sobre Cecília num plano de uma hora. «Foi alucinante», exclama

Aliaga. «Aos poucos ela começou a abrir-se, a perceber a língua de sinais. Era como ver a uma pessoa de treze anos falar pela primeira vez, como ver despertar à vida um ser humano. Todos começamos a chorar.»

Para a personagem do músico cego, Adán Aliaga também não encontrou uma pessoa adequada entre os quinze ou vinte que contactou em Maputo. Falou com Chico António, um músico muito conhecido, com experiência nos cenários e que até tinha gravado discos na França. Mas Chico António não era cego nem nunca tinha interpretado. Fizeram-lhe uma prova, colocaram-lhe óculos pretos e caminhou apoiado no ombro de uma outra pessoa e com a cabeça para cima. Foi incrível. Dava o perfil, cantava bem e sabia tocar. «Obrigamos-lhe a tocar com uma lata de azeite. Para um músico conhecido poderia ter sido um problema fazê-lo tocar com uma lata, mas ele aceitou.»

Abdelatif Hwidar já conhecia África antes de viajar a Moçambique para a filmagem de *Kanimambo*. Ele filmou a sua parte com atores locais profissionais reconhecidos. A sua história trata sobre a relação de um pai e um filho que deve percorrer grandes distâncias para salvar o seu progenitor. É um relato que fala da diferença geracional e da guerra civil moçambicana. Ao contrário de Carla Subirana e Adán Aliaga, não consegui contactar com Abdelatif Hwidar para que me falara da sua experiência em Moçambique. Numa entrevista de Alain Garrido na web *Cinema Lights*, Hwidar disse que no segundo dia em Moçambique quis abandonar o projeto. «Quando chegas lá, passasse um tempo até fazer “clic” e colocar-te em modo africano. A confusão, de ser um inconveniente no início, passou a ser um aliado e, então, é quando integras a situação. É um processo que enriquece. Custou-me dois ou três dias adaptar-me, entre os fármacos para evitar doenças e acostumar-me a todo. Isso sim, a partir do quarto dia já era quase moçambicano.»

Abdelatif Hwidar nasceu em Ceuta em 1971, mas mora em Valência. É realizador de cinema, escritor e ator. Recebeu em 2008 o prémio Goya à melhor curta-metragem por *Salvador, história de um milagre cotidiano*. É autor de *Os últimos dias* (2013), *A autoridade* (2010) e *Primeiro* (2014). Tem participado em séries como *Ángel o demonio*, *Fuera de lugar*, *El príncipe* ou la tv movie *Tres dias de março*. No cinema tem participado nos filmes *El mono*, *Vida abismal* e *Fuerte apache*.

Carla Subirana não quis filmar em Maputo. Achou que a cidade não representava Moçambique. Decidiu improvisar e viajou a zonas rurais junto da equipa de filmagem à procura de pessoas comuns. À procura de Magdalena, Carla conheceu Fátima, que de uma maneira altruísta se dedicava a visitar comunidades distantes, onde não chegam os médicos nem têm acesso aos medicamentos. Fátima levou-os a conhecer uma das famílias que visitava. A mãe e os filhos estavam doentes de sida em fase muito avançada e o pai já tinha morrido. Carla me explica que não sabiam o que iam encontrar lá, só seguiam Fátima até a aldeia. «O que encontramos foi muito duro. Causou-me uma grande inquietude e me questioneei o quê fazer naquele momento sem tempo para refletir.» «Custou-me muito decidir a quê distância colocar a câmara e o

quê filmar. Não se pode chegar a um lugar e fazer um primeiro plano de uma mulher com um olhar no qual transparece a morte. São questões éticas muito importantes.» Finalmente, Carla decidiu colocar a câmara a distância e «filmar respeitando à sua intimidade, mesmo que para eles não representava problema nenhum, nem sequer tiveram dito nada». Só fez um plano próximo de Fátima a explicar à família quando tinham que tomar a medicação: «Quando vejam o sol sair, tomem a primeira dose, e quando o sol esteja do outro lado e a cair, então tomem a outra.» «Pareceu-me tão lindo!», suspira Carla.

Em outubro de 2013 conheci Adán Aliaga no mítico Teatro Avenida de Maputo, onde, com a chancela da Embaixada de Espanha, se apresentou *Kanimambo*. Aliaga, que tinha viajado desde Madrid, estava acompanhado de alguns dos atores que participaram no filme. Aproveitou a sua passagem pela cidade para dar palestras em centros, escolas e universidades de Maputo. Aliaga me disse, então, que a experiência do filme tinha sido incrível. Cada lugar onde estiveram poderia ter sido o cenário de um filme. «Fizemos um filme, mas ficaram centenas de filmes por fazer.» Foi uma experiência e uma viagem emocional. Adán Aliaga nasceu em Alicante e estudou cinema em Barcelona. Há dez anos realizou *A casa da minha avó*, um documental sobre a vida da sua avó «que funcionou muito bem e teve muita repercussão internacional». Depois fez mais quatro filmes, alguns de ficção e outros, documentais. Em 2014 acabou *El arca de Noé* e dedicara todo o ano 2015 a apresentar o filme. No fim de janeiro, um dia depois de ter falado com Adán Aliaga, este viajou a Nova Iorque para filmar uma curta-metragem «que talvez seja o germe de mais alguma coisa.»

Kanimambo ganhou o prémio especial do júri no Festival de Málaga em 2012 e teve muito bom acolhimento em vários festivais internacionais. Foi projetada no Brasil e Portugal, em festivais de curta-metragens, no Centro Rainha Sofia e em diversas salas comerciais de Madrid.

Carla Subirana é crítica com o trabalho que realizou em *Kanimambo*. Acha que a sua parte é irregular porque não conseguiu trabalhar com o mesmo tempo com que trabalhou em outros dos seus filmes. Reconhece que a sua história tem ideias muito bonitas e válidas, «mas que não estão fechadas cento por cento, como a ideia do encontro com o outro». Durante a viagem prévia e a filmagem da sua parte, sentiu-se perplexa. «Estamos acostumados a viver na Europa, onde conhecemos as convenções e as chaves e as temos muito claras. Quando tu és o outro, acontecem muitas coisas que fazem com que seja preciso recolocar-se e tomar uma posição. No momento de voltar a escrever o roteiro, filmar e relacionar-me com as pessoas, achei que a única maneira honesta de fazê-lo era desde essa posição, porque o ponto de partida era a perplexidade.»

Carla Subirana é de Barcelona. Estudou comunicação audiovisual na Universidade Pompeu i Fabra. Em 2008 filmou *Nadar*, a sua ópera prima, um filme autobiográfico sobre a procura da identidade através da investigação sobre o seu avô, fuzilado em 1940 durante a guerra civil espanhola, um tabu familiar. «É um retrato familiar muito pessoal que tem a ver com a memória

histórica, com como a história afeta às histórias pessoais.» Em 2010 fundou uma produtora e fez a sua segunda longa-metragem, *Vojar*, um filme sobre a Academia General del Aire e a formação de pilotos militares. «A minha maneira de trabalhar o documental tem muito a ver com a ficção. Parto da realidade. Tanto as pessoas que saem como as histórias são reais, mas trabalho muito com a dramaturgia.»

Kanimambo marcou os três realizadores. Carla Subirana me diz que «são viagens que te deixam rasto no coração, porque obrigam-te a olhar de uma outra maneira. Quebras com o olhar da convenção ao qual estás acostumado. Olhas para essa realidade tão dura, mas ao mesmo tempo a força e a alegria que têm as pessoas para irem a frente, faz com que questiones a base da terra que pisas cada dia. Eles não têm nada, mas têm tudo. Essa é a grande lição. Aprender que com nada podes viver uma vida com alegria.»

Paulo e Sonsoles se conheceram em Maputo. Eles eram quase vizinhos. Ela morava no prédio da OTC, o escritório da cooperação espanhola, e Paulo Wilson na rua Kassuende, uma rua paralela a três minutos de distância do prédio, na casa dos seus pais. Eles começaram a namorar.

Paulo tinha ouvido boatos, mas ninguém nunca lhe disse nada. Um dia foi buscar a sua guitarra, que tinha esquecido no dia anterior no apartamento da jovem cooperante espanhola, para fazer uma prova de som. Quando chegou ao prédio da OTC, viu que havia mais seguridade do que normalmente. Ele perguntou aos guardas moçambicanos do prédio, com quem mantinha uma boa relação, o quê era o que se passava. «Disseram-me: “O pai da tua namorada está a vir”. Eu me perguntei, então, quem seria o pai da minha namorada para movimentar todas aquelas pessoas. Subi ao apartamento dela: “Disseram-me que o teu pai está a vir, lhe disse. “Sim, o meu pai está a chegar” e começou a rir. Estava muito contente e emocionada.» «Mas, quem é o teu pai para movimentar tantas pessoas lá em baixo?» disse Paulo que lhe perguntou. «Sonsoles sempre foi uma pessoa muito discreta e muito humilde. Ela me disse a sorrir: “O meu pai foi um dos presidentes do governo da Espanha”. Fiquei completamente surpreendido.»

Sabias quem era Adolfo Suárez?, lhe pergunto. «Não, não sabia quem era Adolfo Suárez, mas fosse quem for, era ex-presidente da Espanha. Eu não conhecia a história da Espanha, mas sabia que era um país importante a nível mundial. Eu disse a Sonsoles: “muito obrigado por tê-lo dito”. Eu só queria apanhar a minha guitarra e ir embora a correr. “Não, não”, me disse Sonsoles, “vais conhecê-lo e vais adorar». Paulo Wilson tentou pedir desculpas: «Não, o teu pai está a vir hoje e vocês precisam de tempo para estarem juntos. Apresentas-mo um outro dia. Eu vou-me embora.» «Aquela situação era demais e me assustava. Uma coisa era que ela tivesse vontade de que eu conhecesse o seu pai e uma outra era que o seu pai tivesse vontade de me conhecer a mim. Agradei

a ela a vontade de me apresentar ao pai, mas eu disse que não.» Quando estava a sair pela porta, a campainha tocou. Sonsoles abriu e ali estava ele. «Apanhou-me dentro», me conta Paulo Wilson, divertido. Abraçaram-se e beijaram-se. «Depois, ela disse: “Pai, apresento-te o meu amigo Paulo. Paulo, este é o meu pai”. Nunca esquecerei como ele olhou para mim quando me deu a mão. Eu, naquele momento, não era consciente de que estava a conhecer uma pessoa diferente, com uma energia diferente, com um olhar completamente diferente. Me deu a mão, fitou-me nos olhos e me disse: Adolfo Suárez, prazer em conhecer-te. Passamos duas horas e pouco a conversar sentados (numa poltrona)».

Marco um encontro com Paulo Wilson uma dia de manhã numa cafetaria do bairro de Salamanca em Madrid. Ele chega antes do que eu. Quando entro, ele está a conversar animadamente com um dos empregados de mesa. Paulo Wilson é alto e magro, de voz suave, cortês e cordial. Leva um suéter e umas calças escuras e um boné plano de lã de quadros castanhos e verdes. Paulo Wilson nasceu em Nampula quarenta e um anos atrás no seio de uma família que em tempos coloniais se chamava de assimilados. Assim era como os portugueses de Moçambique designavam os negros que eram permitidos de ir à escola onde assistiam os seus filhos e de fazer uma vida parecida com a sua, mas mantendo as diferenças de origem. Quando Paulo Wilson nasceu, o seu tio, que era muito fã do músico norte-americano Wilson Pickett, disse ao seu pai para pôr esse nome porque ia ser um menino com sorte. Paulo me explicou que Wilson não é o apelido familiar, senão Paulo, mas ele foi registado ao contrário com o nome de Paulo e Wilson como apelido.

A mãe de Paulo Wilson era enfermeira. Foi transferida a Maputo, «que era onde todo o mundo queria ir», quando ele tinha seis meses de idade. Sempre morou na capital até que em 2001 se trasladou a viver a Madrid, exceto três meses que passou com os seus avôs em Nampula quando tinha dez anos. O seu pai era músico. «Sempre houve uma tradição musical em casa.» Quando os seus pais se separaram, Paulo ainda era muito novo. O seu padrasto era também um músico amador. Tinha uma grande coleção de discos. Em Nampula, os seus tios maternos também se dedicavam à música. Faziam instrumentos, guitarras, baterias, e vendiam-nos as pessoas na cidade porque, na altura, em Moçambique não havia acesso aos produtos estrangeiros. «Não se podia comprar uma guitarra porque não havia.» Os seus tios fabricavam-nas e vendiam-nas às bandas locais. Tinham muita habilidade e aptidão.

Naqueles meses que passou em Nampula começou o seu interesse de Paulo pela música. Quando voltou a Maputo para estudar, a sua atração pela guitarra era cada vez mais intensa. «O meu padrasto tinha uma guitarra espanhola e eu costumava apanhá-la às escondidas para tocar no meu quarto. Não porque ele não me deixara, senão porque me diziam que eu tinha que estudar e isso distraía-me, mas ele sabia que eu apanhava a guitarra.» Como não podia tocar em casa, ele tinha amigos e vizinhos com guitarras e acostumava tocar com eles. Paulo Wilson me conta que os seus pais achavam que ele estava a descui-

dar os seus estudos. «Quando acabei o ensino secundário tinha um monte de desculpas para não fazer as provas de acesso à universidade», reconhece. «Um dia o meu padrasto me perguntou: “O quê queres fazer com a tua vida? Quais são os teus planos? Porque vejo que estás a escapulir-te.” Eu lhe disse: “adoro a música”.» O seu padrasto receava, porque a música estava muito mal vista naquela época em Moçambique. «Saíamos de uma etapa comunista e a música estava associada às drogas e ao resto de influências negativas que vinham de Ocidente. Existia um certo desprezo pelas artes em geral, pela música em particular.» Em efeito, me explica Paulo, os músicos nos eventos e espetáculos entravam pela porta traseira e não podiam relacionar-se com as pessoas. «Com isto quero dizer que nenhuma família, então, queria que os seus filhos se dedicaram à música. Quando eu disse aos meus pais que queria dedicar-me à música, disse-o com muito medo, porque no meu ambiente ninguém teria tido o atrevimento de confessar isso em casa». Porém, os seus pais tinham uma mentalidade muito aberta. «Eu disse que queria dedicar-me à música e a resposta do meu padrasto me surpreendeu: “Vamos fazer-te o presente de um ano. Se nesse tempo demonstras que a tua paixão pela música é certa, que vás dedicar-te a ela e tens aptidão, terás todo o nosso apoio, mas para isso, vais ter que ganhar a tua própria vida.» Compraram-lhe um piano de parede, que sempre esteve em casa, e aprendi a tocá-lo.

Paulo Wilson não tem estudado música, é autodidata com o piano, a guitarra e o baixo. «A aptidão se pode ter, mas é preciso fazê-la realidade.» Assegura-me que em Moçambique há muitas pessoas com aptidão, «aptidão sobralhes», mas depois não têm possibilidades para desenvolver todo esse potencial. «Há matéria humana, mas faltam meios que cheguem ao povo para desenvolver a aptidão com critério e dar seguimento. Há músicos que têm emigrado à África do Sul e quando lhes deram a oportunidade, cresceram.»

Os seus antigos amigos músicos continuam a tocar e a viver em diferentes países. Um dos seus melhores amigos, Julinho, é guitarrista e membro fundador do grupo sul-africano *Freshlyground*, muito popular na África do Sul, que gravou com Shakira a canção do *Waka Waka* para o mundial de futebol em 2010.

Paulo Wilson reconhece que tem «a sorte de viver em Madrid desde há uns anos e de poder experimentar.» «Toco com músicos importantes e com outros que têm um nível de exigência muito maior, mas olho para trás e digo para mim próprio: “tomara que eu tivesse sabido vinte anos antes o que estou a aprender agora”. Desejo que os músicos que estão agora onde eu estava há vinte anos tenham acesso a essas possibilidades. É uma coisa que ainda não sei como enfocar, mas gostava de fazer alguma coisa nesse sentido.»

Uma vez decorrido o ano que os seus pais lhe ofereceram, Paulo dedicou-se à música definitivamente. Encarregou-se das atuações do hotel Rovuma de Maputo, tocou no bar Eagles, na Baixa, com um músico maravilhoso chamado Dua Maciel. Durante três anos tocou no Eagles com o grupo onde Dua era o líder e Paulo o guitarrista e a voz. Paulo é cantor, compositor, e toca a guitarra

e o piano. Posteriormente, Paulo formou a sua própria banda, que se chamava For Acustic. Eram contratados principalmente para tocar nas festas privadas e nas embaixadas. Também foi membro fundador dos Rockefellers, um grupo que foi muito conhecido em Moçambique mas que já não existe. Paulo Wilson compôs e tocou muito em Maputo. Compôs uma canção para o dia da SIDA que mereceu o prémio ao melhor artista jovem em Rádio Moçambique.

A música que faz Paulo Wilson continua a ser a mesma que fazia em Moçambique: pop-rock acústico com influências *country*, portuguesas e moçambicanas. «Um bocado fusão. O meu pai escutava de tudo, desde George Benson, jazz, fusão, aos grupos africanos do tipo dos Aziviza, grupos locais moçambicanos e até o Michael Jackson. Tinha coleções de discos desde ACDC a U2. O seu pai, João Paulo, cantava blues, soul e marrabenta, ritmo e dança característica de Moçambique.»

Em 2001 veio a Espanha, antes tinha conhecido a Sonsoles Suárez. Sonsoles viveu em Moçambique durante quatro anos enquanto trabalhava com a organização humanitária CEAR. «Eu queria sair de Moçambique – antes tinha vivido um ano na África do Sul–. Sonsoles levava quatro anos em Moçambique, considerou que já era tempo suficiente e valoramos a possibilidade de vir a Madrid.» Desde então prossegue com a sua carreira na Espanha, com um parentese em Cascais entre 2009 e 2012. «Tínhamos vontade de sair de Madrid e mudar de ares. Eu estava a conceber um disco em português. Acabei o disco, mas não cheguei a gravá-lo.» Em 2005 gravou *Cold hearted*, um disco pop-rock de autor, concebido e coproduzido por ele mesmo. É solista e trabalha com músicos em função do projeto. Paulo Wilson me conta que está a produzir um novo disco. Desde há dois anos é músico residente no Hotel Palace de Madrid onde toca a guitarra acústica e canta, além de trabalhar como *disk jockey* no restaurante *Ten con Ten* da capital. Quando regressa a Moçambique para visitar à família e aos amigos, aproveita para tocar na TV e em locais de Maputo. Tem um projeto para fazer um concerto em Moçambique com músicos de ambos os países que inclui todo o trabalho que tem estado a fazer na Espanha. «Gostava que for mais do que um concerto.»

Em 2012, Paulo e Sonsoles casaram em Madrid. Eu lhe confesso que não soube nada dele até que Adolfo Suárez morreu, quando na televisão vi as imagens do funeral e uma pessoa negra entre os membros da família do ex-presidente. Paulo me diz que, quando chegou, ele não estava habituado a ter notoriedade, como a atenção que despertava a família de Adolfo Suárez. «Desde o início, eles fizeram com que eu me sentisse um membro mais da família. Além da notoriedade que me proporcionou, e que considero que me ajudou em muitas das coisas que estou a fazer, o fato de me terem aceitado com tanta naturalidade como fizeram, também fez com que muitas outras pessoas o fizeram com a mesma normalidade. Puseram-mo muito fácil. Sinto-me muito afortunado, querido e apoiado. Sou um membro mais da família. Sempre senti-me assim.»

A vida continua (Juan Carballado in memoriam)

U

ma tarde no início de dezembro de 1996 encontrei-me com Juan Carballado nos jardins do Hotel Escola Andaluzia de Maputo, onde ele tinha marcado o encontro. Me disse que o local era um remanso de paz na cidade onde, além disso, era possível tomar uma cerveja fresca e, às vezes, um bocadinho de presunto. Eu apenas levava dois dias em Moçambique. Tinha viajado ao país para escrever uma série de reportagens para os jornais espanhóis *Diario 16* e *Cambio 16* sobre o processo de desminagem do país e a situação dos meninos soldado, que tinham sido forçados a lutar durante o conflito civil em ambos os bandos. Uns dias antes, Inmaculada Vieira Fuentes, cooperante espanhola de Medicus Mundi, tinha morrido pelo disparo de uma AK 47 de um agente de polícia, que enganou a viatura na que ela viajava com o carro de uns delinquentes. Juan Carballado conhecia ela muito bem e esteve presente na autópsia que lhe foi feita. Ele me deu a informação precisa para poder escrever uma crónica no jornal.

O único contato que levava na minha agenda quando cheguei a Maputo era o contato de Juan Carballado. Facilitou-mo umas semanas antes o jornalista da televisão espanhola Vicente Romero enquanto partilhámos longas temporadas de trabalho no horror do conflito de Ruanda. Vidente Romero me assegurou que Carballado era um ponto de referência em Moçambique.

Juan Carballado era médico traumatologista no Hospital Central de Maputo. Tinha criado uma secção onde se fabricavam próteses para mutilados das minas antipessoais e onde ensinavam eles a usar as suas novas extremidades. Carballado não só me facilitou informações e contatos para as minhas pesquisas, senão que se tornou, sem compromisso nenhum, num grande anfitrião. Convidou-me a jantar diversas vezes no seu apartamento no prédio da cooperação espanhola. Ele trazia umas quantas lagostas ou uma grande garoupa fresca. «Não te preocupes», me disse para fazer-me sentir a vontade, «não custam mais de dois dólares». Lá conheci a sua terceira esposa, Sofia, ao seu filho de poucos

meses e a Erika, uma das suas duas filhas, ainda adolescente, do seu matrimónio anterior, que passava uma temporada em Maputo. Desfrutamos de noites amenas e longas conversas.

Passei três semanas em Moçambique. Depois, não voltei a saber mais nada dele até dezasseis anos mais tarde, com exceção de umas crónicas na imprensa que ele escreveu para *Diario 16* durante as terríveis cheias de 2000. Em abril de 2013 já fazia umas semanas que eu estava em Maputo, onde trabalhava como correspondente da Agência Efe. Com motivo da visita da Rainha Sofia a Moçambique, celebrou-se uma receção nos jardins da residência do embaixador espanhol. Pensei que seria uma excelente oportunidade de reencontrar-me com Juan Carballado e oferecer-lhe as cópias da reportagem que escrevi tantos anos atrás graças à sua ajuda. Aproximei-me de um grupo para perguntar por ele. Fernando Regúlez, que foi companheiro e amigo seu, olhou para mim surpreso e me disse: «Juan morreu há quatro anos, mas a tua frente está a viúva e o seu filho.» Em efeito, ali estava Sofia. «Reconheci-te pela voz», me disse. «Lembras-te do bebé quando estiveste na nossa casa?». Ao seu lado estava o Kesse, um jovem alto e atrativo que estudava na África do Sul e que um ano mais tarde começaria a sua formação como piloto de avião na Grécia.

Juan Carballado morreu em Maputo a 13 de novembro de 2008 de um ataque de coração. Tinha sessenta e sete anos. Nasceu em Madrid no seio de uma família de classe média. Por acaso fomos vizinhos no bairro de Moratalaz, onde morou sendo criança na *Colonia dos Ferroviários*, já que o seu pai era médico ferroviário. Estudou medicina e se especializou em traumatologia no hospital La Princesa de Madrid. De ideias esquerdistas e anarquistas, Juan Carballado participou ativamente nas manifestações estudantis contra a ditadura franquista. Com o passar do tempo, foi canalizando esse ativismo radical para uma sensibilidade social muito mais madura. Trabalhou uma temporada no hospital de Segóvia. Nos anos oitenta esteve em Nicaragua, durante a guerra, para montar hospitais de campanha e formar pessoal sanitário. Ali ficou cinco anos. Depois do fim do conflito no país centro-americano, deslocou-se a Moçambique. Quando chegou em 1992, o país iniciava a pós-guerra, empobrecido e devastado. As minas antipessoais causavam milhares de mortes e mutilados, principalmente entre a população rural. Já nunca deixou Moçambique. Sempre trabalhou com um pé na parte clínica, no Hospital Central de Maputo como traumatologista e envolvido na formação, e com o outro na cooperação.

«A morte de Juan afetou-me muito», me disse Gonzalo Martín há uns meses numa cafetaria no bairro de Hortaleza em Madrid. Gonzalo Martín também é médico. «Tínhamos estado juntos uns dias antes em Cabo Verde para implementar ali uns projetos», me contou. «Ele partiu diretamente a Moçambique e eu a Madrid para passar uns dias com a minha mãe. Voltei dois dias depois. Trazia para ele um lombo da serra, um enchido espanhol, e combinamos para tomar umas cervejas e comer o lombo.» Gonzalo me contou que, no dia seguinte da sua chegada a Maputo, Juan Carballado tinha previsto participar no programa da televisão espanhola *Espanhóis pelo mundo*. Encontraram-se num

hotel para tomar umas cervejas e conhecer a equipa de filmagem. «Depois, deixei ele na sua casa e fui jantar com uns amigos. Durante o jantar, a sua mulher me ligou desconsolada. Fui logo à casa deles. Cheguei só cinco minutos depois, tentei reanima-lo, mas não pude fazer nada. Já estava morto. Posteriormente repatriaram o seu corpo. Esses dias foram muito duros.»

«Vivi a morte dele ao vivo», me disse pela sua parte Fernando Regúlez, que trabalha na AECID em Moçambique, um dia ventoso do passado mês de dezembro no Clube Náutico de Maputo. «Éramos vizinhos (no prédio da OTC) e, quando morreu, bateram na minha porta. Tentamos a sua reanimação... A vida é assim. Éramos muito amigos».

Emílio Valverde foi acordado aquela mesma noite com a terrível notícia. «Na altura, eu estava a trabalhar em Quelimane. Era meia-noite. Já estava a dormir quando o telefone tocou. Era Sofia: «Emílio, Juan morreu». A sua morte foi um golpe muito duro. Aquela noite não consegui dormir mais nada, mas não chorei até o dia seguinte, quando assimilei a notícia.» Emílio viajou até Maputo para estar com a família. «Foi como se tivéssemos ficado órfãos. Apesar do sentimento nacionalista de Moçambique, a morte de Juan Carballedo apareceu na primeira página dos jornais de Maputo: Morre o pai da cirurgia em Moçambique», lembrou com pesar. «Era um grande homem.»

Gonzalo Martín me confessou que a morte de Juan afetou-lhe muito e mudou a sua vida. «Foi como se tivesse morto um irmão. Eramos muito mais do que amigos. Falávamos das nossas misérias pessoais, dos nossos conflitos internos e das nossas dúvidas. A sua morte quebrou muitas coisas na minha vida. Aconteceu pouco tempo depois de me ter separado da minha mulher. Como se todo o que Moçambique significava para mim, desmoronara-se.» Gonzalo continuou a fazer alguns trabalhos, mas começou a abandonar aos poucos a cooperação. «De cada vez acreditava menos nela. Entendi que o meu tempo em Moçambique estava a acabar.» Procurou trabalho e voltou a Espanha. «Aliás, os meus filhos já tinham crescido e gostava que fizeram o ensino secundário na Europa para terem mais opções», acrescentou. O seu plano para o futuro é trabalhar em Espanha e visitar Moçambique duas vezes por ano para fazer trabalhos na área da formação.

Enquanto estava a estudar medicina, Gonzalo Martín sempre teve vontade de trabalhar em África. Provavelmente escolheu cirurgia geral porque «era muito mais polivalente do que fazer uma especialização médica.» Foi o primeiro médico espanhol em sair de Espanha para fazer a prestação civil que substituiu o serviço militar obrigatório porque se tinha declarado objetor de consciência. Em 1989 foi ao hospital dos Irmãos de São João de Deus da Serra Leoa, famosa pelos casos dos missionários espanhóis recentemente falecidos pelo ébola. Voltou a Madrid um ano depois, acabou a sua residência em cirurgia e no dia seguinte de receber a titulação, partiu para a Zâmbia. Lá trabalhou num hospital perto da fronteira com a província de Tete. Era a época prévia aos acordos de paz e a região estava cheia de refugiados moçambicanos que acudiam ao centro sanitário e que despertaram nele a curiosidade pelo país. Ali conheceu

por carta a Juan Carballedo. O diretor do hospital da Zâmbia, onde trabalhava Gonzalo Martín, era o autor do livro de cirurgia mais famoso de África, *Primary Surgery*. Gonzalo concebeu a ideia de fazer uma versão espanhola do manual para os países latino-americanos. «Comecei a contatar com médicos espanhóis em África e um deles foi Juan Carballedo. Como na altura não existiam os *e-mails* e as comunicações eram complicadas, decidi viajar a Moçambique para conhecê-lo.» Era junho de 1996. Gonzalo foi para dois ou três meses e ficou dezoito anos. No final, a versão em espanhol do livro não foi feita, mas Gonzalo ficou no país, casou com uma moçambicana e teve dois filhos.

Gonzalo Martín me explicou que, quando chegou a Moçambique, teve duas sensações contraditórias em relação à saúde no país: por um lado, «que existia um sistema, coisa que não existe em muitos outros países africanos. Havia hospitais nas missões, privados, etc. Era um país de corrente socialista com um sistema público, muito paternalista, com muitas carências, mas todo controlado e em ordem, baseado no sistema cubano. O sistema, portanto, existia. Essa era a parte boa. A má era que o sistema não tinha conteúdos: havia um centro de saúde em qualquer lugar, mas o tipo que estava no centro de saúde não só não era médico, também não era nem enfermeiro. Era um auxiliar que se dedicava a pôr vacinas, com todas as deficiências que isso significa. Também o sistema de insumos, o sistema de registos de informação e o resto do sistema era deficitário, a começar pela falta de recursos humanos minimamente especializados.»

Na época de Samora Machel, que tinha estudado enfermagem, nomeavam enfermeiros a pessoas com apenas um mês de formação e eram destinadas a lugares distantes do país onde não tinham seguimento nenhum, nem supervisão nem um cargo médico por cima delas para dar-lhes uma formação continuada. Um caso similar foi o que aconteceu com o sistema de ensino. «O sistema continua a existir», disse Gonzalo Martín, «mas que mude está a custar muito.» Perguntei-lhe se, em todos estes anos, não tinham aumentado os médios, o número de médicos e o número de especialistas. «São progressões geométricas e as progressões geométricas, no início, mexem muito devagar», respondeu. «Estamos na fase em que as coisas ainda não se veem. Tem-se avançado na quantidade de médicos e na quantidade de recursos médicos, mas não nos processos de desenvolvimento. Os médicos são uma elite social e querem estar nas cidades e oferecer uma boa vida aos seus filhos, como é lógico, de maneira que Maputo está saturado de médicos que não exercem, que estão a fazer todo tipo de trabalhos que não são médicos em ONG, em instituições internacionais ou no Ministério de Saúde. Quando se fala de que em Moçambique há oitocentos médicos, na clínica, de certeza, apenas há quatrocentos.»

E qual é o diagnóstico? Gonzalo Martín me explicou que a população está fundamentalmente desassistida. Têm hospitais e têm médicos, jovens recém-formados que estão a pensar em sair fora do país para fazer uma especialização. Segundo Martín, a interrupção da cooperação também tem complicado a situação:

as ONG tem contratado muitos médicos locais, nelas são mais bem pagos do que no serviço sanitário público, e têm sido desviados para outras tarefas. Os próprios programas do Ministério de Saúde relativos à sida e a tuberculose têm-se comido o sistema. As agências de cooperação norte-americanas entraram em Moçambique com muito dinheiro, à toa, e tem destinado muitos recursos à sida, coisa que tem provocado um sistema desequilibrado. «As vezes por causa de más decisões políticas, outras pelas pressões da cooperação internacional, metem-se recursos de uma maneira desequilibrada, e isso faz com que o sistema continue a ser pouco funcional. Se ficas doente em Maputo, ainda bem; mas se ficas doente no mato, vais passar mal. Eu tenho estado nas províncias e conheço bem.»

Perguntei o quê que ele achava da evolução do sistema sanitário de Moçambique nos próximos anos. «Acho que continuará a andar ao leu, mas também quero acreditar em que, quando o país goze de mais desenvolvimento, se descentralizará. Acho que é parte do processo histórico do país. Não há maneira de parar isso, Moçambique está em mãos do dinheiro internacional. Agora, com os recursos naturais, tem-se decidido um outro tipo de desenvolvimento.»

O primeiro contrato que recebeu Gonzalo Martín quando chegou a Moçambique foi no hospital José Macamo, em Maputo, um dos projetos mais importantes de apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional. Esteve seis anos a trabalhar como cirurgião. Juan Carballo e Gonzalo Martín decidiram relançar o Conselho Interhospitalário de Cooperação (CIC), uma organização não-governamental médica espanhola com projetos em Cabo Verde, Angola e Moçambique na área da formação e o fortalecimento da saúde. Em 2003, Gonzalo Martín deslocou-se ao hospital provincial de Inhambane com um projeto do CIC, onde esteve até 2009 a trabalhar também como cirurgião. Voltou a Maputo, construiu uma casa que desenhou ele próprio, «a única que tenho», e continuou dedicado a projetos de assistência médica e de planificação de hospitais com o Ministério de Saúde de Moçambique, o CIC e uma organização humanitária americana.

Gonzalo e Juan estiveram muito envolvidos na formação médica especializada. Apesar de ser cirurgião, Gonzalo encarregou-se durante muitos anos do programa de formação em ecografia. «Nós introduzimos ultrassonógrafos por todo o país e formamos em ecografia a muitos médicos moçambicanos. Achávamos nela uma técnica perfeita para um país como Moçambique, porque é relativamente barata, fácil de manter, não consome e tem muita amplitude de diagnóstico. A manipulação do aparelho custa um bocado, mas para isso estávamos nós», acrescenta. «Foi um sucesso a curto prazo, não a longo prazo. Se tens percorrido a África, repararas que muitos lugares estão cheios de máquinas paradas. Em concreto, em ecografia, as máquinas e os médicos estão nos hospitais, mas falta a formação.» Disse-me que numa ocasião chegaram a formar a quase cem médicos moçambicanos. «Parece pouco, mas em Moçambique é muito. Até há pouco tempo, em Moçambique havia seiscentos ou setecentos médicos. Portanto, um vinte por cento dos médicos do país sabia fazer uma

ecografia básica; mas depois, a efeitos práticos, no terreno, a fazer ecografias havia só uma minoria, talvez um dez por cento, o resto eram médicos que tinham ascendido politicamente e tinham um posto de direção ou uma bolsa para ir à Austrália.» Gonzalo me confessou que, ainda que acha que todo o esforço que fizeram tem-se diluído no mar da confusão do desenvolvimento, gostava de acreditar que, com o passar do tempo, servirá para «encaixar as peças.»

Gonzalo Martín me descreveu a Juan Carballedo como «uma pessoa muito humana que não parecia desta época, também com os seus defeitos como todos os seres humanos. Ele entregava-se às pessoas.» «Juan e eu trabalhávamos juntos. Juan era mais político, mais relações públicas, mais visível, e eu mais técnico. Nos dávamos muito bem. Eramos muito diferentes e muito iguais. Eu era mais introvertido, mais detalhista e mais profundo. Juan era extraordinário para abrir portas e caminhos, para ter relações, para atrair pessoas. Eu fechava as portas. Era muito atrevido, comprometia-se com mil coisas que depois não eram tão fáceis de atingir, e ia deixando pontos abertos por trás. Tinha um motor de arranque que o resto não tinha. Juan era dos que abre o jogo, mas faltava-lhe o remate. Mas para isso estávamos os outros. Eu ia por trás dele a apertar as peças para que a máquina funcionara. Dessa maneira nos completávamos os dois perfeitamente. Durante anos, o nosso trabalho funcionou muito bem e ganhamos uma muito boa reputação no Ministério de Saúde.»

«Juan Carballedo tem sido muito importante neste país», confirmou Fernando Regúlez. Todo um referente, praticamente ele inaugurou a cooperação espanhola em Moçambique. «Gozava de uma boa imagem no Ministério de Saúde. Teve uma relevância muito importante no país porque dinamizou todas as especialidades médicas.» Na sua opinião, Carballedo era um médico dos antigos, que acreditava no juramento hipocrático. Fernando Regúlez é economista e tem trabalhado durante anos para a AECID em Maputo. Antes de viajar para África esteve ligado a organizações humanitárias na América Latina. Depois mudou de ares e se trasladou a Angola para unir-se aos Médicos Sem Fronteiras. Numa viagem a Moçambique durante umas férias conheceu a Lucrecia Paco, a atriz mais conhecida do país, e apaixonaram-se. Voltou a Angola, mas pouco tempo depois decidiu deslocar-se definitivamente, «sem emprego», a Moçambique. «Eu vim cá por amor. Quando cheguei não sabia o quê ia fazer nem tinha perspectivas. Só gostava daquela garota.» Fernando Regúlez chegou em outubro de 1994, durante as primeiras eleições democráticas. «Foi um momento muito interessante para a história do país. Moçambique tem sido um país que passou de uma transição de guerra a um processo de desmobilização bem-sucedido como há poucos no mundo. Tornou-se na joia da coroa para a comunidade internacional, para o Banco Mundial e o FMI. Foi tomado como um laboratório, a transferência de um país comunista a um país capitalista.» Moçambique foi um lugar cómodo para trabalhar nesse sentido. «Criaram-se umas dinâmicas das que hoje vemos as consequências, por exemplo, o pobre empoderamento do país. Juan Carballedo topou naqueles momentos com esse processo e encarou-o. Talvez isso foi uma parte do que lhe roubou a vida.»

A irmã Elisa Verdú, diretora do Hospital de Chokwe, está acostumada a conviver diariamente com a morte. Recentemente me confessou que a perda de Juan Carballedo lhe causou uma profunda pena. «Chorei tanto... Ainda não o tenho assumido». Juan era como um irmão para ela. «Uma pessoa coerente e um médico extraordinário, com muita consciência e aconchego, que queria o doente.» «Sempre que passava por Chokwe vinha fazer uma visita. Nós não temos traumatologia no hospital, por isso, perante qualquer dúvida, eu lhe consultava. “O quê achas?” Ele me orientava e me apoiava. Sempre estava disponível. Foi um homem extraordinário, um ponto de referência.»

Emílio Valverde também descreveu Juan Carballedo como um «homem excecional, todo coração, cheio de ideias, de força, de atividade. Era generoso e boa pessoa. Não posso achar mais palavras para descrevê-lo. Eu sempre dizia para ele: “Juan, eu queria ser como tu”. Que ele morrera foi um golpe muito duro. Ele fazia de união, era muito ecuménico, Não tinha inimigos.»

Txabi Anuzita, que foi o segundo coordenador da AECID em Maputo entre os anos 1992 e 1996, me disse em Bilbao uma semana atrás que Juan Carballedo foi uma pessoa muito querida e alegre. «Conheci Juan desde o início, quando cheguei. Quando tinha qualquer problema com alguma ONG ou com os cooperantes, a pessoa a quem acudia era a Juan. Ele possuía uma visão positiva das coisas. Resolvia tudo com um sorriso e um abraço. Ele dignificou a cooperação. Fazia tudo com o coração, embora fosse um desastre com os horários e os encontros», concretizou com um sorriso. «Carballedo tem sido uma pessoa chave para a cooperação espanhola, com contatos com os ministros e as personalidades do país. Os seus amigos moçambicanos gostavam muito dele». «O trabalho feito em Nicarágua também foi muito importante. E a minha sorte foi ter sido o seu amigo. Sair com Juanito (Carballedo) e com Júlio (Cihuelo) à noite era uma delícia, curtíamos tanto... Juan dançava muito bem e desfrutava muito, tinha um encanto especial. Uma vez fizemos uma viagem Ignacio Cabria, Juan Carballedo e eu de carro desde Maputo até o delta do Okavango e o deserto do Kalahari. Foi a viagem mais maravilhosa da minha vida. Nunca mais voltei a Moçambique. Não quero voltar.»

A sala de reuniões do prédio da cooperação espanhola em Maputo, o lugar por onde têm passado tantos doutores e cooperantes espanhóis da área da saúde, está dedicada a Juan Carballedo. Uma placa de bronze honra o seu nome e a sua memória. Como Juan, outros médicos espanhóis deixaram a sua vida em Moçambique. Concepción Valls morreu em 2014 depois de ter dedicado a este país os seus melhores anos a trabalhar como pediatra e diretora de um hospital que ela própria impulsou.

Li em algum lugar que o missionário Juan Torres dizia que em África as pessoas ficam doentes e morrem sem tanto dramatismo quanto na Europa: enterram os seus mortos depois de praticar seus ritos e cerimónias com muito sentimento; porém, no dia seguinte, a vida continua.

A vida continua neste país cheio de vida, em Moçambique.

A ideia de este livro não foi minha. Santiago Miralles Huete, embaixador da Espanha em Moçambique, roubou-me antes que ela me ocorresse. Ainda que, para ser honesto, seria improvável que eu chegasse a idear este magnífico projeto; porém, acabei por fruir do prazer de escrevê-lo. Este livro tem uma parte muito importante de Santiago Miralles.

Numa manhã quente e húmida do verão austral de 2013 visitei Santiago Miralles no seu luminoso escritório da Embaixada de Espanha em Maputo. Nós não nos conhecíamos pessoalmente, embora uns meses antes da minha chegada, tivéssemos trocado um par de breves correios. Júlio Díaz, um amigo comum e também diplomático, naquele momento destinado na Nova Zelanda, pôs-nos em contacto quando lhe comuniquei que tencionava viver uma longa temporada em Moçambique.

Não era a primeira vez que pisava aquele gabinete. Em novembro de 1996 recebeu-me, na altura, o embaixador Francisco Viqueira. Uns dias antes, uma cooperante espanhola tinha morrido depois de receber um disparo de um agente de polícia moçambicano num confuso incidente cheio de erros policiais. Viqueira me facilitou informação sobre o acidente para poder enviar uma notícia ao jornal e me atualizou sobre a situação do país. Eu tinha chegado a Maputo depois de sair do inferno de Ruanda para escrever uma série de crónicas para *Diario 16* e *Cambio 16* sobre os primeiros anos da jovem democracia, que se desembaraçava da lembrança da guerra civil, mas que ainda sofria as suas sequelas.

Desde o início, a amizade com Santiago Miralles foi próxima e cordial. Posteriormente, esta aumentou por causa do meu trabalho como correspondente da Agência EFE no país. Já naquele primeiro encontro, dos muitos que se seguiram, Miralles me confessou o seu desejo de escrever um livro sobre as fascinantes histórias que tinha ouvido aos espanhóis que moravam ou tinham morado em Moçambique desde a época colonial. A sua ideia era realizar o livro antes que com o passar do tempo acabaram enterradas.

À medida que passaram-se os meses, Miralles foi-me envolvendo cada vez mais no seu projeto até que um dia acabou sobre a minha mesa. Com certeza, a qualidade deste trabalho teria uma outra dimensão se tivesse sido escrito pelo próprio Santiago Miralles, que é um reconhecido autor de romance e teatro. Deixei Moçambique antes do previsto, porém, este livro me permitiu voltar uns meses depois para recolher as histórias dos seus protagonistas e percorrer o país mais por extenso.

O propósito desta obra tem sido narrar a vida de um punhado de espanhóis em Moçambique através dos seus testemunhos. Com eles também aparecem os relatos de moçambicanos com quem partilharam experiências e mantiveram uma ligação com a Espanha.

Sou consciente (e responsável) de que não estão todos os que são. Recolher o testemunho de todas as pessoas que tiveram alguma relação com o país durante os últimos cinquenta anos teria transbordado a intenção do livro. Com a eleição dos protagonistas que figuram nestas páginas, procurei oferecer um relato amplo e diverso. Uma pequena janela na que debruçar sobre alguns dos momentos da história de Moçambique. Por isso, desde estas linhas desejo apresentar as minhas desculpas àqueles que tinham méritos de sobra para aparecer no livro. Especialmente os numerosos missionários e religiosas que consumiram as suas vidas neste país desempenhando uma tarefa silenciosa em favor dos mais pobres e necessitados.

Entre as minhas duas primeiras visitas a Moçambique passaram-se dezasseis anos. Nesse tempo, o país tem-se desenvolvido a duas velocidades diferentes, segundo seja no mato ou na cidade. Os índices de desenvolvimento têm aumentado, a qualidade de vida da população, em geral, tem melhorado e o país tem crescido em valores económicos. Quando regressei a Maputo no início de 2013, encontrei uma cidade irreconhecível. Uma miragem da letargia na que depois comprovei que continua a viver a maior parte da população das zonas rurais.

Moçambique é um país de pessoas maravilhosas. Encontrei muito poucas pessoas a pensarem o contrário. Um povo prodigioso que sofreu quinhentos anos de submissão colonial portuguesa e que, a diferença da maioria dos processos de descolonização em África, conseguiu a libertação através de conflito doloroso à que se seguiram dezasseis anos de cruenta guerra civil. Nesse complexo período da sua história, Moçambique não foi senão uma peça esquecida no tabuleiro de um mundo bipolar que só desapareceu após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética. Hoje, Moçambique luta por encontrar o seu lugar num mundo convulso e mutável, onde o mercado e os interesses económicos e geostratégicos marcam o caminho. A imensa riqueza do subsolo, porém, não garante um futuro de desenvolvimento e bem-estar para a maior parte da população, que ainda vive abaixo do limiar da pobreza. O risco de que uma inadequada gestão dos seus recursos naturais provoque uma profunda fratura social é considerável.

O título do livro ocorreu-me quando ia avançada a sua escrita. Lembrei-me de uma história que me contaram em Moçambique e que já antes eu próprio

tinha escrito: «Na espessa sombra de um cajueiro, uma vintena de rapazes escutam atentamente o professor. Pensei no quanto eu teria gostado de assistir em criança a uma escola assim, sem paredes nem portas. Apesar de que a taxa de escolarização tem aumentado consideravelmente em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos, o acesso à educação está ligado ao lugar onde moram as crianças, ao sexo e ao nível de pobreza familiar. Os moçambicanos têm uma curiosa maneira de descrever o abandono escolar: eles falam de “quebrar a caneta” quando o jovem desiste do ensino secundário; “quebrar o lápis”, quando deixa o ensino primário, e “espreitar atrás do cajueiro” se nunca tem assistido à escola.»

A escola e a educação são o motor fundamental do progresso dos povos. O seu desempenho cria sociedades mais sábias e mais livres. É importante que todos os que têm alguma responsabilidade nesta tarefa tomem em conta esta questão.

Agradecimentos

U

m profundo agradecimento a Santiago Miralles, embaixador de Espanha em Moçambique, porque ele concebeu este projeto. Sem a sua aptitude, empenho e esforço, este livro nunca teria chegado a ser publicado. A minha gratidão especial à sua esposa, Bárbara Ciordia, pelo seu afeto, generosidade e repetida hospitalidade.

Também quero agradecer a Lucía Chicote, segunda chefia da Embaixada de Espanha e a Jaime Moreno, primeiro secretário, as suas valiosas gestões para localizar e contatar com alguns protagonistas deste livro. Assim mesmo, graças a Irene Galindo, Ana Rita Vera, Maria Lourdes da Silva e Dolores Santiago pela sua ajuda.

O meu agradecimento a Fernanda Angius, a minha professora de português em Maputo, uma mulher com um sentido de humor extraordinário, à qual devo não só o que sei desta maravilhosa língua, senão ter partilhado comigo as fantásticas histórias da sua apaixonante vida.

A minha gratidão mais sincera a Marisa Fernández-Gude pela sua inestimável bondade e o seu grande coração.

A minha gratidão mais afetuosa a Sónia Mocumbi pela sua amizade em tempos difíceis.

Graças a Stella Langa, Andrés Panera e a sua mulher Limaya Bokassa, por preocupar-se por mim com carinho durante as minhas diferentes estadias em Maputo.

Agradeço também a José Luís Celada ter-me fornecido com algumas informações impossíveis de encontrar exceto no seu conhecimento.

A minha gratidão aos inúmeros cooperantes expatriados que conheci em Moçambique por terem partilhado comigo as suas experiências, e aos moçambicanos por me ter mostrado o amor pela sua terra e uma maneira de ver a vida da que tanto precisamos em Ocidente.

Estou em dívida com todas aquelas pessoas que me confiaram as suas histórias pessoais para poder escrever este livro. Espero ter transmitido fielmente as suas memórias e lembranças.

E graças aos fantasmas e demónios que vivem dentro de mim, porque eles também tem jogado um papel transcendental para poder escrever estas linhas sobre Moçambique.



Tras una vida de nómada, Julio Cihuelo echó raíces en Mozambique. En un terreno fértil de cinco hectáreas cultiva diferentes variedades de árboles frutales.

Trás uma vida de nómada, Júlio Cihuelo deitou raízes em Mozambique. Num talhão fértil de cinco hectares cultiva diferentes variedades de árvores frutíferas.

Juan Ignacio Campo, miembro del equipo de Renfe que participó en el desarrollo del sistema ferroviario de Mozambique, en una inspección del estado de las vías junto a empleados de Caminhos de Ferro de Moçambique.

Juan Ignacio Campo, membro da equipa da RENFE que participou no desenvolvimento do sistema ferroviário de Mozambique, numa inspeção do estado dos carris junto de trabalhadores dos Caminhos de Ferro de Moçambique.





Joaquim Chissano, presidente de Mozambique entre 1986 y 2005, estrecha la mano de Eduardo Echevarría durante la visita a la Fábrica Nacional de Moneda y Timbre de Madrid.

Joaquim Chissano, presidente de Moçambique entre 1986 e 2005, dá a mão a Eduardo Echevarría durante a visita à Fábrica Nacional de Moneda y Timbre de Madrid.



Francisco Lerma, obispo de Gurúé, nació en El Palmar, una pedanía de la provincia de Murcia en 1944, y llegó a Mozambique en 1971: «No soy un obispo misionero, sino un misionero obispo».

Francisco Lerma, bispo de Gurúé, nasceu em El Palmar, uma aldeia da província de Múrcia em 1944, e chegou a Moçambique em 1971: «Não sou um bispo missionário, senão um missionário bispo».



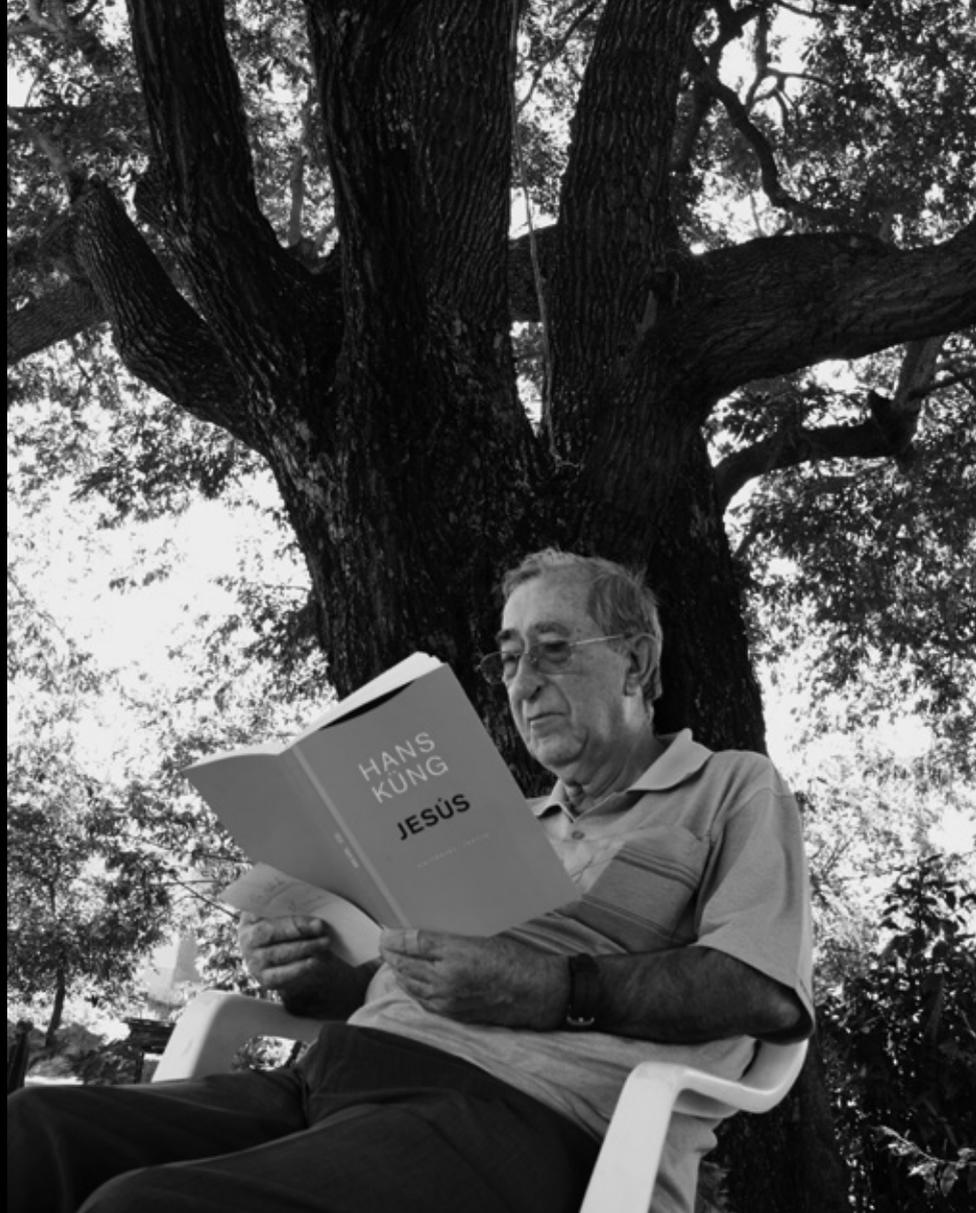
Muchas de las casas de la isla de Ibo se construyeron hace más de cien años con la piedra coralina y calcárea de su subsuelo. Las tejas venían de Marsella en los mercantes portugueses. La mayor parte están hoy derruidas y abandonadas.

Muitas das casas da ilha de Ibo construíram-se há mais de cem anos com a pedra coralina e calcária do seu subsolo. As telhas vinham de Marselha nos mercantes portugueses. A maior parte delas estão hoje derruídas e abandonadas.



Artesano de figuras de arte maconde trabaja el pao preto —ébano—
en una sala de la fortaleza de san Juan Bautista en la isla de Ibo.

*Artesão de figuras de arte maconde trabalha o pau-preto numa sala da
fortaleza de São João Batista na ilha de Ibo.*



Vicente Berenguer a la sombra de un ntoma, un árbol frondoso en el jardín de su casa parroquial al que llama «el árbol de los secretos», su lugar favorito para conversar y leer.

Vicente Berenguer à sombra de um ntoma, uma árvore frondosa à que chama «a árvore dos segredos», o seu lugar preferido para conversar e ler.



La Guardia Civil participó en la formación de la policía mozambiqueña en seguridad ciudadana, tráfico, búsqueda y localización de explosivos y lucha contra la droga entre 2000 y 2003.

Entre 2000 e 2003 a Guarda Civil participou na formación da policía moçambicana em seguridade cidadã, tráfico, busca e localização de explosivos, e luta contra a droga.



La flota de barcos de Pescamar, filial de Pescanova en Mozambique, amarrada en el puerto de Beira durante la parada biológica de la pesca del langostino entre octubre y marzo.

La frota de barcos da Pescamar, filial da Pescanova em Moçambique, amarrada no porto da Beira durante a parada biológica da pesca do camarão entre outubro e março.



La falta de infraestructuras y de medios de transporte que faciliten los movimientos de la población hace que, en África, las carreteras sean transitadas, a todas horas, por mujeres, hombre y niños.

A falta de infraestruturas e de meios de transporte que facilite o deslocamento da população faz com que, em África, as estradas sejam transitadas quase a toda hora por mulheres, homens e crianças



La llegada de material de emergencia fue continua y decisiva para afrontar la catástrofe humanitaria que provocaron las inundaciones de 2000. España fue uno de los países más activos y que más ayuda aportó a Mozambique.

A chegada de material de emergência foi contínua e decisiva para afrontar a catástrofe humanitária que provocaram as cheias de 2000. Espanha foi um dos países mais ativos e que mais ajuda ofereceu a Moçambique.



Cada 16 de octubre desde 1986, Carlos Jambo se pone, tal y como quedó, el uniforme que vestía el día que sobrevivió al accidente de avión en el que murió Samora Machel.

Cada día 16 de outubro desde 1986, Carlos Jambo coloca, tal como ficou, o uniforme que vestia no dia em que sobreviveu ao acidente de avião em que morreu Samora Machel.